

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

ÁREA DE RISCO OU ÁREA DE RICO:
Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural.

Autora: Caroline Soares Santos

Tese apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, dezembro de 2013.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

ÁREA DE RISCO OU ÁREA DE RICO:
Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural.

Autora: Caroline Soares Santos

Orientador: Marcelo Carvalho Rosa

Banca: Prof.^a Doutora Antonádia Monteiro Borges (UnB)
Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes(UnB)
Prof.^a Doutora Maria Francisca P. Coelho . (UnB)
Breitner Luiz Tavares (UFAL)
Christiane Machado Coelho (SUPLENTE)

AGRADECIMENTOS

À minha família, mãe, Carlos, Loiane e Clara. Eu só me aventuro com coragem porque sei que posso fracassar sem que tudo se acabe, e são vocês que me dão isso. E à família maior que me dá raízes.

Aos amigos da Estrutural que me deram uma casa, projetos para sonhar junto e têm me ensinado a ver o mundo de um jeito completamente novo. Especialmente aqui ao Coletivo da Cidade, ao Ponto de Memória da Estrutural, ao Maria Costura e ao Fórum de Monitoramento Social da Estrutural.

Ao Coracy, pelo carinho, pela companhia e pelo permanente olhar de fé sobre mim. À sua família que considero minha: Dona Adenilza, Sr. Coracy, Elaine, Bruno e os demais.

Aos meus amigos, Janine, Gabriela, Paulo Victor, Márcio, João Francisco e Andreza. À qualquer distância vocês são os mais próximos.

Aos novos companheiros de jornada do Instituto Federal de Goiás – Campus Luziânia, pela disposição em cobrir as minhas faltas nesse período.

Ao Marcelo, pela perseverança, paciência e insistência. Ter você como orientador foi a minha maior sorte nesse caminho até aqui.

E, por fim, ao Departamento de Sociologia, em especial aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo apoio, atenção e presteza.

Trabalho de Pesquisa apoiado pelo CNPq.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar os sentidos da luta política na Cidade Estrutural, Região Administrativa do Distrito Federal próxima ao Plano Piloto da capital federal. Em um trabalho em parceria com o *Ponto de Memória da Estrutural* foram entrevistados antigos e novos moradores da cidade, que refazem a trajetória de luta pela regularização da área em que moram ou moravam. Além das entrevistas, a pesquisa se baseia em um trabalho de etnográfico, realizado pela autora, com a proposta de romper com os limites institucionais da participação e entender a política como parte da vida cotidiana da Estrutural. No decorrer da pesquisa são feitos diálogos com a teoria sociológica, sobretudo no tocante aos debates sobre participação política, movimentos sociais urbanos e lutas por reconhecimento. A partir de uma memória coletiva, das relações estabelecidas com a sociedade de fora da cidade, com o governo e com políticos profissionais, constroem-se bases para entender as formas e discursos políticos decorrentes do aprendizado gerado pelos processos políticos vivenciados na Estrutural e as estratégias utilizadas para se manter neste local onde hoje se situa.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the meanings of political struggle in Cidade Estrutural, an administrative region of the Federal District, situated near the Plano Piloto, in the capital of Brazil. In partnership with the *Ponto de Memória da Estrutural*, former and current residents were interviewed, hence remaking the trajectory of struggle to regulate the area where they live or have lived. In addition to interviews, the research is based on the author's ethnographic work aiming at breaching the institutional limits of participation and understanding politics as part everyday life in Estrutural. Alongside the research, there is the dialogue with sociological theory, more importantly on the debates about political participation, social urban movements and struggles for recognition. From a collective memory, and from the relations established with society outside the city, with the government, and with professional politicians are built the basis to understand forms and political discourses that come from the very learning of political processes experienced in Estrutural and the strategies used to remain in that place.

RESUMÉ

L'étude vise à étudier la signification de la lutte politique dans la Cidade Estrutural, région administrative du District Fédéral, près du plan pilote de la capitale fédérale. En travaillant en partenariat avec Ponto de Memória da Estrutural, ont été interrogés les anciens et les nouveaux habitants de la ville, qui refait le chemin de la lutte pour la régularisation de la région dans laquelle ils vivent ou ont vécu. En plus de les entrevues, la recherche est basée sur le travail ethnographique, effectué par l'auteur, avec la proposition de briser les limites de la participation institutionnelle et comprendre la politique comme une partie de la vie quotidienne de la Estrutural. Au cours de la recherche, dialogues avec la théorie sociologique sont réalisés, en particulier en ce qui concerne les débats sur la participation politique, les mouvements sociaux urbains et les luttes pour la reconnaissance. D'une mémoire collective, de les relations établies avec la société en dehors de la ville, avec le gouvernement et les politiciens professionnels, sont construits bases pour comprendre les formes et les discours politiques résultant de l'apprentissage générée par les processus politiques expérimentés dans la Estrutural et les stratégies utilisées pour rester dans cet endroit où se trouve aujourd'hui.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA ESTRUTURAL	16
CAPÍTULO II – CAMINHOS PARA ENTENDER A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESTRUTURAL	47
CAPÍTULO III – ESTUDOS SOBRE BRASÍLIA E A PESQUISA SOBRE A POLÍTICA COTIDIANA NA ESTRUTURAL	81
CAPÍTULO IV – A PREFEITURA REGIONAL COMUNITÁRIA - ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM DO PROCESSO POLÍTICO NA ESTRUTURAL	100
CAPÍTULO V – A LUTA PARA “SE SUSTENTAR” NA ESTRUTURAL	130
CAPÍTULO VI - A CIDADE E O LIXO: fartura lá em cima, vergonha lá fora	155
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	186

LISTA DE SIGLAS

AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

Ascol – Associação Comunidade do Lixão

ASMOES – Associação dos Moradores da Estrutural

Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

EIA/RIMA Vila Estrutural – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Vila Estrutural

EPCL – Estrada Parque Ceilândia

GDF – Governo do Distrito Federal

IBram – Instituto Brasileiro de Museus

MECE – Movimento de Educação e Cultura da Estrutural

MMM – Marcha Mundial da Mulheres

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PIVE – Projeto Integrado Vila Estrutural

PNB – Parque Nacional de Brasília

PRECES – Prefeitura Regional Comunitária

Pró-DF – Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF

PT – Partido dos Trabalhadores

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

Sedest – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

UGP – Unidade Gerenciadora do Programa Brasília Sustentável

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZHISP – Zona Habitacional de Interesse Social

INTRODUÇÃO

Desculpe, a reunião é só para moradores!. Quem é você?. É advogada do pessoal aqui?. Mas você já viu onde eles moram?. Você mora aqui?. Essas foram talvez as frases mais usadas para introduzir os diálogos que tive com representantes do Estado desde que cheguei à Estrutural¹. Mesmo que eu morasse lá há algum tempo, sempre me atribuíam previamente um lugar diferente dos “verdadeiros” moradores da cidade, já que geralmente se tratava de um “você” e “eles”. Há três anos na Estrutural ainda não me reconheço nem sou reconhecida por quem mora aqui como sendo “da cidade”. Isso não quer dizer que eu não seja reconhecida por aqui ou que eu não tenha me adaptado ao dia-a-dia local. Ao contrário, andando pela rua sempre escuto alguém me chamando: *Oi tia!, Olha a menina da 12!, Ei, Carol!*, ao mesmo tempo que, pelo convívio, já me soam tão naturais a linguagem, os lugares, os eventos e as referências.

A questão, entretanto, é que ocupo um lugar nas relações que estabeleci na cidade que nem é só de moradora, nem só de transeunte, nem só de consumidora, nem só de militante, nem só de amiga, e, principalmente, nem só de pesquisadora, mas de todas essas coisas juntas. Essa situação me proporciona uma série de vantagens: um trânsito livre na cidade, uma apropriação da sua linguagem e lógica e uma familiaridade com seus costumes. Em contrapartida, a principal desvantagem são os vícios do olhar causados pela aproximação, pela perda excessiva da estranheza, uma espécie de dormência dos sentidos, resultado da transformação do objeto em cotidiano. Tais aspectos me impuseram, desde o início do trabalho, o desafio de manter sempre a atenção e de questionar aquilo que vem cada vez mais se tornando *natural* também pra mim.

Além do desafio quanto à proximidade com o campo de pesquisa, um outro ainda mais difícil seria o de identificar os vieses resultantes da minha formação teórica e social, que era exatamente o que me fazia “diferente” entre vizinhos, colegas, companheiros e entrevistados, e, de fato, entender abertamente os sentidos atribuídos aos acontecimentos da cidade.

¹ A Cidade Estrutural nasceu em Brasília em meados da década de 60, ainda com um pequeno grupo de famílias, localizada próximo ao Cruzeiro, ao Guarã e ao Plano Piloto da capital federal. Entretanto, apesar da proximidade com o Plano, a cidade começou em razão e ao redor da área onde até hoje funciona o Lixão de Brasília. Desde então, recebeu um grande contingente de pessoas e a antiga “invasão” da Estrutural, em um curto período de tempo, se tornou uma cidade com uma população de cerca de 40 mil habitantes.

Finalizando a minha dissertação sobre o movimento “Sonho Real” na cidade de Goiânia, achei que a Estrutural poderia oferecer similaridades que me favorecessem continuar estudando movimentos urbanos de luta por moradia, agora a partir de Brasília, uma vez que os líderes no movimento de Goiânia faziam sempre menção à luta dos moradores da Estrutural tratando-os como referência. Na verdade, a dissertação sobre o “Sonho Real” tinha um enfoque mais voltado para a reflexão sobre a religião em um movimento contestatório como aquele, do que sobre movimentos sociais urbanos. As discussões que levantava apontavam para a diversidade de leituras religiosas e posições políticas existentes dentro do mesmo movimento, já considerando outras dimensões dessa luta que a faziam diferente das apostas teóricas para os evangélicos pentecostais, por exemplo. Mas foram as relações intra-urbanas entre Sonho Real e Estrutural que me chamaram a atenção.

Em 2009, disposta a conhecer bem a cidade e determinada a contribuir com as lutas populares então tocadas lá, principalmente acompanhando seu recente processo de urbanização, decidi morar na Estrutural. Impressionada com a movimentação da cidade, com sua riqueza de organização e questões em pauta, percebi que a cidade trazia uma série de experiências que poderiam contribuir para debates travados no âmbito da sociologia. Esclarecidas as minhas possibilidades, não vi nada mais propício do que escrever o meu trabalho de tese na cidade.

A primeira visita que fiz sozinha à Estrutural foi orientada por um recém conhecido que trabalhava numa ONG da cidade. Lembro que ele me pediu que descesse do ônibus e fosse encontrá-lo no posto policial na entrada da Estrutural, já que nem todos os ônibus faziam o percurso por dentro. Depois saberia que aquele era um dos principais pontos de referência da cidade, principalmente pra quem vinha de fora e, ali, a partir daquele dia, eu marcaria uma série de encontros com todo mundo que viesse conhecer a cidade ou me encontrar. No posto policial também eram feitas as entregas de mercadorias de quem comprava móveis, equipamentos, materiais de construção, bens e outros materiais do gênero fora da cidade - as lojas não entregavam na casa dos moradores com a alegação da cidade ser muito perigosa e representar um risco aos entregadores. Por essa razão, naquele dia a poeira nas vias ao redor do posto, que ainda não tinham pavimentação, era levantada pelo movimento das carroças que vinham fazer o restante do percurso de entrega das mercadorias, e a partir daquele momento a empresa deixava de se responsabilizar pelos possíveis danos que os produtos pudessem sofrer, como se a partir daquele ponto se estabelecesse uma barreira entre o mundo dos

direitos, no caso o dos consumidores, e aquele onde esses ficavam suspensos ou tivessem que ser tratados de forma diferente.

Ao mesmo tempo, junto com a poeira e com o movimento das carroças, que me afastavam da ideia do urbano representada por Brasília, ouvia o barulho das máquinas e das marretas dos operários que abriam ruas e construíam edificações, ao mesmo tempo em que passavam caminhões carregados de lixo quase que em um comboio intermitente. Tudo isso junto me dava a impressão de que aquele era um momento singular na história da Estrutural, o que me enchia de curiosidade de saber o que mais acontecia na cidade em razão de todas essas transformações. Apesar da sensação de que as mudanças aconteciam de forma muito rápida naquele momento, com o passar de dois anos na cidade percebi que essa dinâmica de transformação e movimentação é quase constante em sua história, o que imprime seus efeitos no dia-a-dia e na concepção que as pessoas têm da localidade. Referências desse processo marcam a forma como se localiza aqui, por exemplo: *ali onde vai ser a escola, lá onde era a caixa postal, na antiga Vila Velha ou na antiga Vila Nova, no endereço novo, ou no endereço velho?*

O caráter transitório é acompanhado e às vezes explica a forte politização da cidade, o grau de organização dos movimentos, a existência de tantos líderes, articulações e principalmente, a impossibilidade de definir a condição política da cidade de uma vez por todas: a configuração pode se transformar a qualquer momento da forma mais imprevisível². Aliás, voltando aos sons que me apresentaram a cidade, alguns deles já me davam pistas dessa agitação política. Carros de som que chamavam para reuniões, foguetes que anunciavam o início de assembleias no galpão, sirenes dos carros da polícia passando rapidamente e debates partidários na banca de revista.

A história da cidade geralmente é contada a partir de alguns personagens e organizações de luta política que surgiram desde que aqui se aglomeraram os primeiros moradores, o que data de pouco depois da inauguração de Brasília. Essa divisão da história, entretanto, não é linear, uma vez que algumas dessas organizações e personagens ainda atuam politicamente na cidade. Mas o que as fazem caracterizar certo período é o caráter de representatividade que assumem em determinados momentos da história da cidade e, por isso, às vezes se fala: *nos tempos da Marlene, da ASMOES, na*

² Para entender a importância e a possibilidade de se estudar a dinâmica das transformações da Estrutural, vale a observação de Elias (2005) que alerta: “Chegaremos a uma melhor compreensão das matérias-primas com que lida a sociologia, se não nos abstrairmos do seu movimento e do seu caráter processual e usarmos conceitos que captem a natureza processual das sociedades em todos seus diferentes aspectos, como uma estrutura de referência para a investigação em qualquer situação social dada”(p. 126).

época do Cristóvam, na época do Ismael. Além desse critério, formalmente se pode contar essa história a partir do referencial da regularização, ou seja, a partir de seu reconhecimento como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS³, onde o diálogo se daria não mais sobre o aspecto de sua fixação ou não, mas sobre o seu projeto de urbanização. Entretanto, é importante dizer, qualquer divisão da memória da Estrutural que se faça é provisória, uma vez que vários processos continuam acontecendo e, por diferentes perspectivas, podemos chegar à centralidade de um ou outro movimento nessa história. A própria regularização, por exemplo, não exclui a atualidade da discussão sobre a remoção ou fixação de famílias da cidade ou mesmo o debate sobre sua viabilidade ambiental⁴.

Apesar disso, é importante fazer uma consideração, o caráter provisório do presente e a atualidade das lutas do passado da cidade, não podem ser suficientes para quem procura entendê-la, no sentido de fazer parecer de pouca importância uma volta ao passado. Um dos motivos para que se achar que voltar muito atrás não seja necessário poderia ser o fato de que muitos moradores têm uma história mais recente na cidade, uma vez que até 1994 a Estrutural tinha apenas 700 pessoas, passando ao número de 35 mil em 2007⁵.

Mas essa impressão de que tudo estava acontecendo agora, no meu caso teve outro motivo: nos meus primeiros meses na cidade não tive um contato mais aprofundado com aqueles que foram seus primeiros moradores. Envolvida na dinâmica política presente, acabei estabelecendo meus diálogos a partir do momento que vivenciava. Por exemplo, conheci Dona Lia e Dona Isabel, reconhecidas como sendo das primeiras moradoras da cidade, em razão já das remoções causadas pelo plano de urbanização e, focando meu olhar nesse momento, que por hora tomava nossas atenções

³ As lutas de resistência dos moradores da Estrutural e o insucesso nas tentativas de expulsão de todo o seu contingente populacional fez com que, em 2002, a Câmara Legislativa do DF aprovasse a Lei n. 530, que criou a Vila Estrutural e a Declarou como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. E, no dia 23 de fevereiro de 2006, como já não podiam ser mais negadas as necessidades sociais, ambientais e econômicas das famílias que ali moravam há mais de quarenta anos, o Governo do Distrito Federal assinou um contrato de empréstimo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, denominado Programa Brasília Sustentável, no valor de US\$ 115 milhões, sendo US\$ 57,643 milhões a parte do Bird e US\$ 57,643 milhões a contrapartida do GDF.

⁴ Desde 1996 o Ministério Público, por meio da Promotoria do Meio Ambiente, apontava os riscos de se manter a ocupação ao lado do Lixão, não só pelos riscos à saúde como também pelo perigo que o Parque Nacional de Brasília e suas nascentes, localizados atrás da Estrutural, sofreriam caso a cidade e o lixão se estabelecessem definitivamente ali. Atualmente, uma das escolas da região central da cidade encontra-se interdita por causa de um vazamento de gás do solo, comprometendo a estrutura, o que pode ser resultado da construção do prédio ter sido feita sobre um antigo bolsão de lixo.

⁵ PROJETO INTEGRADO VILA ESTRUTURAL - PIVE, 2008, p. 11.

e esforços políticos, acabei não me preocupando em estabelecer sérios vínculos entre aquela luta e as lutas do começo da cidade. Dona Lia, que agora lutava pelo reconhecimento de seus direitos como pioneira da Estrutural, depois de removida para o Núcleo Rural Mojolo, localizado atrás do Recanto das Emas, me alertou que essa luta não era de hoje, e que sempre participou das Associações de Moradores, que segundo ela, já vinham sendo organizadas desde o final da década de 80.

Desta forma, como fez Borges (2004), as descrições e análises dos “modos de vida” e “sistemas de classificação locais” que farei sobre a cidade, partirão de um “presente etnográfico”, na tentativa de ser, como ela define, uma “cronista do tempo presente”, sem a preocupação de explicar em definitivo ou apreender o que seria a essência do comportamento político local, já que pra mim é claro o entendimento da vida social e política da Estrutural como dinâmica, complexa e transitória⁶.

Entretanto, como dito acima, no caso da Estrutural, seu passado com seus personagens, espaços e acontecimentos, ainda está muito vivo e compõe o desenho dessas relações presentes. Por esta razão, é daí que parte esse trabalho. Sem a expectativa de contar cada detalhe dessa história, mas somente aquilo que durante a pesquisa me pareceu mais recorrente e representativo de uma “memória coletiva”, nesse trabalho apresento momentos, personagens e situações que datam desde a formação da cidade, passando pela luta pela permanência, até o início de seu processo de regularização e urbanização. A pesquisa, entretanto, não é simplesmente documental, nem tem essa preocupação de forma estrita, mas remete a tudo isso na medida em que permite o entendimento das relações do presente, do valor e significado atribuídos a esses fatos no contexto em que novas relações acontecem.

Na minha trajetória, os desafios desta pesquisa passam ainda pela novidade e preocupação de sair da forma tradicional da pesquisa no âmbito da ciência política, de onde venho, incorporar princípios da etnografia e fazer análises sociológicas a respeito das experiências e observações que tenho feito sobre a Estrutural. Isso implica na mudança desde a organização do trabalho, que sempre priorizava a discussão no âmbito da teoria sobre o tema, até a mudança de linguagem, sempre distante e impessoal. Nesse novo trabalho, ao contrário, a minha incursão na cidade se deu de forma participativa, ou seja, sou também parte dos processos que se desenvolvem na cidade, minha

⁶ Tarefa essa que se opõe àquela que, segundo Elias (2005), se constituiu como critério para o estatuto científico de todo campo de investigação: “a redução de tudo aquilo que se observava como sendo móvel e mutável a algo imutável e eterno”, já que “(...) tudo que muda tem que ser efêmero, menos importante, menos significativo e, em resumo, menos válido(...)” (p.124).

perspectiva é, portanto, de quem acompanha e interfere nesses processos, e não de quem observa à distância e explica. Desta forma, também não tenho a pretensão de descrever o discurso do outro e reproduzi-lo de forma fiel, mas uma vez em relação com o outro, o que posso assumir é o meu discurso sobre o discurso do outro.

Entretanto, tenho a preocupação de que a pesquisa não seja apenas descritiva de uma realidade ou um conjunto de impressões sobre as relações políticas na cidade. Por esta razão, o maior cuidado deve ser dado ao diálogo com a teoria e às análises das instituições políticas e dos personagens e organizações locais, não me desobrigando em nenhum momento tanto da tarefa de contribuir para o entendimento dos conflitos e jeito de fazer política locais, como também a de apontar quais os limites e direções que o contexto nos apresenta sobre o nosso modo tradicional formalmente aceito de participar do processo de tomada de decisão e sobre as atuais propostas que vêm sendo discutidas na Sociologia. Assim, tento fugir de uma dedução automática das semelhanças entre a Estrutural e outras periferias urbanas, mas ao mesmo tempo, dialogar com os conceitos já estabelecidos no campo da Sociologia.

O cuidado é necessário porque esse é um trabalho delicado que requer sensibilidade e disposição de quem o faz, inclusive por um compromisso político que se assume com os grupos pesquisados de valorizar o quanto possível as suas próprias interpretações a respeito de si. Chateerjee (2004), em uma discussão sobre as perspectivas estabelecidas sobre a colonização inglesa na Índia, levanta um questionamento sobre os perigos das interpretações feitas “a partir de fora” para o entendimento que os próprios indianos têm desse processo. Ele questiona se não teriam as suposições culturais preconcebidas e não examinadas dos europeus sobre a Índia modelado e talvez distorcido o entendimento supostamente científico da Índia nas disciplinas modernas do conhecimento social. O risco aqui é o de, reproduzindo uma determinada perspectiva vinda de outros, reproduzir-se também uma relação de dominação e um lugar próprio no futuro, resultante da velha estratégia diagnóstico-prognóstico.

Assim, o diálogo com a teoria é importante na medida em que vincula a pesquisa a outras que vem sendo realizadas em contextos semelhantes ou sobre questões próximas, entretanto, o foco da pesquisa é a Cidade Estrutural, sua história, suas teorias e seu cotidiano, naquilo que tem de particular e próprio, contribuindo para o debate da teoria sociológica a partir deste contexto em específico. E, desde que cheguei aqui, nada me chamou mais a atenção do que a forte politização da cidade, ou seja, a

existência de várias pessoas, espaços e organizações envolvidos nos conflitos e disputas pela construção da cidade. Por diversas vezes ouvi servidores públicos se referindo a este espírito questionador e, por vezes, arredo e desconfiado de muito dos moradores: *Nunca vi, na Estrutural, tudo dá confusão!*, como se tudo por aqui virasse polêmica e sempre tivesse que ser muito debatido. E é essa razão inicial da escolha do tema da pesquisa, a saber, a participação política na Estrutural.

Considerando a participação política como transferência de alguma capacidade decisória efetiva do topo para a base, a pesquisa se interessava inicialmente em saber até que ponto toda esta organização e movimentação teria efeitos nos rumos que a cidade vinha tomando, ou seja, qual a incidência da participação dos movimentos populares sobre as políticas e decisões públicas. Além disso, desejava entender quando a atuação dos moradores da cidade se dava por meios formais e tradicionais ou por meios informais e alternativos. Essa questão me permitiu observar a forma como, por exemplo, os direitos eram entendidos em alguns momentos, seja por seus moradores, seja por representantes do poder público e como, mesmo estes assumem um caráter próprio nessa realidade.

Enfim, a pergunta central de toda a pesquisa foi: *Por que e como se construiu e se constrói a luta política na Estrutural?* Dela, no desenvolver da reflexão, foram decorrendo outras: Quais os significados e as significações que a luta para morar nesse lugar ganha a partir das relações que se estabeleceram interna e externamente? Quais as lutas políticas cotidianas dessa cidade e qual sua dinâmica? Em que medida as teorias construídas a partir desse lugar envolvem uma ressignificação de práticas e um conteúdo normativo da luta por direitos?

A aproximação e o conhecimento mais aprofundado que tive dos moradores da cidade me permitiram ir além dos efeitos e modos de sua participação política, me deixando perceber um pouco da identificação inicial que existia entre muitos deles para que se pudesse partir para uma luta compartilhada. Experiências, sentimentos e necessidades comuns, fizeram com que em certos momentos se vivesse na Estrutural como em comunidade, ao mesmo tempo, que em outros, ainda que sendo reconhecidos como iguais, se sentissem como completamente diferentes. E é justamente esse compartilhamento ou não de percepções e suas implicações sobre a ação política que discuto nesse trabalho.

Desta forma, o campo teórico com o qual pretendo dialogar no decorrer da pesquisa é principalmente o da participação política e, mais especificamente, o da teoria

do reconhecimento e dos movimentos sociais. Juntamente com sua crítica, a formulação conceitual do reconhecimento tem assumido um lugar de importância central no entendimento contemporâneo das lutas sociais e tem sido muito usada como ponto de partida para entender as experiências sociais de injustiça como um todo. Por esta razão, é o ponto de referência, dentro do debate teórico, pelo qual irei traçar a ponte com a dinâmica de participação política da Estrutural.

Para Axel Honneth (2003), “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer *institucional e culturalmente* formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (p.257, grifo meu). Antes, porém, de tentar entender como essas lutas e as consequentes transformações acontecem, Honneth diz ser importante entender os três tipos de reconhecimento que já apontavam Hegel e Mead. O primeiro e mais primário deles é o *amor*, entendido como as relações emotivas de natureza carencial e afetiva, que encontra seu ponto ideal na possibilidade de ao mesmo tempo estar fundido em outra pessoa e a experiência de estar só, dando ao indivíduo a capacidade de *autoconfiança*, sendo essa, entretanto, uma condição pré-política do reconhecimento.

O segundo tipo de reconhecimento seria o da relação jurídica, ou seja, o do *direito*. Segundo Honneth, para o direito, apenas da perspectiva normativa de um *outro generalizado*, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões. Obedecendo à mesma lei, os sujeitos de direitos se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais, sendo um pressuposto disso o *respeito*. Diferentemente de Hegel e Mead, Honneth distingue dois tipos de respeito: aquele que estabelece cada ser humano como um *fim em si*, e o respeito social que salienta o valor do indivíduo na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios da relevância social.

E essa diferença tem para Honneth toda importância, pois, segundo ele, um direito universalmente válido deve ser questionado à luz das descrições empíricas da situação no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele deve se aplicar, visto que eles pertencem à classe das pessoas moralmente imputáveis. É aí, nessa *zona de interpretações* da situação referidas à aplicação, que as relações jurídicas modernas podem ser cenário de *lutas por reconhecimento*. O *autorespeito* seria então na relação

jurídica aquilo que cria no ser humano a consciência de poder respeitar a si próprio, porque ele merece respeito de todos os outros, e, segundo Honneth, hoje isso significa mais do que o reconhecimento do *status* jurídico de cidadão individual, como capaz de orientar-se por normas morais e universais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso.

Por fim, o último tipo de reconhecimento de que trata Honneth (2003) é a *estima social*, que advém de relações que podem ser chamadas de solidárias não porque despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade. Segundo Honneth, quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. Por isso, quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou a reputação de seus membros, sendo inclusive a *luta por redistribuição* parte dessa luta por reconhecimento.

Entretanto, para Honneth (2003), a luta por reconhecimento só pode ser entendida a partir da situação de violação desse reconhecimento. É do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento que resulta aquela vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de desrespeito. Assim, diz Honneth, toda reação emocional negativa que vai de par com experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política.

O que Honneth se propõe a fazer depende sobretudo de um conceito de luta social que toma seu ponto de partida de sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses (esfera privada) dados em concorrência. Mesmo as lutas de razão ditas puramente econômicas não podem ser explicadas simplesmente por uma questão de interesse, já que, segundo Honneth (2003), o protesto e a resistência prática só ocorrem em geral quando uma modificação da situação econômica é vivenciada como uma lesão normativa desse consenso tacitamente efetivo, estando assim a investigação das lutas sociais fundamentalmente ligada ao pressuposto de uma *análise do consenso moral* que, dentro de um contexto social de cooperação, regula de forma

não oficial *o modo como são distribuídos direitos e deveres entre os dominantes e dominados.*

A mais clássica das críticas feitas à teoria do reconhecimento é aquela feita por Nancy Fraser. Segundo Fraser (2001), é importante distinguir dois tipos de injustiça: a injustiça socioeconômica, enraizada na estrutura político econômica da sociedade, e a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Apesar das diferenças, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Entretanto, o que Fraser destaca é que cada um desses problemas sociais requer um *remédio* diferente. Enquanto o remédio para injustiça cultural é o reconhecimento, o remédio para a injustiça econômica é a redistribuição.

Apesar de considerar que existem problemas que precisam da articulação desses dois remédios para serem tratados, Fraser deixa claro que a questão da desigualdade material e da injustiça socioeconômica não pode ser tratada, como faz Honneth (2003), como mais uma das lutas por reconhecimento, pois em muito casos, a injustiça da má distribuição tem pouco a ver com o reconhecimento e está muito mais relacionada com a estrutura do capitalismo. O remédio em casos como esse seria a distribuição de recursos materiais de forma que se assegure a independência e voz dos participantes, garantindo-lhes uma *paridade de participação* (FRASER, 2007). A questão da redistribuição para Fraser é diferente, já que não é uma questão filosófica e psicológica, mas uma questão dada fora do sujeito.

O que Honneth (2003) ressalta, porém, é que por mais que a luta por redistribuição se dê por caminhos diferentes, uma vez que a injustiça, seja ela qual for, é uma forma de humilhação e desrespeito, passando por uma questão normativa, simbólica, não sendo possível ao material expressar-se por si, representado na luta por reconhecimento, expressa na luta por redistribuição. Antes de qualquer luta por reconhecimento tem-se que passar pelo auto-reconhecimento.

Honneth, embora cite e analise alguns movimentos sociais, está mais preocupado em entender as ações sociais onde os acontecimentos históricos ocorrem, os conflitos sociais e as redes de interações de lutas sociais, e os processos de interpretação e entendimento dessas lutas por seus participantes, enquanto sujeitos da ação, para analisar a orientação prática dos grupos sociais. Enquanto que a preocupação de Fraser,

também muito relevante, é a forma como deve ser pensado o remédio para as injustiças, ou seja, qual foco devem ter as políticas públicas e sob qual ideal devem ser pensadas.

A questão aqui, é que as lutas sociais não podem ser resumidas a uma questão de interesses, de qualquer ordem, pois podem haver nessas lutas o componente da identificação, quando as experiências de desrespeito precisam ser interpretadas como as experiências de uma pessoa, mas também de um grupo inteiro.

No caso da Estrutural, não apenas a condição material de exclusão, mas também o sentimento compartilhado de injustiça foram essenciais para que muitas lutas na nova cidade acontecessem, o que não foi possível em outros lugares de onde vinham muitos de seus moradores. Ainda que a luta da Estrutural pudesse ser tratada como uma luta prioritariamente por redistribuição, o cumprimento do critério material do direito foi entendido como *conquista*, reconhecidamente resultado de uma luta compartilhada e acompanhada por sentimentos comuns de indignação e identificação, mesmo que se tratassem de pessoas com origens e ideais muito diferentes.

Entretanto, como destaca Pinto (2008), em cenários de grande pobreza e desigualdade social, as possibilidades dos sujeitos e grupos sociais se constituírem como sujeitos de luta por distribuição e reconhecimento, ficam menores na medida em que a noção de reconhecimento fica limitada a um reconhecimento externo, geralmente do Estado, que age sem necessariamente construir uma relação com o reconhecido. No contexto da Estrutural, com certeza bem diferente do que parte Honneth, a luta pela sobrevivência torna mais complexa a discussão sobre participação e, por esta razão, também será discutida na pesquisa.

Para discutir todas essas questões, como disse anteriormente, pretendo partir de um resgate da história da cidade, principalmente destacando aqueles momentos que se tornaram símbolos, funcionando como referência nas lutas atuais da cidade. Desses processos, que podem estar mais perto ou mais longe do nosso tempo, entendendo as lutas por reconhecimento da cidade e as formas de seus moradores se reconhecerem, procuro contribuir para o debate sobre os caminhos e limites da participação política hoje.

O trabalho está dividido nos seguintes capítulos: *A ocupação do espaço e luta pelo direito à moradia na Estrutural*; *Caminhos para entender a participação política na Estrutural*; *Estudos sobre Brasília e a pesquisa sobre a política cotidiana na Estrutural*; *A Prefeitura Regional Comunitária: estratégias de participação e*

aprendizagem do processo político na Estrutural; A luta para “se sustentar” na Estrutural e, A cidade e o lixo: fartura lá em cima, vergonha lá fora.

A divisão foi feita a partir de um critério simples, da eleição dos momentos e falas que considerei serem os mais ricos em eventos que representam um jeito de fazer política na cidade ou ainda os sentimentos compartilhados de forma mais generalizada. Entretanto, não deixa de ser uma tarefa difícil, porque como qualquer seleção exclui momentos que podem dar uma outra perspectiva para o mesmo tema. Meu limite aqui, assim, é a minha experiência e o que nessa vivência foi possível perceber de central para entender algum jeito de fazer política no presente etnográfico, que nesse caso, vai do início de 2009 ao final de 2013.

No primeiro capítulo, que chamo *A ocupação do espaço e luta pelo direito à moradia na Estrutural*, tento levantar de forma mais geral momentos presentes na memória coletiva ou individual sobre o que seria o passado da cidade, como forma de situar o leitor quanto à história de alguns personagens e suas perspectivas sobre a cidade, e de algumas organizações locais, suas origens e o contexto em que as relações foram se estabelecendo e se desenvolvendo. Apesar de tentar fazer esse capítulo de forma mais panorâmica, no decorrer do texto discuto, a partir das experiências das pessoas que construíam essa cidade, as formas como foi sendo entendido o direito à moradia, os processos conflituosos de construção de uma solidariedade para a luta naquele lugar, e o jogo das relações com governos e políticos profissionais nesse contexto.

Chatterjee (2004) discute que em comunidades pobres da Índia muitos grupos que precisam mobilizar benefícios de diversos programas governamentais precisam curvar ou esticar regulamentos porque os procedimentos existentes historicamente vêm trabalhando para excluí-los e marginalizá-los. Segundo as observações do autor, é aí que se percebe uma luta sobre a distribuição real, não sobre a meramente formal, distribuição de direitos entre os cidadãos. Essas lutas que as vezes assumem meios *extra-legais*, apesar de sua situação ambígua e suplementar em relação ao legal, pode ser entendido como parte do próprio processo de constituição histórica da modernidade na maior parte do mundo.

Por essa razão, no capítulo seleciono falas e eventos que podem ser sinais que essas as formas de lidar com regulamentos e procedimentos do processo democrático precisam ser melhor discutidas, evitando “essencialismos” e localizando contextualmente os conflitos e questões determinantes para os caminhos tomados para a

participação política, sem deixar de discutir também o que está em questão na não participação, ou seja, quais os limites que estão dados à participação em determinados contextos. Assim, discutindo o processo de ocupação e fixação da Estrutural, nesse primeiro capítulo procurarei ressaltar as contradições e dilemas postos na luta por direitos desse período que vai da chegada de seus primeiros moradores até ao reconhecimento da ocupação como legal.

No segundo e terceiro capítulos, *Caminhos para entender a participação política na Estrutural* e *Estudos sobre Brasília e a pesquisa sobre a política cotidiana na Estrutural*, respectivamente, volto o foco especificamente para as reflexões da teoria sociológica que mais são afins aos temas que irei discutir durante o trabalho, e que já vinha adiantando no primeiro capítulo. A pausa é importante tanto para justificar as escolhas metodológicas do trabalho quanto para apontar as principais questões postas em debate pelos pesquisadores e teóricos campo temático. No segundo capítulo tento também esclarecer os conceitos que utilizo e também os que não considero úteis para entender a política na Estrutural, tendo em vista, sobretudo, o que me diz esta cidade sobre as categorias, classificações e explicações sociológicas da realidade social contemporânea.

Mesmo à distância, o foco continua sendo o cotidiano político da Estrutural, a participação política e as lutas por reconhecimento. Agora, entretanto, faço também um diálogo com os trabalhos que tratam da urbanização de Brasília e seu entorno, sobretudo criando um contraponto com as perspectivas mais generalistas desse processo que por vezes apresentam a construção das cidades satélites ora apresentando elementos externos a ela, determinados a partir do Plano Piloto, ora por elementos internos, mas caracterizando-as como tendo um modo de vida típico das classes populares que as define de uma vez por um modo de sociabilidade esperado.

No quarto, *A Prefeitura Regional Comunitária: estratégias de participação e aprendizagem do processo político na Estrutural*, dedicado à PRECES, como é conhecida localmente a prefeitura, pretendo marcar um outro momento da história da Estrutural, o momento pós reconhecimento legal, quando a luta pela moradia, apesar de muito presente, já assumia outras direções: a ampliação desse direito à cidade crescida, a melhoria das condições de vida ou a construção de infraestrutura pública. Essas transformações pelas quais passaram a cidade refletiram-se também sobre seus movimentos, assim também como era de outro tipo a presença do Estado na cidade, e a PRECES assume um papel de destaque na organização popular e na representatividade

junto ao governo. Na narração de momentos que vivenciei na cidade junto com o primeiro grupo organizado na forma “prefeitura”, vou discutindo principalmente alguns dos processos e relações políticas locais e os aprendizados e formas resultantes disso.

O terceiro capítulo, *Os outros*, talvez seja o mais relacionado à teoria do reconhecimento por discutir, principalmente, as questões relacionadas ao sentimento que muitos moradores da Estrutural tinham e ainda têm em relação aos seus vizinhos, o Guará e o Cruzeiro, principalmente, mas também com Plano Piloto, que geograficamente o cercam e que estabeleceram relações, de trabalho e ou a convivência na escola, por exemplo, que permitem o contato com as “visões do outro sobre si” que de alguma forma constituem parte do processo de identificação dos moradores da Estrutural e mesmo compõem parte de suas lutas.

O quinto capítulo, intitulado *A luta para “se sustentar” na Estrutural*, tem como temática as remoções forçadas em razão do projeto de urbanização estatal que começou a ser implementado na cidade em 2007. Dos depoimentos das pessoas removidas, daqueles que resistiram a esse processo e dos que observam atentos esse movimento de saída da cidade, surgem diversas teorias e sentimentos que trazem em si explicações sobre a forma com que os direitos são tratados na política e na sociedade brasileira. Constroem-se dessas experiências e percepções, críticas ao processo e aos mecanismos tradicionais de participação na construção de políticas de urbanização, como a que vinha sendo desenvolvida na cidade, bem como concepções sobre justiça e respeito.

E, por fim, no sexto último capítulo a temática é a relação da cidade com o Lixão com o qual nasceu. Sob o título *A cidade e o lixo: fartura lá em cima, vergonha lá fora*, o capítulo aborda a dimensão dessa luta que faz com que a luta pela Estrutural, e não apenas por moradia, se constitua como uma luta singular. A partir da contradição aparente de sentimentos como gratidão e vergonha, formas de afirmação e resistência vão dando diferentes sentidos a uma mesma luta na Cidade Estrutural: a luta por direito é também a luta pelo reconhecimento de seu valor social.

Nesse período morando na Estrutural a experiência me permite percepções diversas sobre a cidade que nem sempre tem fontes explícitas para mim, mas aparecem no trabalho de alguma forma. Do que tenho clareza, entretanto, é da certeza que esse tempo e essa experiência não são suficientes para que eu fale com total segurança sobre o que pensam as pessoas que conheci, ainda menos das que não conheci, com isso, divido aqui o peso que me causam as análises e tentativas de explicações que começo a fazer.

Diante disso, tentei me amparar o máximo que pude nas entrevistas e histórias de vida feitas com a equipe do Ponto de Memória da Estrutural⁷, nas entrevistas feitas com as famílias do Monjolo reunidas no documentário *Monjolo: todo mundo tá feliz?*, de quem falarei mais a fundo no quinto capítulo, e nas falas em eventos e reuniões que participei diretamente. Ainda assim, reconheço que é precária a interpretação de um processo que ainda está sendo interpretado por quem o viveu ou vive. De qualquer forma, já me serviu grandemente para ampliar e aprofundar as reflexões sobre política, participação e ação coletiva nesse contexto e para além dele.

⁷ O Ponto de Memória da Estrutural é um projeto apoiado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram que funciona como um museu comunitário e realizou a construção de um primeiro “inventário participativo” da memória coletiva da Estrutural no ano de 2011 e 2012. No capítulo seis falarei mais sobre o programa e o grupo na Estrutural.

CAPÍTULO I - A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E LUTA PELO DIREITO À MORADIA NA ESTRUTURAL

Como dito na introdução da tese, esse primeiro capítulo é resultado do trabalho realizado com o Ponto de Memória da Estrutural⁸ durante o ano de 2011 e 2012. A proposta de gravação das entrevistas era compor um primeiro acervo com as histórias sobre o início da cidade, tentando mapear os antigos moradores e os lugares ocupados e, junto com isso, aquelas pessoas que tivessem acompanhado as organizações ligadas à luta por moradia até a cidade ser regularizada. A primeira lista discutida, então, era de pessoas indicadas como os mais antigos moradores ou pessoas mais ligadas aos movimentos organizados nessa luta até a regularização da cidade, foram eles: Elias, Geralda, Dona Vanda, Dona Isabel, Dona Lia, Dona Geralda, Zezinho, Ismael, Paulão, Djalma, Elias, Valdivino, Suzano, Duda, Luizinho, Fátima, Nenê e Creuza.

A maioria das entrevistas foram gravadas no próprio espaço do Ponto de Memória com o entrevistado e mais três pessoas da equipe do Ponto. Algumas delas, entretanto, fizemos na casa das entrevistadas, como no caso de Dona Lia e Dona Izabel, que hoje moram no Recanto das Emas⁹ depois de terem sido removidas pelo governo. Outras ainda fizemos na forma de uma “roda de memória”, uma conversa com a presença de convidados que podiam fazer perguntas ou complementar os relatos.

A proposta não era apenas ouvir sobre a cidade e registrar esses nomes e momentos, era fazer isso no percurso da vida de cada entrevistado, ou seja, a partir daqueles relatos, entender como aquelas pessoas construíram o lugar, como o contexto construiu suas vidas e que significado atribuíam àquele tempo. Por essa razão, as entrevistas foram feitas na forma de “histórias de vida” e o recorte foi dado pelo próprio falante. Nossa intervenção foi controlada, restringindo-se ao esclarecimento e detalhamento dos fatos apresentados.

⁸ Participavam das entrevistas geralmente eu e pelo menos mais duas pessoas da equipe do Ponto, além disso, a discussão do roteiro das entrevistas, o formato, a escolha dos entrevistados e entrevistadas e a transcrição do material gravado, foram feitos de forma coletiva. As entrevistas aconteceram a maioria no espaço do Ponto, uma casa alugada que serve de base para outros movimentos que atuam na cidade, como o Movimento de Educação e Cultura - MECE e a Marcha Mundial das Mulheres, chamada de “Casa dos Movimentos”.

⁹ Região Administrativa do DF localizada a cerca de 30 quilômetros da Estrutural.

Falamos nas entrevistas, portanto, de passado, de um tempo que não era aquele, em que se tem que lidar com o novo e com as novas relações que se estabelecem ou se estabeleceram, permitindo avaliações ou posições que dialogam com o significado que as coisas assumiram depois de construídas. Isso em alguns momentos pode tornar o relato sintético e diferente do vivido, mas também pode permitir um melhor entendimento das ações por seus atores. Pra mim e para os objetivos que tenho aqui a memória é também significado não apenas do individual, mas também do que foi se construindo socialmente, não do que de fato aconteceu, mas do que as pessoas acreditam ter acontecido ali, o que há de político, coerente e contraditório nisso tudo.

Ainda que se considere que ao trabalhar com histórias de vida e memória estivéssemos tratando especificamente de um assunto estritamente individual, não é necessariamente assim, uma vez que do entrecruzamento dessas memórias é possível localizar uma memória coletiva. Mas, ao mesmo tempo em que são construídas, as memórias individuais podem apresentar flutuações e fragmentações com relação a essa memória coletiva. Considero que fazem parte do todo social, entretanto, mesmo os “descaminhos”, “as descontinuidades” se apontadas como de significativa importância pelos atores sociais, a memória nesse sentido é um fenômeno coletivo e social e como tal está submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. Da perspectiva do método durkheimiano, Halbwachs (2009) explica:

..., se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2009, p.69).

A memória compartilhada na Estrutural entre os entrevistados na primeira etapa de construção do acervo do Ponto de Memória revela uma relação com um processo de ocupação do espaço e luta pela cidade que, como já apontava Silva (2008), vai além de uma luta por interesses ou até mesmo por um benefício, mas junto com isso, representa um processo que nos permite entender o compartilhamento de experiências e o

surgimento de um conseqüente reconhecimento recíproco. Como causas e produtos dessa luta por direito desenvolveram-se laços que serviram para se construir uma imagem do que eram e sua conseqüente imagem aos olhos dos outros. Por causa disso, durante a minha vivência na cidade e nos relatos que ouvi sobre esse momento fundante, o início da cidade, foi possível fazer várias associações com as leituras sobre a dimensão do reconhecimento mútuo nas lutas sociais organizadas, discutidas na sociologia.

E é em diálogo com a Teoria do Reconhecimento, aqui representada por Axel Honneth, que faço a seguir um apanhado sobre as referências a esse primeiro momento da cidade, relatado nas conversas no Ponto de Memória, destacando principalmente o aspecto político do desenrolar dessa história, não apenas os conflitos mediados pelas instituições democráticas formais, mas também as demais formas de fazer ouvir e atender publicamente, seja com relação ao respeito a direitos ou à estima social, conforme a classificação de Honneth (2003). O relato a seguir decorre de duas premissas que fui identificando nas falas: 1) as pessoas que viviam na Estrutural no seu começo agiram socialmente, e a cidade é resultado também dessa ação; e 2) essa ação mais do que a busca por interesses vai se construindo na forma de uma luta pelo e por reconhecimento mútuo.

A dimensão do reconhecimento mostrou-se naquele momento um caminho mais profícuo porque tornava possível ir além dos determinismos e respostas dadas, o que me permitiu ser bem mais curiosa com relação à história das pessoas e suas experiências, me fazendo reconhecer que o cotidiano das lutas na cidade podia ser lido de forma um pouco mais complexa do que me falavam as teorias gerais, podendo sobre isso ser dito mais coisa. A distância percebida quando às vezes confrontei teoria e prática pode ser explicada talvez porque, como nos fala Honneth (2003), nas ciências sociais a categoria luta social tradicionalmente esteve ligada simplesmente ao significado de uma concorrência por chances de vida ou de sobrevivência por si só e, na Estrutural muita coisa parecia escapar a isso.

Uma das principais críticas da teoria do reconhecimento é exatamente que, em razão de uma ótica utilitarista, já nos começos da sociologia acadêmica, teria sido cortado teoricamente o nexo entre o surgimento de movimentos sociais e a experiência moral do que se entende por *desrespeito*. Os interesses, resultantes da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, explicariam toda forma de

rebelião, protesto e resistência, não sendo considerada nesse processo a rede cotidiana das atitudes morais emotivas, que inegavelmente fazem parte da vida das pessoas (HONNETH, 2003).

Como uma alternativa a isso, Honneth (2003) define as lutas sociais como “processo prático no qual experiências individuais de *desrespeito*¹⁰ são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (2003, p.257). Por essa definição, Honneth inclui um componente essencial para o entendimento dos movimentos sociais, a saber, a infração das regras implícitas do reconhecimento recíproco, para além das intenções individuais, chegando a um ponto em que as pessoas podem se tornar a base de um movimento coletivo.

Sob essa nova perspectiva, não importa se a luta social tem como meio de resistência a violência ou a não violência, se é intencional ou não intencional ou se existem finalidades pessoais ou impessoais, enfim, não é necessário julgá-las a partir desses critérios. O mais importante é o compartilhamento de significados que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos. É interessante no nosso caso, então, a forma com que na Estrutural foram compartilhados sentimentos de desrespeito e como isso foi importante pra desencadear um processo de luta social compartilhada e duradoura, capaz de alcançar resultados coletivos.

Assumindo o conceito de luta social apresentado e seguindo a trilha dos depoimentos, a partir de agora passo a relatar de forma cronológica o processo de ocupação da Cidade Estrutural, considerando-o não propriamente de forma linear, mas tentando construir um cenário de acontecimentos e personagens que aos poucos possamos ir desenrolando e por eles passeando com maior familiaridade.

Sobre isso, é significativo falar da dificuldade de se construir cronologicamente esse “histórico” da Estrutural, isso porque os relatos, na maioria das entrevistas, muitas vezes se confundem, se misturam, vão e vêm no tempo e raramente são datados. Ao invés disso, são marcados por tempos diversos: “tempos da Vila Velha e da Vila Nova”, da “primeira Estrutural”, “época da Marlene”, “do Cristóvam”, “do Roriz”, “dos movimento do Ismael”, “das reuniões no galpão”, “do caminhão pipa”, da “Associação

¹⁰ Grifo meu.

do Joaquim”, “do Zé Edmar”, etc. Localiza-se o tempo não propriamente por suas datas, mas por acontecimentos, pessoas e lugares que são referências, de forma que, mesmo que se esteja relatando fatos estritamente ligados à vida pessoal, localiza-se no tempo da cidade, como fala Dona Izabel:

Deuzani: *Quando foi... em que ano foi isto, a senhora lembra?*

Isabel: *Pensa que eu sei? Eu não sei mais, minha filha. Não sei mais não. Eu sei que foi a primeira Estrutural, foi a primeira remessa da Estrutural que chegou.*

Por essa razão, no relato que se segue, ainda que procure seguir uma ordem de entrelaçamento entre os fatos que seja cronologicamente organizada, para tentar entender o significado que assumem os acontecimentos narrados nas entrevistas, priorizo a perspectiva no entendimento daquele momento dentro do imaginário coletivo da história da cidade. O que quer dizer que, ainda que as datas não sejam tão precisas ou que alguns acontecimentos relativos à formalização do processo de regularização sejam tratadas de maneira mais pontual, a narrativa que faço sobre a história da cidade é feita pelos momentos percebidos coletivamente como sendo partes dessa história. Isso porque, entendo que, conforme defende Palmeira (2002):

A ordem social não é percebida em termos orgânicos ou mecânicos, que é como ela foi naturalizada pelo senso comum intelectual, mas em termos de adequação de comportamentos a determinadas finalidades postas em um certo momento.(...) A sociedade não é vista dividida em partes, ou em “esferas” ou “espaços”, como se tornou mais adequado enxergá-la em nosso tempo acadêmico contemporâneo, mas em *tempos*. (p. 173 e 175)

Tendo como referência, assim, os relatos de antigos e mais recentes moradores da cidade, passando por histórias de vida individuais, mas tendo como foco as lutas empreendidas de forma coletiva no processo de estabelecimento dessa cidade enquanto tal, destaco as principais referências que permitem a existência de uma “semântica coletiva”(HONNETH, 2003, p. 258) na cidade, que em diversos momentos levou-os a se organizar e agir coletivamente.

O direito à cidade.

A Cidade Estrutural tem esse nome porque localiza-se às margens da DF-095 oficialmente denominada Estrada Parque Ceilândia (EPCL), mas comumente chamada de Via Estrutural, que foi construída no início da década de 70. Antes disso, chegaram aqui Dona Vanda e Nenéu, conhecidos como os primeiros moradores da região.

Dona Vanda de Jesus nasceu em Caratinga – MG, perdeu o pai aos dois anos e, junto com a mãe e os dez irmãos, veio a convite de um tio para Brasília, começando uma jornada em busca de trabalho que só foi encontrar pouso na Estrutural. O primeiro lugar que moraram foi próximo ao Núcleo Bandeirante que, pelo que se lembra, chamava “DAE”. Nesse lugar, o jeito encontrado por sua mãe de conseguir algum dinheiro foi catando pela rua papel e outros materiais que pudessem ser vendidos, enquanto as crianças ficavam em casa. Num dia desses de trabalho, um desconhecido encontrou sua mãe e resolveu mostrar-lhe o lixão de Brasília, que nessa época ficava onde hoje funciona o Hospital das Forças Armadas no Cruzeiro e, a partir daí, virou “catadora profissional do Lixão”.

Em 1964, porém, o Hospital começou a ser construído e, antes disso, em 1958, o Lixão teria vindo pras proximidades do Parque Nacional de Brasília, região onde hoje é a Estrutural e, junto com ele, Dona Vanda e sua família:

aí depois esse lixo saiu de lá e veio pra aqui e minha mãe veio acompanhando com nós. E minha mãe chegou aqui fez uma barraquinha de lona, sabe? e colocou nós na barraquinha e o lixo começou jogar lá pela aquela área, uma párea dum buracão que tinha lá na frente, aí a minha mãe começou a trabalhar e nós aqui nas barraquinha. Aí foi jogando, jogando, jogando, jogando este lixo andou pra acolá tudinho, jogando e nós aqui com ela. Aí tinha um comprador de papel chamava Sr. Emílio e um outro que chamava Zé Gordinho, era os três barraquinhos que tinha, não tinha mais nada aqui.

E, até que o lixo encontrasse um lugar, ele “andou” quase toda a região, e, junto com ele, a família de Dona Vanda, assim como de outros catadores que foram chegando, que de forma quase nômade, acompanhavam o lixo também:

Terezinha: Dona Vanda, e onde que era? não é neste local que é agora, onde que era?

Vanda: Não, não é não. Era lá perto de uma lagoa que vai pro quartel do exército, começou a jogar ali, um tal de buracão, de lá andou por ali pelo.... onde é o automóvel

[Cidade do Automóvel¹¹], ali tudinho. O lixo já andou por ali tudinho, nós andou ali tudo trabalhando neste lixo, tem muito lixo enterrado por ali. Dali veio, veio chegou perto da lagoa, parou jogou do outro lado para acolá e veio jogando, aí foi para o Jóquei Clube, tem uma área do Jóquei Clube que eles jogaram também, e nós acompanhando, daí do Jóquei Clube só tinha um caminho, aqui não tinha nada de asfalto nem nada, não tinha a Estrutural [a via], não tinha nada. Eu acompanhei esta Estrutural fazendo esta Estrutural. Aí eles vieram jogando, jogando e depois começou jogar aí pra baixo ai tudo jogando aí pra baixo, jogou, jogou tudo, só nesta parte que nós está aqui que eles não botaram lixo, mas daqui pra lá é tudo aterro, tudo tem lixo ,aí jogaram por aí pra baixo tudo e foram jogando, jogando, jogando, jogando hoje ele está aqui, hoje ele esta aqui. Agora vocês avalia que eu cheguei aqui com 7 anos mais ou menos, de 6 pra 7 anos, hoje vou fazer 61 anos e esse lixo ainda está aqui, nós trabalhando neste lixo o tempo todinho e o lixo tá aqui agora.

Com a vida inteiramente ligada ao trabalho, lugar de trabalhar era lugar de morar, era jeito de viver e, com tanta “riqueza” que chegava, essa era a vida até da criança que ela era:

Carol: *E onde era o lixo era a casa de vocês? vocês iam mudando junto?*

Vanda: *Nós ia pelo meio do cerrado e fazia um barraquinho lá no meio do cerrado, ali nós comia, ali nós dormia, ali nós bebia e dali nós fechava o barraquinho e ia pró lixo trabalhar que era tudo aberto, era tudo assim, não tinha guarda, não tinha guarita, não tinha nada, agora que tem. Hoje tem documento daqui, a gente tem documento daqui, carteirinha de reciclagem, trabalhando na reciclagem, eu tenho minha carteirinha. Então hoje tem, mas de primeiro não tinha nada, era só um barraquinho que tinha no meio do cerrado, os caminhão que chegava, despejava e ia embora e pronto. Ali a gente fica ali, trabalhando naquele lixo ali, de vez em quando vinha um trator e empurrava o lixo, que era pela SLU [Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal], o trator empurrava o lixo e ia embora e ia jogando o lixo, quando tinha muito lixo vinha um trator e empurrava, dava tempo da gente trabalhar aqui e pegar muita coisa: era alumínio, cobre, metal, papel, plástico, nós pegava isto aí e vendia, papelão, vinha uns comprador de Taguatinga pra comprar aqui os material e nós aí no meio deste cerrado aí trabalhando.*

Nenê chegou aqui de outra forma, pelos anos de 73 ou 74, não se recorda precisamente. Seu pai era encarregado de cuidar da segurança do córrego, e moravam ali na beira. Nessa época, nas proximidades da casa de Nenê, caminhões de lixo hospitalar já vinham descartar material, mas catador era muito pouco, “muito moleque pegando borracha pra estilingue”. Com o tempo foram chegando catadores de

¹¹ A Cidade do Automóvel é uma região localizada ao lado da Estrutural, de onde foi removida uma das maiores ocupações da Estrutural para a construção do projeto do governo Cristóvam Buarque (PT) que visava transferir as concessionárias do Plano Piloto de Brasília para essa região, para isso foi dada infraestrutura e incentivos para que os empresários do ramo transferissem suas empresas para o novo endereço.

Taguatinga e Ceilândia, principalmente, que construíam barracos próximo ao lixo, mas não moravam, faziam como que bases de trabalho e voltavam para dormir em casa¹². Em 1975 chegaram Fátima e Creuza de famílias conhecidas, que com ele confirmam um cenário, que numa narrativa carregada de saudades, lembra muito a vida de interior: cerrado nativo e tranquilo com água limpa no córrego, usada para beber e lavar roupa, banhos no “buracão”, uma espécie de açude, plantações de frutas e verduras e vizinhança confiável.

Junto a tudo isso, o grande atrativo da cidade: a riqueza do lixo. O trabalho penoso e desgastante da “separação”, como é chamado ainda o trabalho no lixão, nesta época, foi visto como uma oportunidade e, para as crianças – agora adultos que nos narram essa história –, a “descoberta de um tesouro”. E a notícia do lugar foi se espalhando e, no ano de 1978 chegou até Padre Bernardo-GO, onde morava Suzano, que decidiu vir conhecer o lugar no dia 27 de agosto do mesmo ano.

Também em 78, Dona Lia, que morava de favor na casa de uma sobrinha do marido e não conseguia aluguel por ter seis filhos (o que não era muito aceito pelos proprietários das casas que procurava). Passando pela Via Estrutural ela avistou o lixo cercado de uns poucos barracos e sugeriu ao marido que fossem morar lá. Resistente no início, já com medo da fiscalização, mas sem alternativa, o marido seguiu para o lugar com Dona Lia e os filhos: “... *ele foi lá fez um barraco pequenininho na semana, de pau de mamona, cortando lá, bem miudinho, que quando a gente chegou no domingo não cabia [...] só eu e os meninos, ele dormia no lado de fora [risos]. Mas naquela época que cheguei lá tinha 30 moradores já. Chacrinha, assim separado assim, o pessoal já trabalhava no Lixão, era muito lixão, eles já abriam aquelas vala prá jogar lixo em 79...*”

Quase dez anos depois, ainda que de forma lenta, o mesmo caminho começava a fazer parte da trajetória de vida de muita gente que ia chegando ao lugar que era chamado, de acordo com o cartão de vacinação da filha de Dona Lia, “Boca do Lixo”. Quem nos narra esse momento agora é Dona Isabel, que em dezembro de 87 veio em busca de recuperar o que tinha perdido na vinda com a família de Senhor do Bonfim – BA para o Distrito Federal. A situação, apesar das expectativas, não era fácil, e a vinda pra perto lixão se deveu ao fato de ser exaustiva a vida sem paradeiro, ela relata:

¹² A história aqui se desencontra da versão de Dona Vanda que afirma ter morado já nessa época nas proximidades do Lixão.

“quando não tava de aluguel nós tava de favor, porque morei de aluguel, morei de favor, morei neste barraquinho lá em cima da área do clube e aí fomo embora pra Estrutural. Cheguei lá era um barraquinho de madeirite tão ruinzinho, a gente só entrava assim como que era arapuquinha, um fogãozinho de lenha ali dentro, eu peguei minhas coisas que tinha e levei lá dentro e fiquei lá só no capimzão de boi e mamoneira. Aí ficuemo lá.”

E esses relatos, de quem foi chegando assim de forma esporádica e gradual, se multiplicam à medida que se conversa com pessoas que estão na cidade há mais tempo. Em 92, quando a ocupação já era chamada de Vila Estrutural e aqui não viviam mais que 300 famílias (EIA/RIMA Vila Estrutural, 2005, p.8), ainda com um certo isolamento do resto de Brasília, apesar da proximidade, foi fundada a Associação Comunidade do Lixão – Ascol, presidida por Dona Geralda. Na época, a Ascol já intermediava os diálogos com o governo ou agentes públicos e era visitada também em período de eleição por candidatos.

Até que em 1994 chegou aqui José Joaquim, morador do Sudoeste¹³ que, passando pela Via Estrutural, viu na área um “grande potencial para atender à demanda por moradia do DF”. Joaquim não quis falar ao Ponto de Memória, desconfiado das razões políticas do projeto¹⁴, mas em alguns poucos contatos, nos fez entender que chegou ali como um visionário, que “viu uma cidade onde só existia cerrado”, e por essa razão teria vindo, contrariando aos amigos e família, para a área onde é hoje a Cidade do Automóvel. Pouco tempo depois de vir sozinho para o lugar, trouxe de Ceilândia, Marlene Mendes, que depois se tornaria sua mulher e grande liderança do movimento de ocupação da área que depois seria conhecida como “Vila Nova”.

Em 1993 foram registradas na ocupação 393 famílias (EIA/RIMA, 2005, p.8). Um ano depois, esse número quase dobrou passando para 700 famílias (EIA/RIMA, 2005, p.8), um grande e rápido salto numérico explicado principalmente pelo crescimento da “Vila Nova” ou “Alta Estrutural”, como também era conhecida. Para organizar os novos moradores foi criada a ASMOES – Associação dos Moradores da Estrutural – que seria dirigida por Marlene. As notícias da ocupação continuavam

¹³ Região de classe média alta de Brasília, vizinho à Estrutural.

¹⁴ O medo maior, que deixou escapar, era que, por ser o Ponto de Memória um projeto apoiado pelo Governo Federal, nesta época dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, a proposta fosse a de recontar a história transformando esse partido e o ex-governador Cristóvam Buarque em heróis.

atraindo novos moradores, agora, talvez pela organização, com uma rapidez ainda maior - muitos “filhos de Brasília” que não estavam tendo o direito à moradia assegurado, enxergavam nesta uma oportunidade pela qual valia se sacrificar. Um desses “nascidos em Brasília” e reclamador deste direito foi Ismael Caetano, que conta:

...foi logo que começou o povoamento lá pra Vicente Pires, ali no Setor Colônia Agrícola Samambaia, que é aquele setor ali, dá-se o nome de Colônia Agrícola Samambaia, então lá foi o primeiro local que a gente cercou, no caso eu cerquei uma área lá. Como era rico, eles falavam que era condomínio de rico, na realidade era invasão e aí então eu fui prá lá também, eu falei: ‘Não, porque que eu nasci em Brasília e vou pagar aluguel, pessoas vem de outros estados e tal e se dá bem, entendeu? Então eu falei: não eu não vou pagar aluguel não(...), nasci em Brasília e daqui não saio!’. Então o primeiro local que fizemos uma moradia foi lá, coloquei uma lona assim, um lona preta, como não tinha dinheiro, tava desempregado.(...) Então nesta dificuldade toda né, vai prá ali, mora prá ali, mora de favor, mora de aluguel, de qualquer forma, ...foi quando eu falei: deixa eu ir lá ver como é esse negócio lá (...) então, ali meus irmãos já estavam lá, e aí eu ficava indo pra lá jogar bola com eles e tal, e aí eu pensei: ‘Quer saber de uma coisa?? eu vou fazer um barraco aqui pra mim e foi aonde eu peguei fiz um barraco aqui, isto por volta de 94 pra cá, né, e aí foi onde a gente começou a ter aquelas.... é, envolvimento com a organização da localidade, com associação de moradores, né...

Vão se construindo no decorrer dessas nossas conversas noções de direito ao lugar e justificativas para as lutas que passarão a ser narradas, sejam aquelas ligadas à organização política ou às lutas vivenciadas diariamente para construir um lugar do começo, à labuta de viver ali naquele período. A noção de direito estaria ligada ao fato de ser um como os outros, “filho de Brasília”, e, portanto, herdeiro legítimo dessa terra, o que gera, em Ismael, por exemplo, o sentimento de que, se Brasília é de todos os seus filhos, se morar aqui é um direito, ele é seu também, ainda que tenha que conquistá-lo à força.

Mas o sentimento de direito também pode estar relacionado àquilo que me faz diferente dos outros moradores do DF, como no caso de Dona Vanda e Nenéu, onde o sentido do direito pelo qual lutavam era resultado do fato de terem sido os primeiros a chegar aqui, de terem visto e vivido tudo que se passou por aqui e por carregar as histórias de dor e sofrimento que chegaram junto com o novo lugar, significando quase um preço pago, mas, mais que isso, um valor que te faz mais importante que qualquer outro.

Esses sentimentos expressam pressupostos normativos que, segundo Honneth (2003), apontam para dois tipos de luta por reconhecimento: uma por respeito a direitos

e outra por estima social. Em ambos os casos de reconhecimento, a pessoa é respeitada em virtude de determinadas propriedades. Mas, no primeiro caso, se trata daquela propriedade universal que faz dela “uma pessoa”. No segundo caso, pelo contrário, trata-se das propriedades particulares que a caracterizam, diferentemente de outras pessoas.

A percepção clara de se ter um direito nos diz algo importante, conforme explica Honneth, sobre uma característica básica da comunidade jurídica moderna: a imputabilidade moral de todos os seus membros. Na passagem para a modernidade, diz Honneth, os direitos individuais se desligam das expectativas concretas específicas dos papéis sociais, uma vez que, em princípio elas competem de agora em diante, em igual medida, a todo homem na qualidade de ser livre. Porém, esse direito universalmente válido deve ser questionado no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele deve se aplicar, visto que eles pertencem à classe das pessoas moralmente imputáveis, e é aqui, nesse lugar de interpretações das relações jurídicas modernas que podem se suceder as lutas por reconhecimento.

Na teoria do reconhecimento, esses sentimentos que a princípio representam apenas pressupostos normativos, tendem a desencadear lutas que à medida que se individualizam, ampliam as relações de reconhecimento mútuo. No caso da luta por direitos, por exemplo, com os direitos políticos de participação, surgem, na sequência de uma ampliação, os direitos sociais de bem estar, forçados a partir de baixo, do significado que se associa à ideia de igualdade de valor, própria da condição de uma coletividade política. Como veremos, o entendimento de Ismael, e de outros mais, de que o poder de levantar pretensões de ter um lugar para morar é justificável socialmente por ser “filho de Brasília”, foi o passo inicial para que se engajassem politicamente na luta pela conquista da Estrutural.

A Vila Velha e Vila Nova: diferenças, luta e solidariedade.

A Vila, com a chegada dos novos moradores, não era mais uma só...

Depois da chegada de Joaquim e Marlene, apoiados pelo então Deputado Distrital José Edmar, a cidade passou a ser dividida em Vila Velha e Vila Nova. A parte mais antiga, habitada por chacareiros e catadores e mais próxima do Lixão, era a Vila Velha.

A Vila Nova ficava às margens da Via Estrutural, no lugar onde hoje é a Cidade do Automóvel e era formada por um amontoado de barracos¹⁵.

O crescimento da Vila Nova acontecia de forma diferente da experiência na Vila Velha. Nesse novo momento, mais do que uma relação direta com o Lixão, quem chegava trazia com mais clareza a perspectiva de na nova cidade conquistar o direito à moradia, tanto que só alguns desses novos moradores chegaram a trabalhar no lixão e tinham como preocupação principal tomar conta dos barracos para garantir a conquista junto com o movimento formado.

Além do fato da nova associação estar mais orientada no sentido de ser uma organização de luta por moradia, a localização da Vila Nova contribuía para esse crescimento e para esse perfil mais afastado da questão do lixo. –A nova ocupação ficava à beira da Via Estrutural, na parte mais alta da região, podendo ser vista pelo fluxo intenso de pessoas que subiam e desciam para o Plano Piloto todos os dias, o que também a fez percebida pela mídia local. Por fim, a configuração espacial da nova ocupação, ao contrário da Vila Velha que se organizava na forma de chácaras com espaço entre uma e outra, na Alta Estrutural, como conta Ismael, *os barraco era colado um no outro, não tinha divisão de lote nem nada, era tipo favela mesmo assim, entendeu? o que um fizesse do outro lado da parede todo mundo sabia, então aquilo era horrível, era esquisito.*

E em 1994, quando começava esse movimento, era também ano da segunda eleição para governo do Distrito Federal.. Joaquim Roriz, o governador de então, indicava Valmir Campelo (PTB) como seu candidato para concorrer ao cargo com Cristóvam Buarque, na época do Partido dos Trabalhadores (PT). Não se sabe ao certo a ligação anterior de Marlene e Joaquim com Roriz¹⁶. Entretanto, nessa época foram muitas as visitas de todos os candidatos para afirmarem o compromisso em atender os interesses da ocupação. Cristóvam Buarque também teria feito uma reunião na Associação de Dona Geralda, a Ascol, para garantir a permanência das famílias, caso ganhasse as eleições. Enfim, a relevância da Vila já era tanta que se tornou parte

¹⁵ Tanto na Vila Velha quanto na Vila Nova existiam moradias feitas de um compensado de madeira bem barato conhecido como madeirite que eram chamadas de “barraco”. Mas o “barraco”, conforme entendido por Borges (2003) ganha um significado conforme o seu contexto, e, no caso da Vila Nova, de acordo com os relatos, não representava nem um lugar para morar em definitivo e nem a propriedade do lote, mas uma forma de aguardar e obrigar a negociação com o governo.

obrigatória do percurso feito pelos candidatos a governo, como mais uma vez nos diz Ismael:

Os dois prometeram: tanto o Valmir, o Roriz prometeu enquanto governador indicado né? foi a primeira eleição dele? Não, acho que tinha sido a primeira eleição dele e aí ele tinha prometido logo quando ele saiu. E acabou que o Valmir Campelo perdeu pro Cristovam, quem ganhou foi o Cristovam, mas tanto o Cristovam quanto o Roriz, junto com candidato dele, tinham se comprometido que aqui... tanto é que abriu algumas ruas, enfim, fez um traçado da cidade...

Conforme disse Ismael, Cristovam saiu vitorioso das eleições, tornando-se o novo governador do Distrito Federal. E, uma vez que se posicionaria contrariamente à permanência da ocupação da Vila Estrutural, provocou uma aproximação mais intensificada dos deputados distritais José Edmar, Tadeu Filipelli e Luiz Estevão que agora formavam um bloco de “oposição” ao governo e, junto com Joaquim Roriz, defenderiam a permanência da ocupação. Nas palavras de Paulão:

Então, o Roriz ele teve um papel muito importante, querendo ou não, aqui dentro, né. Como o governo de esquerda na época era o Cristovam e aqui os movimentos organizados ocuparam e tinha que ter apoio da oposição, na época eles tinham o presidente da Câmara que era o Luis Estevão, eles tinham o Zé Edmar que organizava aqui. O Roriz ele foi um governador, governador não na época ele não era governador, ele fez uma oposição competente, que se tem um movimento de resistência querendo tomar posse de umas terras, não tem onde morar, ele se aproveitou muito bem disso, hoje ainda ele tem uma influência, querendo ou não, muito grande aqui dentro.

O percurso trilhado por um movimento urbano de luta por moradia, naquele momento, se quisesse alcançar algum êxito, segundo Paulão, não era outro senão o de se vincular à oposição, como forma de fortalecer-se politicamente. Além desse, o outro percurso era estabelecer contatos na Câmara Legislativa. A associação à Roriz, Luís Estevão e Zé Edmar é justificada por Paulão porque eram eles que, no momento, formavam o grupo organizado para fazer frente ao governo da época, que havia deixado clara a intenção de remover toda a cidade. E, segundo ele, quanto porque esses deputados tinham posições estratégicas na Câmara. Uma vez organizado o movimento, a conquista pelo direito à moradia, naquele contexto, encontrava caminhos possíveis diante do cenário político dado.

Em 1989, tinha sido criado o SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento que compreendia parte da área agora ocupada pela Vila Nova, com a proposta de criar a Cidade do Automóvel, para onde deveriam ser trazidas as concessionárias de automóveis da avenida W3 Norte do Plano Piloto. Em razão disso, Cristóvam propôs um acordo de transferir as famílias da Alta Estrutural para a Baixa Estrutural, até que fosse resolvida a questão de forma definitiva, ato governamental que daria no futuro ainda mais motivos para lutar pela Estrutural aos agora “removidos pelo governo”. Ismael descreve o momento:

Então é nesta parte que eu vou entrar agora, porque, tipo assim, o que determinou hoje a permanência desta cidade que hoje está, da forma que está, foi um documento que foi dado, que foi assinado, celebrado entre o Zé Edmar na época, a presidente da associação, a Marlene, e, na época, o secretário da Habitação, se não me engano era a secretária, Alexandra Hesting, a secretária da época do Cristovam, Alexandra Hesting. Então aí tiveram um acordo, aí celebrou um termo de acordo, né, celebrou um termo de acordo que naquela parte lá não poderia ficar as pessoas, então houve a transferência, isto já em meados de 96, (..)tanto que foi construído por caminhões da Novacap, usado o bombeiro, foi assim uma coisa oficial, de governo mesmo, remoção...

A junção das duas Vilas, assim de forma artificial, teve seus efeitos: o espaço agora precisava ser dividido. Baixa Estrutural e Alta Estrutural precisavam formar um Vila só, a Vila Estrutural, o que provocou mudanças que fazem com que até hoje os moradores da Vila Velha tenham em comum um certo ressentimento pelo momento, ao qual atribuem o declínio da vida tranquila e em contato com a natureza que tinham. Nas falas de Nenéu, Creuza, Fátima e Didi, fica mais claro esse sentimento:

Didi: pra mim, no meu gosto, no meu querer, bagunçou a Estrutural que eu amava, que eu gostava. Era só cerrado, tomava banho no buracão, ali onde hoje é a Escola. Isso era por volta 82/83. Eu gostaria que não tivesse existido a Vila Nova, eu queria que parasse, que voltasse no tempo....

Abadia: Como vcs entenderam a chegada dos novos aqui?

Didi: Guerra, foi guerra.

Abadia: Mas nós não entendemos assim.

Nenéu: Pelos que estavam aqui, não entrava mais ninguém. Mas não teve como controlar. Uma senhora Marlene que tava envolvida com política, chegou aí com um monte de gente, uma base de umas 500 pessoas. Quem tava do lado de lá teve que aceitar. Foram entrando, arrebitando arame, soltando bicho e criaram a Vila Nova que era do buracão pra parte de cima. Só que aí quando eles começaram, lá vieram buteco, os mercadim, porque antes a gente comprava tudo no Guará, no Cruzeiro, assistia nossa

televisão à bateria em casa, mais aí quando eles chegaram a gente se misturamos, começaram fazer festa e a gente se misturou. E aí todo mundo ia, ia e se misturava, aí vieram motores espalhando luz pra todo mundo, cobrando 50/60 reais pra todo mundo.

E no relato de Dona Vanda:

Não, não era perigoso não porque aqui ninguém mexia com ninguém, aqui, passou a mexer depois, agora tem muita contenda aqui, muita coisa errada, é depois que virou a cidade, é o povo roubando material dos outros aí neste lixo, é nego brigando, é batendo um e matando o outro,(...) aí começaram a jogar e foram jogando e nós acompanhando, acompanhando, acompanhando, aí agora depois de pouco tempo, agora que foram chegando gente, e esse povo chegou assim de supetão, não foi assim um ano, outro ano não, chegaram de supetão, e foram levantando aquelas barracaiada, sabe, e tampou isso aí tudinho de barraco.(...) veio outro bocado para aqui começou a levantar barraco aqui e pronto, aí nós já não ficamos só mais, encheu de gente, encheu de gente. Minha mãe pegou e faleceu, falou assim: é, agora não vai ter mais jeito não que aqui está virando cidade. Aí gente foi chegando não sei de onde, foi levantando barraco, foi fazendo rua, já foi entrando ali no lixo pra trabalhar...

Além dos transtornos relatados por uma questão de divisão do espaço físico, as falas deixam transparecer que o direito dos novos moradores não deveria ser o mesmo dos antigos, por entenderem que não foram compartilhados os sacrifícios necessários para se construir o que existia na Vila. São recorrentes as falas dos moradores da Vila Velha dizendo que os “novatos” não sabem o que era a verdadeira Estrutural, que vivem a cidade, mas não sabem o que custou para chegar aqui, que nunca sofreram nada. Como se existisse uma dívida que não é reconhecida com os “veteranos” da Estrutural.

O interessante é que essa separação entre as duas Vilas foi percebida pelo governo da época, que se antes aparecia esporadicamente para contar e cadastrar as famílias, agora precisava estar presente para negociar a permanência ou retirada da ocupação. Segundo o relato dos representantes das duas principais associações, a ASMOES e a Ascol, Elias e Dona Geralda, respectivamente, o governo realizava reuniões separadas com os dois grupos, fazendo acordos diferentes, o que acirrava ainda mais as diferenças entre as duas associações. Cada um se via com um “trunfo” na mão que poderia favorecê-lo no processo: os moradores da Vila Velha asseguravam-se nos cadastros mais antigos feitos pelo governo que comprovavam o tempo de residência no local, obrigando o Estado a uma responsabilidade; os moradores da Vila Nova, por sua vez, estavam em maior número e tinham ao seu lado o apoio da oposição ao governo.

Entretanto, mesmo com todos esses fatores que afastavam os veteranos e novatos, identificados os objetivos e condições comuns, um reconheceu no outro uma força pra sua luta, sobre o que pondera Fátima:

*O pessoal começou ocupando onde hoje é a cidade do automóvel, aí eu lembro que o governo trouxe eles pra cá e a Arlete (vice-governadora) falou que era uma coisa provisória que depois eles iam sair daqui, era só até serem remanejados para uma outra área, mas eles fincaram pé aqui. E a ideia do governo era tirar todo mundo, toda Estrutural, mais aí quando juntou, acabou: o pessoal fincou pé. Foi duas forças que se juntou. Aí você me pergunta: Foi ruim? Foi ruim. Mas foi ruim por um lado, o ruim foi porque trouxe junto violência, falta de tudo. Antigamente, tinha um ladrão, mas todo mundo já sabia quem era ele, depois a coisa ficou mais difícil. O lado bom foi que a Estrutural se fortaleceu, a gente ganhou força pra não sair mais daqui. **Se não tivesse acontecido como aconteceu aqui, hoje não teria Estrutural.***

Mesmo na diversidade de estilos de vida, naquele momento, a luta para viver na Estrutural e não serem removidos dali, fez com se desenvolvesse uma relação interativa que depois os fariam ser parte de uma mesma cidade e demandantes de um mesmo reconhecimento, que resultaria em uma luta que os fariam resistir juntos contra a repressão política e policial.

A teoria de Fátima é que, assim como tinha visto acontecer em outros lugares do DF, se o governo tivesse conseguido remover todos os moradores da Vila Nova para o Recanto das Emas, como pretendia fazer, os catadores e chacareiros também acabariam sendo removidos e a área seria ocupada no futuro por pessoas de maior poder aquisitivo:

Porque eu conheci uma história semelhante, a Vila São José em Taguatinga, a Vila São José era igual a Estrutural com um monte de pessoas que moravam lá, e aconteceu o seguinte: o governo Roriz mesmo foi lá pegou o pessoal da Vila São José e transferiu pra Samambaia. Você sabe o que aconteceu? A Vila São José era pra se tornar um setor de chácaras, não era pra ser aquilo que é hoje, a Vila São José hoje é uma invasão de rico, os ricos invadiu, Estrutural seria a mesma coisa, teria tirado meia dúzia de catador que tinha aqui mais 500 inquilinos que tava aqui teria mandado pro Recanto das Emas, sei lá, ou uma Samambaia da vida... Estrutural não seria Estrutural.

Quando a concordância no objetivo prático, predominando sobre tudo, gera de súbito um interesse intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro, entendendo que só quando cuida para que as propriedades do outro, estranhas a mim, possam se desdobrar,

os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis, acontece o que Honneth (2003) chama de “solidariedade”.

No caso da Estrutural nesse momento, a solidariedade entre moradores da Vila Velha e Vila Nova não acontecia em razão de uma relação afetiva de imediato ou de identificação por uma história em comum, ao contrário, estavam claras as diferenças, mas a unidade necessária à luta pelo direito à moradia revelaria também uma visão de direito ao lugar compartilhada que se contrapunha ao discurso do governo e da mídia, por exemplo. Sendo inevitável estar junto, se ajudar mutuamente e compartilhar a luta por um direito comum, ou seja, lutar por reconhecimento, vem com isso a festa da vida junto: *mais aí quando eles chegaram, a gente se misturamos, começaram fazer festa e a gente se misturou.*

Poderíamos entender a ação coletiva naquele momento como resultante de motivações meramente utilitárias, entretanto vale pensar que mesmo os confrontos econômicos podem ser entendidos como uma das formas de luta por reconhecimento da estima social, à medida que se chama a atenção da esfera pública para a necessidade de se questionar o consenso moral que sustenta a relação entre dominantes e dominados antes de qualquer outra diferença, ao mesmo tempo que une coletivos (HONNETH, 2003).

A quebra do acordo e o redesenhar das posições.

A Vila mesmo depois disso continuava a crescer rapidamente. Eram parentes e conhecidos de moradores, ou eram pessoas como Djalma, que já acompanhavam as reuniões organizadas por Zé Edmar em Taguatinga e viu no convite uma oportunidade de sair com a família da casa de seu pai:

...lembrando também assim, no movimento em Taguatinga na Praça Bicalho onde conheci o deputado José Edmar, ele morava na QNB 49, na época nem era deputado distrital ainda, ele vendia água mineral nas ruas de Taguatinga e lembro até que eu encontrei ele na Igreja Católica no encontro de casal e tudo. Na época era do grupo de jovens, fiz crisma, também aos 15 anos fui catequista, inclusive fui até catequista dos dois filhos do Edmar e da Lucimar, o filho mais velho dele. No grupo de perseverança, a gente participava do movimento de moradia, minha mãe participava muito desse movimento de moradia lá na Praça do Bicalho. Movimento na época dos inquilinos e as pessoas sem teto na época, o José Edmar fazia muito estas reuniões lá na Praça do

Bicalho. E uma das vezes minha mãe... eu não pude acompanhar, e minha mãe veio, que vieram... as pessoas se encontraram no Taguacenter, de lá vieram em marcha aqui para a Via Estrutural, porque o sonho de José Edmar na época era de fazer uma cidade aqui dentro. Também aqueles morador também que morava em fundo de quintal, que era inquilino, não tinha moradia e tudo, o problema das pessoas era ter uma moradia. E desde aquela época eu tinha esse projeto de vir pra Estrutural aqui, eu já sabia daqui também... quando eu passava na via Estrutural, indo para o Plano Piloto, nós via várias chácaras aqui na Estrutural e o Lixão existia aqui há muito tempo, tem mais de 30 anos que o Lixão existe aqui na Estrutural. E a nossa preocupação, eu como também morava com meu pai, eu queria também ter minha casa, na época que vim pra Estrutural em 97, e tamo aqui até hoje.

O acordo assinado entre a ASMOES e o governo Cristóvam determinava que a área da Vila Nova deveria permanecer desocupada para que as negociações com a Associação continuassem a acontecer. Entretanto, com todo o avanço da ocupação da Estrutural, Marlene, por meio da ASMOES, organizou um novo movimento, segundo Djalma, com um pessoal que morava próximo à feira dos importados, que reocupou a da Vila Nova.

O movimento promovido por Marlene foi entendido pelo governo como quebra do acordo firmado, e, segundo Ismael, se a intenção era limpar toda a Estrutural, esse foi o pretexto mais oportuno. Foi realizada uma operação de retirada dos novos ocupantes com 3 mil policiais da tropa de choque e Marlene foi presa. A partir daquele momento foi reforçado o policiamento na Estrutural, iniciando um período de conflito que marcaria definitivamente a história da vida de quem morava na cidade na época, chamado pela polícia de “Operação Tornado”. O período é descrito por Ismael:

o governo queria limpar toda área e aí foi onde começou ter aquelas investidas mais ferrenha, e aí logo, logo ele instituiu um administrador militar e nisso tava aproximando as eleições de 98. Lógico de 96 pra 98 muita loucura aconteceu aqui, nós fomos cercados com cerca de arame, foi cortado o abastecimento de água que era feito por carro pipa, as pessoas não tinham direito de entrar com mercadoria aqui, era congelado os alimentos com pedra de gelo, nós tínhamos que carregar bateria de carro para ter o mínimo de comunicação pra assistir alguma coisa. (...) nesse período todo, volta e meia vinha liminar de retirada, recorria-se a associação junto com o deputado Zé Edmar que recorria, né? e aí ficava aquela coisa, ora vez coisa perdia e ora vez ganhava, e nisto foi tendo estes embates, ao mesmo tempo tinha os embates corpo a corpo, ou seja, a população ia contra a polícia, né. E foi um período quando instalou aqui uma administração militar na Estrutural comandada pelo Major Volney, que hoje é coronel reformado, e então aí começou aquelas ameaças, aquelas investidas. Lugar nenhum em Brasília tinha tanta polícia como na Estrutural: à pé, à cavalo, cachorro, entendeu? Então era 24h por dia essa pressão de retirada, de vez em quando eles saía com mudanças daqui, a promessa que veio era que seria removido lá para a área do Riacho Fundo, como hoje tem assentados lá hoje, no Recanto das Emas também, e aí, perdão, a

primeira remoção foi feita ali onde hoje é Buriti, Buriti 3, Buriti 4, Planaltina, né? E então, assim, e nisto o governo removendo, pessoas entrando e aqueles mais assim que tava acreditando nesses documentos é... e resistindo, nesse período que se removia ao mesmo tempo que removia pessoas, entrava pessoas, então ficou da Estrutural, só da Estrutural criou uns 3/4 bairros em Brasília, foi gente para o Riacho Fundo 2, pro Recanto, né, aquelas quadra ali da 800, as quadras 800 é tudo oriundos da Estrutural, Buriti 2, 3 e 4 oriundos da Cidade Estrutural também, né?

Acreditando “nesses documentos” e resistindo fisicamente, foram construindo crenças, apostas, e estabelecendo laços que ali faziam tanto com que alguns se sentissem estimulados a permanecer na cidade, enquanto que outros acompanhavam as remoções para outras satélites mais distantes. A experiência do que Honneth denomina “desrespeito”, nesse caso, começavam a provocar “vivências afetivas” que tanto deram impulso para a resistência social e para o conflito, quanto para o entendimento que aquele era o momento estratégico para a conquista do direito, considerando o cansaço e esgotamento psíquico de todo aquele processo. Muita gente ainda hoje relata sobre as surras no meio do mato na volta da escola e sobre os amigos desaparecidos como meios da força policial para provocar a exaustão.

Existem relatos de que Marlene já nos últimos meses de gestação teria enfrentado a polícia com arma apontadas para ela, além disso, nessa mesma época, seu irmão Elias teria sido alvejado pela polícia e por essa razão teria perdido um rim, motivo que o levou à morte recentemente, após anos fazendo hemodiálise diariamente.

Marlene e sua família à frente da Associação não apenas enfrentavam a polícia nos confrontos, como eram também responsáveis por todo um sistema de abastecimento da cidade, organizavam, por exemplo, o fornecimento de luz, que segundo Elias, mesmo que se tratasse de um “gato”, precisava de uma rede e de um trabalho de manutenção, além de um esquema de transporte emergencial para os moradores e telefone. O abastecimento de água também era uma dificuldade que tinham que enfrentar, já que a água era fornecida por caminhões pipa e armazenada em tambores em casa. Nesse contexto, as redes de solidariedade se ampliavam e Marlene, além das tarefas políticas à frente da ASMOES, aparecia como alguém ocupada desse dia-a-dia da Vila, ganhando muito respeito e admiração.

Por fazer circular serviços e bens dentro da cidade, algumas pessoas põem em questão até hoje os interesses “reais” de seu engajamento e de sua família, uma vez que

se consideram excessivos os ganhos com este comércio, além do que, Marlene é acusada de expulsar da Vila alguns moradores que se opunham a ela.

A existência, entretanto, de finalidades pessoais ou impessoais aqui não chega a ser uma preocupação, uma vez que não abala o entendimento que temos do que seja uma luta social, já que, como definida por Honneth, em princípio, esta só pode ser determinada por ideias e exigências gerais, ou seja, entre as finalidades impessoais de um movimento social e as experiências privadas que seus membros têm da lesão, considerando o sentimento de desrespeito. Entre o interesse pessoal e as bandeiras coletivas existe, portanto, uma ponte semântica tão resistente que permite a constituição de uma identidade coletiva, como é o caso da Estrutural, que tinha como luta principal nesse momento a luta por moradia com exigências que iam muito além do interesse de uma só pessoa ou da dependência dos moradores daqueles serviços, mas a luta compartilhada pelo reconhecimento de um direito.

As ações do governo para desocupar a área eram justificadas pelas pressões do Ministério Público e dos Órgãos ambientais que desde 1996 apontavam os riscos da ocupação e do Lixão ao Parque Nacional de Brasília, localizado a alguns metros dali. O processo já havia se judicializado e já existiam determinações expressas para a desocupação da área. Entretanto, o acordo firmado no passado entre governo e ASMOES abriu precedentes para *“o documento expedido pelo ex-ministro do STF Marco Aurélio Melo e Carlos Veloso que determinava que o GDF se abstivesse de demolir ou remover qualquer barraco no local e que também nós não poderia modificar a situação”*, conforme explica Ismael.

Mesmo que estivessem conseguindo se manter na ocupação, os que ainda não tinham sido removidos, enfrentavam um clima de hostilidade e constante vigilância da polícia, como retrata Djalma:

(...) às vezes pra entrar gás na Estrutural não deixava entrar com caminhão aqui dentro, nós tinha que, com um movimento maior de moradores, pra poder ir lá na entrada da Estrutural e pegava os gás na mão mesmo e trazia prá dentro da Estrutural, aí eles não podia impedir a gente de pegar o gás. Mas ficou combinado que eles não podia entrar aqui dentro, caminhão de mudança não podia, nada disso podia entrar aqui dentro, e os moradores que entrasse de carro até com sacola na entrada principal todos era revistado, botava as armas na gente, olhava dentro das sacolas se tava trazendo... o que tava trazendo aqui para dentro da Estrutural e os carros, se dez vezes entrasse dentro da Estrutural, dez vezes era revistado.

Carol: *Por medo de que?*

Djalma: *Eles tinha preocupação que, como estava tendo confronto dos moradores e a própria polícia aqui dentro. Eles sabiam que nós somos moradores pacíficos, pessoas de bem, muitos moradores pais de família e tudo, mas a preocupação deles era: podia tá trazendo uma arma ou alguma coisa pra confronto com eles aqui, mas a gente sempre tava... se fosse pra trazer alguma coisa assim as pessoas... o intuito das pessoas ... muitos moradores honestos que tinha aqui dentro aqui, se em algum momento chegou a ter confronto com a polícia foi porque de certa forma nós era provocado então era uma forma de nós estar reagindo com a polícia pelo fato dela não ter ... não tinha compromisso com a gente na época.¹⁷*

A resistência violenta é lida como reação a uma repressão diária, a uma provocação que tornava a relação tão hostil que o enfrentamento era só o ponto alto da certeza de que não existia naquele momento qualquer tipo de compromisso que pudessem colocá-los de um mesmo lado da luta. A violência não tirava deles, porém, ao seu julgamento, a qualidade de bons homens, trabalhadores, responsáveis por suas famílias, enfim, de pessoas que se pode dizer dignas de direitos.

A decisão tomada por Marlene de reocupar a Vila Nova teria ainda outras consequências. Marlene crescia e se fortalecia como liderança na Estrutural e, com o avanço da repressão ela se tornou uma referência quase que unânime na cidade, exemplo de braveza e coragem, e o fato de ter tomado a decisão de organizar um movimento para reocupar a Vila Nova, sem buscar consentimento, teria feito com que Zé Edmar a enxergasse como uma ameaça à sua liderança na cidade. Como prova dessa sua autonomia política, Marlene se lançaria candidata a Deputada Distrital concorrendo com ele dentro da Estrutural. A reação seria o rompimento seguido por uma disputa e perseguição política, conforme descreve Djalma:

(...) uma das coisas é que a Marlene também começou a crescer dentro da cidade e o José Edmar ficou preocupado nesta questão de saber que ela pudesse romper com ele na questão dela ser candidata e de repente não ter o acordo entre os dois, ela ficaria como liderança e ele como Deputado Distrital e como a popularidade dela era grande, o que a Marlene falava aqui na Estrutural todo mundo abaixava a cabeça e concordava e tinha que... todo mundo aceitava ela como liderança aqui dentro, então todo mundo tinha esse propósito, estar se aconselhando e dando apoio pra ela para o que desse pra fazer.

¹⁷ Poderíamos mais uma vez se dizer que confronto violento não corresponde ao que se entende por luta social, por luta política, mas, mais uma vez, o conceito de Honneth (2003) consegue nos fornecer caminhos para o entendimento desses processos, tanto se a luta se dá por meios simbólicos e pacíficos quanto se por meios práticos da vida material, desde que sejam a forma dos grupos sociais articularem publicamente os desrespeitos e as lesões vivenciadas como típicos e reclamarem contra eles.

Então ela começou a crescer dentro da Estrutural e o Zé Edmar com outras pessoas aqui dentro que estava no grupo dele, quando ela saiu pra candidata, agora não estou me recordando, foi no primeiro mandato... saiu do Cristovam para o Roriz que ela foi ser candidata e aí ele foi e detonou ela, acabou com ela aqui dentro na questão de colocar o povo contra ela aqui dentro da Estrutural, prova disto que uma das coisas que afetou até a associação dela e ela mesmo como pessoa.

E o rompimento aconteceu assim, no meio da praça, na frente de todo mundo, conta Ismael:

teve uma confusão até entre o Zé Edmar e a Marlene devido a este acordo que tinha sido feito e que não podia ir lá pra cima, então rachou, aí eu lembro que tinha uma reunião e de repente o Zé Edmar saiu da reunião lá na praça central pra um outro ponto e falou: Quem tá comigo tá comigo e quem não tiver comigo não tá comigo! e aí foi onde desprendeu, quem ficou do lado de lá ficou do lado de lá. Mesmo eu sabendo, por acompanhar tudo, que o lado de lá também estava errado eu tive que tomar uma posição, nós vamos por aqui, nos vamos peitar e vamos brigar, entendeu?

A política do jogo entre governador e oposição não era a única na cidade, ainda que esse fosse um meio pelo qual se fazia a luta, não havia sobre ele um controle que pudesse definir de uma vez por todas em que direção e sobre que forma se faz política na cidade. Se considerarmos a simples existência de interesses, poderia se dizer que essa luta não era nada além do que a disputa por votos, por um reduto eleitoral, de qualquer forma os rompimentos, demonstram, independente de os atores estarem conscientes ou não dos motivos de sua ação, um pressuposto moral de que a política e mesmo a disputa eleitoral na Estrutural não era reduto exclusivo de ninguém.

A eleição, a cidade e o movimento: a Operação Tornado.

Era ano de eleição e o clima na Estrutural era esse descrito por Ismael e Djalma: batalha judicial para derrubar liminares e remover os ocupantes da Vila, forte tensão entre polícia e moradores, movimento organizado reunindo toda a cidade cotidianamente na praça, atuação intensa da oposição ao governo na cidade e o movimento agora dividido.

O pavio então foi aceso. Numa das rondas que a polícia fazia à noite na cidade, um policial foi morto. Imediatamente a isso, no dia 6 de agosto de 98, começou o que é

lembrado pelos moradores como o ponto crítico da Operação Tornado: quando a polícia invadiu barracos provocando, segundo os dados oficiais, a morte de três moradores e ferimentos em várias outros. O palco deste enfrentamento foi a rua principal, que na época foi chamada de “Rua do Calvário”. Apesar dos números oficiais, Ismael diz ter sido muito maior o número de mortos e desaparecidos:

pegaram muita gente de surpresa, as campanha tava na rua, foi quando eu com outros grupos, a gente estava lá em Taguatinga, na via Estrutural, próximo ao Viaduto de Taguatinga, de lá de cima a gente via dois helicópteros circulando aqui por cima e, ao mesmo tempo, nós recebemos uma ligação de que as polícia tava invadindo e entrando em todas as casas aqui na cidade, e nisto a gente... lá ao mesmo tempo que recebemos este telefonema passou viatura da CPRV [Companhia de Policiamento Rodoviário do DF] na época... por volta das 22 horas e atirou... a gente tava num poste amarrando banner de campanha, inclusive do Zé Edmar, aí atiraram na gente, só que o tiro não pegou e aí a gente já pulou lá de cima da escada e saímos correndo prá dentro do mato, largamos tudo e aí de repente a gente recolheu os material todo e aí a ligação... toda hora chegava uma ligação: ‘ah! porque tão não sei o que... tão quebrando, tão arrastando as pessoas, tão batendo’. Foi quando aconteceu que, naquela noite, foi quando aconteceu a morte de ... naquela época, assim, que ainda até hoje ninguém sabe onde certas pessoas se encontra, né, porque não foi só 8 pessoas que sumiu, 6 pessoas que foram assassinadas ou que sumiu naquela época como conta até hoje. Nisso foi quando a gente recolheu o material e descendo prá cá, quando foi aqui na entrada da Estrutural, foi quando eles parou a gente e a gente estava uniformizado de campanha né, do chamado ‘time da moradia’ e aí foi quando ele arrastou a gente de dentro do carro, só não bateu na Damiana que era mulher, só não bateu nela, e no seu Ari, que era o assessor do Zé Edmar direto que tava transportando a gente nessa caminhonete, e aí pegou a gente de surra e aí foi tortura mais de duas horas de tortura, batendo, socando a barriga da gente, quebraram meus dente com a lanterna (...) Eles já tinham pego o finado Miltinho, a polícia que matou, os encapuzados que tava entre eles, tinha algumas pessoas que estavam direcionados para morrer, porque tinha problemas com a justiça, então nessa estratégia deles, não ia ter investigação, não ia ter nada e aí foi aonde pegaram o Azul, pegaram e mataram o Cristiano e o finado Miltinho e teve mais um, acho que um tal de Joaquim que encontram ele depois lá no trilho do trem, próximo ao Ceasa, e aí teve outro corpo que foi encontrado lá no córrego e aí então foi onde aconteceu que naquela noite do dia 6, do dia 8, do dia 9, foi onde aconteceu aquela barbaridade toda e aí você só ouvia gente falar que sumiu fulano de tal, sumiu fulano de tal, tem gente que tá sumido até hoje, ninguém sabe aonde está.

O momento foi decisivo, entretanto, para que Ismael entendesse a estratégia que envolvia a Operação Tornado e as disputas eleitorais. Segundo Ismael, o policial que morreu era novo em operações na cidade e naquele dia não devia estar lá, tudo fazia parte de um plano para que a operação tivesse aquele desfecho e acontecesse nas vésperas da eleição. Mas plano de quem? perguntamos, da oposição ou do governo? Ao que responde Ismael:

A gente acha que foi uma armação do governo na época, do governo ou dos próprio... das pessoas que diziam que apoiava a gente aqui a cidade, ao mesmo tempo eles armava ... muita coisa era armada pelas próprias pessoas que diz que defendiam a gente, entendeu? Então é assim, tem coisa que a gente sabe e que às vezes a gente não fala (...) Era pra ter um pretexto, uma desculpa de entrar aqui prá poder causar mais terror e aí... porque era a única forma que eles tinha de fazer com que as pessoas saíssem daqui da área, porque até então, até onde a gente sabe é.. tinha já um comprometimento com estes empresários que hoje estão na Cidade dos Automóveis, porque esta questão da Cidade dos Automóveis e do Pró-DF era projeto era do Cristovam, entendeu? isso era projeto do Cristovam, na realidade houve uma combinação em que eles barrariam as coisas na Câmara Legislativa e na época da campanha política houve a promessa de que pelo... o Roriz que implantaria, que fazia e acontecia, entendeu? só que eles tinha que, estrategicamente, tinha que ter derramamento de sangue na Estrutural, tanto que quando eles conversaram isso, foi combinado isso né, dentro lá da casa do Roriz, que aqui tinha que derramar sangue, porque era o seguinte, na campanha era assim: tinha que ter derramamento de sangue na Estrutural e o Roriz tinha que prometer o aumento de 1% para os professores. Na época eu saí da reunião, na noite anterior aconteceu a reunião e no outro dia eu fui atrás do Cristovam dizer pra ele que ele não poderia colocar policia aqui dentro porque já tava tudo combinado que ia ter morte aqui, tanto que eles falaram que ia produzir um jornal que quando torcesse ele ia sair sangue e pus e eu sempre tava nas reuniões deles, do Zé Edmar esse povo, e aí teve essa combinação que aí não haveria investigação porque as pessoas quem eles iam matar tudo já era tudo fugitivo, tinha problema com a justiça.

Compreendendo a estratégia, Ismael, no meio da disputa entre governo e oposição e considerando o preço a ser pago oneroso demais para a cidade, procura Cristovam e tenta alertá-lo, numa tentativa de tentar impedir o que aconteceria:

Ele estava fazendo uma visita, se não me engano, lá na Feira dos Importados, eu cheguei pra ele, disse que tinha tido uma reunião e eu tinha participado dessa reunião e falei pra ele: Ó, o Senhor quer ganhar a eleição? aí ele perguntou: quem é você? aí eu perguntei de novo: o Senhor quer ganhar a eleição? E aí ele virou pra mim e perguntou: mas quem é você? Eu falei: ó, se o senhor quiser ganhar a eleição não ponha a polícia dentro da Estrutural e se o senhor. quiser remover aquele povo lá, ganha a campanha política primeiro, depois o senhor vai lá e remove, mas se o senhor quiser ganhar a eleição, não bota PM lá dentro porque já tá tudo combinado, vai ter morte lá, vai ter derramamento de sangue. Só que ele não me deu ouvido, porque eu era um menino, né?

Depois das mortes na Estrutural, Durval Barbosa, na época delegado da 3ª DP, aceitou abrir um inquérito para a apurar o acontecido na Estrutural, Ismael e outras cinco testemunhas teriam que reconhecer os policiais que os torturaram durante a operação. Antes disso dois procuradores, Paulo Gomes e Pedro Oto, teriam procurado as testemunhas para fazer uma proposta do governador, lotes em qualquer lugar fora da Estrutural pelo silêncio sobre o caso. Ismael não aceitou a proposta e depois disso teria ouvido dos procuradores:

(...)nesse período estes dois procurador também na conversação conosco lá disse o seguinte: “Oh, o que vai acontecer com a Estrutural é que nós vamos é remover todo mundo, quem tem os seus direitos vai ter sua casa, mas não naquela localidade, esta é a verdade”. Eu lembro que a dona Rosa falou assim: “Ah, o Cristovam quer é comer até a carniça nossa e os ossos, né?” ele falou assim: “Não, vocês vão ver depois, se caso o governador seus ganhar, entendeu? Vocês vão ver depois, vocês vão ter que lutar muito, vão ter que fechar muita pista, vão ter que botar muito fogo porque que ele não vai fazer nada pra vocês”, isto o Paulo Gomes falou, e dito e feito, ele ainda falou assim: Oh, tu vai ser ameaçado de morte também! Dito e feito, isso aconteceu.

Ismael acompanhava as reuniões do chamado “time da moradia” na casa de Roriz e desde que participou da construção estratégica da ação violenta dentro na cidade, disse ter percebido uma perversidade escondida no jogo eleitoral, tanto que foi com essa proposta que tentou convencer Cristóvam, e também por isso começou a tratar com mais ressalvas o grupo liderado por Zé Edmar na cidade, revela ele:

Desde o primeiro momento lá em 98 quando eles falaram que, pra poder o Roriz ganhar a eleição tinha que ter derramamento de sangue na Estrutural, tinha que prometer 1% para os professores, e o Luís Estevão, o Filipelli e o Zé Edmar, apesar de que era minoria na Câmara Legislativa, barrar o projeto da Cidade dos Automóveis e do Pró DF na Câmara Legislativa, porque o Cristovam não poderia implantar ele, porque se ele implantasse talvez ele ganhava a eleição, então eu acompanhava essas conversações todas e ficava calado observando. Eu pensei: Esses cara, eles matam a mãe deles pra ganhar a eleição. Só que naquele período e eu sabendo disso tudo. Foi combinado derrubar a casa da Nena, que ela era muito assim com o major Volney, até para conversar para ela poder colar no Major Volney, foi tudo combinado, entendeu? Foi combinado que ela... e depois ela ganhou uma área de 50 mil m² na Vila São José, foi combinado pra derrubar a casa dela, tudo... a maioria das coisas aqui tudo foi muito combinado e eu sabia destas coisa, mas se eu pegasse o carro de som e, como mais tarde eu fiz isso, e fosse falar ... a gente corria risco.

Passadas as eleições, com Roriz de volta ao governo, Marlene Mendes e José Joaquim foram embora para os EUA porque ela respondia 57 processos na justiça, decorrentes da luta na Estrutural, e temia represálias. Ismael foi convidado a ocupar um cargo na Administração de Taguatinga e a polícia foi tirada da Estrutural. Mas, o que parecia uma trégua, segundo Ismael, foi na verdade um abandono, já que sem a polícia na cidade, a criminalidade ganhou espaço e os moradores continuavam a conviver com o medo. A luta, que de início era para morar, agora começa a se ampliar.

Água, luz, escola, passarela: conquistas.

Depois de muita comemoração pela vitória de Roriz, passados oito meses da posse do novo governador, o movimento liderado por Ismael continuava com as reuniões na praça central e agora começavam a questionar a ausência do governo na cidade e a demora em cumprir as promessas de campanha. O quadro, por tudo que tinha visto, já era previsto, conta Ismael:

Após 98 veio a vitória do Roriz e aí foi aquele alvoroço todo, né? foi mais de 3 mil famílias, 3 mil pessoas pra pista, né, pra comemorar a vitória de quem disse que faria tudo pela Estrutural. Na realidade aconteceu que, como eu acompanhava tudo de perto e ficava observando bem as coisas que eles falava, eu pensei: Nós vamos ter que brigar demais, mesmo quando os cara vão votar errado, apesar de que votei nele também, votei em Fernando Henrique na época, no Luis Estevão pra senador, no Roriz para governador, no Filipelli pra Deputado Federal e no Zé Edmar pra Deputado Distrital, mesmo assim eu sabia que ele não ia fazer nada e que nós íamos ter que brigar muito para ter alguma coisa aqui...

A cidade ainda não tinha água encanada, esgoto, luz elétrica, posto de saúde, nenhuma escola e o principal: não era regularizada. Conhecendo mais de questões jurídicas, Ismael entendeu que a regularização não acontecia por falta de interesse do próprio grupo de Roriz, que segundo ele, “queriam sempre ficar com isso aqui como curral eleitoral, quando chegasse próximo à eleição: vamos fazer, vamos fazer, vote em nós”. A partir daí a regularização começou a ser a bandeira de luta do movimento, junto com os serviços públicos que atendessem as necessidades mais urgentes da cidade.

Uma das promessas que tinham sido feitas por Zé Edmar, que atendia a uma reivindicação antiga do movimento, era uma passarela de pedestres sobre a Via Estrutural, onde eram contabilizadas as muitas mortes de moradores da Vila por atropelamento num caderno de anotações de Ismael. Exatamente um ano depois das eleições, em outubro de 99, a passarela se tornou o motivo do rompimento de Ismael com Zé Edmar, que foi seguido por uma série de enfrentamentos:

eu falei: Ó, se vocês não colocarem essa passarela lá amanhã, amanhã vou passar um carro de som e vamos fechar a pista, aí mandou a equipe dele toda vir em mim, tal, falei: não tem conversa não, pode me dar 1 bilhão de salário que eu vou... Nós lutamos... você acha que quando a polícia me pegou que eles fizeram eu vomitar sangue vocês acham que foi brincadeira? E eu com a sua camisa do time da moradia e vocês prometeram

tudo e agora não tá fazendo nada e nós temos que ficar calado pra vocês usar nós de novo? Meu amigo, diz que a corda só arrebenta do lado mais fraco e a minha vai arrebentar todo o dia e toda a hora porque calar a boca a gente não vai não. E aí a gente tinha um pouquinho de dinheiro, conversei com um, conversei com o outro, conversei com o irmão Manuel, nós sempre tivemos uma equipezinha: Ó, vamos pegar o carro de som e vamo meter na praça e vamos chamar o povo e vamos peitar esse governo e mandar ele tomar banho na soda e brigar mesmo(...)nós chegou ao extremo, aqui teve mais de 580 casos de dengue e o governo não fazia nada, na época do Roriz. E aí a única coisa que ele fez pra dá um cala boca no pessoal foi dar pão e leite, por isso nós colocamos este apelido nele de Zé Mentira, em todo lugar que eles iam inaugurar um viaduto, inaugurar a ponte JK, inaugurar aquelas obras faraônicas do Roriz, nós estava ali... o nosso povo ali,oh, não era muito não, mas nós fazia um barulho e Deus parece que dava uma força prá nós.

Depois disso, o governo não recebia mais o grupo. Em uma conversa com Evelise, secretária de habitação na época, ela teria explicado que uma das razões para não serem recebidos pelo governador era porque o governador não recebia pessoas, só personalidades jurídicas, e foi daí que Ismael, em 2001, teria tido a ideia de criar a Prefeitura Regional Comunitária, a PRECES. Mesmo assim, o acesso ao governo não foi facilitado e Ismael e o movimento da Estrutural continuou seguindo o governador em seus compromissos públicos, como no evento relatado abaixo:

Uma vez, tinha uma tal de ação de graças que acontece, e aí eu vou passando em frente a Catedral e daí tava lá os dragão da independência e os cara do BGP [Batalhão da Guarda Presidencial], né, e aí falei: Oh, acho que o Fernando Henrique vai tá bem ali, eu falei, vai ser pra ele agora que nós vamo cobrar! Toquei lá pra dentro e eu vi o Fernando Henrique, o Roriz e a esposa dele na entrada da Catedral, pois eu parei eles lá e eu falei: Senhor presidente Fernando Henrique eu votei no senhor pra presidente, votei no Roriz pra governador, mas estamos lá na Estrutural, a 15km daqui, sem água, sem energia elétrica, sabe, lá só tem poeira e o povo morando, onde teve aquela guerra que matou gente lá... e o Roriz prometeu pra nós lá e até hoje não fez nada. A mulher do Roriz olhou pra mim com uma cara de cavalo e ele ficou vermelho e sem graça. Aí o Fernando Henrique falou: “Eu vou conversar com o governador, o governador tem compromisso com vocês sim, nós temos compromisso com vocês”, aí entrou e ele olhou com uma cara de cavalo. Onde ele estava, eu atentava eles...

Novamente, se aproximavam as eleições, e Roriz chamou Ismael para uma conversa:

atí foi quando o Roriz chamou eu lá e falou assim: Oh, o Zé Edmar é um espinho na minha garganta, eu já quis ter arrumado a Estrutural pra vocês desde o primeiro momento, só que ele nunca quis, ele nunca quis, então assim, vamos combinar um negócio - o Roriz falando pra mim lá na casa dele - vamos combinar um negócio, eu preciso do povo, de vocês, eu preciso de arrumar a Estrutural e depois vou pedir votos pra vocês, estamos chegando na campanha. Eu falei: ‘Olha qual é a combinação?’ ‘Oh, você vai mobilizar sempre o povo, porque o Ministério Público me engessa, então vocês fazendo as manifestações que vocês sempre fizeram, ali passa muita autoridade,

particularmente eles cobram de mim, aí eu tenho como fazer porque o Zé não quer que faz nada lá prá vocês e o Zé quer é assim: 'Chama o povo (palavras do Roriz), chama o povo dos interior de Goiás, Bahia e tudo mais joga em Brasília dá uma lona pra eles', e depois eu que tenho que ir lá e resolver a situação e eu não quero saber disto mais. Mas, no caso seus lá eu tenho que resolver a situação porque foi um comprometimento que nós fizemos, só que ele não quer que faz, depois que ganhou ele não quer que faz". Ao mesmo tempo eu olhando para cara dele eu imaginei: eu sei que isso é estratégia política, mas aproveitando essa deixa dele, meu amigo, nós fechava a pista! Ele falou assim: "Ó, só entre eu, você e o capitão Casemiro", que hoje é coronel, que era o ajudante de ordens dele, ele falou assim: 'Ó, a tropa não sabe'. Mas, estou falando isso hoje, nunca tinha falado isso pra ninguém. Aí voltei pro governo, aí me voltou pro governo, aí pronto meu amigo, nós tinha um dinheirinho prá comprar foguete, nós três horas da manhã nós combinava, nós vamos fechar a pista 2ª feira cedo, e nós já comprava foguete e espalhava para os quatro cantos da cidade, bastante foguete, e nós começava... quando era 4h da manhã estoura o primeiro e aí eu tinha que estourar o primeiro e naquela sequência até 5 e meia da manhã aí todo mundo ia estourando, pá, pá, pá, e nós já travava o trânsito e era combinado mesmo, quando a policia ia chegar, nós já tinha fechado era tudo (risos) e aí ninguém sabia porque que eu fazia, a gente organizava aquilo tudo e eu não ia preso e nada acontecia comigo, mas eu não podia falar, eu não podia falar, eu tô falando isso hoje (...). Um dia lá de São Paulo ele me ligou e aí como que ta aí? O Roriz ligou no meu celular, falei: olha, nós fechou aqui tudo e ele: 'Então fica quieto aí' (risos).

A relação com o governador é confirmada por Paulão, na época filiado ao PT e vice-prefeito da PRECES:

o Ministério Público fazia algumas alegações aqui, fazia algumas alegações dizendo que não podia ter, que era área ambiental, que não sei o que mais, e o governador Roriz sabidamente sabia que as lideranças aqui era muito próximas a ele dizia o seguinte: 'Vocês faz um movimento na pista que a pressão popular vai vir pra cima de mim e eu coloco água (colocava água), vocês faz uma pressão popular para aquele posto de saúde pra gente ver se a gente aprova já um de alvenaria'. Pista, posto de saúde, tinha uma negociação entre o governo muito forte e as lideranças da cidade, então a luz foi a mesma coisa, negociava-se com o governador. E eu nunca participei de nenhuma reunião com nenhum setor do Roriz na época, porque se eu fizesse isso, Ave Maria! é do PT, né, em 2000 então, o PT ainda tinha muita participação popular, tinha organização popular e aí eu nunca participei de reuniões com o grupo de Roriz, mas as negociações lá era esta "fecha a pista que eu te coloco luz, fecha a pista que eu coloco..."", tanto é que não tinha porrada, tinha mais ou menos, tal, fogo, cavalaria, mais nada mais que isso, cavalaria só ia, tanto é que depois que a gente tava com a pista fechada, fechava a pista e aí a cavalaria aparecia, hoje se você falar que vai fechar uma via, a polícia fecha cem por cento aqui antes de qualquer movimento ou até reprime ou então já prende os líderes que estão tentando organizar o fechamento de pista, então na época poderia fazer isso, o Roriz deixava fechar a pista e colocava água, deixava fechar a pista e colocava luz, e por aí foi...

Terezinha: Interessante, porque era um movimento de comum acordo com o governador, faziam o movimento...

Paulo: Estratégico, para derrubar o Ministério Público, o inimigo na época que era colocado era o MP porque aqui não podia ter água porque era área ambiental, não

podia ter luz porque era área ambiental e por aí. Tanto é que no governo do Arruda nós não conseguimos fechar nenhuma vez, fechamos ali embaixo, na entrada alí do viaduto prá cá, tocamos fogo lá, fizemos um barulho, mas a via não demos conta mais não, porque a polícia ela na hora que vê um movimento ela sabe como é que ela contém, hoje em dia então, piorou...

Ainda que se considere a necessidade de recorrer a conversas e acordos informais com o governador, passarela, posto de saúde, água, luz e escola, são entendidos como conquistas tanto por quem sabia dessas negociações quanto por quem não sabia, isso porque ninguém se vê, pelo menos entre os entrevistados, como simples beneficiários desses bens públicos. Ao contrário, todos se sentem participantes e demandantes das benfeitorias, não apenas porque pautavam o governo, mas também porque se organizavam e agiam coletivamente para conseguir isso.

Desses últimos relatos, onde se fala em direitos conquistados, tenderíamos, por determinada perspectiva, a interpretá-los como nada mais que concessões interessadas. Na Estrutural, porém, se entende a conquista como um processo de ampliação de um direito resultante da participação política, contrariando o sentido geral de distribuição de direitos sociais, mas tomados à força. Independente dos caminhos formais de participação e contrariando a vontade de muitos outros, água, luz e passarela, são resultado de uma luta política.

A Regularização

Depois vários debates na Câmara Legislativa com a participação em massa dos moradores da Estrutural, ambientalistas e representantes do Ministério Público contrários à ocupação, foi aprovada em 2002 a Lei n. 530, que criou a Vila Estrutural e a Declarou como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. E, no dia 23 de fevereiro de 2006, o Governo do Distrito Federal assinou um contrato de empréstimo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, denominado Programa Brasília Sustentável, no valor de US\$ 115 milhões, sendo US\$ 57,643 milhões a parte do Bird e US\$ 57,643 milhões a contrapartida do GDF, para a urbanização da Estrutural, que agora se tornava uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.

O Programa Brasília Sustentável, segundo seu Manual Operacional, tinha como público-alvo uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes divididos em três regiões: as populações de baixa renda da Vila Estrutural, inclusive os catadores de lixo do aterro do Jóquei; as populações de Águas Lindas do Goiás, com baixos indicadores de desenvolvimento humano; e a população de classe média que vive na Colônia Agrícola Vicente Pires e em torno do Lago Paranoá (MANUAL OPERACIONAL DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL, p. 9). Além do Manual Operacional do Brasília Sustentável, foi construído um projeto específico para tratar das ações do programadas para a Cidade Estrutural, que tem sido chamado de Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE, que trata especificamente sobre as obras para a cidade e sobre as remoções e relocações que por elas seriam provocadas.

O lançamento do Programa foi uma solenidade com a presença de personalidades políticas e do próprio governador e para o momento foi disponibilizado um ônibus que levaria os representantes populares da cidade para assistirem o momento. Silva (2008) em sua monografia de fim de curso , descreve o momento:

O clima da conversa alta e das brincadeiras fora substituído pelo silêncio e conversas em baixo tom. Somente os repórteres até então estavam presentes no salão cerimonial. O espaço estava dividido em três áreas: cerca de três fileiras logo à frente do palco com acesso restrito a deputados, secretários e convidados. Logo atrás, cerca de oito fileiras de acesso livre, que viriam a ser ocupadas pelos moradores da Estrutural, porém com um número insuficiente de cadeiras para acomodá-los. Em uma das laterais foi formado um corredor, também com acesso restrito, reservado a imprensa.(p.58)(...) Chegada a hora aguardada, a mesa começava a ser composta pelas autoridades do GDF, IBAMA e BID. A cerimônia tinha como objetivo assinar o contrato que daria início as obras para melhoria da infra-estrutura da cidade. A reunião foi moderada pelo governador Arruda, que explicou o processo burocrático e os planos de urbanização a serem promovidos a partir da assinatura. Acompanhado por olhares atentos em um silêncio somente interrompido por aplausos em momentos que o governador fazia referências à trajetória de consolidação e oficialização da área como cidade, a reunião era pautada pela enumeração de obras que o GDF promoveria na Estrutural (SILVA, 2008, p.62).

Assinado o empréstimo, o projeto começa a ser implementado na cidade, provocando uma série de conflitos sobre os quais trataremos nos próximos capítulos.

As histórias e relatos contados acima sobre a Cidade Estrutural, aqui considerados essenciais para o entendimento dos contextos relacionais e processos políticos que ali foram se estabelecendo, nos permitindo repensar conceitos como democracia, participação política e movimento social, por exemplo. Nesse caso, conforme defende Borges (2003), para entender a complexidade dos conflitos e

questões políticas, foi muito mais profícuo compreender o Estado como Governo, ou seja, como o exercício de poder de políticos eleitos, e sua oposição, já que são muitas vezes essas relações entre esses políticos e seus eleitores ou seus adversários que constituem grande parte da relação entre movimentos coletivos e Estado.

Desta forma, fugindo de preconceitos que classificam relações de troca em contextos de pobreza como relações clientelistas, na Estrutural as relações entre grupos organizados de luta pela moradia e governos, nos permite conhecer normas morais de ação inseridas no cotidiano social, que promovem acordos e alianças, mas também rompimentos e mudanças que não seguem a lógica de uma lealdade política cega, mas, a partir de suas formas internas e de suas lutas por reconhecimento, fogem à previsibilidade e passividade deles esperada. Nos dois capítulos seguintes passaremos a discutir as questões teóricas com as quais esse trabalho dialoga tanto nas discussões sobre transição democrática e participação, organização e razões dos movimentos sociais contemporâneos, quanto sobre a dinâmica política das Regiões Administrativas do Distrito Federal.

CAPÍTULO II – CAMINHOS PARA ENTENDER A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESTRUTURAL

Muitos moradores da Cidade Estrutural¹⁸, no decorrer de suas histórias, se organizam e agem politicamente de diversas maneiras e com diferentes objetivos, alcançando ou não os resultados que esperam. Nesse momento, que os moradores da Estrutural ainda passam de “conquistar a cidade”¹⁹ e construí-la, as estratégias são variadas e os movimentos estão sempre se desfazendo e se reorganizando para encontrar formas de lidar com o Estado e com o restante da sociedade brasileira, em um ambiente fortemente político²⁰.

Essa “luta pela cidade”²¹ não acontece de forma isolada e independente de seu contexto histórico e social, é claro. Os meios com que essa luta se faz, a estrutura de Estado com que se tem que lidar e as regras que se tem que manejar para conquistar direitos, os atores e os interesses envolvidos na disputa, os canais pelos quais precisam passar para falar e serem ouvidos, ou se recusarem a isso, a linguagem que precisam aprender, os vínculos e identidades que desenvolvem a partir daí, enfim, os mecanismos locais necessários à participação nesse processo de construção e conquista do lugar que moram, nos remetem à experiências similares e a análises comuns e nos fazem dialogar com outros casos de movimentos urbanos de luta por moradia, envolvendo uma série de temas estudados também na sociologia, como os debates sobre os limites e avanços da democracia brasileira.

Desta forma, quase tão complexo quanto entender as organizações e lutas da Estrutural é encontrar o modo de estudá-la em diálogo com o seu mundo, ou seja, estuda-la dando espaço às suas particularidades, seus jeitos, suas relações, e, ao mesmo tempo, coloca-la ao lado de outras lutas e contextos que fazem parte de uma estrutura social ainda muito desigual e que, por isso, compartilham semelhanças. Para começarmos a entender do que se trata essa questão, partindo das histórias que estou

¹⁸ Ou simplesmente Estrutural, como a cidade é chamada e passarei a chamar aqui.

¹⁹ Falar da cidade como uma conquista sugere interpretações diferentes entre as pessoas do lugar, mas, no geral, a cidade é retratada como fruto de uma luta de seus moradores, ainda que este seja um processo ainda em disputa.

²⁰ O que aqui estou entendo como um ambiente marcado por conflitos, disputas pela construção do que é comum, da cidade, e também o processo de articulação uns com os outros necessário para isso.

²¹ Termo usado na monografia de Silva (2008) para se referir às mobilizações e conflitos políticos acontecidos na cidade durante o período de luta pela lei que reconhecia a cidade como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS.

contando, mas para além da cidade, o caminho é cheio de passagens, paradas e escolhas e por isso vamos considerar, nesse início, os principais esforços e debates teóricos que dialogam com o nosso contexto, encontrando aquelas observações que nos são comuns, ou que, mesmo que não ofereçam explicações suficientes para o caso, nos apontem questões com as quais podemos dialogar.

Falar de organização popular para a luta por direitos nas Ciências Sociais nos coloca de imediato em diálogo direto com as teorias a respeito da participação política: como acontece? por que acontece? em que circunstâncias acontece a mobilização? E, no nosso contexto ocidental, qual o seu lugar na concepção das democracias contemporâneas? Seguindo esse caminho, chegamos até as leituras sobre uma das principais formas de participação política da atualidade que são os movimentos sociais, que, por sua vez, nos oferecem outras tantas questões: de que forma podem ser entendidos? O que os define? em que espaço, como e por que se organizam? como se dão e se constroem suas relações internas? o que têm a ver com seu contexto e com os outros atores políticos? o que os faz serem o que são?

A participação política não é um problema de estudo recente²², mas esse estudo e os entendimentos do que ela significa e como funciona têm ganhado novas dimensões e provocado debates na sociologia desde a década de 1960, sobretudo, em razão do desenvolvimento da sociologia política e da emergência de Estados totalitários (PATEMAN, 1992). As minhas questões têm relação com os contornos que o debate sobre a participação política foi ganhando no ocidente nos últimos anos, e que delimitam, de alguma forma, também a minha perspectiva sobre a Estrutural.

A participação foi discutida de forma prolongada entre os teóricos dedicados a pensar a construção das democracias recentes, em seus vários vieses, tanto no âmbito internacional como nacional e local. Mais recentemente ela tem sido pensada principalmente a partir do estudo dos movimentos sociais e suas inúmeras questões e possibilidades de entendimento. Além de apontar alguns pontos de embate destes dois campos temáticos, as teorias da democracia e as teorias dos movimentos sociais, que contribuem para refletir a participação política na Estrutural, eu ainda me arrisco, no

²² Segundo Pizzorno (1975), no Estado pré-revolucionário se confirmava uma correspondência automática entre a posição social e a posição política, mas depois dos movimentos revolucionários europeus dos séculos XVIII e XIX, essa correspondência automática cessa e a participação política se torna um “problema” resultante da ampliação dos direitos políticos e dos pactos dos grupos de poder com as classes populares em busca de legitimidade.

final deste capítulo, a refletir sobre a participação política a partir de questões relativas à estima social e à luta por um reconhecimento valorativo, defendendo que, também sob este aspecto, a luta dos moradores da Estrutural se constitui como forma de participação política com significados relevantes ao estudo da política nos países fora do eixo norte.

Considerando a importância dos estudos acumulados e das ressalvas levantadas no debate, a tentativa foi de fugir das escolhas exclusivistas que pudessem se impor e, de certa forma, esvaziar aspectos da análise, mas encontrar lugar para que o contexto, as pessoas e histórias estudadas pudessem falar e ser levadas a sério nas mais amplas dimensões possíveis a mim²³. O capítulo, portanto, também ajuda a entender as opções que fiz nos capítulos seguintes.

A participação na forma Democracia.

Num dos textos referenciais sobre o tema da participação, Pateman (1992) defende que para que os indivíduos exerçam o máximo controle sobre suas próprias vidas e sobre o ambiente, as estruturas de autoridade precisam ser organizadas de tal forma que eles possam participar da tomada de decisões, o que exige igualdade de poder na determinação das consequências dessas decisões, sendo essa uma definição mais ampla de participação. Pateman (1992) chega a esse conceito a partir da discussão sobre a essência da democracia e das raízes e princípios desse modelo de organização política, em que estabelece que democrática é a sociedade onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação pode ocorrer em todas as áreas.

Entretanto, nem mesmo na teoria, esse entendimento esteve tão claro e pacífico, a relação participação - democracia já foi muito discutida, tanto sobre o aspecto de sua necessidade, benefício, como mesmo sobre sua possibilidade. No contexto das democracias ocidentais contemporâneas, uma série desses entendimentos estão em disputa, o debate entre duas dessas concepções, que considero mais relevantes para o nosso estudo, é o que se dá entre democracia participativa e democracia procedimental de viés liberal, e é sobre isso que passamos a falar.

²³ Ainda que seja sempre provisórias e incompletas essas análises.

Mesmo que se considere a diversidade de análises e propostas, alguns autores e argumentos compõem a base de uma fundamentação teórica que sustenta as democracias liberais contemporâneas, um desses autores é Schumpeter (1961). Muito discutida, sua idéia de democracia como “método político”, ou seja, como um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões político-legislativas e de caráter administrativo, constitui um dos princípios básicos da concepção de democracia como um conjunto de regras que limitam o conflito político.

Em tal concepção, o “método democrático” é o arranjo no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo o voto do povo, ficando claros os limites da participação ao momento restrito de escolha de representantes. Isso se justifica porque, na perspectiva schumpeteriana, a coletividade, quanto aos assuntos políticos, não é racional, sendo imprescindível a existência de líderes potencialmente mais capazes de tomar esse tipo de decisões. Entendimento, portanto, muito próximo das teorias elitistas de governo.

Seguindo esta linha de entendimento, mas mais preocupado em definir o que seria esse sistema democrático, Dahl (2001) fornece uma lista das características que definem a democracia, as quais constituem “arranjos institucionais” centrados no processo eleitoral, ou seja, cumpridos determinados procedimentos institucionais, principalmente no que se refere à escolha de líderes, é possível definir um sistema político como democrático ou não. Nesse sentido, investir no melhoramento de um modelo de democracia representativa seria a única opção que se apresenta em sociedades grandes e complexas. Em outras palavras, nas sociedades capitalistas contemporâneas, não nos resta outra alternativa – uma vez feita a opção pelo regime democrático – senão seguirmos o modelo de democracia representativa procedimental, ou seja, aquela baseada e sustentada pelos procedimentos institucionais e na representatividade.

Isso porque, como alerta Sartori (1982), não se podem desprezar os perigos de instabilidade e as dificuldades que podem haver para se alcançar a adequada relação entre teoria democrática ideal, com a participação direta de todos os cidadãos, e a prática. Esses perigos têm relação, segundo Sartori, com uma inviabilidade real que, quando não percebida, pode levar a consequências perigosas: “*a ingratidão típica do homem de nossa época e sua desilusão com a democracia são reações a uma meta prometida e que não pode ser alcançada*” (1982, p.54). Por diversos limites que

apontam, a ampla participação pode colocar em risco a própria estabilidade democrática.

Bobbio (1986), avalia que à medida que as sociedades vão se burocratizando e passando de um tipo de economia para outro, crescem também os problemas políticos que requerem competência técnica para resolvê-los. Partindo do argumento weberiano, defende que quando se opta por uma sociedade de consumo de massa e por um Estado de bem-estar social, o cidadão está, ao mesmo tempo, optando por abrir mão do seu controle sobre as atividades políticas e econômicas e passando este controle para as mãos de burocracias privadas e públicas, o que não representa necessariamente uma perda, mas sim o fortalecimento das instituições, mesmo que isso represente um decréscimo daquilo que é entendido como democracia para os que a entendem como a busca de uma soberania popular.

Assim, considerado o contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, organizadas em sistemas políticos representativos e sustentadas por um modelo econômico capitalista, estes autores vêem a democracia participativa como um empecilho ou um perigo à estabilidade e a tratam com ressalvas, preferindo a isso medidas institucionais que tentam preservar a legitimidade e a eficiência do processo.

Colocadas as dificuldades de se aplicar um modelo de democracia de ampla participação nas sociedades contemporâneas, os teóricos da democracia liberal da segunda metade do século XX irão apostar na relação entre representantes e representados, nos modelos de escolha e administração, com destaque para os modelos baseados na teoria da escolha racional, e no incremento do aparelho do Estado, visto por eles como uma arena neutra de mediação de conflitos. Muitas pesquisas que se seguem a essas teorias estarão centradas na busca da eficiência das instituições políticas, considerando que estas abarquem todo conflito social, significando esse bom funcionamento das instituições, o bom funcionamento da democracia.

Porém, já que nem sempre a democracia coincide com os meios mais eficientes para se chegar à tomada de decisões, uma opção é feita quando se volta exclusivamente para as instituições: estudar o método democrático como se fosse a democracia. Quando se considera que os conflitos políticos estão espalhados por toda parte e que o conceito de democracia em si é indissociável do de soberania popular, as condições de ouvir e atender às vontades se tornam cada vez mais distantes da exigência de eficiência, sendo necessário, em algum momento, focar no aspecto participativo que precisa ter a

democracia. Apesar de não significarem coisas opostas, a ênfase dada a uma delas pode gerar consequências que as posicionam em lados opostos.

Por essa razão, muitas críticas foram levantadas à perspectiva liberal, principalmente por aqueles teóricos defensores de uma democracia de tipo participacionista (MACPHERSON, 1978; PATEMAN, 1992, 2009; PIZZORNO, 1986). Um dos argumentos seria que essa visão instrumental da democracia esvazia-a de seu sentido normativo à medida que tem como foco apenas a eficiência e eficácia do sistema político, pois toma como pressuposto o indivíduo capitalista moderno com suas preocupações estritamente econômicas e com o tempo completamente tomado pelo mundo do trabalho e do consumo. A democracia, que na visão criticada serve principalmente para desocupar o indivíduo das tarefas políticas, tem o sentido de soberania popular e construção coletiva esvaziados, pois não leva em consideração, portanto, os conflitos políticos existentes em todas as esferas da vida social, que não se limitam à esfera estatal.

Mesmo assim, ainda que se considere a realidade do homem capitalista moderno, Pateman (1992) defende que a principal função da participação é educativa, no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição prática de habilidades e procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo, pois ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhes são necessárias, já que quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam a fazê-lo.

Por outro lado, a ideia de universalidade dos direitos e da neutralidade do Estado foi sendo muito questionada principalmente a partir das teorias feministas. Phillips (2011), destaca que o Estado, considerado mediador capaz das democracias liberais, nem tem sido nem pode ser uma arena neutra. Juntamente com outras pesquisas, ela questiona a noção de que a democracia significa tratamento igual para todos ou a ideia de que os cidadãos devem deixar seus corpos – portanto a si mesmos – para trás quando entram na arena pública em nome dessa suposta igualdade, demonstrando com suas pesquisas como o Estado, ao contrário do que prega a teoria liberal, ajuda a reproduzir desigualdades resultantes de conflitos que acontecem fora dessa instituição e também dentro dela.

Citando as pesquisas desenvolvidas por Pateman (1988), Eisenstein (1989), Young (1989), Phillips (2011) defende que não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar com as mulheres apenas em sua condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes, como as de sexo, ignorando todas as identidades e diferenças mais locais, e na verdade, insinuando de alguma forma o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma .

Os democratas liberais mostram a inadequação de sua teoria, segundo Phillips (2011), ao defenderem que, permitindo às mulheres o direito de voto nos mesmos termos dos homens, estão estendendo a elas todos os direitos e liberdades que necessitam. A falácia da promessa estaria no fato de que a democracia assim é pensada para indivíduos e não para grupos, como se pairasse acima da diferença sexual e demais diferenças sociais. Ao invés disso, ela defende, a democracia deve ser redefinida com essas diferenças em mente e a participação deve acontecer a partir de onde as pessoas estão, com quem estão e como estão.

Na mesma direção, outra crítica aos procedimentalistas é que, com o advento das instituições democráticas formais, os teóricos liberal-democratas geralmente deixaram de considerar exploradoras as instituições políticas democráticas capitalistas. Aliás, a idéia de que elas pudessem ser assim consideradas raramente lhes ocorria, pois, em geral, eles não viam o capitalismo como sendo, necessariamente, explorador. E, assim, não se raciocina em termos de leis dinâmicas, nem se reconhece a exploração. Falha-se porque não se leva em conta a inter-relação do dinamismo econômico e do dinamismo político. Como já dissemos, o Estado é visto como esfera neutra da mediação de conflitos e a democracia fica reduzida, assim, a um método de escolha e legitimação de governos, em um processo semelhante ao de mercado (MACPHERSON, 1978).

Para Mouffe (1994), é um erro representar o pluralismo da democracia moderna como sendo um pluralismo total, cuja a única restrição a ser considerada seria a de resultar de um acordo com um conjunto de procedimentos considerados neutros. Uma tal concepção, bastante vinculada à “ilusão” liberal da “neutralidade do Estado”, esquece que não há procedimentos fora de qualquer referência a normas, já que tais normas “regulativas” só têm sentido em relação a regras “constitutivas”, que são necessariamente de uma outra natureza.

No domínio da política e do direito, defende Mouffe (1994) encontramo-nos sempre no campo das relações de poder e nenhum consenso pode ser estabelecido como resultado de um puro exercício da razão, pois onde se encontra o poder não é possível eliminar a força e a violência, ainda que se trate da “força da persuasão” ou de “violência simbólica”²⁴. O problema da perspectiva racionalista, segundo a autora, é que nos impediria de compreender que os limites do pluralismo não são apenas limites empíricos, mas também o fato de que certos modos de vida e certos valores são, por definição, incompatíveis com outros, e que é propriamente essa exclusão que os constitui.

Segundo esta perspectiva, não há consenso que não seja violento. Supor que as instituições pluralistas modernas, que se propõem à resolução pacífica dos conflitos sociais, chegam através do respeito a regras pré-estabelecidas às melhores decisões para toda a coletividade, é negar o conteúdo político e, portanto, antagônico que têm os conflitos sociais, assim como o caráter complexo que têm as sociedades contemporâneas, deixando escapar, desta forma, uma gama de interesses que não são levados em consideração e outros tantos que nem ao menos são ouvidos.

Assim, além de desconsiderar a importância do conteúdo normativo da democracia e a dimensão da soberania popular, as teorias elitistas-procedimentalistas da democracia, em suas apostas de satisfação dos interesses de todos os indivíduos com seus modelos precários e provisórios, partem de uma concepção simplista dos conflitos sociais, e ainda “mascaram” as exclusões resultantes da democracia liberal (MOUFFE, 1994).

No caso do Brasil, o debate sobre a construção e consolidação da democracia brasileira e dos países periféricos, levou a muitas interpretações (LAMOUNIER, 1985; LESSA, 1987; LIMONGI, 1999; REIS & O’DONNELL, 1988; SANTOS, 1988) do período que se seguem ao momento dos governos autoritários, que vai de 1964 a 1985, pelo qual passou o país, partem, na procura de explicações do processo de transição democrática, desse debate clássico sobre a democracia, mesmo que, algumas vezes, não explicitamente dados como referência. Estas perspectivas do modelo democrático

²⁴ No sentido estabelecido por Bourdieu (1974), uma luta simbólica se dá, para além da esfera do Estado, em vários sistemas simbólicos, que derivam sua estrutura da divisão do mundo em classes antagônicas e constroem um consenso em torno do sentido da lógica de inclusão e exclusão, cumprindo um papel de integração e distinção. O que muitas vezes é visto como “funções sociais” pode ser lido como funções políticas, à medida que se encarregam da tarefa de diferenciação social e legitimação das diferenças.

contemporâneo compõem também as bases das distintas interpretações dos caminhos trilhados pela democracia brasileira, seja pelos pressupostos assumidos, seja pelas apostas futuras que fazem.

Segundo Avritzer (2004), desconsiderando toda essa complexidade, no contexto nacional, a teoria da democracia liberal leria nossa transição democrática como a volta das certezas sobre o jogo político e da força reguladora das regras universais ao controle do Estado. Ou seja, a redemocratização estaria prioritariamente ligada ao bom funcionamento das instituições políticas. A construção institucional significaria a democratização societária. As implicações deste modo de tratar o processo de transição democrática no Brasil são que, dessa forma, não é possível alcançar a complexidade do processo, uma vez que não estão incluídos na análise do sistema político os conflitos e relações de poder que estão fora da estrutura estatal. Escapa-lhe, por exemplo, a dimensão das práticas cotidianas e da cultura política democrática²⁵.

O maior problema é que a aposta em um modelo de Estado organizado de forma a controlar os conflitos sociais não apenas se torna um limite de uma determinada perspectiva, como também um empecilho para a ampliação e aprofundamento da democracia. Mesmo que se considere a abertura de espaços de participação que vão além do momento eleitoral, a que se restringe a perspectiva liberal, e se avance para outros espaços mais cotidianos da tomada de decisão, a burocratização e a institucionalidade, que pauta as relações desse Estado, ainda têm se apresentado como limites à ampliação da participação.

Em seus estudos sobre sociologia urbana na África do Sul, Oldfield (2008) faz uma reflexão sobre o processo de democratização do Estado pós-apartheid e chama a atenção para diferentes matizes desse processo. Segundo ela, no caso que observa, a linguagem liberal tecnocrática, nem sempre representou um avanço quando se tem como meta a participação. Mesmo que nos habilite para participar, à medida em que, nas democracias, de uma maneira geral, ouvir, falar e ser ouvido são considerados direitos, pode, em contraposição, nos desabilitar, à medida que estabelece como, onde e quando devemos falar e em que linguagem conceitual podemos falar, se não queremos que os nossos sons sejam reduzidos à ruídos.

²⁵ Que seria, na definição de Avritzer (2004), um modo de fazer política na prática que se contrapusesse às relações sociais autoritárias e conservadoras como o clientelismo e o paternalismo, na sua visão, limites do avanço da democracia no Brasil.

Segundo Oldfield (2007), no período pós-apartheid na África do Sul foram projetados vários mecanismos de participação para permitir o envolvimento direto dos cidadãos e das comunidades com o Estado, fundamentando a democracia. Estes mecanismos vão desde os direitos de protesto, liberdade de expressão e escolha de representantes, até, na escala local, a criação de conselhos, sub-conselhos e comitês. Entretanto, ainda que muitos cidadãos e grupos comunitários utilizem esses mecanismos de participação, eles ainda são muito contestados em sua forma, conteúdos, limites, extensão, política e ideologia e, de forma inequívoca, na prática, na sua implementação no contexto das formas cotidianas em que as comunidades se organizam.

Na pressa para resolver imperativos políticos para a prestação de serviços, a construção de infraestrutura, bem como a consolidação do Estado pós-apartheid, a energia e os recursos têm se centrado na entrega da parte física desse desenvolvimento, explica Oldfield (2007). Nisso tudo, o processo de democratização, menos tangível e mensurável, foi ganhando uma posição não central, mas periférica. Nesse processo, frequentemente a prestação de serviços traduz a participação cidadã como consulta a clientes, onde os consumidores são convidados a participar no processo através da liberdade de exercer a sua escolha e preferências.

Embora essas estruturas democráticas criem oportunidades para participar de forma igual no processo, ignora as possibilidades desiguais de participação. Desta forma, os problemas que vão aparecendo apenas refletem o acesso desigual, as diferentes habilidades para participar, e a capacidade parcial do Estado para ouvir, reconhecer e respeitar os diferentes tipos de organização da sociedade civil. Por essa razão, a concepção liberal e passiva da cidadania não fornece caminhos para que muitos moradores pobres das cidades da África do Sul, por exemplo, consigam participar de fato da tomada de decisões. Como alerta Oldfield, estão postos aí diversos desafios:

In the past ten years, there has been a formalization of processes and spaces for participation. As a result, the nature of engagement between communities and local government has become increasingly procedural and technical. This trend is not normatively bad – it's the goal of policy to normalize democratic processes – but it does hold consequences and generates particular and perhaps more durable patterns of inclusion and exclusion. In some instances this might manifest as a reduction of space and process through which communities engage so less effort and initiative, perhaps, is taken by the state to 'go out and get' communities to participate. Instead, the imperative is on communities to 'come to the state' space and process. On both side, expectations of the state and communities are more

specific: raising questions about the ‘patience’ of the local state to engage with communities outside of formally required processes; and, at the same time, the ‘patience’ of some community organizations and movements to work within state-driven and controlled participatory processes. (OLDFIELD, 2007, p. 492).

Os estudos dedicados à atuação dos conselhos de políticas públicas, fóruns e orçamento participativo (DAGNINO, 2002; TATAGIBA, 2005; AVRITZER, 2005, 2012a, 2012b; LAVALLE, 2006; LÜCHMANN, 2007) têm mostrado resultados muito próximos no Brasil. Num balanço mais recente, Tatagiba (2011) mostra que, mesmo podendo ser considerados conquistas inegáveis do ponto de vista da construção de uma institucionalidade da participação democrática entre nós, os estudos sobre o assunto revelam à exaustão que essa densa e variada arquitetura participativa tem esbarrado em limites que muitas vezes esvaziam ou restringem seus potenciais democratizantes e, tal como Oldfield, apresenta um paradoxo: “a vitalidade do modelo conselho/conferência/fundo e o seu peso no redesenho das políticas setoriais parece vir acompanhada de sua baixa capacidade para incidir nas correlações de força que conformam o jogo político em suas áreas específicas”, ou seja, acabam esvaziadas politicamente.

Para Avritzer (2004), um conceito chave que falta à interpretação clássica da democratização é o conceito de “esfera pública”. Apresentada de forma sistemática principalmente pelos autores da chamada “teoria crítica”, que se estabeleceu como alternativa às teorias procedimentalistas, elitistas e participacionistas no final do século XX, a idéia de “esfera pública” é construída diretamente atrelada ao conceito de democracia, representando a arena viva e dinâmica na qual um permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar. Em suas palavras:

(...)a esfera pública diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difusas no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social. Tal contexto comunicativo constitui uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância na política contemporânea. (AVRITZER, 2004, p. 722).

Partindo desse conceito, para Avritzer, a democratização não pode mais ser vista como um momento de transição, pois *“é o processo permanente e nunca inteiramente*

acabado de concretização da soberania popular” (AVRITZER, 2004, p. 704). Assim, deve ficar clara a dimensão conflituosa da construção da democracia, explicitando a disputa pela construção da nação, envolvendo um contexto maior do que o das instituições formais, e dando maior visibilidade e importância às outras formas de associação e organização dos indivíduos, aos seus discursos e suas lutas, atribuindo-lhes também um protagonismo na construção da democracia²⁶.

Voltando à explicação de Mouffe (2006), não há nem esfera neutra de mediação de conflitos, nem identidades pré-construídas em confrontação, pois, segundo ela, toda objetividade social é, em última instância, política, o que pressupõe uma relação de poder – e que exclui a idéia de neutralidade – e o poder, por sua vez, sendo relacional, constrói as identidades no interior do próprio conflito: “considerando-se que qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de poder, a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-construídas, mas como construindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável.” (MOUFFE, 2006, p.173).

Sob essa perspectiva, para entender o processo de democratização brasileiro é preciso voltar o olhar, sobretudo, para os espaços públicos construídos fora da esfera estatal, dando importância ao avanço das diferentes formas de organização da sociedade civil, aos deslocamentos quanto aos pensamentos e práticas conservadoras e a democratização da produção de significados²⁷, e não só para avanços institucionais conquistados no que diz respeito ao processo de escolha dos representantes e as liberdades políticas alcançadas.

Como sugere Mouffe (2006), ao tentar entender as democracias contemporâneas é preciso dar atenção aos processos políticos que as constituem, as diversas relações de poder que se estabelecem na sociedade e de que forma essas lutas antagônicas são constitutivas das diferentes identidades assumidas, o que, no contexto brasileiro,

²⁶ Apesar dessa explicação de Avritzer (2004) sobre a teoria habermasiana da esfera pública, muitas críticas foram levantadas à Habermas, exatamente no que diz respeito à ênfase procedimentalista e a aspiração ao consenso que tem sua proposta. Santos (2002) destacam que ao postular um princípio de deliberação amplo, Habermas recoloca no interior da discussão democrática, um procedimentalismo social e participativo, estabelecendo uma cunha na via que conduziu de Kelsen a Schumpeter e Bobbio. Segundo Miguel (2003b), outro ponto comum das críticas à Habermas é a idéia de que os atos de fala possuem características intrínsecas que fazem com que o consenso seja seu *télos* subjacente, esvaziando o sentido conflituoso próprio da política. Ainda assim, considero aqui importante a crítica feita ao modelo procedimentalista destacado por Avritzer.

²⁷ No próximo tópico apresento a defesa que fazem Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) do papel desempenhado pelos movimentos sociais nesse sentido.

significa entender até que ponto são de outro tipo as relações entre sociedade civil e Estado, entre os diferentes grupos que a compõem e de que forma, partindo desta interação, como são construídas as identidades e projetos políticos de tais grupos, quais as diferentes visões apontadas nesse debate e como se dá o processo de decisão.

Segundo Dagnino (2002), aqui o processo de “ressurgimento da sociedade civil” e de democratização não se deu de maneira linear, mas combinando avanços e retrocessos na vida política e social do país. Passada a fase de luta contra o sistema autoritário e reestabelecidas as instituições democráticas básicas, como o direito ao voto e a liberdade de imprensa, começaram a se tornar mais visíveis os desencontros entre os diferentes projetos políticos que constituíam a sociedade civil. Isso nos permite ver que “a construção da democracia é um processo multifacetado que resulta da disputa entre distintos projetos políticos que, no interior da sociedade civil e dos diversos níveis do aparato estatal, confrontam distintas concepções sobre a própria natureza e os limites desse processo” (DAGNINO, 2002, p.10).

A Constituição de 1988 representa um marco no processo de democratização do Brasil iniciado pela luta dos movimentos sociais organizados contra o Estado autoritário no país, resultando, diz Dagnino (2004), no reestabelecimento dos direitos representativos formais e num novo tipo de relação entre sociedade civil e Estado, tornando possíveis, por exemplo, parcerias entre esses dois atores. Entretanto, como já destacamos, essa aproximação entre Estado e sociedade civil não se dá de forma pacífica e isenta para ambas as partes. Ela representa - ainda que contida na órbita de um regime democrático em construção - um conflito político complexo onde identidades e discursos são formados e transformados, como mostram as muitas pesquisas sobre a participação da sociedade civil em Conselhos Gestores e fóruns temáticos, por exemplo.

Coincidindo com o processo de abertura das instituições a uma maior participação da sociedade civil há também a implementação do projeto neoliberal no país a partir do governo Collor, com seu modelo de Estado mínimo que se isenta cada vez mais do seu papel de garantidor de direitos, delegando-o aos poucos à sociedade civil. O andamento destes dois projetos, simultaneamente, em nossa sociedade irá gerar consequências no que diz respeito a discussões de visão de mundo e projetos políticos de ambas as partes.

Uma das principais consequências do andamento desses dois projetos e da interação entre o Estado e a sociedade civil nos últimos anos, segundo esta autora, seria

uma aparente confluência de conceitos e projetos, uma confusão de objetivos que, mais do que uma coincidência, representaria um problema de perigosas consequências, e que por isso é chamado por ela de “ *confluência perversa* ” (DAGNINO, 2004, 96). A confluência seria verificada por meio do argumento de que ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, tanto o Estado de modelo neoliberal – na tentativa de se desresponsabilizar de suas obrigações sociais – quanto a sociedade civil organizada – que busca um maior espaço de participação política. Já a perversidade estaria no fato de que, apesar da aparência inicial de um discurso compartilhado, estes dois projetos apontam em direções distintas e até mesmo antagônicas. E ainda mais, a perversidade estaria no fato de que:

“(…) essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: **participação, sociedade civil, cidadania, democracia**. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil” (DAGNINO; 2004, 97, *grifo nosso*).

Isso é o que se pode observar, segundo Dagnino (2004), com base nas muitas pesquisas que acompanharam a participação dos movimentos sociais e representantes da sociedade civil, nas deliberações de Conselhos Gestores e Orçamento Participativo onde, por exemplo, os atores da sociedade civil, ao perceberem esta confluência perversa, acabam questionando qual seria o seu próprio papel dentro deste processo, uma vez que acabam por vezes fortalecendo um projeto com o qual não se identificam, ou mesmo se opõem.

O que esse quadro revela, segundo a autora, é a complexidade do processo de democratização no Brasil, das relações entre sociedade civil e Estado, e a problemática da constituição de espaços públicos e sua dinâmica de funcionamento, negando análises simplistas e unidimensionais. Uma das saídas que propõe, diante dessas simplificações, é conferir maior peso explicativo à noção de “projeto político” no nível teórico e no

nível empírico, investindo na investigação e análise dos distintos projetos políticos em disputa, através da explicação dos deslocamentos de sentido que sofrem e propõem.

Partindo da noção de que existe um vínculo indissolúvel entre cultura e política, a autora diz preferir o termo “projetos políticos”, seguindo o sentido gramsciano de conjunto de interesses e crenças, concepções de mundo e representações daquilo que deve ser a vida em sociedade que orienta a vida dos diferentes sujeitos, pois deixa clara a diversidade de projetos em disputas e foge a uma visão homogeneizadora do processo, além de não se limitar a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas explicitar e produzir significados que integram matizes culturais mais amplas.

Na defesa de um projeto participativo de democracia, assume-se assim a perspectiva crítica ao modelo procedimentalista, sobretudo, por suas limitações de análise, pelo foco sempre centrado no Estado, pela definição implícita de democracia, que dá menor importância à participação popular, e pela visão harmônica e linear que tem do processo de construção da democracia. A partir disso, considera-se a importância dos estudos voltados para o entendimento das construções e conflitos de esferas públicas, que mesmo tendo o Estado como referencial, possuem uma perspectiva de bases diferentes e que pressupõem, por isso mesmo, visões da sociedade também de outro tipo, uma vez que são também construídas por diferentes processos.

No que concerne aos processos de organização e lutas populares na Estrutural, essa discussão nos faz pensar o quanto são complexas as relações que se pode estabelecer com o Estado em diferentes contextos e mesmo como são diversos os sentidos que podem assumir categorias como democracia, democratização ou “cidadania”. Além disso, a discussão aponta para os perigos de esvaziamento da participação quando se tem como foco apenas a institucionalidade, seus espaços e suas regras, sendo o maior risco, ao se voltar apenas para isso, o de perder a dimensão política das questões de fato em disputa. No caso da Estrutural, dar prioridade à participação na reflexão, ou ainda, ao caráter político dos eventos que lá se sucederam, nos permite entender melhor que relações estavam estabelecidas para que, mesmo com todas as conquistas pós 1988, pessoas continuassem sendo mortas pela polícia na luta pelo direito à moradia, ou como foram capazes de mesmo assim agirem contra o que consideram injusto.

Nesse sentido, as histórias que compõem a memória política da Estrutural podem ser exemplares de como o processo de democratização e participação política não

seguem necessariamente os mesmos caminhos formais estabelecidos pelo Estado e, até mesmo, podem ser contrários a estes, ou seja, os mecanismos estabelecidos formalmente podem representar entraves ao avanço das lutas populares, ou esses caminhos podem representar ainda “projetos políticos” em disputa. De uma forma ou de outra, entretanto, o que esta literatura sobre participação nos estimula é encarar a sociedade mais de perto, fugindo de leituras generalistas e simplificadoras, dando relevância à amplitude dos problemas que se abrem a partir de um outro foco.

Além disso, partindo não só da luta por direitos estabelecidos ou por participação nos espaços formais, é preciso chamar a atenção para o que nas lutas aponta para um avanço da democracia, ou quais os limites dos modelos adotados, no sentido de ser mais que o respeito a direitos já reconhecidos, mas também reconhecimento de novos direitos e o questionamento de antigos, além do que o próprio processo de organização representa para os grupos e indivíduos.

A maior parte dessa discussão sobre democracia e participação, porém, não deixa de estar atrelada e limitada aos espaços de disputa estatais, ou seja, ainda que se aponte para o incremento à democracia que representa a organização de grupos populares chega-se a essa conclusão partindo das conquistas desses grupos na possibilidade que estes têm de se representar diante do Estado. Existem, entretanto, outras lutas que, ainda que incidam em alguns momentos nas relações com o Estado, vão além disso e decorrem de relações entre grupos e indivíduos e que dão significado a coisas e acontecimentos que jamais seriam explicadas partindo somente da relação com o Estado, e não queremos perder aqui também essa dimensão, já que isso tem a ver com o que tem sido chamado de “funções” da participação.

No âmbito dessa discussão o que está sendo problematizado é o processo de construção dessa participação no nível local, revelando as disputas recentes entre os diferentes atores sociais para interpretação desta história, partindo, prioritariamente, daquela feita pelos movimentos sociais brasileiros, supondo apresentar esta deslocamentos em relação à historiografia tradicional a respeito da formação político-social do Brasil.

A participação na Teoria dos Movimentos Sociais.

Como dito acima, dentro desta disputa pela re-significação de práticas, os movimentos sociais organizados são apontados no debate teórico como um dos principais responsáveis pela ampliação do político nas democracias contemporâneas (SANTOS, 2002; ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000; SCHERER-WARREN, 1996).

A partir dos anos 60, passado o período de aposta na desmobilização da sociedade de consumo, ressurgem na Europa e nos Estados Unidos ondas de mobilizações que não se restringem inteiramente à lutas ligadas à classe, mas também à etnia, gênero e estilo de vida, o que, por sua vez, provoca o interesse dos estudos acadêmicos para o que seria uma novidade²⁸. A principal diferença seria que agora essas ações coordenadas aconteciam fora das intuições políticas tradicionais e muitas vezes estavam distantes da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada, acontecendo de forma mais difusa e com diferentes objetivos, e por essa razão foram chamadas de “movimentos sociais” ou “novos movimentos sociais” para destacar a distinção dos anteriores (ALONSO, 2009).

Segundo Melucci (1989), a crise das estruturas políticas e conceituais frente às novas formas de ação coletiva em áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais nas décadas de 60 e 70, provocou nas ciências sociais em geral um impulso de pesquisas empíricas e uma redefinição de categorias analíticas. Os trabalhos produzidos nessa época foram tão importantes que a maior parte do trabalho teórico recente sobre os movimentos sociais teve início com o debate suscitado pela agitação política e social dessa época.

No Brasil, esses movimentos organizados ganham maior corpo e destaque na cena política do país quando, como explica Dagnino (2002), a partir da década de 70, a sociedade civil brasileira profundamente marcada pela experiência autoritária do regime militar instalado em 1964, experimenta um “ressurgimento” que tem como eixo a oposição ao Estado, desempenhando um papel fundamental no longo processo de transição democrática, que ao mesmo tempo em que modificou as estruturas do Estado também serviu para o fortalecimento e organização desses movimentos, que, passado esse primeiro momento, irão levantar outras bandeiras de luta.

²⁸ Há porém quem discorde da novidade desses movimentos, Frank e Fuentes (1989) ponderam que os movimentos camponeses, de comunidades locais, étnicos nacionalistas, religiosos e até feministas existiram durante séculos e até milênios em muitos lugares do mundo.

De forma sintética, Von Bulow e Abers (2011) definem que a compreensão mais recente dos movimentos sociais é de uma “ação coletiva sustentada, a partir da qual atores que compartilham identidades ou solidariedades enfrentam estruturas sociais ou práticas culturais dominantes” (p. 53). Mas a definição desses movimentos também está em debate. Assim como são diversas e complexas as discussões sobre a democracia, no campo de estudo dos movimentos sociais encontramos uma série de discussões que vão desde a escolha dos objetos estudados, passam pela escolha da metodologia de pesquisa e vão até às concepções sobre o que faz os homens agirem em coletividade. Como acontece nas demais áreas de estudo da Sociologia, todas essas descrições e análises dos movimentos sociais têm como fundo uma concepção de mundo e, às vezes mais, às vezes menos, uma concepção do que deveriam ser esses movimentos.

Conforme observa Della Porta e Diani (2006), algumas questões recorrentes nesses estudos relacionam mudanças estruturais com as mudanças nos conflitos sociais; discutem os critérios de escolhas de objetos e atores como dignos de serem entendidos como ação coletiva; debatem sobre quais valores, interesses e ideias são de fato relevantes para entender os conflitos sociais e tentam encontrar os fatores políticos e culturais que determinam o sucesso ou não de um determinado movimento, isso só para exemplificar a amplitude desse debate.

Em meio a todas essas questões, tomando como ponto de partida os debates teóricos que vêm sendo feito nas últimas décadas com o objetivo de entender o “como” e o “porque” (MELUCCI, 1989) os movimentos sociais se estabelecem e mantêm sua estrutura, considero que é possível encontrar caminhos para pensar como essas questões, estudos e considerações metodológicas e analíticas podem ser enriquecidas com as contribuições que o caso da Estrutural nos oferece.

Antes dessa nova leva de estudos sobre os movimentos sociais, Melucci (1989) aponta que eram duas as alternativas para entender esse a ação coletiva: ou trata-las como um efeito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas. Nas teorias sobre a ação coletiva mais tradicionais, Melucci(1989) observa algumas dualidades recorrentes: isolamento/solidariedade - onde os teóricos se dividiam entre aqueles que consideravam os movimentos sociais como uma expressão de interesses partilhados dentro de uma situação estrutural comum e aqueles que reduziam a ação coletiva à marginalidade; e estrutura/motivação - onde a ação coletiva ou era vista como produto da lógica do

sistema ou como um resultados de crenças pessoais. Enfim, explicações que variavam entre as posições mais cruas do marxismo e do funcionalismo.

Nesse novo momento, entretanto, os movimentos analíticos se concentram em torno de questões mais aprofundadas do debate anterior e, a partir daí, como destaca Munk (1995), tornou-se usual contrastar duas escolas, ou perspectivas, que tratam dos movimentos sociais: uma baseada nos estudos dos analistas europeus, acentuando a noção de "identidade" e "cultura"; outra, nos trabalhos de especialistas americanos que focalizam a noção de "estratégia" e "racionalidade". Como reflexo das tradições intelectuais no âmbito das quais surgiram as duas correntes, essa distinção se valeu da literatura anterior voltada para as questões mais amplas da relação entre ação e estrutura e da articulação entre os níveis micro e macroanalítico (MUNK, 1995).

As primeiras teorias norte americanas reagiam à interpretação funcionalista afirmando a racionalidade dos indivíduos ao decidirem participar dos movimentos bem como ao escolher suas estratégias de ação, sendo a preocupação principal identificar o os caminhos usados para mobilizar recursos mais do que as razão para isso, assumindo uma abordagem orientada pela relação objetiva entre indivíduos e oportunidades, ficando por isso conhecida como Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). A partir disso, como ressalta Munk (1995), a noção de estratégia foi construída pela literatura americana tomando como referência esses estudos sobre a mobilização de recursos, que definiam os movimentos sociais como um problema de ação coletiva, conforme postulado pela teoria da escolha racional e do conceito de cálculo estratégico de Mancur Olson (1999), entendido como o cálculo implacável de atores racionais movidos pelo interesse próprio.

Não se pode, entretanto, generalizar os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica, à toda literatura americana, uma vez que, seguindo essa etapa, surgiram também, com uma perspectiva mais macrossociológica, os críticos da teoria da mobilização de recursos, que destacavam a importância do desenvolvimento do processo político, enfatizando a estrutura das oportunidades políticas e chamando a atenção para os recursos sociais da comunidade, teorias reunidas sob rótulo de Teorias do Processo Político (TPP).

A partir das TMR, as teorias sobre os movimentos sociais passam a discutir a questão fugindo das armadilhas das microanálises centradas na racionalidade individual considerando uma perspectiva macro histórica do fenômeno. Ao mesmo tempo essas

teorias passariam a reagir aos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução, enfim, de uma forma ou de outra resistiam às explicações deterministas e economicistas da ação coletiva e contra a ideia de sujeito histórico universal. (ALONSO, 2009)

Dentre os esforços feitos nesse sentido, estão os de Tarrow (2009) e Tilly (2010), principais representantes da TPP. Desanimados com a fragmentação em subáreas que vinha caracterizando o estudo dos confrontos políticos, percebendo o empobrecimento que a ideia de paradigmas concorrentes trazia para as pesquisas, os teóricos da TPP se propuseram a entender o confronto político juntando as contribuições de várias áreas. A proposta seria entender as condições de ocorrência do confronto político, estando atentos às variações no contexto e aos efeitos hipotéticos sobre a dinâmica da ação coletiva. (MCADAM, TILLY, TARROW, 2009)

Para Tilly (2010), os analistas dos movimentos sociais os tratam mais expressões de atitudes e interesses correntes ou de condições sociais do que como elementos de histórias de mais longa duração. Mas a questão, ele debate, é que os movimentos sociais têm sua história específica e inter-relacionada, que precisa ser contada a partir das analogias e conexões causais entre aspectos distintos dos movimentos sociais e de outras variedades de política, que ele chama “política contenciosa”, entendendo as estruturas e processos políticos e como se produzem mudanças e variações.

Daí a tentativa de entender o confronto político se aprofunda no sentido de apreende-lo como processo político/oportunidades. Segundo Tarrow (2009), as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros em ciclos mais amplos de confronto. Os movimentos seriam o resultado de confrontos sustentados de opositores que lutam em torno de grandes divisões da sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais.

A diferença com relação às TMR está em que enquanto nessa a ênfase da análise se volta para os recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, nas TPP a prioridade são as estruturas de incentivo e/ou constrangimentos políticos que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação. Entretanto, apesar de abrir mais espaço para a cultura que as TMR, as TPP não chegaram a produzir uma

interpretação de fato cultural dos movimentos sociais (ALONSO, 2009), como fazem os teóricos dos “novos movimentos sociais”, ou TNMS.

Os teóricos europeus dos "novos" movimentos sociais caracterizavam-se por fundamentar suas análises em uma noção mais estrutural de identidade coletiva ou simplesmente de identidade (MUNK, 1995). De acordo com essa perspectiva, os participantes da ação coletiva estão procurando também solidariedade e identidade, que, diferente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados.

Segundo Melucci (1989), um dos principais representantes da corrente européia, os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o sistema como um todo, por sua vez, a ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado, a ação dos movimentos agora surgem “de” e altera “a” lógica das sociedades complexas. Nas sociedades contemporâneas, diz Melucci(1989), os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais: eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual.

Tourraine (1996), outro autor de referência da corrente europeia, baseou sua análise numa abordagem estrutural e atribuiu as novas formas de conflito e a formação de novos atores às mudanças no capitalismo pós-industrial. Segundo Tourraine (1996), só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos. Na nova realidade das sociedades democráticas, diz Tourraine (1996), onde se formam movimentos sociais, a livre escolha política obriga cada ator social a procurar o bem comum ao mesmo tempo que a defesa dos interesses particulares, dessa forma, a análise deve fundamentar-se nas relações sociais, não nos atores, já que a identidade de um movimento social se forma no interior da estrutura de conflitos de uma determinada sociedade.

A análise culturalista alcançou muitos adeptos na América Latina, e a compilação feita por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), apresenta muitas dessas contribuições, sobretudo no que permitem entender a dimensão política das lutas culturais. Já na introdução do livro os autores defendem como os movimentos sociais, à medida que atribuem um novo significado às noções de direitos, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença, constroem definições alternativas do que conta como político. Nesse sentido, as identidades e estratégias coletivas de

todos os movimentos sociais estariam inevitavelmente vinculados à cultura, e mesmo movimentos populares urbanos de favelados, por exemplo, põem em movimento forças culturais.

Nesse sentido, constroem uma crítica às TPP. Segundo Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), ao invés de avaliar ou medir o sucesso dos movimentos principal ou exclusivamente com base no modo como suas demandas são processadas no interior da política de representação, é preciso lançar nova luz sobre o modo como os discursos e práticas dos movimentos sociais podem desestabilizar e assim transformar os discursos dominantes e as práticas excludentes da democracia realmente existente.

Entretanto, apesar dos avanços que esta perspectiva oferece, Melucci (1989) defende que o jeito de entender as contribuições dos movimentos é examiná-los não à luz das aparências ou da retórica, mas como sistemas de ação, devendo-se, por isso, adotar o que chama de “paradigma cético” em relação aos movimentos sociais, pelo qual entende que não se pode compreender a ação coletiva como uma “coisa”, ou seja, não se deve valorizar inteiramente o que os movimentos dizem de si mesmos, antes, tentar descobrir o sistema de relações internas e externas que constitui a ação.

Assim, assumindo uma postura que põe em oposição uma “essência”, que deve ser objeto de busca do pesquisador dos novos movimentos sociais, a uma “aparência”, que, por sua vez, está relacionada àquilo que os próprios movimentos dizem a respeito de si, as teorias europeias sobre a ação coletiva, tentando fugir do utilitarismo individualista que o antecede, acabam por assumir uma visão mais generalista sobre esses movimentos, embora se proponham exatamente a negar isso.

Além disso, mesmo que seja bem mais complexo o debate, a impressão que se tem é que, ainda que se considere os avanços, no particular dos estudos dos novos movimentos sociais, corre-se sempre o risco de cair ou no extremo do estruturalismo ou do individualismo metodológico, a articulação entre “micro” e “macro” continua sendo um desafio e por isso são poucos os casos, por exemplo, em que se consegue partir da análise de movimentos locais e particulares e, ainda, relacioná-los aos aspectos mais gerais do capitalismo sem ser reducionista ou apenas descricionista.

Como vimos, de uma forma geral, as análises que tradicionalmente se desenvolveram na Sociologia sobre os movimentos sociais podem ser agrupadas em três enfoques: o enfoque estrutural, que leva em consideração principalmente a existência de

classes sociais como base real de definição da identidade, consciência e ação coletiva, e avalia a partir daí as possibilidades de superação da situação de exploração; o enfoque acionalista, baseado na autonomia dos movimentos para negociar demandas com os aparatos institucionais do Estado, pouco preocupado com o caráter contestador dos movimentos; e o enfoque culturalista que tem como preocupação as culturas políticas na vida cotidiana e os substratos simbólicos que compõem a vida social (FONSECA, 2006). E essas antigas visões, mesmo com os avanços, não parecem ter mudado.

Enfim, de uma forma mais geral, apesar de se reconhecer a complexidade dos processos de organização e ação coletiva, ainda são múltiplos e às vezes excludentes os caminhos de explicação, principalmente na maneira de destacar os processos considerados relevantes na atuação dos movimentos e em seus potenciais transformadores. Tatagiba e Blikstad (2011) apresentam uma definição para os movimentos sociais que tenta alcançar tanto a tradição americana quanto a tradição europeia, contemplando a heterogeneidade e pluralidade desses movimentos e ao mesmo tempo a presença de uma rede de interação informal e de uma identidade compartilhada.

Tomando como referência as análises de Della Porta e Diane (2006), Tatagiba destaca a importância analítica de se distinguir as organizações que compõem o movimento do movimento em si, sendo esse último o conjunto das primeiras somado aos indivíduos frouxamente ligados entre si e que se reconhecem, e são reconhecidos, como parte de algo que é maior do que cada um isoladamente. Essa abordagem é vantajosa, como defendem as autoras, porque, além de outros motivos, ela amplia o leque de atores sociais que podem, em determinada conjuntura, reconhecerem e serem reconhecidos como parte do movimento social.

Entretanto, existem outros dois motivos pelos quais as autoras defendem a utilidade dessa abordagem. O primeiro deles é porque ela oferece a oportunidade de aproximação do real mantendo a “postura cética”, sugerida por Melucci, pela qual é possível identificar, descrever e analisar os mecanismos pelos quais os indivíduos e grupos se constituem como coletividade em torno de uma demanda ou carência. Em segundo lugar, a abordagem proposta permitiria articular tanto o plano das ações estratégicas com vistas a obtenção de resultados concretos da ação, quanto a dimensão normativa dos movimentos para além da ação individual.

Assim, de certa forma, mesmo nas pesquisas nacionais de maior acúmulo, voltamos a uma tentativa de definir os movimentos sem considerar suas próprias justificações, assumindo o que se chama de “postura cética”, ou mesmo as questões mais estruturais envolvidas, e sim o jogo relacional posto na relação entre instituições. No fim das contas, tais enfoques parecem não responder aos dilemas que os movimentos sociais de contextos como o brasileiro nos colocam, sob o risco de generalizar “a forma movimento social para contextos muito mais amplos do que aqueles em que se desenvolviam no mundo do capitalismo avançado” (BURITY, 1999).

Isso porque, como vimos, não parece se refletir aqui as relações, tal qual o descrito pelas teorias dos novos movimentos sociais, onde a questão de classe não tenha uma incidência sobre o movimento que deva ser levada em consideração. Aqui, ao contrário, os processos de identificação e luta por reconhecimento da maioria dos movimentos aparecem bem ligados às questões relativas à distribuição desigual de riquezas e direitos, como é o caso do movimento da Estrutural, onde a luta por moradia vem acompanhada a uma luta por direito à memória, e vice versa.

Por essa razão, entendimentos sobre o que é participação política, modelos de democracia, luta por direitos e movimentos sociais, por exemplo, não podem ser entendidos previamente sem que se considere a forma com que são vivenciados em diferentes contextos, não sendo necessário para isso colocar em oposição uma série de perspectivas, como estrutura e indivíduo ou reconhecimento e redistribuição, como se tratassem de uma “essência” e uma “aparência”, mas considerando todas elas partes de um complexo que compõem as ações coletivas.

Ao mesmo tempo, como alerta Burity (1999), não estamos dizendo aqui que contexto pode ser considerado um limite insuperável, onde tivéssemos como referência o processo de modernização percorrido pelo países do Norte que, numa lógica evolucionista, nos servisse de modelo. Desta perspectiva, o Terceiro Mundo, ou o Sul, seria uma vez mais relegado a seu atraso, enquanto que, no domínio das sociedades avançadas, as coisas seriam complexas, potencialmente mais congruentes com as situações “pós” das novas teorias sociais e políticas. Portanto, alerta Burity, partir de um suposto “atraso” não deve também, por uma lógica parecida com sua negativa, determinar de uma vez por todas o que deva ser os movimentos sociais no Brasil.

Como disseram Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), as políticas culturais dos movimentos sociais podem mobilizar construções de indivíduos, direitos, economias e

condições sociais, que não podem ser definidas estritamente dentro dos paradigmas da modernidade ocidental. Apesar disso, podem se relacionar com eles a partir de uma racionalidade que leve em conta outras realidades, outras dimensões da luta e outras formas de concepção de mundo, tão complexas quanto qualquer uma.

Como veremos a teoria do reconhecimento, elaborada principalmente por Axel Honneth, pode nos fornecer caminhos para fugir desses dualismos e ampliar nossa possibilidade de entender a luta na Estrutural, por exemplo. A diferença e contribuição estão na forma com que consegue, partindo da perspectiva dos indivíduos, explicar ações coletivas como as lutas sociais, uma vez que não coloca a questão do sujeito coletivo ou individual, mas a ação dos indivíduos enquanto atores sociais. Honneth, embora cite e analise alguns movimentos sociais, está mais preocupado em entender as ações sociais onde os acontecimentos históricos ocorrem, os conflitos sociais e as redes de interações de lutas sociais, e os processos de interpretação e entendimento dessas lutas por seus participantes, enquanto sujeitos da ação para analisar a orientação prática dos grupos sociais (GONH, 2009).

O avanço de Honneth em construir o processo de identificação e organização para a luta dos movimentos sociais de novo tipo articulando nesse processo também as lutas por demandas materiais, faz daquelas teorias conhecidas como teorias do reconhecimento uma alternativa e uma passagem obrigatória para quem se propõe pesquisar os movimentos sociais contemporâneos. Na sequência seguiremos, assim, os principais fundamentos da teoria de Honneth, acompanhado de sua crítica e, em seguida, buscaremos levantar algumas das contribuições que pode nos dar este autor no contexto das teorias dos movimentos sociais e no caso específico da Estrutural.

A participação como luta por reconhecimento.

Como vimos no capítulo introdutório, Honneth (2003) em sua teoria do reconhecimento estabelece a existência de três tipos de reconhecimento: *o amor*, advindo das relações emotivas de natureza carencial e afetiva; *o direito*, resultante das relações jurídicas; e a *estima social* que advém das relações solidárias. Para chegar a essas formas de reconhecimento, entretanto, Honneth (2003) apoia-se nas construções teóricas que vinham sendo desenvolvidas no âmbito da teoria crítica com o objetivo de

conseguir estabelecer um nexo de entendimento entre os sentimentos individuais, o contexto social e as lutas coletivas organizadas.

Dos teóricos que trataram sobre o processo de reconhecimento intersubjetivo na construção das identidades individuais, para Honneth, nenhum seguiu tão de perto os pressupostos naturalistas propostos por Hegel como George Mead. E é a partir dos conceitos elaborados por ele que Honneth irá tecer suas considerações sobre a teoria do reconhecimento no mundo contemporâneo.

De acordo com Honneth (2003), na explicação de Mead, são as situações de problematização de ações que se tornam habituais que o ser humano aproveita em suas operações cognitivas. Numa dimensão social, porém, o psíquico é um processo de ação de interação entre vários organismos que, no momento de crise, exige funcionalmente de todos os implicados uma reconsideração sobre sua própria atitude reativa. Essa reação é resultado do confronto com o *outro generalizado*, ou seja, o processo de socialização em geral se efetua na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento de todos os membros da sociedade.

Segundo Honneth (2003), a luta por reconhecimento, conforme elaborada por Mead, toma seu ponto de partida de ideias morais em que personalidades dotadas de carisma souberam ampliar o outro generalizado de seu meio social em concordância com as expectativas intuitivas dos contemporâneos. Assim que essas inovações intelectuais puderam influir sobre a consciência de grupos maiores, procedeu daí uma luta por reconhecimento de pretensões jurídicas, que acabou colocando em questão a ordem institucionalizada.

Entretanto, o que teria escapado à Mead, diz Honneth (2003), foi determinar as convicções éticas de um “outro generalizado”, que por um lado sejam substantivas o suficiente para fazer cada sujeito alcançar uma consciência de sua contribuição particular ao processo da vida social, mas, por outro lado, encontrar possibilidades para a autorrealização pessoal, ainda formais o suficiente para não restringir posteriormente o espaço livre, historicamente desenvolvido, o que não se explica apenas na experiência do trabalho socialmente útil.

Diferentemente de Hegel e Mead, Honneth (2003) distingue dois tipos de respeito: aquele que estabelece cada ser humano como um *fim em si*, e o respeito social

que salienta o valor do indivíduo na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios da relevância social. E essa diferença tem para Honneth (2003) toda importância, pois, segundo ele, um direito universalmente válido deve ser questionado, à luz das descrições empíricas da situação, no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele deve se aplicar, visto que eles pertencem à classe das pessoas moralmente imputáveis. É aí, nessa zona de interpretações da situação referidas à aplicação, que as relações jurídicas modernas podem ser cenário de lutas por reconhecimento.

Por isso, quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou a reputação de seus membros, sendo inclusive a luta por redistribuição parte dessa luta por reconhecimento.

O problema que impede muitas vezes que seja feita a relação entre o sentimento de desrespeito compartilhado e a resistência política é, segundo Honneth (2003), o fato de que já nos começos da sociologia acadêmica, foi cortado teoricamente, em larga medida, o nexos que não raro existe entre o surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito, já que os motivos para a rebelião, o protesto e a resistência foram transformados categoricamente em “interesses”, que devem resultar da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, sem estar ligados, de alguma maneira, à rede cotidiana das atitudes morais emotivas.

O que Honneth (2003) se propõe a fazer, em contrapartida, depende sobretudo de um conceito de luta social que toma seu ponto de partida de sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses dados em concorrência. As lutas sociais, nessa perspectiva, tratam-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento.

Uma das recentes críticas apontadas à teoria do reconhecimento é a que as lutas por reconhecimento, ou melhor, o reconhecimento de certas lutas tem sido utilizados meramente como estratégia de manter sob domínio determinados grupos sociais. Segundo o próprio Honneth (2003b), nas últimas décadas o conceito de reconhecimento se converteu no núcleo normativo de uma multidão de esforços políticos emancipatórios, mas, ao mesmo tempo, cresceu também as dúvidas sobre seu potencial

crítico. A função do reconhecimento em alguns casos seria integrar indivíduos ou grupos sociais à ordem social dominante mediante a sugestão de uma imagem positiva de si mesmos. Longe de contribuir eficazmente ao melhoramento das condições da autonomia dos membros de nossa sociedade, o reconhecimento social serviria, segundo as aparências, só à geração de atitudes em conformidade com o sistema.

Diante de críticas desse tipo, Honneth explica que uma das principais fundamentações teóricas para esses argumentos, seria o conceito de *ideologia* de Althusser, em que os indivíduos se convertem em sujeitos, no sentido da aquisição de uma consciência das próprias responsabilidades e direitos, na medida em que são submetidos a um sistema de regras e atribuições sociais que lhes outorga identidade social. Ao ser concebido desta maneira, o ato de reconhecimento, segundo o modelo da confirmação social, perde repentinamente toda conotação positiva e se converte no mecanismo central de toda ideologia, já que reconhecer a alguém significa induzi-lo, em virtude de requerimentos repetidos e continuados de forma ritualizada, exatamente ao tipo de autocompreensão que se encaixa adequadamente no sistema estabelecido de expectativas de comportamento.

Entretanto, Honneth defende que não se pode definir tão simplesmente uma forma de reconhecimento como ideologia, pois, à medida que nos aproximamos das condições socioculturais que dominam o momento histórico dado, a determinação do conteúdo ideológico das formas de reconhecimento se torna mais difícil, já que muitas vezes o que nos parece um reconhecimento externo ao grupo, pode depois servir para o fortalecimento da luta do mesmo, além do que, esse reconhecimento é, muitas vezes, “forçado” e não voluntário ou espontâneo.

Considerado o cuidado metodológico da análise, o que Honneth se refere quando fala em *reconhecimento* deve ser concebido como gênero de diferentes formas de atitude prática que reflete progressivamente o objetivo primário, ou seja, não há uma forma de reconhecimento que seja só retórico e não expresso em ações práticas, ou não se pode chamá-lo reconhecimento, e, ao mesmo tempo, não pode haver um reconhecimento dissimulado, uma vez que os objetivos motrizes de um reconhecimento devem ser revelados progressivamente. Dessa forma, em defesa do conceito, Honneth encontra um critério que servirá de medida para determinar antecipadamente se o reconhecimento se trata realmente só de um aumento do poder regulador: o critério do cumprimento material. Assim, aqueles modelos institucionais de distinção avaliativa a

quem faltam toda perspectiva sobre o cumprimento material do reconhecimento, podemos denominar, diz ele, de *ideologia*.

Por outro lado, Fraser (2001) chama a atenção para o impacto que as questões do reconhecimento podem ter sobre a estratégia de movimentos sociais particulares. Fraser (2001) chama a atenção para o fato de os dilemas da redistribuição em muitos países ainda não terem sido resolvidos e, em alguns casos, as desigualdades sociais terem, ao invés disso, se aprofundando. Na teoria do reconhecimento, entretanto, a dimensão econômica e a dimensão cultural dos conflitos aparecem normalmente associadas e isso, segundo Fraser, pode ser um perigo, porque nas novas demandas dos problemas sociais por reconhecimento de identidades culturais ela observa uma minimização e não-tematização das questões referentes às desigualdades econômicas.

A partir dessa preocupação, Fraser (2007) defende uma perspectiva dualista de análise dos conflitos sociais. Segundo ela, as abordagens que se propõem a analisar a realidade social contemporânea tendem a subsumir as duas dimensões dos conflitos sociais uma na outra. Isso não quer dizer que defenda que os conflitos sociais devem ser isolados em todas as suas dimensões, mas esse dualismo deve acontecer como estratégia analítica, uma vez que os domínios da economia e da cultura estão totalmente conectados. E é exatamente sobre isso que levanta ressalvas: o dualismo seria necessário para que não se deixem intocadas as estruturas de classe que estão por trás do não-reconhecimento de minorias.

Com relação à essa proposta analítica de Fraser (2007) de se entender de forma separada a perspectiva da redistribuição, própria dos movimentos sociais clássicos, daquelas por reconhecimento, típicas dos novos movimentos sociais, Honneth (2003b) acredita que esta não seja uma forma suficiente, ainda que se proponha estratégica. Segundo Honneth, ao reservar as lutas por reconhecimento somente aos novos movimentos sociais, Fraser estaria esquecendo o fato de que somente em poucos países essas demandas por reconhecimento aparecem assim de forma tão pura. Considerando que as lutas por redistribuição ainda desenvolvem-se de forma bastante forte, para se obter uma perspectiva geral de formas típicas de sofrimento fundadas socialmente numa sociedade capitalista é fundamental ir além das problematizações feitas na esfera pública, incorporando as difusas expectativas e esperanças dos cidadãos.

Mesmo que partam de bases distintas, tanto Honneth quanto Fraser estabelecem uma postura crítica em relação às lutas sociais contemporâneas, teorizando o lugar da

cultura no capitalismo e pensando padrões de justiça. Fraser enxergando o reconhecimento e a redistribuição como uma questão essencialmente de justiça, e Honneth defendendo o reconhecimento como categoria central da sociologia e psicologia moral como princípio inclusive das demandas por redistribuição. Sendo a principal diferença entre eles apenas a questão de combinar essas dimensões. Sob seu ponto de vista, Fraser (2007) esclarece:

Essas são falsas antíteses, como já argumentei em outro texto (Fraser, 1995). Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. Sustento que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, 103).

A diferença é que para Honneth (2003b) a separação feita por Fraser entre as demandas por reconhecimento e demandas por redistribuição não permite entender a conexão entre cultura e economia no capitalismo. Ao contrário, essa dualidade seria responsável por suprimir ou negligenciar as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade legal.

Segundo Mendonça (2012), apesar de não ter esse objetivo expresso, e mesmo considerando as críticas levantadas, a teoria do reconhecimento, conforme elaborada por Honneth, pode ser muito útil para se pensar alternativas quanto ao debate sobre as democracias contemporâneas.

Em primeiro lugar porque parte de uma concepção não institucional de política. Segundo Mendonça (2012), diferente de uma parcela significativa das teorias democráticas contemporâneas, essa abordagem não resume a política aos jogos de poder que ocorrem nos meandros do sistema político. A política na teoria do reconhecimento não se limita a instituições formais, às eleições, à luta por cadeiras do Legislativo, às competições partidárias, às coalizões de governo ou às políticas públicas implementadas pelo Estado. A concepção de política na teoria do reconhecimento engloba tudo o que diz respeito à coletividade e ainda tudo o que permeia os processos identitários, fortalecendo ou cerceando as condições de autorrealização. Na medida em que as identidades são percebidas como políticas, as interações cotidianas de diversas

naturezas passam a merecer atenção, visto ajudarem a compreender as opressões e lutas que atravessam processos sociais.

Em segundo lugar, a vantagem que oferece a perspectiva da teoria do reconhecimento para entender a democracia é que não despreza a existência da opressão nas relações sociais, antes disso, assume esse pressuposto, lidando, de maneira frontal e integral, com as desigualdades. Por mais que o ponto central das críticas de Fraser sejam com relação a esse tema em específico, Mendonça defende que, na linguagem de Honneth, as desigualdades são tratadas como formas de desrespeito, que alimentam e motivam as lutas políticas. Ao revelar a injustiça das desigualdades, tais lutas permitem o desenvolvimento de novas gramáticas morais, fomentando não apenas a realização dos sujeitos, mas também a construção de sociedades mais justas. Ao invés de serem esquecidas, as desigualdades, de qual tipo forem, são o gatilho do processo, o meio de seu desdobramento e o problema contra o qual se luta.

A terceira contribuição analítica dessa teoria é que consegue superar um problema limitador dos estudos sobre a democracia que é a dualidade entre público e privado. Como já foi dito, Honneth concebe o político de maneira mais ampla, investigando as formas opressivas e lutas emancipatórias incrustadas no cotidiano. Por essa razão, na resposta que faz à Fraser, Honneth (2003b) defende que para se obter uma perspectiva geral de formas típicas de sofrimento fundadas socialmente numa sociedade capitalista, é fundamental ir além das problematizações feitas na esfera pública, incorporando as difusas expectativas e esperanças dos cidadãos, politizando inclusive as emoções.

O quarto motivo que nos dá Mendonça (2012) para se considerar a teoria do reconhecimento nos debates sobre a democracia é que esta teoria opera com uma visão não homogeneizadora de igualdade. Na teoria do reconhecimento, ao contrário das críticas, igualdade e diferença não formam polos inconciliáveis, mas constituem-se mutuamente na realização de um ideal de justiça pautado pela autorrealização. Segundo Mendonça (2012), nas dimensões do reconhecimento propostas por Honneth, se os direitos devem ser universais e valer para todos, é preciso que haja condições para que cada indivíduo possa realizar suas singularidades, desde que isso não implique a denegação do princípio da reciprocidade.

Finalmente, a quinta vantagem da teoria do reconhecimento no debate sociológico contemporâneo, apontada por Mendonça (2012), é a quebra da cristalizada dicotomia

entre indivíduo e comunidade, que alimenta a suposta oposição entre liberalismo e comunitarismo. Para Honneth, os critérios de avaliação da justiça que guiam os processos identitários constroem-se intersubjetivamente nos quadros de contextos sócio-históricos. O indivíduo, em si, é fruto da sociedade em que se insere e dos fluxos interativos que o atravessam, as lutas por reconhecimento só se tornam lutas sociais na medida em que a experiência de sofrimento se generaliza e se apresenta como uma demanda coletiva. Sendo assim, o reconhecimento é uma empreitada intersubjetiva e, portanto, coletiva. Por essa razão, a teoria do reconhecimento se constrói agregando pontos de um liberalismo complexo e radical a aspectos de um comunitarismo republicano não sectário.

Com relação ao entendimento dos movimentos sociais, Bringel e Domingues (2012) fazem uma avaliação das contribuições que as diferentes fazes da teoria crítica deram a esse debate, sobretudo diante daquelas disjuntivas e dicotomias que por muitas décadas marcam as teorias dos movimentos sociais, como micro/macro, objeto/sujeito e estrutura/ação. Nesse sentido, o que a teoria crítica nos apresenta de avanço para entender os movimentos sociais contemporâneos é uma interpretação histórica e empiricamente orientada, a modo de diálogo sistemático para um estudo com e a partir dos movimentos sociais, cada vez mais conscientes da geração de marcos interpretativos que buscam (re)significar tanto suas práticas como aparatos teóricos.

Aliadas às alternativas oferecidas pela teoria crítica, estudos etnográficos contemporâneos têm dado contribuições metodológicas valiosas para conciliar algumas dessas dicotomias levantando questões que, no nosso caso, parecem ser preocupações mais pertinentes. Fonseca (2006), nos dá um exemplo de algumas dificuldades que encontram os antropólogos quando resolvem lidar com as questões relativas à classe ao lado de outras categorias importantes para compreender as sociedades contemporâneas.

Segundo ela, para tratar do tema da pobreza, geralmente considerações intelectuais e teóricas se confundem inevitavelmente com inquietações políticas, o que acaba colocando os pesquisadores sob o risco de assumir uma das três atitudes com relação ao objeto de estudo: 1) pobre não deveria nem existir, e, por extensão, o pobre não deveria existir, considerando a vida dessas pessoas desprovida de tudo, inclusive interesse; 2) se existe pobre nossa tarefa é transformá-lo, desconsiderando a historicidade endógena dos mundos locais, desprezando seus conflitos e formas de dominação internas ao grupo; e, 3) se a etnografia não serve para remediar a situação do

pobre, pelo menos serve para denunciá-la, correndo o risco de generalizar modelos e homogeneizar as pessoas.

A saída que propõe Fonseca (2006), tendo como referência Marcus (1991), é uma etnografia que não apenas faça uma descrição que abstraia a história, ignora as ambiguidades do sistema, ou que reduza o leque imenso de personagens a um ou dois modelos. Ao invés disso, a etnografia “micro” deve levar a generalizações e, para fazer sentido no contexto contemporâneo, deve endereçar-se aos múltiplos nexos entre o local e o global. No entanto, ela ressalva, sob pena de descambar para uma visão “enlatada” do sistema mundial, os termos da análise devem ser contestados e reconstruídos do chão para cima, isto é, a partir da experiência da pesquisa.

Desta forma, não pretendo me desviar ou me eximir de lidar com os desafios lançados pelas teorias da democracia e dos movimentos sociais, reconhecendo o acúmulo que de uma maneira geral conectam minhas observações sobre a Estrutural à sociologia, e desta forma, à outras realidades. Mas nessa empreitada de construir uma reflexão sociológica sobre as minhas experiências na cidade, baseada no exercício de escuta e entendimento da experiência das pessoas de quem falo, busco contribuir para que o conceito de participação alcance diferentes dimensões, enfrentado sempre os desafios epistemológicos e ontológicos (ou “ardis metodológicos, como chama Fonseca) que nos apresentam a pesquisa acadêmica.

Como a pesquisa na Estrutural me permitiu ver, as saídas para entender a luta por moradia na cidade não foram encontradas apenas pela ordem excludente e concentradora da capital federal, da perspectiva daqueles que não tiveram direito à morar no Plano Piloto, existia também um entendimento de direito acompanhado de um sentimento de injustiça, que não se resolvia apenas com a regularização do lugar, mas sustenta aquela luta ainda hoje. A luta na Estrutural é sem dúvidas por redistribuição, mas nasce também com tudo isso sentimentos e uma memória compartilhada que tem a ver com um relacionamento de seus moradores e desses com seus vizinhos, o resto de Brasília.

Nesse estudo, não considero profícuo, diante do discutido, o esvaziamento político tanto das discussões sobre democracia quanto das análises sobre o nosso sistema socioeconômico. Isso implica em primeiro lugar no entendimento que as instituições e suas regras não limitam o conflito e a participação política, que mesmo em lugares como a Estrutural, onde as pessoas vivem tomadas em um dia-a-dia de luta pela

sobrevivência, ainda se faz política dentro e fora dos limites estabelecidos pelas instituições, estabelecendo-se entre seus moradores relações com políticos profissionais e com o Estado, mas também sendo capazes de construir uma crítica e uma relativa autonomia com relação a isso. Sendo a política aqui entendida, conforme nos permite a teoria do reconhecimento, tanto o momento em que se organizam para lutar por um lugar pra morar quanto a resistência a uma cultura que diminui o valor que têm socialmente, compreendemos ambas como partes de um mesmo processo de luta.

Em segundo lugar, essa posição teórica implica a possibilidade de ver em pessoas comuns, injustiçadas por uma realidade desigual e exploradora, o desenvolver de sentimentos compartilhados que dão sentido à luta por moradia. Implica, portanto, na possibilidade de fazer sociologia a partir da fala, vivência e sentimentos dos agentes estudados entendendo o sentido que dão às suas ações e caminhando para entender a singularidade desse contexto com relação à participação democrática, à organização do movimento, à luta de classes e ao processo de luta por uma estima social.

CAPÍTULO III - ESTUDOS SOBRE BRASÍLIA E A PESQUISA SOBRE A POLÍTICA COTIDIANA NA ESTRUTURAL

Lázaro: *Você falando aqui eu tava pensando... todo mundo tem falado muito da ascensão da classe "C"...*

Crioulo: *O que é a ascensão da classe "C"? É tipo leite que a gente comprava? Leite tipo "C", ou tinha tipo "A" da fazenda... A gente ficou numa caixinha de novo, entendeu? É dinheiro? A ascensão da classe "C" é dinheiro? Classe "C" de quê, de nota C? Porque você não tirou nem A nem B? Tem que dar um ou dois passinhos pra trás pra... A alma flutua e o corpo precisa de alimento. Se não tem leite a criança chora. Dependendo do livro, o marmo você compra pelo décimo do preço desse livro. E que ascensão é essa? Alguém nos ajude, Lázaro, a entender! Porque senão a gente só vai reproduzir o que andam dizendo por aí, mas a gente vê o rosto do nosso povo e o nosso povo é nota "A", "A+".*

Entrevista do cantor Crioulo no programa "Espelho" de Lázaro Ramos (publicada em: 04/03/2013)

Brasília e suas Satélites: Segregação e Populismo

Uma série de estudos vêm sendo produzidos sobre a capital federal desde que Brasília foi construída. Partindo de diversas perspectivas de análise e ligadas a diferentes disciplinas, muitas dessas pesquisas, ainda que não apresentem como objetivo imediato discutir as questões que levantamos no capítulo anterior, como democracia, participação e as relações entre estrutura e ação social, por exemplo, trazem interpretações sobre a construção de Brasília e, principalmente, sobre o surgimento de suas cidades satélites²⁹ que dialogam com isso. A pesquisa sobre a Estrutural, obviamente, tem relação também com essas outras pesquisas, principalmente no que diz respeito às análises desenvolvidas a partir das relações estabelecidas entre o Plano Piloto e as cidades satélites, mas também porque pode contribuir de maneira especial com uma nova abordagem para esse tipo de estudos.

Reconhecido não só pelas pesquisas que ele mesmo produz sobre Brasília, mas também por seus esforços em organizar a publicação de muitos desses trabalhos, Paviani defende que a urbanização que se efetiva em Brasília é assumida em termos de

²⁹ Como são conhecidas as Regiões Administrativas (RA's) que formam a periferia de Brasília, excluindo-se dessa classificação o Plano Piloto da capital, composto socialmente pela Asa Sul, Asa Norte, Lago Norte, Lago Sul, Setor Sudoeste e Cruzeiro.

mudanças e transformações socioestruturais de um período específico e tem características marcadamente técnico-científicas e financeiras (PAVIANI, 2010b).

Segundo ele, a tão denunciada segregação social que existe no Distrito Federal é resultado de uma relação direta entre a existência das cidades satélites e a intensão manifesta desde o início da cidade de se afastar do centro de Brasília os trabalhadores assalariados, bem como os “excluídos” do mercado de trabalho. Segundo ele, “os invasores”, como chama os moradores dessas novas cidades que vão se formando ao redor de Brasília, “são os sem-terra, os sem-teto e parte da massa de empobrecidos que se encontra em todas as grandes cidades brasileiras, ou mesmo do mundo subdesenvolvido (...) vítimas da opressão gerada pela sociedade e de ilícitos (violências) que contra eles se praticam” (PAVIANI, 2010b, p. 132). Essa segregação urbana fica explicitada pela segregação habitacional, resultante do desemprego e da supressão dos postos de trabalho.

Ancorado num processo de geração de dependência das economias nacionais e regionais, que impõe uma submissão a esquemas ditados de fora, Paviani (2010) discute que o processo de urbanização de Brasília tem como resultado o surgimento de cidades satélites como assentamentos importantes, mas que não oferecem oportunidades de trabalho correspondentes ao volume das respectivas populações ativas. Como consequência – ele chama a atenção –, esse processo tem provocado o que o autor considera uma “meia cidadania”³⁰, situação em que estariam vivendo os moradores dessas “invasões”.

Esse processo já se daria, segundo Paviani (2010a) desde o início da cidade, uma vez que o planejamento urbano apresentava contradições que explicitam a injusta distribuição do espaço, resultante de forças que agem no sentido de perifерizar os acampamentos de obras e favelas do Plano Piloto e ao mesmo tempo no sentido de elitizar o centro. O primeiro movimento é representado pelas políticas de construção de habitações de baixo custo nas cidades satélites e o segundo pela concentração do poder público e da administração – ou seja, dos melhores postos de trabalho, na região central de Brasília.

³⁰ Apesar de não ter encontrado uma referência explícita em Paviani, o significado do termo “meia cidadania” aqui parece ser o mesmo daquele empregado por Weffort (1981) que usava a expressão para explicar o processo de inclusão populista das massas na política, o que representava ser sinônimo de “cidadãos de 2ª categoria” ou “quando muito, cidadãos pela metade” e o contrário de “emancipação individual do trabalhador” (WEFORT, 1981, p. 143).

A respeito da construção desses espaços periféricos de Brasília onde se construíram as cidades satélites, os processos descritos por Paviani seguem duas lógicas distintas:

Como resultado da continuada atuação dessa força, surge uma configuração sócio espacial segmentada e segregada, de um lado o espaço “dado” – que se materializa no espaço do controle, do paternalismo e do assistencialismo por parte da classe dominante e, de outro, o espaço “conquistado”, resultante do sucesso do operariado em sua luta por melhores condições de moradia, de transporte público e de infraestrutura, na fixação de vilas como Paranoá, Planalto e Candangolândia, após trinta anos de pertinaz campanha nesse sentido.

Reconhecendo que essa classificação que propõe de “espaço dado” e “espaço conquistado” não pode ser feita sem um exaustivo mapeamento e trabalho de campo, Paviani (2010) acaba estabelecendo um padrão de entendimento para os processos constitutivos das cidades, dependendo do vetor resultante dessa força de perifeirização, que acabam por lhe conceder também um caráter político próprio, pelo menos nesse começo.

Nessa proposta ele diferencia, por exemplo, a fixação da Vila Paranoá e o que chama de “ocupação cooptada” de Samambaia. Nesse segundo caso, esse caráter dissimulado do discurso para a transferência de “favelados” justificaria a relação de cooptação. É que, segundo Paviani (2010b) ao mesmo tempo em que se justificava que eles moravam de maneira mais precária antes das cidades serem construídas, não se oferecia no novo lugar nenhuma condição que se permitisse o desenvolvimento dessas regiões que pudesse gerar uma independência do Plano Piloto. Mesmo a mais equipada das satélites, Taguatinga, continua sendo um núcleo dormitório, como também é o caso de Ceilândia, que também não dispunha de oferta de trabalho a não ser as atividades construtivas de moradias, as vezes sobre a forma de sobretrabalho. Sobre o processo acontecido em Samambaia, que Paviani destaca por ter resultados similares aos demais, mas de forma intensificada, diz:

De fato, a ocupação, na forma realizada, agrediu o ambiente, sobretudo com a retirada (raspagem) da vegetação do cerrado. Por isso, durante o período das secas, os moradores reclamam da poeira e da falta de água (afetando velhos e crianças, sobretudo); durante o período chuvoso, as enxurradas abrem enormes voçorocas, inundam os barracos, atrapalham a circulação de pessoas e veículos e causam enormes prejuízos aos moradores.

Ao lado desses problemas, que perduram desde o início do povoamento, a carência de equipamento urbano não condiz com o propalado sucesso do empreendimento. Assim, além das enxurradas, da erosão, da lama ou do pó, os novos moradores têm que enfrentar: falta de escolas (em agosto de 1989, só funcionavam três, umas em Samambaia I e duas na Vila Roriz); falta de posto médico (um posto apenas para 50 mil habitantes); falta comércio diversificado e distribuído em pontos apropriados; não há saneamento básico, um grave problema quando do período das chuvas; a inexistência de creches no local desfavorece o trabalho das donas de casa que estavam empregadas no Plano Piloto; não há acesso asfaltado e circulação de ônibus ainda é precária; a eletricidade ainda não chegou a todo assentamento, o que enseja descontentamento e protestos dos moradores destes lotes “não-urbanizados. (PAVIANI, 2010b, p.155)

Todo esse quadro de “carências” seria repetido por quase todas as cidades satélites em seu início, principalmente em razão da dependência dos empregos de Brasília, fazendo com que a política ao invés de propagado objetivo de promoção humana, servisse apenas para “mudar os pobres de lugar”. Paviani acrescenta ainda rapidamente a crescente discriminação interna que viveram os primeiros moradores de Samambaia, atribuídas por ele às contradições que permearam o processo de povoamento. Dessa forma, Paviani caminha para concluir que a construção injusta do espaço urbano se processa porque não se modifica o modelo concentrador, ou seja, a forma pela qual foi estruturada a distribuição dos empregos, consolidando a segregação onde as localidades periféricas, por não gerarem empregos condizentes com as respectivas populações, se constituem em núcleos dormitórios de reserva de mão-de-obra. Essa conclusão caminha, enfim, para uma correlação básica em que quanto maior a distâncias do Plano Piloto, como lugar onde se localizam os empregos, menor a renda.

Nota-se que, apesar de considerar a importância de outras variáveis, na manutenção dessa “ordem” segregada da cidade, Paviani (2010a) dá uma importância especial à questão do emprego para explicar inclusive a organização espacial da cidade. Segundo ele, o desemprego, ou ainda o que chama de lacunas de trabalho, são aspectos muito relevantes para entender os principais problemas ocasionados pela organização espacial de Brasília e suas satélites, inclusive a “meia cidadania”, já que “para ser livre, usufruindo de cidadania plena, o homem deve ter acesso ao trabalho continuado, remunerado justamente e compatível com a dignidade do ser humano” (p.133).

Nesse sentido, no caso de Brasília, resolver a questão das “invasões” de terra seria o mesmo que equacionar o problema da falta de trabalho, já que as lacunas de trabalho constituem um dos obstáculos ao acesso à alimentação e à moradia, à escola, à saúde, ao

voto consciente e livre, ao transporte e a todas as formas de exercício da cidadania, condenando o homem, nessa situação, a ser um “agente-paciente” da urbanização.

Os estudos sobre outras satélites como a Vila Paranoá e Ceilândia, por exemplo, seguem também esse esquema de explicação da organização territorial da cidade e da segregação habitacional por sua relação com as relações de trabalho/emprego. No estudo sobre o Paranoá, por exemplo, Iwakami (2010) conclui que as explicações do surgimento das favelas, mesmo em Brasília, onde não foi percorrido o processo tradicional de crescimento das cidades, está na estruturação espacial capitalista, o qual é articulado pelos diversos setores do capital.

E talvez seja esse o pano de fundo comum da maioria dos trabalhos desenvolvidos sobre Brasília e suas periferias. Em alguns desses trabalhos (IWAKAMI, 2010; PAVIANI, 2010c; PELUSO, 2011) Manuel Castells é citado como referência e pode ser considerado uma base muito comum para entender esse processo de urbanização de Brasília, assim como de outras cidades. Castells (1983) propõe, de forma geral, o estudo das estruturas urbanas e sua especificidade em situações de dependência, como seria o caso do Brasil, a partir de sua interrelação com a estrutura social, o que significa partir do conteúdo de classe desse processo de urbanização, de seu lugar estrutural em uma formação social com o fim de transcrever em termos espaciais os processos assim analisados.

Dessa forma, tentando aplicar à realidade latino americana a caracterização que se revelou plenamente operativa em numerosas análises sobre as sociedades capitalistas avançadas na Europa, Castells (1983) explica que os processos de concentração espacial da população e as atividades que se considera comumente do urbano, não são senão a consequência e a expressão histórica do processo de reprodução. Entretanto, Castells (1983) avança nessa explicação e pondera que ainda que as relações de classe possam explicar porque as desigualdades existem, não podem esvaziar de sentido as formas com que as pessoas entendem e se relacionam com isso.

Por essa razão, sua proposta é observar não só a determinação dos processos urbanos, assim entendidos por uma lógica de classe, senão, sobretudo, o efeito recíproco, ou seja, o papel jogado pelas contradições urbanas na consolidação ou modificação das relações de classe. A partir disso, defende que os processos urbanos são processos estruturalmente definidos por sua inserção na reprodução da força de trabalho, mas também têm como determinante o papel desempenhado pelo Estado.

No caso específico da América Latina, Castells (1983) aponta que as principais iniciativas de reprodução coletiva dos agentes da força de trabalho não incluídos no processo de urbanização vieram do Estado, ou seja, foram iniciativas políticas das classes dominantes, num sistema de recrutamento de classes de apoio entre as classes populares. Isso acontece porque nas sociedades dependentes o aspecto principal dos processos urbanos seria a “política urbana”, ou seja, a estrutura urbana não seria produzida diretamente pelas determinações econômicas sociais da estrutura de classe, mas essas determinações passam fundamentalmente a ser feitas pela mediação política e em particular pelo aparato do Estado, e este Estado se trata do Estado nacional-populista.

No caso de Brasília, essa política urbana aparece como símbolo do desenvolvimento populista dos anos 50 e 60, além das relações clientelistas apontadas nos trabalhos que tratam da expansão das cidades satélites. Segundo, Jaccoud (2010), ainda que se considere o progressivo avanço do processo democrático e o enfraquecimento do controle do Estado sobre os movimentos populares, na época da criação de Brasília, e da expansão das cidades satélites, o Estado ainda se mantinha para aquelas classes como interlocutor político privilegiado para o qual canalizam as demandas populares e do qual saíam as conquistas almejadas.

Assim, mesmo fragilizado pela crise do populismo-desenvolvimentista, o governo procura o apoio progressivo das forças populares, marcando ainda mais fortemente a ambiguidade das relações com as classes trabalhadoras que, no caso de Brasília, não tinham, muitas vezes, nem mesmo representação política. Dessa relação política característica de sociedades capitalistas dependentes, conforme descritas por Castells, surgiriam as relações sociais que formariam nossas cidades, incluindo Brasília, que apesar de planejada e moderna nascia dentro desse contexto social e político tradicional.

Com uma proposta de fugir a essas determinações mais imediatas, Nunes (2010) chama a atenção para as contradições entre resultantes do conflito entre “cidade ideal” e “cidade real”, que segundo ele, nos colocariam diante de questões relativas não só à nossa democratização de espaços, mas até sobre o nosso processo de modernização. Cabe considerar, como diz Nunes (2010),

o fato de que a rápida urbanização da sociedade brasileira vem se fazendo à custa de um desigual processo sócio-urbano. Temos entre a cidade planejada e a cidade “espontânea”

dinâmicas de uso e ocupação do solo, e, portanto, de práticas de interação distintas e às vezes simultâneas. Há nas nossas cidades uma clara distinção entre áreas privilegiadas pelo setor público – em geral onde habitam e trabalham grupos de renda acima da média – e áreas onde a presença do setor governamental é mais de repressão do que propriamente de controle e gestão – áreas onde habitam grupos de renda abaixo da média. Essas experiências, além do caos aparente que predomina nas metrópoles brasileiras (e latino-americanas), nos fazem pensar se a cidade é ainda o núcleo de nossa modernidade ou a expressão de sua incoerência. (NUNES, 2010, p. 71)

Entretanto, faz a ressalva, algo que num primeiro momento é suporte se transforma em parte constitutiva do fato urbano na medida em que a área construída paulatinamente entra nos elementos formadores da memória dos moradores e passa a jogar um papel simbólico importante nas vidas individuais e coletivas. O Distrito Federal apresentaria situações diversas na implantação destes suportes: ao lado do Plano Piloto (Brasília), área emblemática pelo seu desenho e pelo fato de ai estar localizada a instituição do Governo Federal, apresenta também territórios com dinâmicas de ocupação distintas trazendo elementos mais próximos das realidades urbanas brasileiras.

Nesse contexto, apareceriam dinâmicas diferenciadas para a cidade “legal” representada pelo Plano Piloto e para a cidade “clandestina” que vai se multiplicando espontaneamente em condições precarizadas. Uma dessas diferenças cruciais seria a propriedade do solo, já que nas chamadas cidades “clandestinas” existem áreas já regularizadas, outras em processo de regularização, outras “invasões” de terras públicas ou privadas, o que agrega ao contexto de produção destas áreas a condição de instabilidade estrutural, ausente na cidade “legal”. Outra característica do contexto das cidades “clandestinas” é, ou a ausência do Estado, ou a sua presença como ameaça, ou como moeda de troca, possibilidades que não seriam excludentes, muito pelo contrário, se retroalimentariam e terminariam por se agregar como um dos componentes do que chama de “instabilidade estrutural” (NUNES, 2010).

Outra distinção que destaca Nunes (2010) é que, enquanto os da cidade “legal” constroem vínculos inicialmente calcados na impessoalidade, na cidade “clandestina” há relações mais complexas entre os saberes. Nesse último contexto, não bastasse o fato de que, desde que as condições mínimas de moradia sejam dadas, as famílias já começam a habitar o imóvel ainda em construção - é comum elementos da família dos futuros moradores ajudarem como mão-de-obra também na própria construção do imóvel: “Aqui, a prática de mutirões não é rara, fazendo com que no próprio processo construtivo vá se criando vínculos, se estreitando os já existentes e se apropriando

simbolicamente do imóvel”. O que isso significa, explica Nunes (2010), é que há lógicas que atuam de forma díspar entre os diferentes segmentos interessados na produção da cidade.

Apesar dessas considerações, ainda fica clara que a distinção feita por Nunes é entre Plano Piloto e cidades satélites, como se estas últimas se fizessem ainda na ausência de tudo que a nova capital representa, o que também tem implicações sobre o seu comportamento político, como lhe escapa:

“De início há a instabilidade estrutural à qual fizemos referência acima que fragiliza o sentimento de pertencimento ou mesmo de posse. Por outro, o Estado como regulador das lógicas do lugar raramente é visto como um agente neutro, que cuidaria dos interesses diferenciados. Pelo contrário, há quase sempre uma batalha cotidiana para obtenção de serviços coletivos, de segurança, transporte, etc., itens que na cidade legal são dados d’avance. Essa instabilidade fragiliza os laços de pertencimento e cria as condições para práticas políticas estranhas à uma democracia: **clientelismo, paternalismo, assistencialismo e outras modalidades de relação da esfera política com a sociedade civil encontram amplo espaço de atuação**. Em períodos de eleição a presença de políticos garante a permanência dos moradores, em épocas outras, a situação de instabilidade é permanente” (NUNES, 2009, p. 12, grifo meu)

A questão assim, é que por diversas perspectivas de análise, com um esforço maior ou menor de entender os efeitos de fatores estruturais em dinâmicas locais, o risco sempre presente nos trabalhos que estudam as cidades satélites é o de fazer implicações generalizantes, simplistas ou até preconceituosas sobre o comportamento político de seus moradores. Em outras palavras, há uma tendência presente nas análises de que determinações estruturais resultantes da luta de classes (pobreza, falta de estrutura e falta de emprego, por exemplo) gere relações políticas automáticas (meia cidadania, populismo, clientelismo e assistencialismo), que não encontrariam correspondência no Plano Piloto.

O problema, de forma mais geral, é que, como vemos no caso da Estrutural, essa leitura prévia pode deixar escapar o que há de complexo na história de cada cidade, e o que há de político, e não necessariamente tradicional ou alienado, nas relações que se estabelecem no cotidiano dessas cidades. Sem desconsiderar a importância dos fatores estruturais na sua constituição, defendo ser importante se distanciar um pouco mais das comparações com o Plano Piloto, buscando em cada contexto, momento ou situação o estabelecer e desenrolar das relações e os significados que assumem ali o jogo político,

considerando, sobretudo, a perspectiva de quem participa desta construção, para além do sentido de vítimas ou beneficiários desse jogo jogado fora da cidade.

Os Estudos Sobre a Estrutural

Num dos poucos trabalhos dedicados a pesquisar a Estrutural, Nunes (2009) a partir de um levantamento das 43 referências à cidade no *Correio Braziliense*³¹, no período de 1994 a 2002, percebeu que o aparecimento da “Estrutural” na imprensa escrita foi, pouco a pouco, construindo uma imagem da área e da população que destoava daquela que predomina sobre o DF, cuja representação nos meios de comunicação é completamente monopolizada por Brasília (Plano Piloto). Segundo ele, a pesquisa permitiu discernir as questões em cena que paulatinamente vão construindo a representação da cidade junto aos moradores do DF, o que possibilitou decodificar os elementos em cena na construção da imagem do lugar.

Se apoiando na ideia anteriormente apresentada de que áreas “carentes” gozam de uma instabilidade estrutural que impregna o dia a dia de seus moradores produzindo elementos específicos na produção da paisagem e no aparecimento de formas de socialização típicas dessa condição, em suas análises sobre as matérias do jornal, Nunes (2009) classifica os agentes sociais diretamente envolvidos no processo de consolidação e institucionalização da Estrutural em dois blocos: a “sociedade política”, composta por Governo do Distrito Federal, Câmara Legislativa, IBAMA, Ministério Público e Polícia; e a “sociedade civil”, representada pelos movimentos populares, capital imobiliário, terceiro setor e violência. Das referências feitas, 45 notícias foram sobre a “sociedade política”, enquanto que os agentes da “sociedade civil” foram citados 28 vezes.

Partindo para uma análise mais aprofundada dessas relações, Nunes (2009) entende que, pelo fato do DF ter suas terras resultante de desapropriações, está submetido a uma legislação de uso do solo que tem que exercer um controle permanente nas ocupações. Nesse contexto, a tentativa de aplicar a legislação, apesar de não evitar as ocupações ilegais, provoca o aparecimento de práticas político-administrativas onde a terra se transforma em “moeda” responsável por importantes dimensões da cultura política local. Assim, políticos se elegem ou perdem eleições muitas vezes em razão da

³¹ Jornal impresso de maior circulação de Brasília.

agilidade em lidar com a questão, aliás, com forte apelo na mídia local. A exemplo disso, a primeira vez em que a imprensa falou da Estrutural, de acordo com suas observações, foi se referindo a um deputado distrital que incita os sem teto a invadirem a área, o que seria segundo Nunes (2009) uma das referências que nos levam ao lugar comum da relação entre políticos e população “carente” no Brasil, qual seja, a “utilização da fragilidade social para fins eleitoreiros”. Nota-se aqui, mais uma vez o esvaziamento da agência dos eleitores moradores da Estrutural, propagado pela mídia, mas de certa forma, repetido por Nunes (2009).

Nunes (2009) entende, assim, que o uso político dessas estratégias de sobrevivência da população transforma o discurso da igualdade social numa tabua rasa onde partidos de diferentes tendências argumentam sobre a situação insustentável de penúria que atinge parcela importante da população do DF. Sobre a Estrutural, a imprensa foi registrando, diz ele, fatos que indicavam a consolidação da área como o aparecimento de um comércio local e de igrejas, dentro de um clima de tensão entre a ordem estabelecida e a população. Os estabelecimentos comerciais e as Igrejas iriam compor ao lado das mobilizações o conjunto de fatores que solidificaram, pouco a pouco, a sensação de pertencimento, seja criando facilidades no cotidiano, seja trazendo amparo espiritual.

Além disso, a permanente chegada de moradores construindo barracos e a também permanente derrubada desses barracos pelas forças da ordem ia gerando junto aos moradores um sentimento de posse que, apesar de pouco realista trazia, simbolicamente, forças para a resistência. Por outro lado, completa Nunes (2009), as notícias veiculadas, pelo seu caráter muitas vezes bombástico, provoca sentimento de insegurança e receio nos demais moradores do DF. A responsabilidade pelo fato é, comumente atribuída à associação dos moradores, numa tentativa de deslegitimar sua organização, na medida em que transmite uma imagem de organização e conspiração dos invasores insensíveis à “preservação da área de mananciais”.

A partir daí começam a se estabelecer certos tipos de relação. Como descreve Nunes, a cada nova tentativa na Câmara Legislativa de regularizar a então invasão foi motivo para a chegada de novos moradores que almejam a garantia de um terreno para construir, o que provocava um crescimento rápido da população residente, na medida em que a regularização era percebida como condição para a estabilidade. Esse jogo político, que nos trâmites burocráticos para a legalização trazia no seu bojo os

potenciais votos, terminava por incrementar ainda mais a chegada de novos moradores, completa ele.

Nada parece mais natural para o pesquisador, pois, como diz: “evidente que em situações de instabilidade como era a da Estrutural nos anos 90 o aparecimento de lideranças comunitárias, de parlamentares procurando construir seus ‘currais’ eleitorais, de igrejas e seitas proliferando e oferecendo o ‘conforto espiritual’ se tornam a tônica” (NUNES, 2009, p. 16).

O estudo da Estrutural revela segundo Nunes (2009) o contraponto entre cidade “racionalmente planejada” (Brasília) e cidade produto de uma história de resistência a processos de segmentação social (Estrutural). Em contextos como o de Brasília, onde se primava pela existência de uma sociedade de consumo de massa, regulada por um Estado do bem-estar começa-se a surgir situações até então atípicas próximas daquilo que caracterizava as então chamadas “sociedades do terceiro mundo” ou “sociedades subdesenvolvidas”, se apresentando como “a face oculta da globalização”.

Nesse caso, o autor pontua que é necessário entender que nós temos formas de existência social que necessitam serem mais bem compreendidas, pois são a partir delas que, entre nós, a condição de pobreza se mostra diferenciada em vista de outros contextos sociais, especialmente o europeu. Um dos fatores que destaca é que, nesse caso, a dependência do Estado não é uma situação de exceção, ao contrário, é um dado de realidade, que não se pode ignorar em razão de sermos uma das sociedades com a pior distribuição de riqueza no planeta. Nos meios periféricos, essa situação geraria uma série de implicações sociais que geram um tipo próprio de relações e mesmo um caráter específico de comportamentos políticos, isso porque,

a condição de precariedade termina por reagrupar os indivíduos em comunidades de onde podem resistir coletivamente à desaprovação social resgatando uma identidade cultural e sua inclusão em grupos. Nestes casos, o coletivo que aí se forma vai, em geral, se basear na somatória de grupos primários que se caracterizam por manter relações na base dos conhecimentos individuais, personalizados, através de contatos face a face (NUNES, 2009, p. 19)

Ligado às pesquisas de Nunes, Silva (2008) também realizou um estudo na Estrutural, mas levando em consideração os contatos entre grupos e pessoas e suas estratégias para lidar com a questão da “luta pela cidade”, bem como sugere Nunes no

texto acima. Em um trabalho baseado principalmente em uma pesquisa etnográfica, Silva (2008) destaca, durante a luta pela permanência na área, a existência de algumas lideranças comunitárias que se mostraram de muita importância no processo de consolidação da ocupação, uma vez que apareciam como mediadores na relação entre Estado/Governo e população. Vistos de forma diferenciada dos políticos profissionais, essas lideranças são apontadas, na incursão de Aragão na Estrutural, como dedicados aos interesses exclusivos da comunidade.

Segundo Silva (2008), a ação dessas lideranças consiste em buscar diante do poder público, único agente capaz de tal provisão, a melhoria das condições da cidade, de infra-estrutura urbana (asfalto, luz, saneamento básico, etc) a bens e serviços públicos (hospitais, postos policiais, escolas, áreas de lazer e cultura entre outros) atividade denominada naquele momento de *luta pela cidade*. Esses “mediadores” ganham na pesquisa de Aragão (2009) uma posição central para entender a lógica interna dessa cidade e explicar as estratégias de ação política diante das condições colocadas tanto pelas regras burocráticas, quanto pelos interesses políticos partidários e até pelos conflitos internos à Estrutural.

Mesmo com o ganho etnográfico de sua pesquisa, falta ao trabalho de Silva(2008) identificar e analisar a relação dos “ordinários” com a política e com as lutas que ali se estabeleceram, o que faz, muitas vezes, com que se acredite que a política da cidade “nasça” de pessoas específicas que em determinados momentos escolhem ser mais ou menos combativos, dependendo das estratégias do grupo que fazem parte. Em muitos momentos o que parece estar em jogo nessa leitura é a existência de interesses particulares ou coletivos por parte desses “mediadores”, de relações de negociação representativa ou de enfrentamento coletivo, faltando entender como essas coisas se articulam na luta política cotidiana³² e que, portanto, esses “mediadores” não podem ser definidos de uma vez por todas. Um trabalho de maior fôlego revela que os mesmos atores estudados por Silva (2008) variam suas estratégias e relações muitas vezes no desenrolar dos processos políticos, o que não precisa fazer deles nem menos nem mais egoístas.

³² Estou chamando de “política cotidiana” as atividades políticas constantes para interferir nas relações de poder para além do período eleitoral, reconhecido como “tempo da política” (PALMEIRA, 2002), que, mesmo que marcado por ele, incluem também as dinâmicas e disputas locais para interferir na tomada de decisões públicas ou dar significado às práticas e sentimentos sociais.

Em outras palavras, o que a maior quantidade de tempo que me dediquei a essa pesquisa me permite dizer é que esses atores mudam de estratégias e sentimentos. Desta forma, se não entendermos essas estratégias e sentimentos como parte de uma experiência mais geral do que é a política na cidade, o que representam para as pessoas que moram ali, corremos o risco de fazer a sociologia de um evento ou de determinados grupos e indivíduos e generalizarmos isso ao todo. Na verdade, muitas vezes até mesmo esses indivíduos “especiais” podem surpreender o pesquisador ou a pesquisadora, como fizeram comigo.

Por essa razão, diante dos dois estudos mais consistentes sobre a Estrutural na área das Ciências Sociais e num diálogo com eles, julgo válido um aprofundamento do conhecimento desses processos de forma a:

- atualizar os desfechos de seus eventos históricos, confirmando ou contrariando apostas anteriores;

- problematizar as relações políticas que se estabeleceram na cidade para além de categorias como clientelismo, paternalismo e populismo, sempre atribuídas a contextos de pobreza material, reforçando a ideia de processos políticos;

- reforçar a perspectiva “de baixo pra cima” da Estrutural considerando antes de tudo suas peculiaridades em relação às outras cidades do DF, além de dar proeminência à perspectiva de seus moradores a respeito de seus conflitos;

- considerar que essas lutas ordinárias de “anônimos” ou personagens “coadjuvantes” são tão importantes para entender esse contexto quanto a de qualquer outro ator dessa luta, uma vez consideradas as diferentes dimensões que ela assume num mesmo contexto histórico;

- encontrar os momentos de entrelaçamento entre as lutas por moradia, ou direitos para a cidade, e as lutas por estima social, formando uma só luta por reconhecimento compartilhada por seus moradores.

Política cotidiana, cidadania e pesquisa: alternativas para continuar entendendo a Estrutural.

Como acabamos de ver, seguindo uma associação recorrente nos estudos sobre as mobilizações urbanas e segregação espacial e social nas grandes cidades, os estudos sobre as cidades satélites ou sobre suas organizações, em sua maioria, têm como pressupostos os processos macro-estruturais da sociedade capitalista, a pobreza material dos moradores dessas cidades e, por fim, as relações políticas “tradicionais” ou, de certa forma, “alienadas” que ali se estabelecem. Levanto a partir de agora alguns perigos de tomar essas leituras de maneira definitiva e suficiente e aplica-las a qualquer situação e contexto históricos, ao mesmo tempo em que apresento as escolhas metodológicas que fiz para tentar avançar nos estudos sobre a Estrutural, sem desconsiderar esses fatores, mas acrescentando a eles outros elementos.

Vemos nos estudos sobre Brasília, alguns deles citados acima, a existência e a dinâmica das cidades satélites de Brasília são explicadas por alguns fatores associados: as transformações socioestruturais que aconteciam no país, somado a um projeto urbanístico elitizado e a um planejamento econômico excludente, que sem o desenvolvimento na área da produção, concentrava os postos de trabalho, geralmente no setor de serviços, no Plano Piloto. As precárias condições de reprodução das forças de trabalho, no caso de Brasília representadas pela falta de infraestrutura e de serviços públicos básicos das cidades satélites, além das distâncias enfrentadas pelos trabalhadores para chegar ao trabalho no Plano Piloto, se aliavam a uma cultura política elitista e tradicional que fazia uso da população “vulnerável” e “carente” das satélites, formando o quadro geral explicativo do qual pode se deduzir a lógica das demais relações que interessam nas cidades.

Entretanto, o risco que se corre num esquema explicativo que se restringe a essa lógica é deixar escapar as diversas relações que se estabelecem no interior das cidades satélites e a amplitude dos sentidos que pode ter a política diante desses contextos. Nessa linha explicativa, quando o conceito de “carência”, como discute Nunes, E (1989), é simplesmente determinado por processos macro-estruturais, acaba sendo reduzido ao de “interesse”, rompendo o caráter relacional de sua gênese.

Isso acontece, de acordo com Nunes, E. (1989), porque, uma vez entendido o macroprocesso, é indiferente a herança de significados existente em dado contexto ou a reprodução e/ou a instituição de práticas sociais, como também não há o que se perguntar às classes populares sobre suas carências, não sendo necessário incorporar os significados elaborados por eles à sua própria ação. Entretanto, essa posição

epistemológica contradiz, segundo este autor, as explicações do próprio Marx, na crítica que faz ao materialismo quando não considera a realidade como atividade sensível do homem.

Ao invés disso, qualquer carência é um sentimento originado de uma vivência do sujeito, e, por isso, não pode ser o único dado, ou o maior deles, para justificar a ação coletiva, sem que se conheçam essas experiências. Mesmo que reconheça que a carência seja atributo de um indivíduo determinado, assim como suas vontades, Nunes, E. (1989) argumenta que as condições históricas particulares é que determinam a esfera de possibilidades dessa carência, uma prova é que “a capacidade de resignação na miséria vista em tantas partes, desautoriza derivar da pobreza, *de per si*, a revolta, e o mínimo que se possa dizer de quem protesta é que não é tão miserável que tenha perdido sua autoestima e que a pretende ver reconhecida socialmente” (NUNES,E., 1989, p.88).

Com relação às implicações políticas que se costuma fazer dos contextos de “pobreza” material, Auyero (2011), em um balanço que faz depois de quinze anos de trabalho de campo, aponta as simplificações que podem ser feitas a partir da interpretação clássica do clientelismo político. Tradicionalmente conhecido como a “transação de troca direta do voto de um cidadão por pagamentos ou acesso continuado a empregos bens e serviços”, o clientelismo é comumente denunciado por gerar laços de dependência e controle baseados em diferenças de poder e na desigualdade. Entretanto, a partir do momento em que se passa a considerar as perspectivas dos “clientes”, diz Auyero (2011), é possível que as relações políticas que se estabelecem em lugares “pobres” possam ser entendidas, para além dessa definição clássica do clientelismo, também como uma estratégia de solução de problemas entre os pobres urbanos.

A primeira lição que destaca de suas pesquisas etnográficas é que a patronagem deve sua durabilidade à consolidação e normalização de dois tipos de práticas, a troca de votos e a luta pela sobrevivência, uma no campo político e outra na vida cotidiana dos “pobres” urbanos. Ao contrário do que se pensa, Auyero (2011) observa que a patronagem e a mobilização coletiva podem coexistir num mesmo espaço geográfico, em determinados casos, pois mais do que esferas opostas de ação ou duas formas distintas de sociabilidade, patronagem e política de contestação podem estar mutuamente imbricadas, e, ainda, redes de patronagem que funcionam bem podem ser ativadas deliberadamente para conduzir a ação política por outros meios coletivos, deixando claras a agência e a racionalidade dos “clientes”, que podem fazer uso dessas

relações de forma coletiva ou individual e mesmo, a qualquer momento, romper e se rebelarem contra elas.

Além disso, é preciso compreender o que pode estar por trás desses conceitos. Em suas pesquisas sobre outra cidade satélite, o Recanto das Emas, Borges (2003), rompe com as apreciações de senso comum a respeito da vida nas cidades que circundam Brasília, que, como temos dito, de forma recorrente atribuem a estas uma série de termos que pontuam parte significativa dos estudos sociológicos sobre fenômenos políticos e/ou eleitorais. Borges denuncia que mesmo nos estudos acadêmicos, a constatação de relações clientelistas levam a um entendimento das relações que se desenvolvem no interior das cidades satélites como apolíticas, quando, na verdade, esclarece ela,

Sabemos bem que, ao menos nos textos considerados clássicos, termos como clientelismo, populismo ou coronelismo eram tratados com extremo rigor, sendo invariavelmente referidos a fenômenos específicos, para os quais tais categorias encerravam um valor heurístico preciso (p.ex., Queiroz 1969; Leal 1949). A transposição ordinária desses termos para todo e qualquer contexto indica não apenas a imprecisão teórica daqueles que assim procedem, como descortina seu preconceito. Preconceito moral (moralista e moralizante) que não se desvincula do preconceito sociológico característico desse tipo de apreciação. As pessoas que se cadastram [no caso de sua pesquisa no Recanto das Emas] se envolvem com os funcionários do governo de forma dissonante: não se trata de uma relação exclusivamente burocrática ou personalista. (BORGES, 2005, p.67)

O desafio de conhecer o cotidiano das pessoas e tentar entender como isso se relaciona com a prática política delas, se levado a sério, portanto, pode dar novos contornos para antigos, e quase canônicos, conceitos da sociologia política. A partir de seu engajamento político e acadêmico em movimentos sociais urbanos na Cidade do Cabo, Oldfield (2011), discute a pobreza da produção acadêmica formal de conhecimento uma vez que geralmente lhe falta envolvimento da comunidade pesquisada em geral, que deve ser silenciada em saídas acadêmicas convencionais. Em seus trabalhos, Oldfield procura mostrar como a riqueza das relações, a credibilidade do processo de pesquisa e construção de reciprocidade através do trabalho colaborativo molda não só a nossa capacidade de compreender um caso, mas também nosso diálogo teórico, o que para ela se apresenta como necessidade de quando se vive, pesquisa e ensina no mesmo lugar, o que é também o meu caso.

Aliado ao trabalho etnográfico, Oldfield (2011) entende que dar lugar de destaque à vivência do cotidiano urbano e à pessoas particulares e suas histórias, permite-nos compreender como se sustenta a construção de uma cidadania, de uma vida associativa que se estende por gerações, que afirma e fundamenta os direitos da comunidade e, através desses atos cotidianos, constrói a democracia. Qualquer etnografia ou pesquisa qualitativa requer compreensão não apenas de indivíduos, mas também de suas relações e as formas em que estes podem ser colocados juntos para retratar coletivamente o terreno relacional em que nos envolvemos. As complexidades dos nossos contextos do sul exigem uma elaboração de uma “arquitetura que una campo e teoria, método e política, narrativas e agência”.

O cotidiano se torna importante porque dá sentido ao político, à medida que os significados que integram as práticas sociais se tornam um fator de mudança social. Só mesmo conhecendo as relações cotidianas da Estrutural com o trabalho e a vivência com o Lixão e os sentimentos decorrentes do contato com os “de fora” da cidade, permitem-nos entender, por exemplo, porque, ao contrário do que acontecia em muitas satélites, a luta não era só por morar, mas por morar ali. O sentido do político na Estrutural e a direção das lutas que ali se estabelecem não podem ser entendidos, portanto, sem que também se entenda a noção que tem seus moradores sobre seus direitos, sobre o que é público e o que é privado, sobre suas formas de organização e sociabilidade, sobre o sentido da ética, da igualdade e da diferença (ALVAREZ, ESCOBAR, DAGNINO, 2000).

A partir do momento em que nos dispomos a entender as lutas da Estrutural como maneiras de buscar um reconhecimento de seus direitos e valores sociais, a perspectiva sobre a desigualdade e segregação em Brasília promove um outro lugar aos moradores das cidades satélites, pois à medida que a exclusão pode ser contestada e re-significada, o estatuto de “não-cidadãos” ou “meio cidadãos” acaba tendo que ser revisto, sem precisar desprezar as relações e processos políticos ou as questões estruturais do problema, mas aliado a isso. O que faz uma análise assim diferente é que se compreende que política e ação coletiva tem tudo a ver com os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que, como diz Honneth (2003), as capacidades e realizações de uma sociedade são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperam na implementação de valores culturalmente definidos.

No caso do Recanto das Emas, Borges (2003) problematiza a forma como os moradores da cidade aprendem a manipular as fórmulas que o governo supõe como emblemáticas e fidedignas do modo de vida daquela população, descrevendo as categorias locais para lidar com a institucionalidade, como o "Tempo de Brasília".

Acontece, como ela nos mostra, que nem sempre essa manipulação das regras postas signifique que se tratem de sujeitos meramente alienados, manipulados por políticos, ao contrário, mesmo que o diferencial de poder exista e penda para o lado dos governantes, essa ligação dos políticos com quem vota neles não se justifica pela mera troca de favores (rotineira ou esporádica), mas pelo compartilhamento de um hábito, de um conjunto de crenças. Naquele caso, era dessa forma que se dava o exercício do poder, “não por um simples dom carismático de um ou outro político qualquer, não pela ignorância atávica de um povo cujo caráter é marcado por relações de subordinação a seus padrões, mas pela gradual inculcação da lógica burocrática dos governos no cotidiano de todos nós” (BORGES, 2005, p. 87).

Essa imagem de alienação pode ser resultado do que Magnani (2002) chama de um olhar “de fora e de longe”. Esse olhar, segundo ele, dá pouca relevância àqueles atores sociais responsáveis pela trama que sustenta a dinâmica urbana, que, quando aparecem, são vistos através do prisma da fragmentação, individualizados e atomizados no cenário impessoal da metrópole. Ao invés desse olhar de passagem, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador, ele defende que um olhar “de dentro e de perto” que parta do ponto de vista dos próprios atores sociais, podem revelar os múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos que formam uma “totalidade vivamente experimentada”, sendo uma chave de inteligibilidade e princípio explicativo para o pesquisador.

Não se trata de simplesmente reproduzir os discursos dos atores, até porque o recorte é sempre do pesquisador, mas, como completa Magnani (2002), o trabalho etnográfico apenas considera que pesquisador e pesquisado são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância mais profunda, uma comunhão que supere as diferenças culturais. Disso resulta, em ganhos em vários sentidos: não só a reflexão do pesquisado se amplia, à medida que se torna mais geral, quanto a do pesquisador ganha densidade com relação ao seu esquema teórico inicial, já que agora tem como referência o concreto vivido.

Talvez por essa via, possamos alcançar maiores frutos para discutir participação política para além de uma institucionalidade limitada, sendo possível construir um novo léxico que expresse as interações que transitem entre a democracia direta e a representação política, a cidadania e a solidariedade, a lógica dos direitos e a dos favores, as novas delegações de autoridade e as tradicionais práticas de mediação política, como já vinha dizendo no capítulo anterior (TEIXEIRA; CHAVES, 2004).

Conforme algumas propostas ancoradas na Antropologia Social têm demonstrado mais recentemente, voltando o olhar para as práticas e sentidos sociais, para as experiências cotidianas, para a reconstrução de trajetórias de vida de pessoas envolvidas em situações que não se limitam as fronteiras conceituais estabelecidas, é possível aproximar-se dos modos complexos em que as demandas, as práticas, as formas organizativas ou as categorias em jogo se encontram permeadas por políticas públicas em um tecido de oposições, complementariedade e interdependências que modelam o terreno da luta ao redor dessas políticas (GRIMBERG; ALVAREZ; ROSA, 2009).

A opção de começar esse trabalho por uma apresentação da história da cidade contada junto com seus moradores, representantes políticos ou não, é uma tentativa de priorizar, antes de qualquer debate teórico acadêmico, as teorias, ou os outros formatos para entender teorias sociológicas, que o campo me ofereceu. A pausa desses dois últimos capítulos para discutir as questões levantadas nos debates da sociologia ou dos estudos sobre urbanização, me permite reorganizar os conceitos e observações, em meio às discontinuidades da vida real, e continuar a refletir sobre as formas, relações e significados da política e da participação na Estrutural. Deixando ainda mais claro agora que o ponto de partida são as explicações dos moradores da cidade sobre os “porquês” e o “como” da cidade, as minhas observações sobre o seu cotidiano e a recusa a uma classificação em definitivo de seus moradores. Considero, portanto, essas escolhas, conforme demonstrado, profícuas e necessárias tanto no âmbito das discussões sobre democracia, movimentos sociais e participação, quanto no das pesquisas sobre o processo de urbanização de Brasília e a política nas cidades satélites.

CAPÍTULO IV - A PREFEITURA REGIONAL COMUNITÁRIA - ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM DO PROCESSO POLÍTICO NA ESTRUTURAL

No primeiro capítulo da tese apresentamos alguns eventos e personagens que marcaram o início das lutas pela permanência da Estrutural e também por melhoria nas condições de vida de seus moradores. Procurei, sobretudo, dar enfoque nas relações que se desenvolviam internamente e com não moradores da cidade, principalmente com políticos profissionais, no sentido demonstrar como essas relações foram construídas e desfeitas, mas também como ajudaram na elaboração de um sentimento de desrespeito e solidariedade que motivou a luta e compôs uma noção de direito compartilhada. Assim, a ideia do capítulo foi reconstruir alguns fatores, o contexto e a sequência de acontecimentos que impulsionaram a luta pelo direito à moradia na Estrutural no seu início, avançando com relação à noção utilitária de interesses e considerando sua construção coletiva e social, ainda que a partir de experiências individuais.

No atual capítulo, seguiremos nesse mesmo sentido, ou seja, no relato de alguns eventos, desta vez também vivenciados por mim, continuo a perseguir o objetivo de decifrar como as relações estabelecidas historicamente na cidade nos ajudam a entender alguns caminhos e escolhas feitas no processo político. Entretanto, se no primeiro capítulo considerei profícuo o diálogo com a teoria do reconhecimento, principalmente no que me permitiu dar atenção às outras dimensões da luta por direitos na cidade, agora me afasto um pouco das motivações propriamente da ação coletiva para refletir sobre as estratégias de participação que foram sendo construídas na Estrutural resultando de um processo de aprendizagem que tem muita relação, inclusive, com aquele primeiro momento do qual tratamos.

Nesse sentido, nada me pareceu mais apropriado que falar sobre uma das principais formas organizativas de ação política criada na cidade, a Prefeitura Regional Comunitária – PRECES. O recorte se justifica não apenas pela notoriedade pública que a prefeitura ganhou na cidade, mas porque foi o espaço de onde pude acompanhar alguns momentos da política da Estrutural que me dão apropriação suficiente para que possamos fazer algum tipo de análise sociológica sobre as alternativas encontradas para participar de decisões públicas a partir desta localidade.

Minha chegada na PRECES e a caminhada para a Cana-do-Reino

- *Eu vim pra conhecer a cidade.*

- *Você tem que conhecer a Abadia, ela é da prefeitura. Sábado tem bazar, ela sempre aparece!*

Foi assim, apresentada por Abadia, que cheguei à reunião da prefeitura. Na época, não tinha preocupação com a pesquisa, ainda não era esse meu tema, a minha motivação era estritamente política³³. Estava começando um trabalho com adolescentes em uma ONG da cidade, a Viver, onde conheci Abadia, e aproveitei dessa inserção para me apresentar pela cidade com alguma referência, tentando driblar as desconfianças. Na verdade, tinha sido atraída à reunião porque, depois de uma breve investigação para saber o porquê de tantas obras na cidade, descobri que estava em fase inicial um programa milionário para a urbanização da cidade e quis acompanhar o que estava sendo discutido entre os moradores.

O simples fato da cidade possuir uma prefeitura regional comunitária eleita por seus moradores, sem vínculos formais com o Estado e fazendo frente à Administração Regional³⁴, já me chamou bastante atenção e despertou curiosidade. Junto com isso parecia haver uma movimentação muito diferente do que eu estava acostumada no Plano Piloto: muros pintados com nomes de candidatos locais para eleição de um prefeito comunitário, carros de som chamando para reuniões e foguetes, me davam a sensação que a minha nova vida seria agitada.

Demorei três meses para encontrar um lugar para alugar e percebi que isso faria alguma diferença quanto às expectativas iniciais que seriam lançadas sobre mim - já tinha respondido algumas vezes à pergunta: *Você mora aqui??* e senti que isso me dava

³³ Faço parte de uma organização política chamada Consulta Popular e como resultado das formações que víamos realizando no início de 2009, tomei a decisão de acompanhar os processos políticos na cidade para tentarmos dar alguma contribuição à organização popular.

³⁴ No Distrito Federal cada Região Administrativa possui uma Administração Regional que funciona como representação do governo na cidade. Dirigidas por um administrador indicado pelo governador, têm poucos recursos próprios, quase todo para pagar pessoal, e têm como objetivo principal acompanhar as demandas da população e políticas do governo nas cidades. Na Estrutural, a maior parte dos administradores veio da polícia e tinha um papel ligado ao controle das forças de oposição organizadas na cidade.

credenciais para estar presente em algum lugar, ouvir determinados assuntos e principalmente para falar sobre qualquer coisa relativa à cidade. Viver aqui me tornava um pouco mais confiável, já que todos pareciam ter restrições com os “de fora”: *Falam muita coisa sobre a gente aí fora, nem tudo é verdade...*, me advertiam.

Naquele dia tive que ficar por lá até mais tarde porque as reuniões da PRECES geralmente aconteciam à noite. A sede da Prefeitura ficava numa sala pequena no primeiro andar de um prédio, em frente à praça, na região central da cidade. Pedindo informações na rua você podia ir parar na Administração, já que às vezes isso parecia confundir algumas pessoas: *prefeitura... administração?*, era mais fácil perguntar pelo movimento do Ismael.

A reunião estava cheia, mas não era dia de assembleia, era dia de reunião da diretoria com a presença de outros movimentos e associações convidados, como a que eu representava. Nos apresentamos e, depois de dizer que a minha ideia era apresentar os trabalhos da ONG na prefeitura e vice versa, ouvi de Ismael num tom quase de cobrança: *Que bom que você veio, faz tempo que a gente queria saber de vocês, mas nunca falamos com ninguém de lá!* Não me lembro bem os assuntos tratados na reunião, mas sei que, além de uma pauta mais organizativa dos trabalhos da prefeitura, falaram muito sobre as obras e sobre o Programa Brasília Sustentável, o resultante do tal contrato de empréstimo com o Banco Mundial, falavam de reuniões no Banco e sobre documentos.

Depois disso, comecei a participar das atividades da prefeitura, me aproximando de algumas pessoas, Ismael e Paulão, principalmente, fui ficando mais à vontade para ir pra lá durante o dia, sentar no sofá e ficar observando o movimento, ouvindo as histórias e me atualizando dos informes políticos sobre a cidade e mesmo sobre a política do DF, que eram assuntos recorrentes. Durante o dia o movimento era grande, um entra e sai constante, muita gente vindo pra fazer o cadastro e a carteirinha³⁵. Os equipamentos não eram lá grande coisa: um computador bem antigo e umas fichas ainda manuscritas, e a equipe da prefeitura se revezava no trabalho, “todo mundo voluntário”. Cada carteirinha custava cinco reais, mas se não tivesse na hora podia pagar depois, o

³⁵ Para ser um sócio da PRECES o interessado deveria fazer um cadastro, levando um documento de identificação apenas para comprovar a identidade, pagava o valor de cinco reais e saía com uma carteirinha de sócio, que lhe dava direito de votar nas assembleias e de ser beneficiário das possíveis conquistas da prefeitura. Ao mesmo tempo, quanto maior o número de associados, mais representatividade a prefeitura tinha, e, naquela lógica, mais chances de ter suas reivindicações atendidas pelo governo.

importante era não sair sem, e a recomendação era que todos comparecessem a assembleia no domingo.

Geralmente aos domingos, logo cedo, os foguetes anunciavam: hoje tem assembleia da prefeitura! No dia anterior, Ismael e Jamaica, que era diretor de cultura da PRECES e dono do carro de som velho, já tinham passado anunciando. Mesmo considerando o tamanho da cidade, me impressionou o tanto de gente presente na assembleia: praça cheia.

Naquele dia Ismael anunciava que o cadastro da prefeitura já registrava mais de três mil famílias e que isso representava o déficit habitacional da cidade, denunciava que o Brasília Sustentável não atendia à nova condição da Estrutural, que era muito maior do que o levantamento feito pelo governo, e que por isso não aceitaria nenhuma remoção para fora da cidade. Segundo ele, essa diferença dos números do programa para a situação atual era resultado, principalmente, do crescimento natural da cidade, porque não se podia tomar como dado um cadastro feito pelos bombeiros em 1994, sendo que os filhos daquelas primeiras famílias já tiveram seus próprios filhos e, agora, também tinham o direito de morar na cidade em seu próprio lote, mas perto de seus familiares³⁶.

A luta agora, então, não é mais pela regularização da cidade, mas o mesmo movimento na *forma prefeitura*³⁷ e na pauta a discussão de um projeto de urbanização inclusivo e atualizado para a nova cidade, a luta agora era pelos “novos”, que moravam a maioria no Setor de Chácaras Santa Luzia, que até hoje é a maior “invasão” dentro da Estrutural, localizada numa ARIE³⁸ não prevista dentro do anel viário que delimita a cidade e concentra cerca de três mil “barracos”³⁹. Mas é também pelos “antigos”: a prefeitura acompanhava nessa época a situação de 70 famílias, muitas delas chacareiros que viviam há mais de trinta anos na Estrutural, que tinham sido removidas

³⁶ É muito comum na Estrutural um mesmo lote, que geralmente mede 8x12m, ser dividido com dois ou mais barracos, abrigando mais de um núcleo familiar, o barraco do dono(a), do filho ou da filha ou de um parente vindo de fora.

³⁷ Referência à Sigaud (2000) de quem falaremos mais à diante no texto.

³⁸ Área de Relevante Interesse Ecológico que, nesse caso, funciona como uma zona de tamponamento entre o Parque Nacional de Brasília e a Estrutural. A Santa Luzia não tem nenhum tipo de infraestrutura pública fornecida pelo governo como água encanada, luz elétrica ou serviço de esgoto, nem mesmo as equipes do Posto de Saúde atendem na área.

³⁹ Como explicado no capítulo anterior, o barraco é uma casa de poucos (no máximo três) cômodos feita geralmente de madeirite e material reaproveitado, construídos, nesse caso, um ao lado do outro.

recentemente para uma região rural atrás do Recanto das Emas⁴⁰ conhecida como Núcleo Rural Monjolo, formando um grupo conhecido como “as famílias do Monjolo”, de quem falaremos no próximo capítulo. Enfim, a discussão principal era sobre os impactos do Brasília Sustentável e seu plano de remoção, o PIVE - Projeto Integrado Vila Estrutural, que, entre outras coisas, garantia que nas remoções necessárias à implantação do programa, fossem respeitados os critérios de vizinhança e os vínculos familiares e econômicos das famílias relocadas.

Em cima da calçada alta e com o apoio do carro de som velho, Ismael dava a palavra para outros membros da prefeitura e tirava dúvidas dos associados, encerrava a assembleia com uma oração e com mais fogos, e lembrava: *Você que tá morando de aluguel ou de favor, vamos continuar fazendo o cadastro e as carteirinhas!*

Essas mesmas assembleias na praça, apesar da pauta mais recente eram um costume antigo na cidade, já desde a “época da Marlene” aconteciam assim: dirigidas pela associação, no meio da rua e anunciadas por foguetes. As que acompanhei geralmente tinham o objetivo de repassar informes aos associados e aos demais moradores sobre os processos de negociação com o governo e preparar os próximos passos, como uma ida ao Banco Mundial ou à Secretaria de Habitação. Duas coisas muito importantes também que aconteciam em toda assembleia era uma votação, sempre de temas mais pontuais, que depois de apresentados e defendidos por Ismael, eram submetidos a escrutínio, e a assinatura de uma lista de presença, que representavam uma espécie de confirmação de compromisso do associado. Apesar de não ter presenciado nenhuma interdição, propriamente, da Via Estrutural, era comum Ismael ameaçar: *Qualquer coisa a gente fecha a pista!*

Nas reuniões da diretoria, entretanto, os assuntos ou eram mais operacionais, relacionados à organização interna dos trabalhos, como agenda, turnos de trabalho e pagamento de contas, ou tratavam diretamente sobre as estratégias que seriam usadas para pressionar, em geral, o governo: o que dizer nas reuniões, quem levar, o que levar, com quem falar, enfim, decidir de fato os rumos e ações do movimento. Apesar de sempre ser aberto espaço de inscrição para os presentes e de em nenhum momento eu ter presenciado a proibição de qualquer interessado em participar, as reuniões eram sempre dirigidas pelo prefeito, Ismael, e sobre ele também se concentravam as

⁴⁰ Outra cidade satélite do DF para onde tinha sido removida uma primeira leva de moradores da Estrutural na época do governo Cristovam.

informações e os contatos: sempre recebia ligações ou era convidado para reuniões, e, por isso, muita coisa parecia já chegar encaminhada para a reunião. Mas também recaíam sobre ele as pressões.

Os conflitos vinham se intensificando, em reuniões acaloradas no Banco Mundial, Ismael apontava uma série de irregularidades no Brasília Sustentável e ameaçava “fechar a pista” e levar à mídia suas denúncias. Na reunião daquela noite já nos dizia que vinha se sentindo ameaçado, e que a reunião no Banco Mundial não pôde ser filmada, deixava escapar também, de forma mais indireta que andavam lhe oferecendo dinheiro para deixar a causa. Também tinha recebido uma ligação não identificada de alguém que lhe dizia que ele estava sendo investigado pela Polícia Federal e que se não parasse o movimento muita coisa iria acontecer. Enquanto falávamos do assunto, entra na reunião a então administradora da Estrutural, Beth Guilherme, indicada do governador José Roberto Arruda, com um papel na mão e pedindo para falar com Ismael em particular:

Beth Guilherme: *Preciso falar com você, poderia vir aqui fora?*

Ismael: *Não tenho nada pra falar com você que todo mundo que tá aqui não possa saber, se quiser vai ter que falar na frente de todo mundo!*

Beth Guilherme: *Eu não quero falar na frente de todo mundo, eu falo com você e depois você repassa o que falamos.*

Ismael: *Só vou se o pessoal aqui quiser. Vocês concordam?*

Com cara de espanto e impressionados pela visita da administradora àquela hora da noite, balançamos a cabeça em concordância. Depois de uma conversa muito breve, Ismael volta com o papel na mão: era uma carta anônima que, segundo Beth, fora entregue na Administração com uma série de ameaças a ele, mais ou menos como as da ligação que recebera. Ismael em reação sorria: *Ela pensa que eu não sei que foi ela quem escreveu? Mas não tenho medo, não vamos parar, não vamos parar!*

Depois disso, as assembleias foram crescendo, o carro de som de Jamaica foi substituído por um trio elétrico, conseguido por Paulão que era vigilante sindicalizado e tinha o apoio da Intersindical⁴¹. Outros movimentos de luta por moradia também se aproximaram: Movimento de Luta e Defesa do Cruzeiro, o Movimento de Luta de

⁴¹ Central Sindical de oposição à CUT.

Brazlândia, uma série de Associações de Moradores, como uma de Planaltina, movimentos ambientalistas e também o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, o MTD, e a Assembleia Popular. Esses dois últimos, além de uma assessoria jurídica, tentavam trazer para o movimento da Estrutural uma experiência mais “tradicional” do que conhecíamos como “movimento”⁴², com propostas que iam da organização das reuniões e do formato das manifestações à realização de cursos de formação política, o que muitas vezes não encontrava muito eco com a equipe da Prefeitura.

De início houve uma tentativa de unir todas as demandas por moradia do DF num só movimento sob o nome de Movimento Pró Moradia Ambiental, e algumas reuniões foram feitas com esse objetivo, na tentativa de escrever um documento norteador e tirar uma agenda de atos em torno da questão da moradia. Entretanto, mais para frente, a questão da sobreposição da pauta da Estrutural e, sobretudo, a centralidade das negociações na figura de Ismael foi gerando desconfianças e afastando o grupo.

A mais importante ação desse período em termos de repercussão, implicações políticas e potencial mobilizador e conflitivo, foi a tentativa de ocupação de uma área do lado da Estrutural conhecida como “Cana-do-Reino”. Como as pautas se direcionavam agora para a questão da moradia, não apenas pela participação de outros movimentos do DF, mas também porque esse era o tema que mais mobilizava os novos associados da Prefeitura, a estratégia era que o grupo do Pró Moradia Ambiental fosse incluído nos espaços de discursão do governo, onde vinha se pensando a destinação da área vizinha pertencente ao Governo Federal.

Ismael falava da MP 459 que, segundo ele, determinava que as áreas da União no DF, passíveis de serem ocupadas, deveriam ser destinadas à construção de moradias para pessoas de baixa renda, mas que a Medida Provisória corria risco de ser alterada no congresso. Por essa razão, o pessoal da prefeitura e do Pró Moradia Ambiental já tinha feito uma peregrinação pelos gabinetes dos senadores pedindo que o acordo fosse mantido. As informações eram que, além da PRECES, que pedia a área para atender às novas famílias da Estrutural e de outras regiões que não tinham onde morar, existiam outros grupos também interessados na área, como as cooperativas de condomínios, que, muitas vezes apadrinhados por políticos profissionais, teriam mais chances de conseguir a área se o debate não fosse aberto.

⁴² Principalmente experiências aos moldes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Durante a semana, na reunião do Movimento Pró Moradia Ambiental, a ideia de ocupar a área, que já vinha sendo comentada com um e outro, foi colocada como possibilidade para os próximos dias, a definição da data e horário só saberíamos na última hora. Nos próximos dias, falávamos sobre a logística do ato e, pelo meu breve contato com acampamentos tradicionais do MST, percebia que a proposta não seguia muito aquele “formato”. Não foram previstos, por exemplo, recursos para alimentação ou para barracas que dessem suporte ao acampamento por muito tempo, uma organização de equipes para segurança ou para logística, e, por essa comparação superficial, tudo me parecia feito de forma muito amadora e principiante, o que talvez acontecesse porque cada um de nós tinha na cabeça uma ideia diferente para a ação e essas questões não preocupavam a todos como a mim.

No dia marcado para a assembleia no Galpão Central, em cima do trio elétrico, Ismael apresenta a proposta da ocupação, que já tinha sido tema de outro encontro daqueles, e chama uma votação para decidir se sairíamos dali agora mesmo em direção à Cana-do-Reino, o que trazia um tom de improviso da decisão imediata, já que todo mundo teria que ir em casa naquela hora mesmo buscar colchões e cobertores para a noite, ao mesmo tempo que o ato já parecia organizado: vários ônibus alugados para a saída, outros chegando com gente de outras cidades e Aldenora, já moradora da Cana-do-Reino, nos esperando com uma sopa.

O confronto violento com a polícia estava anunciado, as assembleias sempre eram acompanhadas por P2⁴³, e naquele dia, no intervalo de mais ou menos duas horas enquanto nos preparávamos para sair, foi mobilizado o maior contingente policial que já tinha visto em uma ação até então. Os ônibus foram parados depois de andarem dois quilômetros, até a saída da cidade, o que nos obrigou a seguir a pé. Em nosso percurso pela via Estrutural em horário de pico, ouvíamos o rechaço dos outros brasilienses que passavam de carro. Enquanto caminhávamos enfileirados, já que íamos pelo acostamento, na direção do posto da Polícia Militar, que ficava bem em frente à Cana-do-Reino, víamos passar em alta velocidade dezenas de viaturas da polícia, do BOPE, da ROTAM e um helicóptero, o que aumentava a tensão, mas também a força da resposta ao grito de Ismael: *A Cana-do-Reino? É nossa!*

Na caminhada, Ismael e a equipe da prefeitura se espalhavam entre as pessoas, mas sempre que o avistava estava ao telefone, parecia estar organizando os próximos

⁴³ Como são chamados localmente policiais à paisano.

passos e já fazendo algum tipo de negociação, o que fazia com que nós esperássemos dele a direção. Assim que chegamos ao posto, o comandante pediu para pararmos, tinha recebido ordens do governador para que não nos deixasse prosseguir, mas quando interpelado pelo grupo que seguia à frente, não tinha nenhum tipo de mandado judicial que sustentasse sua solicitação. Começou, assim, um processo de negociação em que Ismael tentava convencer o comandante e os demais militares que lhe davam suporte a nos deixar passar pacificamente, justificando: *Não vamos fazer piquete nem nada assim, fomos convidados por chacareiros, posseiros da área, assentados pelo Cristovam, para passarmos a noite lá, e isso é um direito, o direito de ir e vir!*

Enquanto a conversa se prolongava, víamos se armar na nossa frente escudos, cavalos, cassetetes, carros da polícia, enfim, todo um aparato que indicava que só passaríamos dali à força. O comandante claramente ganhava tempo, enquanto tentava nos convencer que era só questão de minutos para receber a ordem para nos deixar passar, e a pressão foi ficando maior: *Ismael, eles estão nos enrolando, não tem ordem nenhuma, não dá mais para esperar!* As pessoas começaram a avançar e também a polícia em nossa direção, até que foi lançada a primeira bomba de gás. Reabrindo os olhos ardidados, procurava Ismael e não o via no meio das pessoas, agora apavoradas, até que o vi correndo em direção à cidade, agarrei-o e perguntei: *Onde você vai? Você tem que ir lá pra frente!*, ao que me respondeu: *Você já apanhou da polícia? Você sabe o que é isso? Temos que voltar, tá cheio de criança aqui!* Mesmo assim, pressionado por mais gente, voltou e tentou retomar a conversa com o comandante, que logo foi substituído pelo coronel Gifoni, então Secretário da Ordem Pública, que acabara de chegar.

Entre uma entrevista para a televisão, uma ligação para o governador, uma conversa com o coronel e com a Deputada Érika Kokay, que na época presidia a comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa e tinha sido chamada por Duda da prefeitura, polícia e povo se hostilizavam: foi feita uma grande fogueira que servia de barricada, mas a polícia apagou com jatos d'água, que não eram direcionados só ao fogo, mas que também serviam para nos provocar; jovens encapuzados jogavam pedras nos policiais e, numa sede que parecia de ajuste de contas, gritavam: *Vem no braço, vem no braço!* Uma pessoa foi presa. As reações e olhares me faziam perceber que estavam presentes ali também todas aquelas relações que faziam parte da história daquela cidade

e também do seu dia-a-dia, por mais contraditório ou sem sentido que parecesse, o momento deixava escapar uma “lógica do lugar”.

Nas negociações, Ismael foi colocado para falar com a representante da Gerência Regional de Patrimônio da União no DF - GRPU, órgão ligado à Secretaria de Patrimônio da União e recebeu a garantia de que pelo menos dois membros do movimento seriam incluídos no Grupo de Trabalho montado para discutir a destinação da área. Enquanto isso, tentávamos atravessar o bloqueio pelo outro lado da pista que estava completamente livre, o que surpreendeu a polícia e provocou uma reação ainda mais violenta. Já eram três horas da madrugada e muitas mães com crianças e idosos começavam a voltar e, com os avanços nas negociações, o grupo decidiu que era hora de retornar à cidade. No caminho de volta avistamos a cidade sem luz, e ficou assim, conforme nos disseram quando chegamos, por cerca de uma hora. Na chegada, íamos sendo revistados pela rua em diferentes pontos da cidade, alguns contavam, no outro dia, ainda terem apanhado antes de chegar em casa.

Esse evento e tudo que acompanhei até esse momento nos permite uma série de reflexões que podem nos ajudar a avançar um pouco com a noção esboçada de “pressuposto normativo”, proposto por Honneth (2003), e utilizada no primeiro capítulo deste trabalho, que, se não considerada a partir de suas raízes históricas e dentro do conflito político, pode nos levar a um essencialismo naturalista que não nos explica, neste contexto, de onde parte a construção das estratégias de participação e o processo de aprendizagem que constrói o movimento⁴⁴.

Nas entrevistas realizadas no Ponto de Memória, percebemos tanto na fala de Ismael quanto na de alguns pioneiros da cidade um sentido de direito que justificava o fato de estarem ali, associado ao sentimento de desrespeito provocado pelo não cumprimento desse direito, entendemos terem sido fatores importantes que construíram a ação coletiva naquele momento. Entretanto, resgatar o sentido político dos processos é necessário para ampliar e alcançar os conflitos de forma mais complexa e aprofundada.

No caso das primeiras lutas tocadas no início da cidade, a partir das entrevistas com os envolvidos, as duas associações, a dos antigos e a dos novos moradores (Ascol e ASMOES), são diferenciadas muitas vezes por um tipo de ação próprios: enquanto a associação de Dona Geralda, que reunia os chacareiros e moradores mais antigos,

⁴⁴ Conforme alerta Rosa (2009).

vindos geralmente de outros estados do país, fazia a luta em negociação com o governo e contando mesmo com sua ajuda para se manter no lugar; a associação de Marlene e Joaquim e seus associados, eram “filhos de Brasília” e traziam uma experiência anterior de já terem passado por outras invasões ou de lutas parecidas aqui no DF, como o caso de Ismael, Djalma e Paulão, vindos de Vicente Pires, Taguatinga e Ceilândia, respectivamente.

O sentido de direito à cidade estava relacionado aí à experiências diferenciadas, para Dona Vanda a grande razão que fazia com que lutasse para ficar ali era o fato de ter sido a primeira a chegar na cidade, isso queria dizer não apenas tempo transcorrido no lugar, mas também sacrifícios, fardos e privações que ela, mais do que qualquer um, teve que passar para estar ali. No caso de Ismael, ainda que também relate quão penosa era sua peregrinação morando de favor e de aluguel, atribui o seu sentido de direito à moradia principalmente pelo fato de ser “filho de Brasília”, ou seja, ser nascido e criado aqui.

Não podemos dizer que esse fosse o fator determinante e nem mesmo que que essas fossem características que compartilhassem todos os que faziam parte da Vila Nova ou da Vila Velha. Entretanto, para os moradores da Vila Nova e associados da ASMOES, um novo fator seria determinante para que entendessem mais claramente um direito para ficar ali: a remoção realizada pelo governo Cristovam da área da Cidade do Automóvel para junto da Vila Velha. A remoção, como nos disse Ismael, fora organizada pelo governo e feita em acordo com as lideranças: *Tinha até bombeiro para ajudar!*, conta. Para Duda, aquele tinha sido o motivo principal para ser o único a resistir à remoção para o Monjolo: *Não, eu fui morador da Cidade do Automóvel, eles me tiraram de lá! Me diziam que aquilo era área de proteção ambiental e logo eu vi eles construírem aquilo tudo. Não vou, não!*

Segundo Ismael, Cristovam precisava resolver uma promessa de campanha com os donos das concessionárias de automóveis da Asa Norte, mas também não sabia o que fazer com aquele povo, levou muita gente para o Recanto das Emas e Riacho Fundo, mas a ocupação tinha crescido demais. A decisão, porém, de levá-los para onde hoje é a cidade deu forças ao movimento e obrigou-o, inclusive judicialmente, a negociar qualquer proposta de retirada do povo da cidade. A cidade crescia em uma escala muito maior do que antes e a reação do governo foi isolar, com trincheiras inclusive, todos os seus acessos. O conflito se acirrou fortalecendo tanto a presença de Marlene, que além

de liderança política prestava serviços de assistência que o Estado se recusava a oferecer, como também a atuação da oposição que conseguia dar suporte jurídico e político ao movimento.

Na junção da Vila Velha com a Vila Nova, de que tratamos no primeiro capítulo, o direito à cidade vai ganhando novos contornos e uma certa unidade no discurso: *a cidade é nossa e não de rico!*, em uma referência ao que tinha acontecido na Cidade do Automóvel. Da relação com o governo se estabeleceu um jeito de se organizar que tinha a ver com a criação de Associações de Moradores, que se estabeleceu como a forma obrigatória de qualquer movimento na Estrutural até hoje. Também, como vimos no caso da PRECES, dali por diante, as assembleias das associações acontecem em praça pública chamadas por foguetes e carro de som.

De início, as primeiras impressões deixavam claro pra mim que aquele era um movimento com história e meios próprios e diferenciados dos que eu conhecia, que constituíam uma espécie de significados compartilhados que ajustavam e justificavam aquela organização, fazendo com que alcançasse reconhecimento dos moradores da cidade e também dos funcionários públicos e políticos que representavam o governo e sua oposição. Perseguir essas “particularidades” de uma determinada ação coletiva foi o trabalho de Sigaud (2000) na Zona da Mata pernambucana com relação aos acampamentos de sem-terras que se multiplicaram na região na década de 1990. Levada à região pelo MST e difundida com a colaboração dos sindicalistas, a *forma acampamento*, segundo Sigaud (2000), representava uma afirmação simbólica cujos significados eram compartilhados pelos diferentes indivíduos envolvidos nos acampamentos e por isso mesmo eficaz.

Com o objetivo de conhecer essa forma específica de ação política, Sigaud (2000) diz ter buscado identificar as condições sociais que foram progressivamente contribuindo para que a forma se proliferasse, ou seja, mas do que descrever o que eram, de onde vieram ou no que iam dar, a pesquisadora analisa as condições históricas favoráveis para que aquela se tornasse uma *forma* efetiva e tão imitada de se fazer reivindicação na região. Os caminhos de pesquisa, para a autora, para se alcançar resultados como esse devem evitar as “lógicas” do próprio pesquisador, que geralmente são “pré-noções” e julgamentos de valor, e também a simples reprodução das representações nativas, mas devem seguir pela reconstrução e relação entre os diferentes pontos de vista encontrando o significado que têm essas *formas* para os indivíduos.

No caso da Estrutural, muitas das práticas e caminhos tomados pela PRECES só seriam entendidos por mim, que ainda estava muito confusa e desconfiada quanto às “intensões”⁴⁵ daquele movimento, à medida que fui conhecendo a história da cidade e as relações e aprendizados que foram se construindo ao longo dessa história. Não que um mesmo modelo de política se definisse de uma vez por todas, mas o que ficava claro é que sem entender esse *processo* não poderia entender mesmo as transformações que as lutas políticas na cidade vinham sofrendo.

Apesar dessa análise parecer um tanto óbvia, Tilly (2010) ressalta que muitas vezes analistas incorrem no erro de tratar “o movimento” social como um ator unitário singular, esquecendo que ele só “é” quando visto em uma relação, e obscurecendo com isso dois aspetos: a) as incessantes manobras e realinhamentos que sempre ocorrem no interior dos movimentos sociais; e b) a interação entre ativistas, componentes, alvos, autoridades, aliados, rivais, inimigos e audiências que constituem a textura cambiante dos movimentos sociais. E essas interações, manobras e realinhamentos, são, a partir da minha experiência, fatores imprescindíveis para entender o desenrolar das lutas políticas por reconhecimento na Estrutural.

Por essa razão, Tilly (2010) indica um caminho que considera profícuo para quem procura entender as *estruturas e processos políticos*⁴⁶ esclarecendo os mecanismos causais “mais limitados” que produzem mudança e variação, bem como as características relevantes dessas *estruturas e processos*. Em primeiro lugar, recomenda rastrear as origens e transformações dos principais elementos do movimento social. Em seguida, propõe desvendar os *processos sociais* que encorajam ou inibem a proliferação dos movimentos sociais. Depois examinar como os elementos dos movimentos sociais interagiram com outras formas de fazer política. E, por fim, mostrar o que causa aspectos importantes de mudança e variação nos movimentos sociais.

Sobre esses processos sociais de aprendizagem e estabelecimento de formas de agir e se organizar para participar politicamente, são muito ilustrativas as pesquisas de Rosa (2009) com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Com o objetivo de compreender a emergência das ocupações como forma de reivindicar terras no Brasil das últimas décadas, o pesquisador aponta que movimentos e organizações como os

⁴⁵ O centralismo na figura de Ismael associado às minhas pré noções e apego a um conceito de democracia direta, me faziam achar que as supostas aspirações políticas faziam de todo aquele movimento uma “ação instrumental” e aquela uma “organização aparelhada”, como se diz entre os movimentos das organizações com objetivos eleitorais.

⁴⁶ Grifo meu.

sindicatos rurais apropriaram-se da expressão “sem-terra”, criada pelo governo Leonel Brizola, modificando seu conceito, servindo, sobretudo, para orientar políticas de governo para pequenos agricultores. Segundo Rosa (2009), o relativo sucesso reivindicatório de acampamentos organizados nessa época contribuiu para que pessoas que levavam suas vidas sob condições de “arrendatário”, “meeiro” ou mesmo como “filhos” de pequenos proprietários passassem a sentir-se também como sem-terra, o que significava sentir-se apto a reclamar benefícios estatais, principalmente a redistribuição de terras para a agricultura.

Rosa (2009), chama a atenção para o fato de que esse engajamento não significava uma reconversão de toda a história prévia dos sujeitos que agora assumem essa identidade, nem mesmo como primeira e única experiência política, ao invés disso, ela é uma, entre muitas outras, formas de se apresentar ao governo. Tudo isso serve para mostrar que para entender os caminhos percorridos coletivamente por grupos ou qualquer forma de ação e organização coletiva, deve-se levar em conta uma série de fatores, que vão desde as condições estruturais de distribuição de recursos, passam pelas experiências e aprendizados resultantes da história dos indivíduos, até chegarmos às relações de poder ou cooperação que se estabelecem em um determinado contexto.

Além disso, as pesquisas de Rosa (2004a, 2004b, 2009) revelam que a partir dessas experiências vão se criando caminhos, entendidos como profícuos, dado o sucesso alcançado algumas vezes, para de alguma forma encontrar a legitimação das suas demandas. No caso de Rosa (2009), como veremos, com semelhanças com a Estrutural, o Estado reconheceu a existência de uma nova força social no mundo rural por meio da criação de um vocabulário comum em torno da categoria “sem-terra” e, talvez por isso, tenha também se tornado mais equipado para lidar com ela, por outro lado, nutrindo-se dessa força, em princípio local, os movimentos foram ampliando seu escopo de reivindicações também para o âmbito nacional, o que permitiu sua expansão para além de suas áreas de origem e de identidade específica, e além disso, criando o que Rosa (2009) chama *forma movimento*.

As pesquisas de Rosa (2009), como as de Sigaud, revelam que à medida que logrou êxito, a ideia de montar um acampamento para exigir a desapropriação de determinada terra configurou-se como uma possibilidade cada vez mais plausível diante do significativo número de assentamentos efetivamente implantados. A *forma movimento* constituía-se em montar, manter e representar judicialmente o acampamento,

mas, principalmente, garantir a sua legitimação do por meio de seu reconhecimento por parte do Estado. E esse foi, segundo Rosa (2009), o processo de invenção de uma nova *linguagem*⁴⁷ a partir do seu reconhecimento pelo Estado: apontando para um caminho onde as lutas não surgem num vácuo de uma natureza moral do homem, mas no exato momento em que são transformadas em *linguagem*, “quando pronunciadas e ou refutadas”.

Dessa primeira experiência relatada acima faltava entender na Estrutural de onde vinham as formas *associação, assembleia, fechar pista, reunião com representantes, prefeitura, a rádio comunitária, atos de constrangimento a políticos profissionais*, que apareciam naquele momento como modo estabelecido de alcançar o governo ou como uma *linguagem* da relação com o Estado. E ainda as transformações dessa linguagem e o surgimento de outras linguagens novas como: *fechar o lixão, prefeituras de quadra, prefeitura do Lixão, as ações no Ministério Público, Audiência Pública*, e, mais recentemente, *os blogs políticos*.

Na tentativa de avançarmos no entendimento da construção dessa forma de fazer política na Estrutural, passamos, a seguir, seguindo as sugestões de Tilly (2010), a rastrear os elementos e desvendar um pouco mais do processo de criação e atuação da PRECES, enquanto movimento social importante da cidade, como meio essencial para entender as linguagens empregadas na política da cidade que até hoje indicam formas de participar das decisões e políticas do governo.

A história da PRECES e as formas da política na Estrutural.

(...) *áí a secretária Evelise, que era a Secretária de Habitação, orientou a gente dizendo o seguinte: “Oh, o governo não recebe pessoas, vocês criam uma entidade que tenha personalidade jurídica e aí vocês começam a trabalhar”.*

Depois da saída de Marlene e Joaquim da cidade, Ismael, pensando em dar continuidade ao processo de luta e, de acordo com o que relata, tendo sido provocado pelo governo da época a organizar uma instância representativa que intermediasse o diálogo do governo com o restante dos moradores da cidade, em 2001 criou a Prefeitura

⁴⁷ Grifo meu.

Regional Comunitária – PRECES. De fato, pelo que continuei acompanhando, muitas vezes para participar de reuniões sobre a cidade era exigido se apresentar como entidade formal e representativa no sentido, principalmente, de número de pessoas, ou seja, quanto mais gente você representasse, melhor, porque isso seria posto à prova em algum momento.

Para a Prefeitura o cadastro e a carteirinha e a lista de presença eram formas de documentar essa representação de um determinado grupo, e também a forma de confirmar a relevância de suas pautas, uma forma de dizer: temos o apoio e falamos em nome de todos esses associados. Ser liderança política na cidade era um título que precisava ser corroborado por um número de CNPJ. Para o associado, a carteirinha e o cadastro se juntavam aos muitos ritos e papéis que tinham que colecionar como comprovantes da sua vinculação àquele lugar, como provas de seus direitos enquanto moradores da cidade e também como garantias de serem beneficiados das lutas representadas pela Prefeitura.

A exigência da pessoa jurídica era ainda maior quando se tratava de judicializar qualquer reclamação ou demanda, sem o CNPJ da PRECES, nenhuma das ações civis, por exemplo, contra o GDF a partir da cidade teriam sido ajuizadas, já que o próprio Ministério Público exigia isso. Ainda em 2009, como uma derivação do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, que congregava entidades socioassistenciais da sociedade civil, representantes do governo e do Ministério Público, foi criado o Fórum de Monitoramento Social da Estrutural com a proposta de acompanhar o PIVE e o Brasília Sustentável funcionando como uma organização não formalizada que congregava os principais grupos atingidos pelo novo plano urbanístico.

Para conseguir acesso e diálogo com o governo, os grupos do Fórum levaram suas principais queixas à Promotoria dos Direitos do Cidadão, que, acatando algumas das denúncias, precisava de alguma entidade formalizada para apresentar a Ação Civil Pública a fim de obrigar o governo a um acordo. Na época a PRECES estava à frente do Fórum e se colocou como a entidade acusadora do processo. Passado um tempo, os dois principais grupos do Fórum, com o desejos de assumirem a causa como partes e interlocutores, os moradores da Quadra 12 e os removidos do Monjolo⁴⁸, criariam eles

⁴⁸ Os dois grupos foram os principais atingidos pelas obras de urbanização da cidade. As famílias do Monjolo são antigos moradores da Estrutural que moravam em áreas que seriam usadas de alguma maneira para o projeto e foram removidas para uma área rural atrás do Recanto das Emas, o Núcleo Rural Monjolo, cerca de 30km da Estrutural, e reclamam a reparação de seus danos e construção de

próprios suas associações com seus devidos presidentes. Tão importante quanto ser uma pessoa jurídica e ter um número considerável de associados cadastrados, é que o movimento tenha um representante, que geralmente é o presidente da associação, que deverá ser o interlocutor com o governo, caso consiga ser atendido. As reuniões de negociação realizadas com o governo, dentro ou fora da cidade, não aconteciam “na frente de todo mundo”, eram restritas às “lideranças”, como os próprios funcionários e políticos costumavam chamar. Na época de sua pesquisa, em 2007, Silva (2008) observou que, em uma reunião que participou na cidade, “o fato de ser um representante é o que dá legitimidade e espaço de fala para a pessoa em eventos como esse (...) é elemento chave na mediação entre os mundos (Velho, 2003) dos políticos profissionais e dos populares” (SILVA, 2008, p. 34)

Voltando à criação da PRECES, Ismael enxergava na criação da prefeitura uma forma também de se proteger e mostrar autonomia contra as intimidações e ordens que vinha de Zé Edmar logo após o rompimento:

peessoas que estavam numa reunião diz que [ele] tinha pedido pra me fuzilar, falou pra mim que não podia ficar andando à noite por aí. Além de ser perseguido pela polícia, eu passei a ser perseguido pela turma do José Edmar, entendeu? Já de 99 pra cá pra poder você criar algum outro tipo de entidade tinha que pedir as bênçãos do seu Zé Edmar, eu falei: Bênção pra ele porcaria nenhuma porque primeiro não é Deus, segundo ele não é dono das pessoas e terceiro ele não manda aqui, não é a fazenda dele! E aí foi quando criamos a prefeitura em 2001, né, e as outras entidades apareceu e aí nós fomos incentivando, jornal informativo, ideia nossa, muita coisa assim(...).

Junto com a criação da PRECES outras entidades e meios e serviços políticos ou comunitários foram sendo “incentivados”, como o transporte de lotação do Gera e a Rádio Voz da Vila. Mesmo que não diretamente criada pela Prefeitura, a rádio serviu para espalhar pela cidade o que acontecia no movimento. Quando o carro de som e os foguetes não eram mais suficientes porque a cidade já estava muito grande, Pastor Paulo resolveu ir atrás de saber como funcionava uma rádio e acabou empenhado no projeto de construção da rádio comunitária. Juntando peças usadas e um material velho, o pastor diz ter montado o transmissor da primeira rádio comunitária da Estrutural, a Rádio “Voz da Vila”.

infraestrutura mínima no novo assentamento. Já a Quadra 12 tem a previsão de ter parte das famílias removidas para a construção de um parque urbano, entretanto, se recusam a deixar a quadra porque as novas casas para onde devem mudar foram construídas à menos de 10m do Lixão.

No início, a rádio servia principalmente para comunicar as ações ligadas às lutas pela cidade, além da transmissão de programas religiosos. Pastor Paulo dizia transmitir principalmente as reuniões promovidas por Joaquim depois que voltou pra Estrutural e que a princípio esteve mais próximo da rádio, mas que, conforme cresciam as movimentações dirigidas por Ismael, abriu espaço também pra esse movimento. Como tinha uma programação voltada para a “ordem do dia” da cidade, a rádio ganhou muito rapidamente a audiência de boa parte dos moradores e era referência quando se queria informar de forma mais ampla na Estrutural. Recebeu a visita de governadores e deputados, como Paulo Octávio, Geraldo Naves, Robson Rodovalho, Érika Kokay e Eliana Pedrosa, esta última com um programa semanal na rádio, e também foi largamente usada pelos órgãos públicos que prestavam serviços na cidade, como o posto de saúde e a polícia militar. Os novos administradores, geralmente, tinham o costume de passar pela rádio para se apresentarem para a cidade ou para tratar de algum problema específico.

Mais recentemente, depois de uma crise da rádio, causada tanto por falta de recursos materiais para manutenção, quanto por problemas ligados à burocracia de registro, como também pelo aumento da concorrência com a criação de duas novas rádios comunitárias, têm se tornado muito popular a criação de blogs específicos para falar da política na cidade. Não que os blogs tenham ocupado o lugar da rádio, ou que disputem um mesmo público, mas, como fazia a rádio, os blogs têm pautado e acompanhado muitos dos debates políticos que acontecem na cidade.

No geral, reúnem notícias da grande mídia que falam sobre a cidade ou de assuntos diretamente ligados a ela, de eventos que aconteceram ou que vão acontecer na Estrutural, mas, principalmente, trazem informes e posições que apoiem ou critiquem as ações da administração e do governo na cidade. Vez ou outra, os blogs entram em debate um com outro e sempre repassam notícias ligadas aos funcionários da administração: quais as disputas e conflitos internos e quem são os funcionários exonerados ou “na eminência de”.

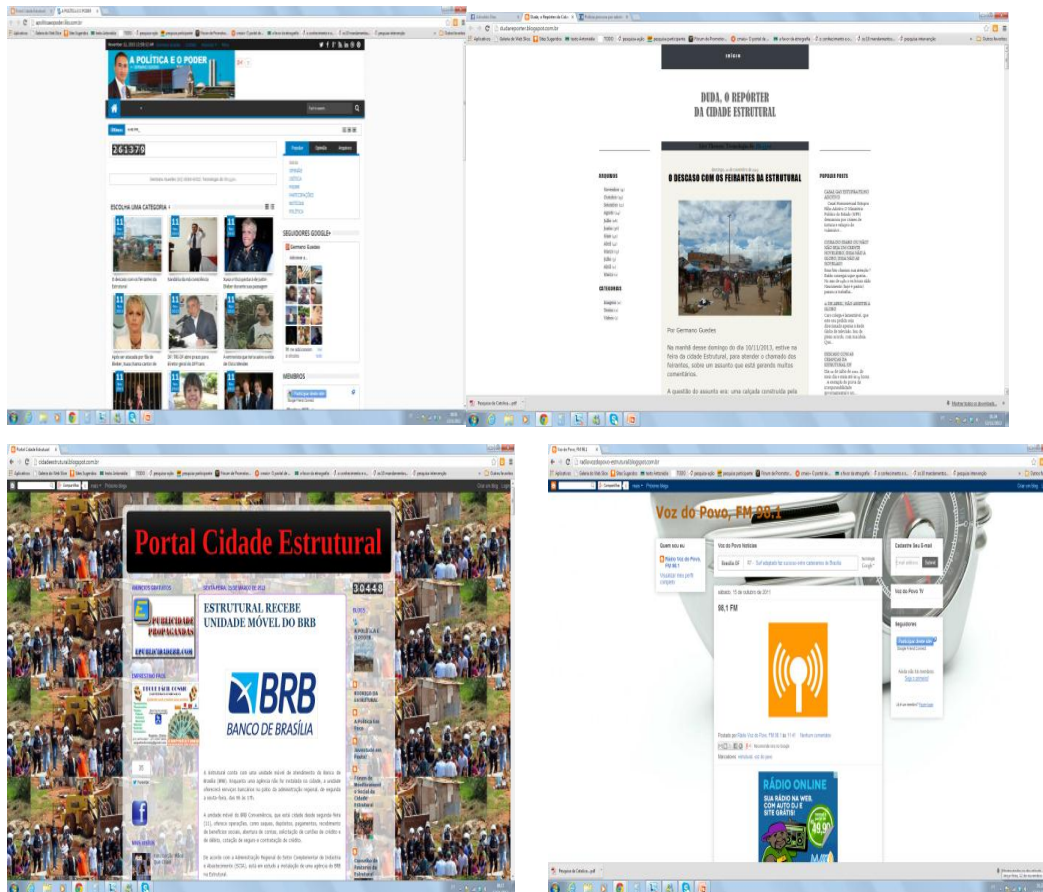


Imagem 1: Alguns Blogs criados na Estrutural.

Mesmo antes da rádio, porém, a principal estratégia de comunicação da prefeitura eram as assembleias dos associados na praça, como na época de Marlene, chamadas por foguetes e anunciadas por carro de som. Como já falei, participar das assembleias era uma forma não apenas de se informar das ações do movimento e dar apoio, mas também de garantir sua parte nas conquistas que pudessem resultar daquelas ações. Uma outra questão é que, a cada assembleia na praça, a PRECES mostrava uma força maior de mobilizar e pautar a política na cidade, mesmo quem não apoiava acompanhava as discussões e percebia o crescimento do movimento.

Se as assembleias se assemelhavam às realizadas por Marlene, a PRECES, que à princípio assumiria o formato jurídico de uma associação de moradores, tal qual as anteriores, agora propunha, mais do que representar antigos ou novos moradores, Vila Velha ou Vila Nova, se encarregaria de levantar demandas de toda a “cidade”. Segundo Ismael, o nome “Vila” teria sido dado por Zé Edmar, “com o objetivo de diminuir a gente e nos tornar tudo reduto dele”, mas essa não correspondia mais à realidade da

cidade, e por isso a proposta de criar uma “prefeitura regional”, condizendo com a “cidade”.

Cabia à prefeitura representar as lutas da Estrutural junto ao governo, acompanhar as políticas públicas, organizar manifestações e também realizar uma “obra social”, para cumprir com as exigências de ser uma entidade:

E aí nós em movimento direto e nós fazendo manifestação direto, fechava a pista, isso aqui era tudo organizado por nós [aponta no banner], ao mesmo tempo que a gente ficou na prefeitura a gente pegava doação de cesta básica pra dar pra as pessoas, a gente não fazia o só enfrentamento pela a infra-estrutura, o esgoto, o asfalto, o telefone as coisas aqui pra Estrutural, a regularização em si, a gente fazia... devido a ser uma entidade é... então a gente fazia a obra social também, aqui nesta sede aqui, isso aqui foi o Natal.

*Fechar a pista*⁴⁹ significava o quase que o estopim das tentativas de chamar a atenção do governo e sempre uma “carta na manga”, talvez uma das mais importantes linguagens entre a cidade e o governo. Não sei ao certo se na época de Marlene foram feitos bloqueios à via, mas essa ficou sendo mesmo uma marca das ações da PRECES. Desde a época em que fechava a pista combinado com Roriz para dar motivos à regularização da cidade, Ismael usaria a estratégia ainda muitas vezes. O que talvez mudaria com as trocas de governo e o rompimento com a administração é que agora não tinha mais a garantia da passividade da polícia e as reações não eram administráveis.

A impressão que tive de despreparo para a ocupação que se pensava para a Cana-do-Reino, hoje me parece, na verdade, um preparo para o outro tipo de ação que “sabiam fazer”: *fechar a pista*. Ficou claro naquele evento que com sua forma, sua linguagem, de forçar o governo a um diálogo ou negociação, a PRECES alcançou sua inclusão nas discussões sobre a área. A frustração e a impressão de despreparo ficou muito mais para quem, com suas formas e expectativas estranhas à história daquela cidade, tinham como meta levantar um acampamento na Cana-do-Reino. Para a PRECES ser incluída no Grupo de Trabalho da GRPU representava uma conquista.

⁴⁹ A Cidade Estrutural fica localizada às margens de uma BR, a 095, que, principalmente em horários de pico, tem um intenso trânsito de veículos, sendo uma das principais saídas de Brasília e ligação entre cidades satélites, como Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Brazlândia. Quando se falava em *fechar a pista*, portanto, significava bloquear a Via Estrutural (BR 095) o que, obviamente, provocava enormes engarrafamentos.

Silva (2008), durante sua pesquisa também participou de um fechamento da pista e, assim como eu, percebe a posição titubeante de Ismael frente ao povo e diante da polícia:

Em tais momentos, diversos populares se colocavam em oposição a sua orientação e gritavam dizendo não concordar com o fim da manifestação. Estes ocorridos demonstraram que, por mais que Ismael fosse indiscutivelmente figura central da manifestação, e tivesse grande influência sobre o seu andamento, seu controle sobre as ações era limitado. Nos momentos em que demonstrou desalinhar com os objetivos da manifestação, logo surgiam vozes dissidentes e a situação não se apresentava mais totalmente sob seu controle, o fazendo retornar rapidamente ao objetivo inicialmente traçado. As pessoas ali envolvidas pareciam desejar um líder, mas este deve estar dentro de uma postura e linha de ação esperadas, ocorrendo o contrário, suas orientações poderiam não ser atendidas e sua liderança abalada. (SILVA, 2008, p.41)

Nessa, que era uma manifestação por transporte público, o movimento também alcança resultados, o administrador que não atendeu o convite da prefeitura para tratar sobre o assunto, dessa vez teve que se fazer presente:

Em torno das dez horas, o administrador da cidade e seu assessor Kobaiachi chegaram à entrada da cidade, local então que concentrava os manifestantes, que após não terem conseguido invadir a pista, bloquearam a entrada da cidade. Ismael, que teve sua evidência realçada com a chegada da imprensa, sendo então o centro das atenções, dizia não estar aberto a diálogo com a administração, devido ao fato de eles não resolverem nada e que aquilo deveria ser resolvido pelo governador do DF. (...) Porém o que foi notado, é que no dia seguinte o ônibus da Viplan, que passara a percorrer somente a rua principal, alegando o perigo de assaltos, voltou a percorrer toda a cidade. E o administrador do SCIA foi substituído em menos de uma semana, junto com boa parte de seu corpo técnico. (SILVA, 2008, p.44)

O primeiro mandato de presidente da associação e prefeito regional seria assumido “por aclamação”, já que, segundo ele, não havia tempo hábil para realizar uma eleição. Sob o posto de prefeito comunitário, Ismael comandou assembleias e encabeçou bloqueios à Via Estrutural (BR 095), e mobilizou recursos para realizar uma série de peregrinações por Brasília a fim de constranger e chamar a atenção de políticos da cidade, levando a público as questões da Estrutural, ao que parecia alcançar algum tipo de “sensibilização”:

o nosso povo ali, ó, não era muito não, mas nós fazia um barulho! e Deus parece que dava uma força pra nós que... sabe, a gente sensibilizava todos que ali estava porque nós tinha uma estratégia: Oh, tu vai segurar esta faixa em tal canto, tu vai segurar esta faixa em tal canto! Nós dividia a turma, dava-se uma impressão que nós era muita gente e nós pegava os apito (risos) e fazia maior barulhaço, o maior... sabe? (...) assim pedindo a regularização da cidade, nós cruzou Brasília de ponta a ponta. Nós conseguiu água, pão, lanche...

No mesmo dia do ato da Cana-do-Reino, pela manhã, Ismael tinha reunido o povo na praça e de lá seguido para a frente do Centro Cultural Banco do Brasil, onde funcionava provisoriamente o Palácio do Planalto. A ideia era esperar Lula, então presidente, para falar sobre a questão da Cana-do-Reino, mas, no fundo, chamar a atenção da mídia já era um ganho. Passadas cerca de duas horas e já tendo falado com um assessor do Palácio, o grupo, que se preparava para ir embora, consegue barrar a entrada do carro de Lula na entrada do estacionamento. O presidente desce do carro, ouve rapidamente a demanda de Ismael, promete pedir que sua assessoria o receba e segue seu percurso. Ismael é encaminhado para uma reunião na presidência que, pelo relato, não teve nenhum resultado concreto, mas foi ovacionado pelo grupo que o esperava fora: conseguiu o impensável, falar com o presidente.

A conversa com o presidente teria muito significado para Ismael e para o grupo que o acompanhava, para mim, inclusive, todos pareciam não acreditar no que tinha acontecido, e a disposição para continuar lutando era outra: talvez agora contássemos com o apoio do presidente, ou pelo menos com sua lembrança. Aquele parecia ter sido o grande impulso para que o grupo permanecesse junto a tarde inteira até a noite e pra que logo mais tomasse a decisão de enfrentar o que fosse para tentar chegar à Cana-do-Reino.

Por esses atos, Ismael ganhava notoriedade também fora da cidade e o movimento da Prefeitura mobilizava um número cada vez maior de apoiadores dentro da cidade. Embora, é importante dizer, sua estratégia de luta fosse criticada não só por pessoas de fora da cidade, como entre outros moradores da Estrutural. Aos de fora, geralmente incomodavam com os transtornos causados ao trânsito, internamente alguns consideravam que o fechamento da pista e as demais ações poderia marcar os moradores da cidade como “baderneiros”, o que poderia dificultar ainda mais o diálogo com o governo.

Mesmo assim, Ismael ganhou a confiança de boa parte da cidade e, com a proposta de defender os interesses da Estrutural, foi candidato a deputado distrital em 2006 pelo PCdoB, não conseguindo se eleger, mas ganhando ainda mais notoriedade dentro e fora da cidade. Em 2008, a PRECES, abriu o processo de eleição do prefeito e seus secretários, que foi conduzida pela Assembleia Popular⁵⁰ com o apoio de alguns Sindicatos. Com expressiva participação dos moradores, tendo seis chapas em disputa num processo de campanha acirrada e apoiada por diferentes partidos políticos, a eleição aconteceu também como um evento que marca a história política da cidade. O resultado foi a eleição de Ismael, com uma margem apertada de votos, e o fortalecimento do movimento no formato que vinha se construindo até ali.

O vice-prefeito era Paulão, assim como Ismael, negro de voz forte, filiado ao Partido dos Trabalhadores, vigilante e ligado à Intersindical, dizia ter feito alguns cursos de teoria marxista, mas a princípio me parecia ser menos experiente que Ismael, talvez porque tivesse chegado mais recentemente ao movimento. Os dois, tanto Ismael quanto Paulão, já tinham sua situação regularizada dentro da Estrutural, possuíam o Termo de Adesão ao Programa⁵¹ cada um em seu nome, além de terem tido seus nomes publicados no Diário Oficial, o que, na Estrutural, constituem as documentações que certificam por parte do Estado o direito de posse do lote. Mesmo assim, enquanto Prefeitura, procuravam deixar claro em seus discursos que agora defendiam os direitos coletivos que o movimento deveria representar.

Depois de toda movimentação que foi a eleição da PRECES, com chapas apoiadas pelos mais diversos partidos, ficava clara a importância que a prefeitura comunitária tinha ganhado, tanto entre os moradores da cidade quanto fora da Estrutural. Depois disso, a forma prefeitura começou a ser replicada: criaram a Prefeitura do Lixão e as Prefeituras de Quadra.

O Lixão sempre teve uma dinâmica que, mesmo totalmente ligada à vida da cidade, tinha uma estrutura própria: além de ser espaço de trabalho e de busca pela sobrevivência, era gerido diretamente pelo governo e também pela iniciativa privada. Os catadores, a exemplo do que acontecia em outros lixões do país, começaram a se organizar em cooperativas, com um presidente cada, para intermediar essa relação de

⁵⁰ Organização nacional que tem como proposta a formação e articulação de movimentos locais.

⁵¹ Documento que garantia a inclusão no Programa Brasília Sustentável.

catadores com governo e empresas e também para tocar uma luta por ampliação de direitos.

Na época em que cheguei à cidade estavam em atividade cinco cooperativas, e uma prefeitura que congregava todas essas cooperativas e ainda os catadores não organizados. A ideia teria vindo do exemplo da PRECES, numa tentativa de, assumindo aquela forma, talvez se alcançar a mesma efetividade nas reivindicações junto ao governo. Com o apoio da PRECES os catadores começaram a fechar o Lixão, numa referência direta ao fechar a pista, levando o governo a ter que estabelecer uma negociação com a prefeitura do Lixão, e, como o impacto disso atinge quase toda a região do Plano Piloto, essa tem sido uma estratégia que geralmente alcança respostas rápidas, tanto que, em determinados momentos, era a própria PRECES que pediria o apoio dos catadores, dada a eficácia de fechar o Lixão.

O sucesso que a forma prefeitura alcançou na Estrutural para ter suas reivindicações atendidas exerceu ainda outra influência importante: a criação das prefeituras de quadra, que mesmo que nascessem da crítica à prefeitura regional e num formato diferente, partiam daquela experiência para se organizarem politicamente.

Logo depois de criada a PRECES, em 2001, José Joaquim, ex-marido de Marlene, volta à Estrutural e encontra a prefeitura organizada, fazendo assembleia na praça e “queimando pneu na pista”. Além das antigas divergências com o opositor político, José Joaquim considerava que, no momento em que se desejava ser cidade, o enfrentamento não deveria ser a primeira opção nas negociações, antes era preciso tentar conseguir apoios políticos e tentar convencer o resto de Brasília da viabilidade da cidade. Segundo Joaquim, os atos organizados por Ismael somente serviam para reforçar o estigma de “baderneiros” e “perigosos” que por tanto tempo carregaram os moradores da Estrutural.

Como considerava que esse diálogo com o poder público não poderia ser estabelecido com o movimento da Prefeitura por causa da tática adotada por Ismael, Joaquim, que apesar do tempo que passou fora ainda conseguia o respeito e apoio de antigos moradores da cidade, propõe a criação das prefeituras de quadra. A função das prefeituras seria representar os moradores de cada quadra em reuniões chamadas pelo governo através de seus órgãos. Foram feitas eleições em todas as quadras elegendo 17 prefeitos. A atuação desses prefeitos se dava de forma diferente em cada quadra, desde uma relação direta com funcionários da administração pública até um serviço de

assistência aos moradores da quadra: indo atrás de remédio, cestas básicas, transporte em caso de emergência e etc.

As prefeituras de quadra pulverizaram a representação, mas de qualquer forma ficava clara a existência de dois principais grupos políticos na cidade, o de Ismael e o de Joaquim, que organizava os prefeitos de quadra. O governo chamava reuniões fechadas com o grupo das prefeituras de quadras, o que lhes investia de um certo poder, e tentavam com isso enfraquecer a PRECES. De qualquer forma, mesmo que com estratégias diferenciadas, não se pode dizer que existisse nenhum grupo em definitivo aliado ao governo, a relação entre movimentos e governos na cidade, até onde acompanhei, sempre foi a de uma tensão provisoriamente controlada.

Desde que a PRECES procurou o Ministério Público e conseguiu ajuizar a Ação Civil Pública que forçou o GDF⁵² a dar respostas quanto à situação da Quadra 12 e das famílias do Monjolo, o MP tem sido sempre mais procurado como um possível interlocutor para provocar o governo. A grande questão em relação a isso é que o êxito dessa empreitada depende muito, no caso do MP, das posições político ideológicas do promotor que no momento ocupa a pasta específica. Com relação à Promotoria dos Direitos do Cidadão, por exemplo, com o apoio da promotora que ocupava o cargo, a PRECES ajuizou as ações civis citadas, porém, com a mudança do promotor, o acesso ao MP mudou consideravelmente. Na primeira visita que fizemos para acompanhar o processo fomos recebidos com restrição: *“Não recebo esse tanto de gente não, por favor escolham um representante e um advogado”*.

Mais recentemente uma estratégia para cobrar algum tipo de esclarecimento da Administração Regional ou de alguma secretaria de governo, tem sido a organização de Audiências Públicas. Na época das apresentações do Programa Brasília Sustentável para os moradores da cidade, o Banco Mundial previu a realização de Audiências Públicas com a presença de representantes do governo e também do poder legislativo o que acabou mobilizando muita gente da Estrutural. A PRECES teve participação marcante nesses eventos e depois tornou-se comum algum grupo político da cidade acionar algum Deputado Distrital e solicitar a organização de uma Audiência Pública sobre algum assunto relativo à Estrutural.

⁵² Governo do Distrito Federal.

A PRECES e a Administração Regional do SCIA.

Depois do episódio na Cana-do-Reino, em uma segunda feira quando estavam reunidos no escritório da Prefeitura, a polícia chegou com um mandado de prisão para Ismael, seu vice, a secretária da Prefeitura, e o grupo de Planaltina que nos últimos tempos vinha acompanhando o Movimento Pró-Moradia. Levaram todos presos sob a alegação de que estariam cobrando para inscrever os associados da Prefeitura no programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”⁵³.

Realmente, a Prefeitura tinha uma forma de arrecadar recursos de seus associados, cobrava “dos que pudessem pagar” a quantia de cinco reais mensais para a manutenção da Prefeitura (aluguel, telefone e os gastos nos atos). Ao mesmo tempo, desde que ingressaram no GT foram orientados a fazer o cadastro de seus associados que ainda não tinham onde morar, no programa “Minha Casa, Minha Vida”, já que se tivessem que realmente ganhar moradias na Cana do Reino seria por esse programa. Por coincidência ou não, na época foi descoberta uma quadrilha no DF que realmente vendia inscrições no programa federal, e a situação então, estava posta.

Ismael e a equipe da Prefeitura, com o apoio do advogado da Assembleia Popular, conseguiu responder ao processo em liberdade, e por enquanto foram condenados em primeira instância. O prejuízo maior, entretanto, foi o desgaste com os moradores da cidade: a imagem do líder preso, serviu de motivo para que seus opositores, tanto da cidade quanto do governo, achassem razão para acusar a Prefeitura.

As assembleias chamadas pela Prefeitura sofreram um drástico esvaziamento, os associados diminuíram suas contribuições voluntárias e a Prefeitura começou a acumular dívidas: o telefone cortado e o escritório sofrendo a ameaça de despejo, as reuniões, mesmo as internas, foram ficando cada vez mais raras. Ao mesmo tempo, se aproximavam as eleições e Ismael, que já tinha sido candidato uma vez, começava a procurar apoios e a sondar parceiros para disputar o próximo pleito.

O que não esperávamos, porém, era o interesse de Paulão em também disputar as eleições. Paulão, tinha a proposta de um “mandato popular”, já que apontava em Ismael

⁵³ Principal Programa Habitacional do Governo Lula, que consistia, basicamente, na construção de casas populares para pessoas com renda baixa.

uma característica muito centralista e independente. Todos falavam, assim, que aquele era o caminho do fim para a já fragilizada Prefeitura Comunitária.

O processo eleitoral aconteceu sem muitas ofensas entre os candidatos, mesmo que mal se falassem, não dirigiam acusações um ao outro. A Prefeitura, porém, estava dividida entre os apoiadores de Ismael e os de Paulão. Fim da eleição e o resultado já esperado: nenhum dos dois ganhou, Ismael apurou 1088 votos e Paulão 734 votos. Como o candidato Agnelo Queirós do PT foi eleito governador, Ismael, Paulão e os grupos políticos da cidade passaram a especular agora quem comporia a nova administração.

O senador Cristovam Buarque teria chamado o grupo de Elias, irmão de Marlene, para lhe oferecer a Administração da cidade como forma de se retratar dos erros cometidos no passado, ao mesmo tempo, estrategistas do partido buscavam reunir as lideranças na expectativa de buscar um nome de consenso, mas o grupo de Ismael e o de Elias continuavam a apresentar propostas diferentes. Foram quase dois meses de construção de propostas e, de repente, todo mundo foi surpreendido com a indicação do nome de Maria do Socorro Torquato, mulher do Deputado Federal recém eleito e presidente do PT - DF, Policarpo.

Começou-se a ensaiar manifestos contra a indicação do nome de Socorro, mas logo foram enfraquecidos quando se passou a discutir a composição dessa nova Administração, mas Ismael disse ter alertado Paulão:

Onde é que você está com isso na cabeça, cara, se liga, não é assim as coisas não, porque quem indica secretário é deputado federal, quem indica administrador é deputado distrital, qual deputado distrital que vai indicar tu? Chico Vigilante não vai, nenhum deles vai. “Ah! mais eu tenho apoio X, apoio X”, eu falei: você não tem apoio de ninguém, nem o Agnelo, enquanto governador, se ele quiser ele vai ter que perder um monte de coisas se quiser colocar ou eu ou qualquer um da Estrutural lá como administrador, talvez no segundo ano pra frente, como é um período eleitoral, aí eles começam a vir pro lado do povão.

Os dois primeiros confirmados para ocupar respectivamente a Diretoria de Obras e a Diretoria Social, dois almeçados DF14⁵⁴, foram os nomes de Ismael e Paulão, que fizeram campanha para a coligação do novo governador.

Nunca foi um segredo que Ismael desejasse ser eleito ou, pelo menos, ser um administrador, mesmo assim, recebeu várias críticas e desapontamento por estar compondo a nova administração:

eu ando em qualquer lugar aqui de noite e as pessoas: “Ô irmão, mas você se vendeu para o governo Agnelo!, falo: Não, não me vendi não, o problema o que que é? é que a gente sabe o que que tem que ser feito, de tanto ser chamado de baderneiro, de arruaceiro e não sei o que. É... as coisas muda, eu não poderia permanecer pelo resto da minha vida no pré, eu tenho que ir para o 1º, 2º, 3º até me formar, correto? Então isto tô fazendo, eu vou me colocar o seguinte: poxa a gente tem condições de buscar de outras formas, se for pra quebrar o pau a gente quebra também, só que não dá pra confiar, entendeu? E tudo que nós fizemos este período todinho foi com dinheiro do próprio bolso, de um caminhão que descarregou ali, de um dinheiro que ganhamos ali, entendeu?(...) Então assim, eu não ligo porque as pessoas falam de mim porque a gente.. também... a gente mudou a estratégia, até porque poxa, ah não! mas você tá no governo porque se ... Pô, será que todo mundo tem direito de preservar o seu ganha pão e eu não posso? Talvez tenha que preservar uma condição que lutamos pra isso e ao mesmo tempo cobrar pra comunidade: Ah, mas não tá acontecendo nada... Uai, então vamos listar!

Sendo também este um motivo de reclamações e de luta dos movimentos da cidade, em 2004 o posto da Administração Regional do SCIA (RA XXV), foi transferido da Cidade do Automóvel para a Estrutural e, a partir daí, passou a ser a principal representação do governo na cidade. Depois disso, a Administração Regional, naturalmente, assumiu o papel de “conter o problema” dos movimentos da cidade, buscando apaziguar os conflitos ou acionar o governo e suas secretarias para solicitar as demandas dos moradores. Ainda que muitas vezes fosse considerada pelo grupo da PRECES como a primeira opositora, ou inimiga da cidade, quase oitenta por cento dos cargos da Administração são cargos de confiança, e boa parte deles, tirando o do administrador, que sempre foi alguém de fora da cidade, é ocupado por pessoas da própria cidade. Desta forma, então, a própria Administração é um espaço de disputa que não se resume aos de fora versus os da cidade, mas é também uma representação da política da própria cidade em sua relação com o governo.

⁵⁴ Os cargos comissionados do GDF seguem uma ordem de classificação que variam de DF1 a DF17, sendo que quanto maior o número do DF maior o salário e a hierarquia do cargo ocupado.

A primeira leitura que fiz sobre esses cargos, me alinhando às leituras generalistas e simplistas, encontradas na cidade, mas também na academia, foi a de um processo de cooptação clientelista de atores políticos, própria dos momentos que precedem ou se seguem às eleições. A entrada de Ismael e Paulão para a Administração, ou seja, para o governo, representaria o maior sinal de uma alienação de uma “verdadeira” luta pelos interesses da cidade, tendo prevalecido, ali a troca de toda uma história política por um cargo ou um salário ou por outros benefícios que poderiam alcançar estando ali.

A pesquisa de Borges (2009) sobre as relações estabelecidas entre usuários e funcionários públicos no Hotel Nacional no Rio, me levantaram uma série de questões que depois me ajudariam a entender o desfecho da participação de membros da PRECES na Administração petista. Nas reflexões que fiz sobre as conversas que tive durante a pesquisa, Borges chama a atenção para o fato de que a alienação, denunciada sobre as relações consideradas clientelistas, residiria na ignorância na parte explorada a respeito da transferência de sua energia social, utilizada para pôr em circulação objetos que não lhe pertencem. A análise resulta, segundo ela, da compreensão de que o “domínio” da economia ou subsistência deve estar separado daquele da política como espaço social de exercício moral da vontade humana.

Tal perspectiva teórica, adverte Borges, “ao pressupor a incompatibilidade entre pobreza e o engajamento político concebido em termos modernos, propaga formas de interpretação acerca da inexistência de vida politizada em ambientes – sempre a partir dos mesmos critérios etnocêntricos e burgueses – marcados pela suposta necessidade material” (BORGES, 2009, p. 116). No caso de Ismael, Paulão e seus aliados e cabo eleitorais, a relação, mesmo que lhes rendesse um salário, chegou a um fim: primeiro Paulão e alguns de seus parceiros pediram exoneração, e, mais recentemente foi a vez de Ismael, de forma geral, por discordâncias internas com a administradora. Mas o fato de participarem da administração pública nunca representou deixar de fazer política, ao contrário, como explicou Ismael a respeito de suas escolhas, poderia ser um momento, uma etapa, uma outra estratégia, que lhe dá um “ganha pão”, mas não significa falta de compromisso com uma luta política.

O importante nesses casos, segundo o que defende Borges (2009), é que, mesmo com o caráter fugaz dos objetos e governos, as relações que repercutem em uma concreta aprendizagem da linguagem e das formas da administração pública podem servir como uma espécie de ensinamento ou pedagogia política, que não se pode supor

ilegítima e espúria por diferir de certos tipos-ideais de relacionamento político. E isto é importante porque:

Prestando atenção e respeitando tal imbricação, torna-se impossível fragmentar a experiência dos sujeitos a partir de enquadramentos que lhes são alheios, a partir da experiência etnográfica o que podemos dizer sobre o universo que pesquisamos não é mais nem menos do que nos é dito por aqueles e aquelas que vamos encontrando pelo caminho. (...) Atentando para a relação entre laços sociais – atados ao longo dos anos – e para o envolvimento com a política partidária, a partir de critérios e apreciações que não respeitam um único e mesmo calendário ou moral, podemos reivindicar o caráter profundamente politizado, vinculado aos altos e baixos eleitorais e de disputa de poder interna aos próprios governos, como marca fundamental da burocracia e dinâmica estatais contemporâneas.(...) Justamente porque suas vidas não se resumem à política (porque a política não fabrica seu próprio significado, se isola em uma “esfera”), eles podem se manter “fazendo política”, sem aceitar os momentos e as instâncias rituais que lhes são prescritos (como as eleições e a administração pública) (BORGES, 2009, p. 198,199).

Nesse conjunto de formas, eventos, momentos, pessoas, que acabo de relatar, e de certa forma interpretar, mais do que procurar motivações puramente políticas, vale entendê-las, como procurei fazer, como parte da vida política da Estrutural. Tudo isso pode ser lido como meios de participação da construção da cidade encontrados nesse contexto, resultado das relações com instituições, com a política partidária e com outros movimentos, mas, principalmente, a partir de sua própria história e das experiências que permitiram que se encontrassem aqui modelos para se organizar e conseguir atenção pública. As formas prefeitura, associação, fechar a pista, encontros eventuais e forçados com autoridades, eleição de representantes, entre outras observadas, se associam à história da cidade e sintetizam vivências, oportunidades, restrições e sentimentos que não podem ser entendidos fora de contexto, mas, como vimos, dizem muito sobre as disputas locais para se fazer reconhecido.

CAPÍTULO V: A LUTA PARA “SE SUSTENTAR” NA ESTRUTURAL

*Tirar os pobres da área nobre
E ficar com o direito do pobre.
Tirar os pobres das áreas de riscos
E fazer moradas de ricos.
Tirar os pobres das áreas ambientais,
Para não contaminar os vossos quintais.*

Isto é antigo.

É preciso que se esclareça esta situação.

Adoaldo Alencar, o Duda, no texto “O ambiente e o ser humano”

No final do ano de 2009, nas reuniões do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil do DF tive acesso à alguns documentos que tratavam do processo de urbanização que vinha sendo implementado pelo governo na Estrutural. Nas mesmas reuniões conheci vários grupos que começavam a se organizar em razão dos prejuízos que as ações do governo vinham trazendo às suas vidas. Esse capítulo trata especificamente dos impactos dessa política na Estrutural. Os relatos que apresento no texto, foram tirados das atas das reuniões do Fórum PETI, das entrevistas gravadas com o Ponto de Memória da Estrutural, do documentário “Monjolo: Todo Mundo tá Feliz?”, que ajudei a produzir, e do texto “O ambiente e o ser humano” de Adoaldo Alencar, repórter comunitário conhecido como Duda.

Depois de assinada a lei distrital de criação da Zona Especial de Interesse Social, já no segundo mandato de Joaquim Roriz, foi assinado o contrato de empréstimo que criava o Programa Brasília Sustentável para o qual seriam destinados US\$ 115 milhões. Em 2003 o governo contratou uma empresa especializada para preparar o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e seu relatório, RIMA, de implantação da cidade, ainda chamada de Vila, que apontaria uma série de situações entendidas pelos técnicos contratados como “contradições” patentes e que exigiam uma rápida intervenção do governo:

Situada em *área privilegiada*, próxima ao Cruzeiro e Plano Piloto, entre o Parque Nacional de Brasília, a via Estrutural e o córrego Cabeceira do Valo, a “Invasão da Estrutural” remonta ao início da década de 70, quando foram aí instaladas *moradias precárias*. Essas moradias foram construídas por *catadores de lixo*, uma vez que ali havia

sido instalado o “lixão”, local de depósito de lixo do Distrito Federal conhecido como “Lixão do Jôquei Clube”. Neste período, havia cerca de 130 pessoas que ocupavam barracos construídos no próprio aterro, com restos de caixas de madeira e plásticos obtidos no lixo (EIA/RIMA, 2003, p. 15).

Os planos e projetos de governo que analisam a viabilidade de fixação da Vila Estrutural deverão ter prioridade máxima entre os órgãos do Distrito Federal envolvidos com a questão. As decisões e medidas a serem adotadas não podem ser mais adiadas, sob risco de se ter um *surto epidêmico* sem precedentes na história brasileira (EIA/RIMA, 2003, p.13).

A Lei Distrital n.º 205/91 estabelece que fica reservada a área situada entre a DF-097 e a Estrada Parque Ceilândia (Estrutural), a oeste do córrego Vicente Pires e a leste da DF-240, para fins de assentamento *destinado a famílias de baixa renda*. Define ainda que o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) deverá preceder a implantação do assentamento, bem como terá características de *cidade ecológica*⁵⁵ (EIA/RIMA, 2003, p.17).

O Programa Brasília Sustentável, segundo seu Manual Operacional, tinha como público-alvo uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes divididos em três regiões: “as populações de baixa renda da Vila Estrutural, inclusive os catadores de lixo do aterro do Jôquei; as populações de Águas Lindas do Goiás, pertencentes aos extratos sociais com baixos indicadores de desenvolvimento humano; e a população de classe média que vive na Colônia Agrícola Vicente Pires e em torno do Lago Paranoá” (MANUAL OPERACIONAL DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL, 2007, p.9). Além do Manual Operacional do Brasília Sustentável, foi escrito um projeto específico para tratar dos realocamentos de famílias que aconteceria na Estrutural em razão do Programa, o Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE.

Assinado o contrato de empréstimo, o projeto começa em pouco tempo a ser implementado na cidade. Uma das primeiras ações previstas era a realização de reuniões com a comunidade para a discussão do plano urbanístico. Isso porque, mesmo que o objetivo geral do Programa fosse “assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e Região Metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território” (p.8), o PIVE (2008) exigia, que em todo processo de regularização e urbanização a comunidade fosse ouvida, já que era ela, segundo programa, quem vinha colocando em risco o Parque

⁵⁵ Grifo meu.

Nacional de Brasília – PNB⁵⁶, principalmente por causa da atividade no Lixão e da ocupação “desordenada”:

O Programa Integrado Vila Estrutural - PIVE é a principal intervenção do componente Inclusão Social e Redução da Pobreza do Programa Brasília Sustentável. Esta intervenção objetiva a regularização fundiária da Vila Estrutural com ampla participação da comunidade, englobando aspectos urbanísticos, ambientais, socioeconômicos e jurídico legais, em decorrência do **entendimento da comunidade do Distrito Federal**⁵⁷ de que essa ocupação desordenada é um fato concreto que deve ser enfrentado como a melhor forma de mitigar os impactos ambientais que afetam o PNB (PIVE, 2008, p.10).

A participação de moradores da cidade nas reuniões organizadas pela Unidade Gerenciadora do Programa, a UGP⁵⁸, foi considerável. Segundo relatos, nas reuniões a proposta foi discutida e muitas mudanças sugeridas e, ao final de cada encontro assinava-se uma ata aprovando o plano. Dali em diante, encerradas as reuniões, a proposta era que os moradores acompanhassem a implementação do plano averiguando se estavam sendo cumpridos os combinados das reuniões. A questão, porém, é que, além das reuniões de apresentação, não existiam outros meios para entender o projeto, os prazos eram curtos, as obras precisavam começar, e todo o Programa estava escrito em inglês, e ficaria assim até ser traduzido por Rodrigo, morador da Estrutural, que diretamente afetado pelas novas obras, buscou a ajuda de uma amiga estrangeira.

“Hoje é dia de remoção!”: máquinas, espera e resistência.

Conheci Rodrigo e Joaquim numa reunião do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil do DF – Fórum PETIDF, que, diante de um crescente número de crianças encontradas trabalhando no Lixão, decidiu realizar suas atividades do primeiro semestre de 2009 na cidade, e acabou tendo que tratar da questão do Programa Brasília Sustentável, questão de fundo daquele problema. Do Fórum participavam regularmente entidades da sociedade civil da área da criança e do adolescente, entre elas a ONG onde eu era voluntária, a Promotoria da Infância e algumas secretarias de governo, como a

⁵⁶ O Lixão da Estrutural fica localizado na fronteira do Parque Nacional de Brasília, que concentra as nascentes que abastecem 30% do Plano Piloto. A iniciativa da mudança do Lixão para essa área, segundo o PIVE (2008), foi do próprio Estado.

⁵⁷ Grifo meu.

⁵⁸ Grupo misto formado por representantes do governo e do Banco Mundial.

Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – Sedest. Depois daquele encontro, acompanharia Rodrigo e Joaquim em audiências no Ministério Público, em secretarias do governo e no Banco Mundial, mas, principalmente, em muitas idas ao Monjolo.

À medida que as discussões sobre o PIVE foram se aprofundando, o Ministério Público foi fazendo uso da prerrogativa de convocar os responsáveis do governo e da UGP para darem esclarecimentos sobre o Programa. A oportunidade de tirar dúvidas e mesmo fazer denúncias sobre as ações que estavam ou deveriam estar acontecendo, começou a atrair muita gente da cidade, uns que começavam a ficar preocupados com os rumos do projeto e outros que já teriam toda sua vida transformada em razão disso. A Prefeitura Regional Comunitária também começou a acompanhar as reuniões e a convidar mais gente da cidade para os encontros.

Numa dessas, chegaram lá, acompanhados de Ismael, da PRECES, Rodrigo e Joaquim: os dois tinham sido removidos da Estrutural para a área no Recanto das Emas conhecida como Núcleo Rural Monjolo. Os dois relataram que teriam sido obrigados a assinar o Termo de Remoção e Adesão ao Programa⁵⁹, em um prazo muito curto e sem alternativas, mesmo que eles e suas famílias estivessem ali há mais de trinta anos. Rodrigo e Joaquim moravam com suas famílias em chácaras na região limítrofe da cidade à beira do córrego Cabeceira do Valo, para onde, com o calçamento e as obras de drenagem, escorreria toda a água da chuva, o que, pelos cálculos da equipe do governo colocaria em risco a estrutura de suas casas. Junto com eles teriam sido removidos para o Monjolo, chacareiros e moradores da região conhecida como Setor de Chácaras Santa Luzia, sob a justificativa de que uma parte estaria demarcada como ARIE⁶⁰, para a proteção do PNB, e outra serviria para a construção de equipamentos públicos como a Vila Olímpica.

Foi uma sexta-feira quando chegaram. Joaquim estava no serviço, onde trabalhava como vigilante, e recebeu uma ligação em que diziam que a secretária de assistência estava na sua casa querendo remover sua mãe, deixou o serviço às pressas e depois daquele dia, por tudo que estava para acontecer, nunca mais apareceria por lá. Chegando em casa recebe da mãe um documento que diz que tem até 48 horas para organizar a

⁵⁹ Documento muito simples com um texto curto em que o morador dizia concordar com sua remoção e aderir ao Brasília Sustentável.

⁶⁰ Área de Relevante Interesse Ecológico.

mudança e deixar pra trás a história naquele lugar. Antes disso, a equipe da secretaria já conversado com Dona Lia, sua mãe, sobre a necessidade que teriam de usar a área talvez para a construção da Vila Olímpica:

quando foi em 2007 eles chegaram lá com aquela correria, nós tava com uma horta muito linda, sabe? inclusive tá na internet eles tem tudo, sabe, na internet eles tem tudo lá mercado lá a horta tudo, né, a foto lá num tal de satélite, não sei como que é lá, a horta tudo arrumadinha, aí eles chegaram lá dando três meses pra gente mudar e arrancar a gente e tudo não sei o que, eu já tinha construído a casa, minha casa também tinha seis cômodos era 9 m² enorme, minha casa sempre foi grande [...] aí eles fizeram esta ficha foi quando fizeram o cadastro né deste negócio lá

Mas depois, por uma impossibilidade ambiental, decidiram mudar a obra de local e Joaquim não contava mais que precisaria deixar o lugar, já que depois disso ninguém tocou mais no assunto.

A família de Dona Lia, diferente da maioria dos moradores da Estrutural, tinha uma documentação da chácara, uma cessão de uso da área, pela qual pagava um imposto, uma espécie de aluguel, isso porque chegou ali antes mesmo da ocupação existir, já tinha circulado pela área, mas naquele pedaço ali estava há 16 anos. Chegou à Estrutural para morar em uma região mais central, nessa época mesmo perdeu a filha que só tinha 13 anos:

Ela ia fazer 13 anos (...), era uma caminhonete do fiscal do SLU, ela tava todo mundo lá né? eu tava trabalhando, tava ela e essa Kátia, elas eram pequenas, aí quando deram notícia lá que tinha uma mulher lá querendo bater na filha de uma amiga da gente chamada [....] aí correu todo mundo pra lá e quando eu vi elas já iam na frente correndo, eu gritei mas ela não voltou, não escutaram e passou este homem com caminhonete que era do SLU, né?, tipo umas Kombi com carroceria, ele corria demais e ele deu carona pra ela, só que não deixaram ela subir, elas ficaram agarradas atrás com os pé naquele ferro do pára-choque, eu não sei que tinha atrás né? e tinham feito cascalhamento na estrada e conforme ele ia correndo devido das pancada da estrada, acho que ela subiu os pé, assim contaram né?, estava as duas, não sei como não morreu as duas, e aí quando ela desceu os pé ela não achou, e caiu e bateu com a fonte na pedra, aí quando eu fiquei sabendo [...] já foi para o hospital. Foi sexta, no domingo às 10 horas ela faleceu, uma moçona enorme, bonita.

Com a chegada do “povo” novo, a antiga chácara foi parcelada e Dona Lia subiu pra essa outra área onde estava há 16 anos: *aí o resultado ... aí eu sei, minha filha, que era um lote bem grande, ali eu criava porco, galinha, plantei bastante planta (...) ali eu*

morei treze anos, mas trabalhava no lixão também, (...) depois veio, cresceu a Estrutural que quando nós chegou lá o povo chama de Invasão do Bicuca. Subiu para uma chácara na beira córrego, mas já mudou como agricultora com o reconhecimento do governo, num projeto do Incra com apoio da Emater, como comprova o documento que me mostra.

Ela sentia-se injustiçada: o risco que agora alegavam existir, nem sempre esteve ali, não fora ela quem criou e nem ao menos tinha sido consultada quanto ao preço que teria que pagar, ou se considerava que esse preço precisava, de fato, ser pago para que chegasse ali o tal “desenvolvimento sustentável”: *O risco nunca existiu, o risco quem criou foi vocês, faz 16 anos que estou aqui nessa área e nunca a enxurrada entrava lá dentro!*

No dia 28 de setembro a secretária de assistência estava em sua porta anunciando que a meteorologia previa uma chuva forte em 48 horas e que se não saísse sua casa seria arrastada: *foi uma coisa! aí o menino ligou: Corre Joaquim que a Eliane Pedrosa⁶¹ tá querendo carregar a sua mãe para o depósito! (risos), aí ele foi, desta vez ele perdeu o emprego porque saiu, deixou o cargo, deixou a portaria desocupada lá, né?.* No dia 4 de outubro de 2008 chegava no Monjolo:

uma hora desta assim [meio da tarde] eles estavam derrubando minha casa, minhas coisas tudo dentro do caminhão, a minha casa que eu passei 4 anos pra construir com cheque dos outros e tudo, meu filho ajudando, o Waldemir, eles tudo, aí veio esta máquina não levou meia hora jogaram tudo no chão, o povo catando as coisas e tudo, ferro, carregando, aí trouxeram a gente bem de frente para esta estrada, chovendo neste dia, as coisas todas jogadas, os meninos pegaram uns madeirite que tinha, fecharam rapidinho um comodozinho que eu acho que era daqui até onde o cachorro tá, pra botar roupa, botar televisão, botar as coisas, botaram uma telha por cima, sabe?

História diferente foi a da futura vizinha Dona Isabel, que conheci depois por meio de sua filha, Luzinete, que também começou a acompanhar as reuniões do Fórum. Antes de vir para a Estrutural Dona Isabel morava na Bahia e veio muito desgostosa, tanto que quase morreu, lá tinha tudo, pouco recurso, mas uma fazendinha com tudo dentro. Mas aí tiveram umas desavenças com a família do esposo que resolveu vir embora pra Brasília. Chegando aqui, ela que só gostava do mato, não conhecia a cidade, viu pela primeira vez barracos de madeirite que as pessoas moravam dentro, e também

⁶¹ Secretária de Assistência e Transferência de Renda na ocasião.

foi a primeira vez que morou de aluguel. O esposo, que não tinha estudo, conseguiu se empregar, mesmo assim não dava pra pagar o aluguel, e, depois de morar um tempo de favor, chegaram à Estrutural.

Barbinha, muito amigo de seu filho, ofereceu uma casinha dentro de sua chácara, porque o caseiro era de Padre Bernardo, no Goiás, e resolvera voltar e agora a casa estava desocupada, a família que morava de favor, aceitou a oferta. Depois Barbinha, que criava boi, desistiu de ficar na Estrutural, não paravam de lhe roubar os bois, e deixou a chácara para Dona Isabel e seu marido. Nessa época, aqui não tinha quase nada, aqui acolá tinha um morador, só mesmo o pessoal do Setor de Chácaras Pioneiros, e *tinha aquela chácara hoje que é as primeiras casinhas da Estrutural também, aquelas perto do Pró DF, aquela chácara ali tinha, era até de uma comadre minha que depois a gente se deu de amiga e ela até me deu um filho pra batizar, né?, tinha aquela chácara e ai eu descia, descia e ia lá pra 17, onde era sua chácara. Sua filha, Luzinete, veio morar com o irmão no “M” Norte⁶², precisava estudar e ali não tinha condições.*

Dona Isabel e o marido ficaram e lá foram construindo a chácara:

aí fui plantando e foi tudo, meu esposo arrancou..., só tinha capim de boi, nem terreiro tinha neste barracinho, o povo não tinha barraco, não tinha nada, nem terreiro tinha, aí meu esposo arrancou os capim de boi e foi coisando as mamoneira e nós plantamo, plantamo e até que hoje quando eu saí da Estrutural eu tinha uma chácara com 33 mil metros toda construída, porque que minha chácara toda formada, construída não, formada, era formada de tudo, hoje quem quiser ter a prova vai na Vila Olímpica que tem um pé de manga grande pegado no gradil da Vila Olímpica, que ali minhas planta era tudo daquele jeito, eu não comprava fruta, eu não comprava verdura, verdura eu tinha era pra vender, meus cantero lá muitos e aí eu estava vivendo na Estrutural porque o que eu tinha eu construí tudo aqui na Estrutural minha filha, o que eu tinha eu investi tudo ali na chacinha da Estrutural.

E seu marido morreria ali, de tanto trabalhar: *Domingo ele trabalhou na roça o dia todinho, eu falava: ‘Vem pra cá descansar!’ ele falava: ‘Não vou descansar não que aqui tá melhor do que aí’, levava um banquinho lá, sentava um pouquinho trabalhando. No domingo ele faleceu 3 horas da tarde, ele passou mal foi para o hospital e morreu’.*

Passado um tempo, começou a chegar muita gente nova, era época de Joaquim Roriz, e Dona Isabel ainda lembra:

⁶² Um setor de Taguatinga, outra cidade satélite.

O Joaquim Roriz nos levou, chamou nós (olha o tanto que o povo enganou nós!). Agora nesse tempo do Joaquim Roriz tinha 520 família já, mas não era esse povo novato, foi quem foi chegando devagar fazia um barraco, outro fazia para acolá e foi aumentando, quando o Joaquim Roriz mandou cadastrar lá pediu ao Humberto, Luís Humberto que foi o presidente da associação da Estrutural no tempo nosso (...) (olha o tanto que o povo é enganado, o governo é enganador da gente, Carol!), ele avisou que era para o Humberto avisar o pessoal da Vila Estrutural todos para ir para a associação, nesse tempo tinha o colégio da Zolete, ali onde é a associação... Eu lembro como hoje, a gente foi para o colégio da Zolete, aí ele desceu o aviãozinho lá naquele campinho que tem cá mais perto da associação nossa, que é a nossa, e o Joaquim Roriz desceu pra lá, eu sei que o pessoal da Estrutural tava todo lá porque ele falou com o Luís Humberto para o Luís Humberto cadastrar todas as pessoas, mas o Idhab, nesse tempo acho que era o Idhab, eu não sei nem como é que chamava, eu sei que tinha uma história. O Joaquim Roriz disse que falou para o pessoal que até um barraquinho que tivesse uma telha em cima era pra cadastrar, eu sei que tinha uma menina que ainda hoje mora na Estrutural, ela chama Laura, ela mora alí na [quadra] 8, ela tava de barriga assim para ganhar neném, a casinha dela ela fez de pau de mamona, os esteio da casa dela assim era uns esteio de mamona, ela tinha chegado próximo não tinha nada né, e o esposo dela chama Rosso, mas hoje ela não mora com ele não, eles passaram lá: não vamos cadastrar não porque não sei o que não, mas aí a menina começou chorar, não tenho onde morar. Cadastraram tudo, o que tinha cadastraram, só sei cadastram 520 família. Joaquim Roriz desceu lá, minha filha, com um tratorzão em cima dum caminhão e deixou o aviãozinho cá no campinho ali detrás da associação que era nossa e chegou lá chamou o pessoal tudo, arroteou de todo mundo, você sabe que ele, né, e naquele tempo com especialidade, disse que, eu me lembro muito: 'Oh! que mulher sofridas, estas coitada [risos], mas eu vou dar, eu vou trazer uma alegria pra vocês. Olha o trator em cima dali do carro, que vai limpar, vai fazer as ruas, que é para botar vocês tudo no lugarzinho de vocês!' Nossa Senhora! nós ficamos alegre demais, mas agora meu filho falou pra mim quando chegou: 'Mamãe não fica alegre não, mãe, isto é coisa de governo, não acontece não! Foi dito e feito, ele fez a rua da 4, fez outra rua que saiu na 17 que não sei onde ela começou, mas passava detrás da minha cerca ali no fundo da 17, ali onde é uma igreja de crente que ainda hoje tem ali por trás da 17 passou uma rua. Mas chegava o IBAMA diz que embargava que não podia, chegava mais não sem quem e embargava que não podia, aí as máquinas botou... os caminhão botou as máquinas em cima e foram embora. Quando é daí uns dias, minha filha, que tava perto da política, quando foi um dia que nós acordemo de noite nós só via era barulho de carro, era pancada, era tanta coisa porque o povo chegaram e invadiram foram de caminhão, de carro, neste tempo a Marlene levou eles, o José Edmar, porque ele não era bobo mesmo, levaram e botaram o povo, quando nasceu o dia, minha filha, em todos aquele lugar já tinha barraco.

A pressão foi aumentando, começaram a colocar preço na chácara, proposta de parcelar, mas para ela o perigo era claro: começo a vender depois eles vem, aí tomam conta de tudo! Até Reginaldo e Elias, cunhado e irmão de Marlene tentaram piquetar sua chácara. E resistindo às necessidades e às pressões dos novos vizinhos, somou 23 anos na Estrutural, e muitas lembranças de luta e sofrimento, coisa que, segundo ela, os mais novos não entendem: *hoje é que o povo da Estrutural tomaram os direito da Estrutural, nós mais velhos aqui nós não tem direito, não tivemos, nosso direito acabou,*

mas naquele tempo nós tinha muito direito que o povo não mexia com nós porque nós era os antigos da Estrutural, o povo antigo da Estrutural, agora os mais novo chegaram e hoje todo mundo tem direito e hoje todo mundo é dono e nós fiquemos pra trás.... e ai ficamos, e aí venci minhas batalha aqui, minha filha.

Até que chegou o dia em que Dona Isabel recebeu em sua porta Oswaldo, fiscal da Secretaria de Agricultura, de início pra falar que a área era de risco, conforme a lembrança de Dona Isabel, mas depois seria por causa construção da Vila Olímpica. Um dia foi a equipe toda do Programa em sua casa pra dizer: *'Ah! Dona Isabel, porque você tem que sair, porque aqui é uma área que não pode ficar, aqui é uma área que nunca a senhora vai ter um documento, nunca pode legalizar isto aqui, que isto aqui é não sei o que, é área não sei do que, aquelas conversas deles, né? e que a senhora vai sair, a gente vai dar uma chácara de 20 mil metros, pra senhora, 2 hectares e uma casinha de 40m e o documento e água e luz e que a senhora vai ter uma chácara documentada e que aqui você não vai ter e que a senhora vai mudar.'*

Até que chegou o dia, os caminhões chegaram na cancela, e os encarregados perguntaram: *Como é que a gente faz pra entrar?*, ao que Dona Isabel respondeu: *Derruba! Vocês não disseram que vão derrubar tudo?* Entraram, e foi tudo, bananal, cajueiro, palmeira, galinha, tudo embora. Mas Dona Isabel resolveu não sair de casa, pensou no bebê, seu neto, não tinha condições de viver num lugar como o Monjolo, apertaram as coisas tudo dentro do que ficou de pé e não saíram: *Deu na nossa cabeça que nós não tinha que fazer aquilo. Gente eu não vou fazer este absurdo, que eu não tenho condições de fazer um absurdo deste! Aí fiquei lá na casinha, aí fiquei lá na casinha, aí eles ficaram em cima de mim que era para eu ir para o aluguel social, que tinha que derrubar a casa.* Arruda, o então governador, foi lá, juntinho de sua casa, inaugurar a obra para começar a construção da Vila Olímpica, cercaram a área e Dona Isabel permaneceu ali, dentro do cercado, agora em uma casinha no meio das máquinas.

Dona Isabel e sua família procuraram um advogado e entraram na justiça, conseguiram um mandado judicial em que o parecer do juiz reconhecia seu direito de ficar ali até quando quisesse. Na interpretação do juiz o Estado permitira que ela ficasse ali por mais de vinte anos, investisse seu trabalho e recursos naquele lugar e lá estabelece vínculos, adquirindo, portanto, seu direito de propriedade e, portanto, se o governo desejasse utilizar a área para os fins do Programa deveria negociá-la com Dona Isabel. Na primeira vez que a visitei a primeira coisa que Dona Isabel me mostrou foi a

liminar, plastificada e colada na porta de entrada da casa, qualquer pessoa que chegasse saberia que a casa estava protegida pela justiça.

Para além do direito de propriedade, Dona Isabel considerava também ter cumprido um papel importante na cidade que deveria ser reconhecido nessa hora. Segundo ela, não fosse o cuidado que ela e seu vizinho tiveram com os limites de suas chácaras, a cidade teria chegado ao Parque Nacional, se não estivessem ali tudo estaria loteado e *não haveria reserva nenhuma*. Esta teria sido sua principal contribuição à cidade.

Ainda a conheci na Estrutural e, naquele momento, a grande questão que prendia Dona Isabel na casinha apertada e atormentada o dia inteiro pelo barulho das máquinas, não era mais o amor à sua chácara, que não existia mais, da qual só guardava saudades. Dona Isabel pedia ao governo o direito de ter sua chácara no Monjolo e também uma casa na Estrutural, onde não precisasse abrir mão, não apenas da facilidade da vida urbana que tinha, mas, principalmente, onde não precisasse ser privada dos benefícios, das conquistas da nova cidade, que também fora ela quem alcançou:

porque a intenção, era falado, que a cidade era para emendar no Parque Nacional, não emendou por causa de mim e do Paulo Garcia, não foi pelos outros não porque tinha muitos, mas os outros era lá por detrás, quando eles tirasse eu e o Paulo Garcia eles venciam os outros rapidinho e nós fiquemo ali. Mas é como eu tô te dizendo, não foi nós que vencemos não, foi Deus que nos ajudou, então se eles vence nós, eles faz uma cidade. Como eles iam tirar uma cidade pra fazer uma Vila Olímpica? Tirava não minha filha, dali para o Parque Nacional não tirava mais não. E aí agora ficou lá, fez o ginásio grande da Vila Olímpica, ele ficou no lugar da minha cozinha do fogo de lenha, tá lá no lugar da minha cozinha do fogo de lenha e hoje é o ginásio da Vila Olímpica. E hoje, assim, uma coisa que sinto, porque eu hoje se eles me dão uma casinha na Estrutural e me dão minha chácara eu estava mais satisfeita porque eu tenho meu netinho de 4 anos, meu netinho não teve direito de fazer parte da área de esporte, porque hoje meu netinho podia fazer parte da área de esporte, né? que é dentro onde nós moremo, e hoje meu netinho não tem direito! Mas pertence a Deus, né, Carol?... [choro] Aí sabe, mas hoje eu tô triste, mas sabe a tristeza que tenho, eu tenho idade, eu tô na idade que tô, doente, na hora que mais precisei do apoio não tive, né, minha filha, mas a Deus pertence, a Deus pertence né, porque eu queria ter... eu queria ter minha casinha na Estrutural, mas eu queria minha chácara porque eu não ia trocar uma chácara por uma casinha lá, mas eu queria os dois porque eu zelei de muita terra para muitas coisas, hoje tinha uns trinta lotes lá se não tiver mais, porque o lote lá é grande, tem uns trinta lote lá, por que que eu não tinha direito num lote lá? com tanta terra que eu zelei, minha filha? A Deus pertence (...) não troquei a toa meu posto de saúde, minha igreja era na Estrutural tudo, e tudo conhecidos, mercado que eu era costumada 23 anos, né?

O Programa, porém, estabelecia que uma mesma pessoa não poderia receber dois benefícios, o que impedia que o pedido de Dona Isabel fosse atendido. A Vila Olímpica foi construída e depois de pronta ainda ficou um tempo fechada porque a casa de Dona Isabel continuava lá, até que conseguiram derrubar sua liminar e ela não teve alternativa, foi embora pro Monjolo. Na última visita que fiz a ela, já no Monjolo, disse estar feliz: *aqui tem muitos passarinhos e eu sou amiga dos passarinhos, eles que alegam, mas ainda sofro muito pela minha família.*

Agora, porém, Dona Isabel pegou o assentamento no Monjolo muito diferente do que os que chegaram primeiro. Dona Nena conta que quando chegaram, quatro anos antes de Dona Isabel, não tinha nada ali, era puro cerrado. Saíram da Estrutural com a promessa de que iriam para um bom lugar, um lugar com estrutura: água, luz e casa para morar, quando chegaram, ela e mais cerca de trinta famílias tiveram que se abrigar embaixo de pés de manga para passar a noite. Na reunião do Fórum, Joaquim e Rodrigo contavam que só no dia seguinte funcionários da Sedest levariam lona, para fazerem barracas e banheiros químicos, que passado um ano da mudança para o assentamento distribuíram madeirites e telhas de amianto para que cada um fizesse seu barraco, mas que os banheiros só eram limpos agora de três em três meses.

Como o terreno onde estavam ficava na parte mais baixa do Recanto da Emas, quando chovia, a enxurrada arrastava os barracos da frente, que tinham que estar o todo tempo sendo refeitos. No início passava um carro pipa para deixar água todo dia, que tinha que ser guardada para cozinhar, depois de muita briga, disseram, a CAESB⁶³ levou água encanada, mas aí a surpresa: como começaram a plantar e a usar a água encanada para regar as plantações, porque não sabiam que pagariam uma taxa urbana, acumularam uma dívida alta com a companhia de água.

O assentamento ficava longe da cidade, para quem morava nas chácaras localizadas depois do córrego era impossível ir à cidade a pé, por essa razão as crianças perderam o ano escolar. Muita gente que foi removida vivia do trabalho no Lixão ou em lugares próximo à Estrutural, e depois da mudança, pela distância e por todas as ocupações que passariam a ter para conseguir sobreviver no novo lugar, acabaram perdendo a fonte de renda que tinham. Depois de um tempo, muita gente começou a cruzar a distância de 40 km para poder trabalhar de novo no Lixão, às vezes passavam a semana na Estrutural na casa de um parente e nos fins de semana voltavam para o

⁶³ Companhia de Água e Esgoto de Brasília.

Monjolo. Dona Tatiana, até tentou, ali mesmo na sua chácara fazer o trabalho de “separação”⁶⁴ que fazia na Estrutural, recolhia o material pelo Recanto, trazia para a chácara e preparava para a venda, mas foi alertada pelo órgão ambiental que não poderia continuar a atividade ali.

Muitas das famílias que estavam no Monjolo não se conheciam bem da Estrutural, foram trazidas de partes diferentes da cidade, Rodrigo e Joaquim mesmo, por mais que fossem do mesmo setor de chácaras, não tinham muito contato antes do Monjolo. A partir de agora, porém, vão andar juntos em busca de entender e defender um direito que consideravam ter sido violado. Rodrigo conseguiu traduzir o texto de 51 páginas do Brasília Sustentável, originalmente em inglês. Joaquim, que apenas concluía seus estudos fundamentais, andava acompanhado da Constituição da República, da Lei Orgânica do DF e do texto do PIVE todo sublinhado e anotado. Ismael acompanhava os relatos dos dois e depois me levava, com uma advogada da Assembleia Popular, no Monjolo, mas sempre lamentava: *o tanto que eu avisei vocês pra não assinar aquele documento [Termo de Adesão], pra não deixar as casas de vocês!*, o que desanimava, *agora fica até difícil fazer qualquer coisa...*

Na época das remoções, Ismael e o pessoal da PRECES fizeram uma série de reuniões com o pessoal da UGP pra dizer que não aceitariam que as pessoas fossem removidas sem ter para onde ir. As propostas do governo eram duas: para as famílias que fossem removidas para dentro da própria cidade, como era o caso daqueles que aguardavam a construção das moradias populares⁶⁵, as conhecidas “casinhas”, seria disponibilizada uma área, lona e banheiro químico para as famílias construírem suas barracas até que as casas ficassem prontas; e para as famílias do Monjolo, principalmente chacareiros, a proposta era mudarem para o Recanto e esperarem a construção das casas.

A questão que se colocava era a seguinte: o projeto tinha prazos estabelecidos pela licença ambiental e pelo Banco Mundial, sob o risco de não haver mais repasse de recurso. Questionados nas reuniões do Fórum sobre a situação das famílias removidas e sobre todos os prejuízos que teriam, os representantes da UGP e da Secretaria de Obras,

⁶⁴ Nome usado pelos catadores da Estrutural para o trabalho de seleção do lixo pelo tipo de material e preparação para a venda e reciclagem.

⁶⁵ Geralmente era como os funcionários do governo e o moradores da Estrutural chamam as casas de 40m² num lote de 60m² construídas pelo programa do Governo Federal PAC Social (componente social do Programa de Aceleração do Crescimento) .

nem sempre tinham resposta, mas na maioria seguiam a justificativa da funcionária da Secretaria de Obras: *É assim mesmo, é o sacrifício de alguns pelo bem da cidade inteira. Para fazer um omelete, os ovos têm que ser quebrados!*

O governo não aceitava que Ismael falasse em nome dos moradores da cidade, o coordenador das cidades, Giovanni Ribeiro, dizia: *Vocês estão fazendo um palanque político, eu não vou debater com vocês. (...) A Vila Olímpica vai ser uma das maiores do Distrito Federal, os chacareiros estão felizes da vida, (...) essa cidade vai ficar uma cidade maravilhosa. Todos moradores tão entendendo o processo, todo mundo quer a revolução de obras, essa cidade tá um canteiro de obras, gente. O povo tá feliz, o comércio tá feliz, as mães tão felizes, tá tudo feliz, agora, existem grupos de resistência ideológica, apenas isso*⁶⁶. Ao mesmo tempo, quando tentava convencer as pessoas a não saírem, Ismael as encontrava descrentes de que podiam resistir: ou era isso ou ficar sem nada, não tinham alternativa: *Quem somos nós diante deles?*

Duda, morador da Santa Luzia⁶⁷ que fazia parte da secretaria da PRECES, era filiado ao Partido do Trabalhadores e agente comunitário de saúde tentava impedir, junto com Ismael, que os vizinhos aceitassem mudar. Duda tinha sido ex-morador da área que depois se tornaria a Cidade do Automóvel e diferente de Dona Lia e Dona Isabel, fazia parte da turma mais nova que chegou junto com Marlene em 94, depois quando a cidade desceu e se juntou com a Vila Velha, ele abriu um comércio, que era sempre atacado por bandidos. Não queria fechar, mas um dia foi atacado, apanhou muito, levou um tiro e quase morreu. Depois disso, deixou a mulher na Estrutural e foi embora para Brazlândia, lá comprou um lote numa “invasão”, 900 reais, mas enjoou, *não decidia nunca!*. Ele enjoou de morar de invasão e foi morar de aluguel de novo. Brigou com o chefe em Brazlândia e foi mandado de volta para a Estrutural como punição: *Lá vai o Duda de novo na Estrutural, morto de medo, com medo de ser reconhecido por alguém, mas como o uniforme enfeia a pessoa e modifica muito, graças a Deus...*

Na volta, já estava separado da mulher e conseguiu um dinheiro para comprar a chácara na Santa Luzia: *o que tinha vou te dizer, duas moitas de urucuns, três limoeiros, estas árvores eram bem miudinha, fininha assim, as goiabeiras, os eucaliptos*

⁶⁶ Trecho do documentário “Monjolo: todo mundo tá feliz?”.

⁶⁷ A Santa Luzia é o antigo Setor de Chácaras de onde saíram parte das famílias do Monjolo. Hoje a Santa Luzia esta quase totalmente ocupada e é conhecida como a maior “invasão” da Estrutural.

e as amoreiras eram as árvores que tinham aqui. Aí tá, ele foi e me passou um carro e eu paguei mais dois mil reais pro cara, o valor ficou em seis mil reais no total. Aí eu comecei... cheguei aqui e comecei a plantar, minha primeira árvore eu nem sei mais qual foi porque são tantas né, só sei que comecei arborizar... Duda construiu uma reserva ecológica, com muitas espécies de planta do cerrado e sabe a história da maioria delas, a atividade não é agrícola, não planta pra vender nem mesmo pra comer, apenas admira a beleza das plantas e faz delas companhia.

Quando chegaram para lhe tirar, Duda não pensou duas vezes: *Área de risco? Quando eu saí da Cidade do Automóvel me falaram a mesma coisa, logo depois tava lá, aquilo tudo! Agora eu não caio mais nessa não! Não é área de risco coisa nenhuma, é área de rico!* Duda não aceitou ser removido, não assinou o Termo de Remoção e, depois que Dona Isabel foi para o Monjolo, se tornou o único morador da Santa Luzia de antes de 2007, toda vez que alguém aparece tentando convencê-lo dá seus motivos:

Como é que vocês me tiram de uma área ruim e bota lá pro péssimo. Estou no ruim, mas não vou para o péssimo. Estou no ruim perto de tudo e lá no Recanto das Emas é péssimo porque não tem nada. E minha área lá, vocês nunca foram conhecer como que é minha área. Então eu não admito esta atrocidade contra minha pessoa, porque eu não compactuei com o erro do governo de assinar um termo de compromisso me responsabilizando e não responsabilizando o GDF. (...) D. Isabel desocupou um dia destes (...) e a Estrutural toda tá invadida, quer dizer, as pessoas se dispuseram da sua moradia para deixar para outro, cara, e aí fica lá no Recanto das Emas vendo outro usufruir da cidade que ajudou a construir, isto é um absurdo, eu não concordo.

Duda faz parte do Ponto de Memória da Estrutural⁶⁸ e depois que seu filho comprou uma filmadora, tomou gosto pelo registro do dia-a-dia da cidade e criou o personagem “Duda de Frente pra Comunidade” em que se apresenta como “o repórter comunitário da Estrutural”. Por isso, tornou-se uma das figuras mais populares da cidade. Sua relação com a cidade supera seu amor pelas plantas ou a necessidade de morar perto de tudo. Duda me diz ser uma pessoa solitária e, só a Estrutural é que dá vida ao seu personagem e importância para o seu trabalho, o sentimento de pertencimento resultante do fato de andar nas ruas e ser reconhecido, procurado e bem recebido é maior que tudo mais: *Eu não suportaria a depressão no Monjolo!*

⁶⁸ Espécie de museu comunitário ligado ao Instituto Brasileiro de Museus do qual falaremos no capítulo seguinte.

No dia 9 de dezembro às 9h30, Duda estava em casa quando ouviu as máquinas que derrubavam uns barracos construídos no fundo de sua chácara, quebrarem também sua cerca e algumas de suas árvores. Correu para tentar impedir que avançassem interpelando o funcionário da Secretaria de Agricultura que coordenava a ação, explicando que se tratava de uma infração ao seu direito. Depois do acontecido, Duda escreve uma carta endereçada à Promotoria de Defesa do Cidadão, à Secretaria Especial de Direitos Humanos, à Secretaria do Meio Ambiente e à Gerência Regional do Ibama, a que deu o título “O ser humano e o Meio Ambiente”, relatando o que teria vivido:

Em se tratando de remoção, sou perfeitamente sabedor, que eles foram fazer a remoção de um pessoal, da chácara 289 e não respeitaram os meus direitos e nem tão pouco, agiram conforme a ordem dos seus superiores. Os quais fazendo de acordo com suas próprias vontades, derrubaram a cerca da minha chácara.

Sorte minha ou das plantas, é que eu estava em casa no momento da demolição e ao pressentir o barulho da máquina vindo ao encontro do meu barraco, logo me dirigi até eles demolidores. Se eu não tivesse feito isso, com certeza eles teriam feito a maior desgraça com minhas plantas. Inclusive, presenciei a máquina enchedeira, de nome NEW WOERD e PLACA JLM N° 0033 arrastando o entulho para dentro da chácara.

Muito indignado, angustiado e bastante enraivecido, fiquei quando vi aquela coisa em minha frente. Com meu estado psicológico abalado, pensei que a máquina fosse passar em cima de mim também. Tamanho era o medo de a máquina me esmagar, que não me contive da raiva que era tanta. Pois havia muitas latas cheias de plantas amassadas pela máquina. Mesmo assim, não liguei pra nada. O que eu queria mesmo era proteger minhas plantas. Naquele momento, criei coragem e me pus de frente à máquina, acenando com as mãos, pedindo para que o operador parasse com aquele ato de vandalismo, e de violação da minha privacidade.

Inconformado com o que vi, dirigi-me ao Srº. Osvaldo e o pedi que não continuasse com tal atitude e que o mesmo retirasse o entulho da chácara.

Ele retrucou-me dizendo:

‘Não vou tirar entulho nenhum, porque a cerca não é sua. Além do mais, não sei do que você está reclamando. Afinal, você já ganhou sua chácara no Monjolo, e não vai para lá porque não quer’.

Cheguei a comentar com o próprio Osvaldo, que não se tratava de eu querer ir para o monjolo ou não, o que eu queria dele é que ele respeitasse um direito que é meu. E que fizesse o favor de retirar o entulho da chácara, pois não estava ali brincando de fazer chácara, para qualquer um vim bagunçar todo investimento de minha vida; em fração de segundos.

Mesmo que Duda tenha conseguido permanecer em sua chácara e se considere um vitorioso diante das pressões que levaram seus vizinhos a assinarem o Termo de Adesão, sua luta para continuar na Estrutural, que já dura mais de 15 anos, é vivida diariamente. Ainda depois da regularização, o risco de ser expulso da cidade também

não terminou pra muita gente, operações de remoção continuam a fazer parte do cotidiano da Estrutural. Durante boa parte do tempo em que estou morando aqui, vivi em uma quitinete alugada no centro, próxima ao posto policial, bem onde se costuma estacionar os caminhões e as máquinas quando é dia de remoção ou derrubada de barracos. Para mim, acordar e me deparar com esta imagem causava certa apreensão: *hoje é dia de remoção, onde será que vai ser?* Mas ver as máquinas, os caminhões de mudança e fiscais da AGEFIS⁶⁹ circulando pela cidade não é uma situação estranha para quem mora na Estrutural.

Nesses últimos quatro anos acompanhei várias remoções dessas, algumas mais de perto, outras de ficar sabendo. Geralmente, os moradores dos barracos não são notificados previamente e os agentes da AGEFIS veem acompanhados da Polícia Militar e, às vezes, de um funcionário da Sedest, mas em nenhuma dessas vezes apresentaram alguma ordem ou mandado judicial. A justificativa mais comum para as ações sem mandato é que invasão de área pública não precisa de ordem para ser desocupada, e, como tudo na Estrutural ainda é considerado área pública⁷⁰, isso se generaliza a qualquer remoção que aconteça.

Muita gente diz não sair do barraco, construir uma casa com estrutura melhor, porque o barraco é a maneira mais barata e mais simples para quem a qualquer momento precisa recolocar a casa em pé. Além do pessoal do Monjolo, acompanhei no Fórum PETI os moradores da Quadra 12, que estavam marcados para serem os próximos removidos em razão do Brasília Sustentável. Um pedaço pequeno da quadra, cerca de 50 famílias, ocupavam uma área que estava destinada, segundo o plano urbanístico, a fazer parte futuro parque urbano da cidade. Todas famílias seriam mudadas para as “casinhas”, casas de alvenaria de 40m² com uma sala, cozinha americana, dois quartos e um banheiro. A questão é que as casinhas tinham sido construídas ao lado do Lixão, a mais próxima à 10m de distância, e, por isso, os moradores da quadra 12 se recusaram a aceitar a oferta.

⁶⁹ Agência de Fiscalização do Distrito Federal, responsável por implementar a política de fiscalização de atividades urbanas no DF.

⁷⁰ Apenas bem recentemente o governo começou a entregar algumas escrituras, mas o processo é lento e por isso são raros os lotes já com o documento definitivo.



Mapa da localização da Quadra 12 da Estrutural e das casinhas em relação ao Lixão

Por causa da condição de “irregularidade”, nesse setor específico da Quadra 12 não tinha sido construído nenhum tipo de infraestrutura urbana: nem calçamento nas ruas, nem esgoto ou iluminação pública. A maioria das casas ainda são barracos pequenos e improvisados. Sente-se na 12 como se estivesse em uma Estrutural que ficou no passado cercada pelas mudanças que chegaram às outras quadras. Mesmo tendo conseguido uma liminar na justiça que dá aos moradores da quadra o direito de permanecer em suas casas até que lhes sejam ofertadas condições melhores, muitos moradores da 12 acabaram abandonando a quadra e aceitando ir morar nas casinhas. Enquanto algumas casinhas estavam vazias, aguardando a negociação, foram ocupadas por moradores da Santa Luzia⁷¹, que arrebentaram as fechaduras e foram morar nas casas mesmo sem água e luz ou autorização do governo. As casinhas foram desocupadas à força, mas o governo aumentou as pressões para transferir os moradores da quadra 12 que ainda resistem à mudança.

Por muitas vezes, descumprindo a ordem da liminar, alguma família de uma das ruas era levada à força, ou se espalhavam boatos de que a liminar teria sido derrubada.

⁷¹ A Santa Luzia está localizada na zona de tamponamento entre o PNB e a Cidade Estrutural e é o setor onde Duda mora. Depois da remoção das famílias do Monjolo passou pouco tempo vazio, logo estava completamente ocupado por novos moradores e hoje é conhecida como a maior “invasão” da Estrutural, estima-se que vivam lá cerca de 3 mil famílias, mas não há muitos dados sobre a área.

A sensação do provisório, do imprevisível, vira uma rotina que impõe um cuidado constante: o barraco tem que estar sempre vigiado, todo mundo munido com cópias das liminares e bem informado, vez ou outra é preciso passar na administração e sondar alguma novidade sobre os processos judiciais e decisões políticas. Além disso, o refazer periódico do barraco, o sofrimento da vida precária se juntam às conversas com os funcionários do governo que alertam que recusar a proposta pode acabar dando na perda do direito a morar na cidade.

Entender essas relações entre as políticas do governo e a vida diária das pessoas nos permite ampliar a compreensão dos significados dados à moradia, ao jeito de morar e à luta pelo direito de continuar na Estrutural. Tendo percebido isso, Auyero (2011), chama atenção para a importância de entender o Estado como um conjunto concreto, microestrutural, de instituições com as quais os pobres urbanos interagem de forma direta e imediata, além de seu caráter abstrato de nível macro. Essa perspectiva foi essencial para que ele, no decorrer de suas pesquisas etnográficas, percebesse em que medida Estados definiam e criavam certos tipos de sujeitos e identidades e de que forma essas relações eram definidoras do caráter efetivo da cidadania e do funcionamento da democracia.

Um dos aspectos observados por Auyero (2011), recorrente nessa relação entre Estado e pessoas pobres economicamente é a imposição da espera. Segundo ele, as percepções coletivas do tempo são profundamente entrelaçadas com o funcionamento da (e resistência à) dominação social. Nos contextos que pesquisou, viu a importância de se entender como as demoras não são apenas sofridas, mas também interpretadas. No seu caso, percebe que a fabricação cotidiana de sujeitos sabedores de que, ao lidar com burocracias estatais, devem cumprir pacientemente as exigências aparentemente arbitrárias, ambíguas e sempre mutantes do Estado.

Os exemplos e histórias de quem se foi, a angústia de quem espera e resiste para não ir, vão construindo na Estrutural também teorias sobre o lugar, que resultam, além disso, de uma experiência política que revela uma série de restrições ou impedimentos à participação, que se reafirmam nessa nova fase da cidade. O apego a tudo que foi construído, aos laços que foram criados na cidade se contrapõe no dia-a-dia aos caminhos diferenciados propostos nas políticas, e a memória da cidade vai se construindo desse conflito e dos diferentes entendimentos desse processo.

O reconhecimento, que nesse momento é poder dizer o que e de quem é a cidade, vai sendo resultado de uma luta que é de quem se foi, que se sente responsável pelo que é a cidade, de quem fica, que resiste a aceitar que lhe digam o que a cidade deve ser, e de quem se conforma, na tentativa de ainda assim se comportar no espaço da cidade, de garantir que se viva aqui, seja como for. Nesse caminho, além de ser paciente com a espera ou aceitar o que chegou, na Estrutural a espera provoca conflito e luta, que passa pelas ações civis, pelas liminares, pelas cartas escritas por Duda, pelas audiências públicas pedidas à deputados e a ocupação de outras “áreas públicas”, que não param de acontecer.

Desenvolvimento, vida melhor e inclusão na Estrutural

As reuniões do Fórum PETI resultaram num relatório que expunha os problemas na execução do Brasília Sustentável e principalmente do PIVE, os trabalhos do grupo na cidade mostravam que os direitos das crianças e adolescentes da Estrutural vinham sendo violados em razão, principalmente, dos atrasos e não cumprimento das etapas e condicionantes do projeto. Não existiam programas alternativos promovidos pelo governo que acolhessem as crianças enquanto não estavam na escola, as próprias escolas, diferente do previsto no projeto, foram construídas todas perto da entrada da cidade e não por regiões, dificultando o acesso das famílias, e, mais importante, o fechamento do Lixão, que era o principal objeto do Programa e que esvaziaria de uma vez a preocupação do trabalho infantil com o lixo, ainda não tinha previsão para acontecer, ainda que o dinheiro já tivesse sido quase todo gasto.

Com o fim dos trabalhos do Fórum PETI na cidade, um bom número de pessoas já estava congregado nas discussões sobre o Brasília Sustentável, o que aconteceu principalmente porque, de fato, os responsáveis pelo Programa estavam sendo obrigados pela Promotoria a participarem das reuniões e a prestar esclarecimentos. A possibilidade de ser ouvido e atendido pode não ter sido a única causa que juntou aquele grupo, havia entre essas pessoas não apenas o compartilhamento do sentimento de desrespeito a seus direitos ou a necessidade de resolverem seus problemas, mas também uma forte ligação com a cidade. Mesmo assim, a chance de serem ouvidos e reparados ou reverterem os efeitos negativos da política, atraiu àquele espaço a PRECES, as

famílias do Monjolo, moradores da Quadra 12 e muitos outros que passariam a fazer uma luta juntos depois disso. . Depois daí, o grupo, mesmo sem a presença do Fórum PETI ou da Promotoria, continuou a se reunir com o nome de Fórum de Monitoramento Social da Estrutural, que daria identidade àquelas lutas ligadas ao processo de urbanização implantado pelo governo na cidade.

Uma das primeiras tarefas do Fórum de Monitoramento foi escrever um dossiê com todas as denúncias que os moradores vinham apresentando sobre o Programa para levar ao Banco Mundial e à Procuradoria dos Direitos do Cidadão, conforme nos tinha indicado a Promotoria da Infância. Para o dossiê fizemos leituras coletivas do PIVE e do Manual Operacional do Brasília Sustentável e íamos apontando os problemas-. Os principais estavam relacionados às remoções e à falta de participação da comunidade na construção e execução do Programa.

Para atender ao que dizia o seu Manual Operacional e também ao que o Banco Mundial dizia ser a primeira exigência de seus projetos por todo mundo, o Brasília Sustentável deveria ter *“comprometimento com a sociedade civil organizada, mediante o estímulo à participação de empreendedores na definição e execução de ações de promoção social em áreas urbanas precárias”* (p.9). O momento de escuta deu-se no tempo das cinco reuniões de apresentação porque, como me disse Enivaldo (UGP): *Aqui na Estrutural, se você for esperar discutir tudo, não vai fazer nada é nunca!* À medida que o processo de participação se limitava aos espaços e tempos pré-estabelecidos das reuniões, em seus formatos e oportunidades diferenciadas de fala, ficavam claras as prioridades do modelo que vinham chamando democrático.

Os prazos se somavam ao entendimento, expresso pelo coordenador das cidades na época das remoções, de que o melhor para a cidade eram inquestionavelmente as obras do projeto, que deixariam todos felizes, não importando para isso os processos necessários ou a importância de cláusulas, como aquelas escritas no PIVE:

*a realocação das famílias que ocupam lotes considerados inadequados do ponto de vista ambiental e de salubridade ou que deverão ser relocados por razões de adequações urbanísticas fundamentais para a regularização da ocupação, (...) deverá ser feita visando garantir a preservação das **relações de vizinhança e permitir que as famílias realocadas/reassentadas reconstruam seus laços afetivos e nunca sejam prejudicadas financeiramente. (...) o PIVE tem como principal meta garantir a recomposição da qualidade de vida das famílias afetadas pelo empreendimento, tanto no aspecto físico, perda de moradia, como em outros aspectos, como perda de rendimentos financeiros***

*(interrupção de atividades produtivas), perdas da quebra da rede de apoio social, das relações de vizinhança*⁷² (PIVE, 2008, p.14. Grifo meu).

Afinal, como diria, todo mundo sabe o que a cidade quer!

Como respostas ao Dossiê do Fórum de Monitoramento, a Procuradoria ajuizou uma Ação Civil Pública contra o GDF, que ainda corre na justiça e que exige que sejam reparados os danos aos moradores, e montou uma mesa de negociações que resultou com o fornecimento de energia, o envio de ônibus escolares para as crianças, a visita de uma equipe de saúde e o início da construção das casas. Essa última medida, porém, trouxe de volta as dúvidas sobre o destino das famílias do Monjolo, isso porque ao começarem as obras descobriram que o terreno era encharcado e, o IBRAM⁷³ confirmaria: aquela era uma Área de Proteção Permanente, cheia de nascentes, e provavelmente não poderiam ficar ali. Até hoje a área não está regularizada e o governo procura uma solução para assentar definitivamente as famílias.

Dona Lia anuncia e se conforma: *É, terra de rico pobre não fica, é isso aí!* Duda desconfia: *Área de risco ou área de rico?* Ismael indigna-se: *O que é mais importante, a Vila Olímpica ou as famílias? Por que que eles não pegam o pessoal do Lago Sul e faz isso?* E Dona Isabel se entrega e sente, o que o governo não pode sentir:

prometeram que nós tinha documento disto aqui, até hoje nós não tem documento não, nunca deram documento nós, nós não temos documento disto aqui não. Que era documentada, que eu não era louca pra não sair da Estrutural pra vir pra uma terra documentada. Justamente, se fosse documentada, mas até hoje eu não sei, não sei o que o governo vai fazer com nós... até hoje... mas a Deus pertence e eu só não tô mais triste, porque eu gosto muito da floresta e eu tô de junto da floresta, eu sou amiga dos passarinhos, os passarinhos é meus amigos, é o que tá a mudar a minha vida, é os passarinhos, cedo eles canta eu escuto aí eu levanto e olho para as minhas planta e aí vai levando a vida. Mas a Estrutural... tudo quando eu chego lá, todo mundo tomou conta do que nunca ninguém trabalhou, ninguém fez nada, invadiram lá tudo, tudo, mas eu também não tenho raiva de ninguém não, eu tenho assim um sentimento, mas não tenho raiva de ninguém não, eu só tenho um sentimento, e eu achei também que o governo...

O Programa Brasília Sustentável foi o maior projeto do Governo do Distrito Federal implementado na Estrutural até hoje, tanto pelo volume de recursos dispendidos

⁷² Grifo meu.

⁷³ Instituto Brasília Ambiental, órgão ambiental do DF.

quanto pelas alterações físicas e sociais que provocou na cidade. Nas falas dos funcionários do governo o vocabulário girava em torno de palavras como “urbanização”, “desenvolvimento sustentável”, “saneamento ambiental” e “preservação ambiental”, tratadas como um jargão e quase um valor pelos “pensadores” e executores do programa. Essas palavras só ganhariam significado para os moradores da cidade, entretanto, no processo de implementação do programa.

As normas do programa, além da “sustentabilidade”, repetiam em diversas partes do texto a necessidade de que o programa levasse em consideração também a participação da “sociedade civil organizada”, ou do “público” ou “região-alvo”:

Assim, o Programa vincula-se à capacidade e à vontade política de se criar espaços, condições e ambientes coletivos nos diversos segmentos sociais presentes na região-alvo, para favorecer a participação de toda a sociedade no processo de introdução das mudanças desejadas, condição para que sejam sustentáveis do ponto de vista político, social, ambiental e econômico (MANUAL OPERACIONAL BRASÍLIA SUSTENTÁVEL, 2007, p. 8).

Esse “alvo”, entretanto, mostrou-se móvel e portador de outras concepções para o lugar e para suas próprias vidas, de outros conceitos de vida boa e de felicidade. Os conflitos gerados por essas diferenças trouxeram à tona, em diversos momentos, as diferenças de poder e os limites à participação nas decisões finais no âmbito da relação entre governo e moradores da cidade. Os direitos se operavam de maneira contraditória, no discurso e na ação, e ao “subprivilégio” (HONNETH, 2003) percebido com o passar do tempo, na Estrutural se respondeu com a resistência e com a construção de teorias sobre a ação do governo e sobre o futuro do lugar.

Uma dessas teorias é a de Abadia, que procura interpretar essas palavras e propostas que tanto são repetidas nas conversas com o governo, e dá a elas significados oriundos da vida prática e dos efeitos que têm na vida coletiva da cidade:

O que é que a gente chama de regularização? nós não temos nenhuma regularização, o que nós temos é alguma infraestrutura que não nos atende. Veio o asfalto, o asfalto não nos atende, primeiro porque não atingiu todas as pessoas, não alcançou todas as pessoas e segundo porque a qualidade era muito ruim, aí isso de alguma maneira chama os debates políticos também, divide, porque quem tá chegando depois não acha motivo pra lutar e quem tava antes não concorda...

Segundo ela, a cidade é resultado da luta do povo da Estrutural, mas mesmo essa luta pode ser usada utilitariamente com fins alheios a quem a faz. No fundo, ela defende, sempre existiu o interesse por aquele lugar, mesmo antes de existir uma cidade, um interesse que não era só de quem foi chegando e lutando para que isso acontecesse, um interesse de grupos privilegiados que observavam de longe e aguardavam o dia em que pudessem comprá-lo. Um processo que já vê acontecer: *então você vai dividindo [a cidade] porque, você vai perder muitas pessoas que foram embora, exatamente pela especulação, pela chegada dos novos vendendo seus lotes e quem chegou não vê necessidade da luta(...)*. Um processo que Duda depreende de sua própria história como sistemático e repetitivo:

Está mais que provado, que isso se tornou um ciclo vicioso. “A prole ocupa áreas nobres nos centros urbanos, depois de anos de muito sofrimento, os governantes legalizam as terras, mandam o povão para escanteio ou para bem longe das metrópoles e ficam com as áreas conquistadas pelas pessoas, que enfrentaram todo e qualquer tipo de sofrimento e ainda as tratam ou intitulam de invasores e grileiros”. E assim vai...

Os modelos, os planos e os formatos de urbanização e as vias de participação, quando distantes do que poderia fazer sentido naquela cidade, parecem dizer que aquele lugar não era para aquelas pessoas. São, mais uma vez, uma forma de Abadia entender que aquele não era também um dinheiro sobre o qual poderiam opinar:

Eu penso que esse formato de cidade que é definido por alguns engenheiros aí, que é uma rua retinha, isso e isso e aquilo, ela não serve pra todo mundo, aquela rua, naquele lugar, daquele jeito, num serve pra todo mundo(...). Se a gente tivesse feito por nós, se nós tivéssemos dinheiro, nós comunidade, pra pensar, talvez nós tivéssemos morando melhor do que nós estamos hoje, não dependesse do Estado pra organizar, do Estado pra debater, (...) eu vejo muitas complicações no jeito do governo ouvir...

Uma das complicações no “jeito do governo ouvir”, segundo Abadia, é porque muitas vezes ouve já tendo respostas:

as perguntas que eles faziam pra nós já estava tudo definido o que eles queriam fazer. É aquilo assim, ó: ‘eu vou te perguntar, mas só pra cumprir um protocolo, porque eu já sei o que é que eu vou fazer, eu já sei o que é que eu quero, mas como os organismos internacionais exigem que eu pergunte, né?’ e aí eu vou aqui cumprir esse protocolo vou fazer aqui essas perguntas’. Só que a gente não entendia que era assim, chegavam e

diziam assim: ‘Nós vamos discutir a cidade’. Eu fui várias vezes. Tinham uma antessala e uma sala onde apresentava que era geralmente naquela escolinha que era de lata ainda, tinha lista de presença, assinava a lista de presença, e eles íam mostrar pra você o que eles íam fazer e dava a idéia que você tinha sido consultada porque você assinou a lista, tem meu nome lá, mas eu não opinei em nada e quando a gente não concordava de alguma coisa, por várias vezes a gente foi pra rua por não concordar com aquilo que eles faziam lá, mas pouca diferença ía fazer porque já tava decidido e já tava autorizado.

Outro problema, é que, além de se ter uma resposta sobre o que é bom, há também, nas palavras de quem fala pelo governo, uma clareza do que é mal, do que não se deve fazer e dos “culpados” pelo que a cidade é:

Hoje em dia um dos grandes discursos das administrações, não só dessa nossa administradora, mas de todos é assim: ‘A cidade não separou espaço para os equipamentos públicos’, que nós ocupamos desordenadamente, mas ah é? e quem protegeu então o espaço também não teve valor, não é? então esse discurso deles não valeria. E protegido pra quem? se nós tivéssemos protegido quem de fato iria usufruir? é o Estado que vai fazer uma coisa pra quem ele quiser ou a especulação? ou um cara que vai construir e vender também pra quem ele quiser?

Enfim, a questão colocada por Abadia é: se nós construímos essa cidade, quem pode dizer que ela não é boa, ou que é errada, ou o que ela deve ser? A não ser que se pretenda tirá-la de nós, quem deveria definir projeto e política habitacional deveria sermos nós. Entretanto, por mais que muitos como Abadia percebam o processo de expulsão dos moradores da cidade, seja pelas remoções, seja pelos projetos impostos estranhos aos modos de vida da cidade, seja pela especulação imobiliária, isso não tira deles o sentido de direito, tão declarado na carta de Duda:

Estou apelando para VOCÊS AUTORIDADES, porque este fato mexeu muito comigo e por entender que pessoa nenhuma nunca me deu e nem me dar nada nesta vida. Tudo que tenho até agora é adquirido com o suor do meu trabalho. Nunca precisei passar em cima de qualquer que seja a pessoa, para ter o que tenho. Por isso, não admito nenhum SER sequer, ficar de conchavos e nem tão pouco, com chacotas comigo; destrutando-me por uma coisa que não é da conta de que quer que seja. Sou cidadão igual a todos, conforme informa à Constituição Brasileira. E mais: pago todos impostos para ter o título de cidadão. Além do que, para ter o que tenho é preciso zelar do meu nome. Uma vez que a honra do ser humano, está no nome. Principalmente o SER HUMANO POBRE, financeiramente falando. (...)

Para concluir quero deixar claro á vós autoridades, que estão a zelar em bem da nação, que se eu não quis ir para o monjolo é porque estou certo do meu direito. Também nunca

disse que não iria. Outra, nunca disse que não desocuparia a área que o governo diz ser dele, apenas disse que não sairia e nem sairei, sem que não haja uma negociação em termos indenizatórios. Porque mesmo sabendo que estou em uma área que o governo diz ser dele, se eu quisesse desfazer dela, eu a teria vendido toda, assim tipo muitos fizeram. Ofertas é o que não faltou.(...)

Quando falo de termos indenizatórios, não quero dizer que seja pelo valor da terra, mas pelo que faço em benefício da mesma. Ou seja, que seja pago indenização pelos meus feitos. Afinal, a minha chácara é minha própria vida. É nela que tenho todo meu desejo de viver, para o resto da minha vida, ou até o dia que Deus permitir. Porque em se tratando de desfazer da minha chácara, essa idéia ainda não passou pela minha cabeça e espero em Deus que nunca há de passar. Porque dinheiro nenhum paga, o PARAÍSO QUE CONSTRUI. E nem tão pouco ELE está à venda.(...)

As “vivências afetivas” na Estrutural, entre as pessoas e seus vizinhos e entre elas e o lugar onde moram, ancoram o sentimento de desrespeito, que dá, por sua vez, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para a luta por reconhecimento (HONNETH, 2003). Ao mesmo tempo a experiência política e democrática de quem luta pela cidade, que às vezes os levam a sentir-se como que “esmagados por uma máquina enchedeira”, leva-os a buscar meios para dizer o que querem e o que pensam que nem sempre obedecem a formatos, regras ou prazos pensadas pelas instituições políticas, isso porque nem sempre é suficiente ouvir que se pode ser incluído, porque nem sempre “uma rua retinha” é o melhor para todo mundo, para além disso, o que se busca é “o direito de definir aquilo no qual querem ser incluídos” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p.45).

CAPÍTULO VI - A CIDADE E O LIXO: fartura lá em cima, vergonha lá fora.

*Eu sou a história de cada dia
Sou a luta de cada um e cada uma
Sou o incômodo da burguesia, a vitória dos esquecidos
Sou amada pelos meus
Temida por estrangeiros, sou multifacetada, mas todos insistem em ver
apenas minha origem
Nasci do Lixo, mas não sou continuação dele
Sou a transformação, sou a magia do sobrevivente.
Sou, contudo, a prova do seu desperdício material, do seu egoísmo e do seu mal.
Permita me apresentar: Sou Estrutural.
Dyarley Viana
Moradora da Cidade Estrutural e Pedagoga*

Nos capítulos anteriores falamos de como se construiu a luta por moradia na Estrutural, como se organizaram seus moradores em alguns momentos dessa luta, quais relações e entendimentos sobre a política, sobre o governo e sobre as relações de poder que resultaram dessa luta, e como em razão de uma vivência compartilhada foram se encontrando motivos e formas de resistência nesse lugar.

A luta pelo direito à moradia, além de ser uma reação a um crescimento urbano excludente e concentrador de riquezas, próprio das metrópoles capitalistas, e a uma ordem desigual de reconhecimento de direitos, também era a luta pelo direito de morar na Estrutural, *área privilegiada*⁷⁴ do Distrito Federal, de preservar e usufruir de tudo que se tinha construído e conquistado, e de se afirmar que aquele também era lugar de quem vive e trabalha com o lixo. E é sobre o lixo, sobre o significado dado aos objetos na Estrutural, sobre a vergonha, sobre a luta para ser reconhecido o valor social do catador ou de quem mora próximo ao lixo, sobre essa dimensão da luta por reconhecimento, que falaremos a partir de agora.

Dona Vanda carrega com orgulho o título de primeira moradora da Estrutural e diz ter chegado à cidade acompanhando o Lixão, que saía do Cruzeiro para as mediações do Parque Nacional de Brasília. No início, era meio de vida, lugar pra trabalhar que depois foi virando lugar para morar, quando se pôde distinguir na vida, o

⁷⁴ EIA/RIMA, 2003, p. 15.

morar do trabalhar. Isso porque antes era tudo o Lixão, não havia cidade, mesmo que Nené já morasse por lá fazendo outra coisa, vigiando o córrego com o pai, para quem passava os dias ali, cercado o lixo, viver era trabalhar.

Mas a cidade foi nascendo de tudo que o cerrado trazia e que não era o Lixão, que com ele se construía, mas que era mais que ele. O Lixão e o lugar para morar se tornaram aos poucos coisas diferentes, com dinâmicas diferentes e relações também diferentes. Quem viveu só na cidade, como eu, não sabe muito bem o universo de coisas que acontecem no Lixão, que guarda inclusive um certo mistério, comentado às vezes por um catador: *Ninguém imagina o que acontece ali em cima!*.

Subi muitas vezes no lixo principalmente para acompanhar pesquisadores, professores universitários e jornalistas, porque de alguma maneira eu fui me tornando uma referência nesses meios para quem queria conhecer a cidade, mas no máximo conhecia os presidentes das cooperativas ou um e outro catador, nunca conheci mais profundamente a dinâmica das relações e da organização do trabalho ali. Era claro, entretanto, que a vida no Lixão trazia outras questões e jeitos de entender o lugar diferentes dos que eram discutidos e pensados a partir da cidade. Mesmo assim, esse processo de constituição desses dois espaços acontece de forma muito imbricada e, de tão próximos, complexa, de forma que não é possível isolar o conhecimento que se tem de um sem as relações que estabelece com o outro.

Ao mesmo tempo, a relação com o lixo não se limitava a uma questão de trabalho, não só porque imprimia um estilo de vida e uma relação com a natureza diferente, mas também porque implicava uma relação específica entre os moradores da cidade e com as outras cidades do DF. A relação com o lixo tem a ver com o cotidiano da cidade, com o seu presente, e também com suas perspectivas para o futuro, já que todo ano se renovam as promessas de fechamento do Lixão⁷⁵, o que atinge mesmo quem não trabalha mais *lá em cima*⁷⁶, situação da maior parte dos moradores da cidade. Esse

⁷⁵ Logo quando cheguei à cidade, numa das reuniões chamadas por funcionários do governo, foram anunciadas previsões e prazos estabelecidos pela justiça para o fechamento do Lixão. Quando alarmei para os conhecidos sobre a situação em que ficaria a cidade e os trabalhadores do lixo, descobri que aquele era apenas mais um dos repetidos prazos anunciados para a ação. Passados quatro anos o Lixão ainda não foi fechado, talvez por razões administrativas e econômicas, mas mesmo assim periodicamente são realizadas reuniões com catadores e moradores da cidade para anunciar as intensões de cessar as atividades no Lixão, mesmo que nada fique muito definido, inclusive a situação dos catadores.

⁷⁶ O acúmulo de lixo na mesma região durante os últimos quarenta anos, fez com que o Lixão alcançasse uma altura de aproximadamente 40 metros de altura em relação à cidade, fora a quantidade de lixo acumulada embaixo da terra, então, pela altura, comumente a expressão “lá em cima” substitui “Lixão”, outras vezes usa-se “aterro”, ou “reciclagem”, além das denominações dos diferentes espaços e materiais

futuro, que carrega uma expectativa comum de ter que ir embora um dia⁷⁷, mesmo com a regularização da cidade, é incerto, uma vez que a questão não tem a ver somente com as remoções forçadas dirigidas pelo governo, mas está relacionado com o trabalho, com a pobreza e com o resto da sociedade brasiliense, principalmente com as cidades vizinhas.

O sentimento de não aceitação no lugar, de que falamos no capítulo anterior, ainda que acompanhado da ideia de luta e conquista, estão presentes também nas histórias sobre o Lixão e nas interpretações sobre as recentes mudanças estruturais decorrentes do mercado imobiliário na cidade, que se somam às ações de remoções forçadas empreendidas pelo governo.

A Cidade do Lixo: graça, casa e riqueza.

No início, viver na Estrutural era brincar nas árvores do cerrado, era banhar escondido no córrego e era também dividir a novidade que chegou de caminhão. As infâncias aqui até hoje se repetem como as de Creuza, Fátima, Nenê e Didi. As duas vinham de uma família de agricultores que mudaram para Brasília e de início dividiam, três famílias, uma casinha da CHIS⁷⁸ alugada em Taguatinga. O namorado da mãe de Creuza a convida para vir pra Estrutural, *lá vai ser mais fácil criar seus filhos*, ele diz, e ela aceita o convite e traz também a mãe de Fátima para a cidade onde as meninas irão viver suas aventuras de infância, crescer, trabalhar e ter filhos. Mesmo que essa seja a motivação que conduza a maioria das pessoas que chegam na Estrutural até hoje, não foi só *um lugar pra morar*⁷⁹ que as famílias de Creuza e Fátima encontraram na

dentro do Lixão, como “carrefa” (em referência à rede Carrefour), onde é jogado o lixo vindo dos supermercados, ou “separação”, onde depois de selecionado, o lixo é separado por cor e material para ser mandado para a reciclagem.

⁷⁷ Relacionado principalmente às remoções realizadas pelo governo e também pela promessa de fechamento do Lixão.

⁷⁸ Antigo nome do que hoje é a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. Essas “casas da CHIS” geralmente foram distribuídas à famílias de baixa renda nas cidades satélites como resultado de uma política habitacional e seguiam um modelo arquitetônico típico.

⁷⁹ Em várias entrevistas e conversas que fiz com as pessoas da Estrutural o principal motivo apontado para estarem ali era a busca de um lugar para morar sem que tivessem que pagar aluguel ou precisar do favor de outros. Abadia foi uma dessas pessoas: “*Pra mim, o que move todas essas pessoas que chegaram aqui é a necessidade de moradia. Porque, o que que acontece? não tem como, primeiro a política que já era de Roriz mesmo, dava os lotes, né?, e eu acho que isso alavanca uma luta por moradia, mas o outro é assim: eu não tenho casa pra morar, que foi o que nos moveu. Por exemplo, a Jerusa [sua irmã], que foi a que veio primeiro de nós, ela veio com a filha pequena, morando de aluguel no quarto da casa de uma*”

Estrutural, aqui também tinham um *meio de vida*, não só trabalho de onde tiravam dinheiro, mas uma *riqueza* que as permitiu viver melhor que em qualquer outro lugar, conta Creuza:

Então, assim, aquilo pra minha mãe, até hoje ela fala, foi uma riqueza, a gente não passou fome, a gente não passou necessidade [Nenê: Até hoje é assim!]. Eu me lembro que a gente era pequeno, trabalhava no Lixão, vinha aquele saco de roupa dobrado. Ainda hoje eu tava lembrando: Gente, a gente abria os sacos, as roupas pareciam que já vinham preparada pra gente. Aquilo pra gente era uma riqueza! a gente era tão pobre, né?, e tinha aquilo tudo a mercê da gente receber, assim, né?. Talvez, assim, vinha do lixo, mas pra gente era uma coisa tão grata, tão boa, que a gente tinha roupa, tinha sapato, tinha comida, né? Depois veio a estrutura, minha mãe fez um barraquinho, como a gente já comentou, de madeirite, uma benção! Minha mãe fez uma merceariazinha, que acho que foi uma das primeiras mercearias que teve. (...) Essa facilidade de achar as coisas trouxe mais gente pra Estrutural. Pra uma mulher vindo da roça com seis filhos pequenos, foi uma base, você entende? uma base!

O “lixo” pode ter tudo aquilo de riqueza que se pode ter do achado, porque vem num jeito de “graça”, de presente, do dado, do que surpreende, que compõe a parte festiva da vida na Estrutural: achar uma coisa no lixo era (e ainda é) alegria, surpresa, encantamento. O caminhão carregado de iogurte é a notícia que se espalha e vira a farra das crianças no fim do dia. O projeto social que eu participava fica na entrada do lixo e era muito comum as crianças chegarem oferecendo seus achados. Dessa forma, ainda hoje vão se criando também redes de compartilhamento desses presentes: as notícias se espalham e quem vê leva para o parente, para o vizinho, para o amigo, ou guarda em casa para quando precisar. E já era assim na época de Fátima, que confirma o relato de Creuza:

nós viemos na mesma época pra cá porque aqui era rico, é igual ela falou: tinha o Serve Bem que era aqui no Guará, tinha a Kibon, tinha a Só Frango e outros supermercados que jogavam aqui, mas jogava muita coisa mesmo. Então, eles primeiro jogavam lá na chácara, o Amadeus tinha uma chácara eles jogavam lá na chácara do Amadeus e ele mandava a gente buscar. Os caminhões vinham fechados, ali tinha caixas de queijo, muita verdura, muitas balas, as vezes vinha caixas inteiras..., os frangos, por exemplo, eles nem jogavam fora não, eles já deixavam na casa da mãe dele, a mãe dele vinha e avisava pra gente: Olha, a Só Frango deixou frango, vai lá buscar pra vocês! Então, essa riqueza que ela fala, aqui existia, então, muitas famílias veio pra cá por causa disso.

mulher que tava vindo pra cá, ela achou que era um direito dela morar, né? Depois dela ter vindo, nós entendemos que, pra proteger, tanto pra que a Jerusa ficasse mais cuidada, e pelo nosso direito à moradia também, a gente foi vindo”.

Mesmo que a maioria das pessoas da cidade hoje não trabalhe no Lixão, essa é sempre uma alternativa. Ao contrário da descrição comum dos estudos sobre as cidades satélites, onde a principal característica apontada é a dependência do trabalho oferecido no Plano Piloto, na Estrutural, mesmo que se esteja a apenas 10 km do Plano, pode-se a qualquer necessidade optar por trabalhar na própria cidade, com a vantagem da remuneração diária por produção e com a dispensa das obrigações da carteira assinada, como ter que lidar com um patrão e trabalhar com horário determinado. Trabalhar *lá em cima* pode garantir a comida da semana, a prestação que está para vencer ou o complemento da mensalidade da faculdade. Junto com o “lugar pra morar”, a cidade oferecia também, comida e lugar para trabalhar, e trabalho que não era qualquer um, enfim, *uma base*. É o que interpreta Creuza sobre a história da cidade e o trabalho no lixo:

A história da Estrutural pra mim é isso: as pessoas vieram pra cá porque tiveram facilidade de ter alimento, de ter roupa, de ter dinheiro, assim, muito dinheiro, igual muitos hoje ainda são catadores, graças a Deus, sobrevivem da reciclagem, é porque o lucro que o catador tem hoje não tem como eu que trabalho em casa de família, que sou assalariada. Então, assim, essa facilidade de trabalho, né?, de ter a sobrevivência mais fácil, de não ter carteira assinada, de ter, né?, fez com que muitas pessoas deixassem tudo lá fora, pessoas mesmo que talvez, como o Nenê, tivesse hoje a possibilidade de ter uma estrutura de vida melhor, se tornasse um morador da Estrutural e um catador. A visão que eu tenho da Estrutural é isso.

Muitos reclamam que com o passar do tempo já não é tão fácil tirar dinheiro do lixo, depois da criação de centros de triagem no Plano, o que chega ao Lixão já vem mais pobre de material que ainda sirva para a reciclagem, que é o que gera renda, *chega só o lixo do lixo*, e para juntar a mesma quantia de dinheiro agora é preciso dobrar o turno alguma vez na semana⁸⁰. Mesmo assim, a facilidade que se oferece a todo morador da cidade é que, ainda que a maioria dos catadores estejam organizados em cooperativas⁸¹, não há restrições para entrar no Lixão e vender o material que selecionar, qualquer um pode, no momento que precisar, trabalhar no lixo.

⁸⁰ O Lixão funciona 24h por dia e a qualquer hora que se vá lá, encontram-se catadores usando capacetes com lanternas na cabeça. Alguns dizem preferir o horário da noite porque o número de catadores é menor e, conseqüentemente, a disputa por materiais também.

⁸¹ O número de cooperativas de catadores varia muito, mas quando cheguei na cidade tinham apenas cinco em funcionamento e a maioria dos catadores não eram ligados a nenhuma das cooperativas, hoje

Alternativa sempre presente, o lixo se torna assim uma possibilidade comum de trabalho para quem vive na Estrutural, até para quem ainda está começando: repetiram-se as vezes que víamos adolescentes, que quando crianças eram atendidos pela ONG, agora entrando no Lixão, que muitas vezes é a primeira experiência de trabalho dos meninos e das meninas.

O que fez e faz do trabalho no lixo uma alternativa para muitos moradores da Estrutural pode ser, em muitos casos, a falta de recursos materiais. A vida não é nem um pouco fácil aqui, falta muita coisa, a infraestrutura e os serviços públicos demoraram a chegar e ainda não foram suficientes para atender às necessidades básicas de todos os moradores. O resultado de um sistema econômico explorador, excludente e desigual é revelado claramente nos índices e indicadores sobre a situação socioeconômica da cidade⁸², mas também nas relações que as pessoas estabelecem com suas necessidades. O dia-a-dia de muitas mulheres, homens e crianças que vivem aqui é, em grande parte, uma luta pela sobrevivência, em todos os seus sentidos. E, pode ser por isso que o que é descartado como lixo no Plano Piloto ganhe tanto significado, ou seja, por causa da escarces, qualquer coisa, por mais banal que pareça em outros contextos, ganha valor:

Eu lembro que uma vez, eu e meus irmãos, a gente foi na casa do Nenê e pegou muito prato e talher, porque a gente comia em vasilha de marmelada, aquelas latas de goiabada, e, assim, pra gente era muito legal. Quando a gente chegou em casa minha mãe bateu na gente e fez a gente devolver tudo [risos]. E a gente tinha aquela vergonha, a gente era pobre, mas tinha consciência, mas quando a gente chegou lá, a gente viu aquela fatura de prato, de porcelana branca, gente, era muita coisa! (Creuza)

Mas a relação com o que pode ser chamado de lixo por alguns, aqui tem mais significado do que o de suprir necessidades no momento da falta, nasceu desse contexto uma relação diferenciada com o meio ambiente e com os objetos, existe na Estrutural um sentido muito forte de reaproveitamento, de resistência ao desperdício e ao descarte. A palavra “lixo” raramente é usada para se referir ao que é encontrado no Lixão, muitas vezes “lixo” é sinônimo de “Lixão”, ou seja, uma referência ao lugar, ao espaço físico,

são mais de trinta organizando cerca de dois mil catadores, fora os “não-cooperados”. Em uma de nossas conversas, Abadia me disse que as cooperativas foram criadas na época do PIVE, como estratégia do governo para organizar os catadores para o processo de desativação do Lixão. Depois disso, entretanto, as cooperativas assumiram uma posição importante de interlocução com os governos distrital e federal e com a universidade, que centralizavam as políticas de assistência e formação nos catadores cooperados, sendo este um dos fatores que contribuíram com o crescimento do número de cooperativas.

⁸² Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. DIEESE, Janeiro, 2007.

como eu venho usando o termo aqui, já o que vem para o lixo, o que é achado lá, é chamado de “material”, “reciclagem”, “muquifo”, “mercadoria”, enfim, referências que sugerem uma utilidade, um valor, na maioria das vezes valor monetário, que Creuza compara ao de uma moeda:

Estrutural é uma cidade rica, antes era rica pelo que a gente contou, hoje ela é rica por quê? porque o progresso tá chegando! Já tem uma moeda própria da Estrutural, qual a cidade de Brasília que tem uma moeda própria? a Estrutural tem uma moeda própria! (...) A moeda própria da Estrutural, como diz o Didi, é o PET [garrafas plásticas], o alumínio, é o cobre...

Abadia, Cidinha e Jeruza são três irmãs que representam muito bem esse sentimento de que falo. Abadia e Cidinha moram numa mesma casa, feita em grande parte com material encontrado no lixo, e mesmo que só Cidinha ainda seja catadora, Abadia, que trabalha como costureira e educadora popular, me chama a atenção por uma forte preocupação com a forma e o lugar de descarte do que não queremos mais: tudo para ela pode ser aproveitado, preservado, por onde passa percebe e recolhe coisas deixadas no chão e tem até uma certa intolerância com o desperdício.

Às vezes, Cidinha anda na rua com um chapéu de palha largo, um carrinho, que carregado deve dar cinco vezes seu peso, puxado por músculos que contrastam com sua magreza, juntando e separando o que vai achando pelo caminho, muita coisa é deixada pelos caminhões ou por outros catadores pelas ruas da cidade, compenetrada ela junta e separa, e em casa guarda para o momento em que vai ser útil, porque certamente será, para a troca, venda, uso ou memória.

Jeruza, a terceira irmã, trabalha com o marido na reciclagem de madeira e, pra quem passa na rua, sua casa fica escondida atrás de um entulho enorme de madeira, material que, na verdade, é separado e preparado para a venda a fim de ser reutilizado. As três irmãs não trabalham no Lixão, mas assim como outros da cidade, fazem parte de uma dinâmica que é do Lixão, mas também é da cidade: a dinâmica da reciclagem, do aproveitamento, da preservação, da valorização das coisas.

Na Estrutural lugar de comprar roupa é bazar, por aqui eles são muito comuns, talvez exista mais bazar que padaria, por exemplo, e quando alguma igreja ou projeto social promove um, grandes filas se formam muito cedo e é possível vender muita coisa, não apenas roupa e sapato, mas utensílios domésticos, móveis, eletrodomésticos,

enfim, quase tudo se vende em bazar na Estrutural. Esse também é o diferencial da feira nas manhãs de domingo na parte central da cidade, que, como as outras, tem banca de verduras, de frutas, de pastel, mas também tem uma série de produtos a venda que revelam esse espírito da cidade: as bancas de coisas achadas no Lixão durante a semana, dentre elas as próprias verduras e frutas, ou a banca de “cabresto de chinelo”, aquela parte de cima das sandálias de borracha, sugerindo que aqui ela deve ser usada enquanto houver sola.

Principalmente na época em que o governo tentava remover os moradores da cidade, quando ainda não tinha sido regularizada, as acusações reproduzidas pela mídia eram de que a cidade e seus moradores colocavam em risco a preservação do Parque Nacional de Brasília e suas nascentes, e por essa razão os catadores por muito tempo foram apontados como agentes da degradação ambiental provocada pelo Lixão. Nessas representações sobre a cidade e seus moradores, costumam aparecer referências à posição da Promotoria do Meio Ambiente, que sempre foi um dos principais questionadores da existência do Lixão ali, mas com isso a responsabilidade recaía sobre a cidade, junto com o governo que permitia sua permanência, que por uma suposta falta de consciência ambiental aliados a um interesse econômico insistia em permanecer na área.

Em contraposição a isso, foi se construindo na cidade um discurso de defesa do papel na preservação ambiental que cumpriam os catadores. Ao contrário do que ouvem, muitos moradores da Estrutural, principalmente os catadores mais antigos, se veem como os responsáveis pela degradação não ter sido maior, em muitas falas, cuidar do lixo foi assumir um papel que não era deles, que deu a eles meio de vida, mas que também promoveu o bem de todo o Distrito Federal, enquanto se parecia esquecer quem eram os principais produtores dos resíduos que vão para o Lixão.

A Cidade Lixo: discriminação, vergonha e pobreza.

Poeira, lama, barulho de caminhão, à noite cheiro de gás⁸³ e, na cozinha, sempre muita mosca – na minha chegada, era isso viver ao lado do Lixão. Aos poucos,

⁸³ A decomposição do lixo produz gás metano que, à medida que ele vai sendo enterrado, vai se acumulando embaixo da terra. Para liberar esse gás e evitar explosões e deslocamento do solo foram

entretanto, outras coisas foram me mostrando que para quem mora na Estrutural, por muitos motivos diferentes, não é possível esquecer que ele está ali, há lembranças em todo lugar.

O Lixão pode ser a lembrança da fartura e da graça, como falamos, mas pode também ser a lembrança da mãe, como Creuza, que deseja todo dia que aquela não seja a vida das filhas: *eu não quero que vocês vão trabalhar no Lixão, não porque eu tenha vergonha, mas porque na minha infância, eu não tive infância normal...*; lembrança do adolescente que sonha em arranjar trabalho fora, lembrança do menino que não se sente adequado na escola, e, principalmente, lembrança de pessoas que ouvem, de diversas maneiras, que aquele lugar não é o lugar da cidade que vive do lixo.

Mesmo que tenha crescido muito (35 mil habitantes) e que tenha cerca de metade da população na faixa etária de 0 a 18 anos, na cidade só foram construídas até agora quatro escolas, mas nenhuma de Ensino Médio, por isso quase todos os adolescentes e jovens têm que estudar nas escolas das cidades vizinhas, principalmente no Cruzeiro e no Guará. E a lembrança do lixo aparece também ali.

Jonathan, Roberto e Marcelo⁸⁴ participavam de uma oficina de leitura que eu oferecia na ONG. As oficinas funcionavam na forma de debates e diálogos sobre temas diversos e podíamos falar de forma mais ou menos livre. De alguma maneira, eu vinha conquistando a confiança do grupo, por essa razão a coordenação do projeto me pediu para ter uma conversa com a turma sobre a ausência nas aulas, porque vinham sendo comunicados pela direção da escola que os meninos, principalmente, pegavam o ônibus na Estrutural, mas não chegavam à escola no Guará. Na época Jonathan, Roberto e Marcelo tinham uns 13 ou 14 anos, e lembro que logo de cara quis saber o que estavam fazendo na rua, e Roberto, também de pronto, respondeu: *Roubando bike dos playboy!*

Nessa época, lembro que a minha atenção se voltou para o fato de que mesmo que soubessem que não poderiam ficar muito tempo com as bicicletas ou que não ganhassem muito dinheiro com a venda delas, aquilo representava uma espécie de resposta para outros jovens moradores do Guará de poder aquisitivo maior, os *playboy*, remetendo a um conflito anterior, não propriamente particular, mas coletivo. Fiz uma conversa para persuadi-los a voltar para a escola, mas fiquei com a questão: o que

enterradas manilhas que liberam o gás de forma intermitente. Dependendo da posição do vento o cheiro de lixo e gás fica mais forte na Estrutural e até nas cidades vizinhas.

⁸⁴ Os três pediram para não ser identificados, os nomes, portanto, são fictícios.

acontece entre os jovens da Estrutural e do Guar dentro da escola? Depois disso, ouvi várias vezes falar sobre discriminao no ambiente escolar, mas não conseguia entender muito bem a questão.

Mesmo depois que saíram do projeto, mantive o contato com os três e, uns quatro anos depois, voltamos a conversar sobre o assunto. Marcelo explica a questão:

A dificuldade que eu enfrentei morando na Estrutural foi o preconceito. Acho que uma das piores coisas que eu já passei assim foi isso, você falar que mora num lugar e as pessoas começam a discriminar a pessoa, começa a pensar que ela é bandida, que não presta, não sei o que. Quando eu estudava no CEF 2 também era a maior discriminao porque, tipo, era são eu e uma menina da Estrutural, o resto era tudo do Guar, aí os bicho começaram a discriminar pra caramba, tipo, eles falavam que eu tinha mão p sujo e tal, mas com o tempo os bicho acostuma e começa a aceitar, dependendo da pessoa eles aceita, eles te defendem. Antes era podre, primeiro ficaram dois ônibus, depois são um, e depois o pessoal tinha que pagar passagem pra ir pra escola estudar. Eu não sei como o sistema é hoje, mas antigamente era são um ônibus da Estrutural, pro CEF2 e pro GG, discriminao mesmo, tipo, era o sistema que eles não queriam que o pessoal da Estrutural estudasse l.

E não era por faltas de tentativas de ser como os outros que as diferenças apareciam, completa Jonathan:

As vezes tu podia estar limpo, bem ajeitadinho lá, mas são porque tu t de roupa humilde, não t vestido com roupa de marca que eles começavam a te criticar. [Roberto: também não podia, tanta poeira que tinha aqui na Estrutural, você banhava, quando você chegava na metade do caminho do colégio, tu já tava imundo, chegava no colégio tu ia direto na torneira lavar pelo menos a mão pra não sujar o caderno]. Tu amarrava uma sacola no p pra não sujar o tnis.

Por causa da poeira que traziam no sapato, os adolescentes da Estrutural eram chamados de *p-de-toddy*⁸⁵, o que tinha a ver com uma discriminao relacionada à classe social e  pobreza, praticada tanto pelos colegas de outras cidades quanto pelo próprio sistema escolar:

⁸⁵ O barro marrom do cerrado lembra chocolate em p, como o da marca Toddy.

Roberto: *Nas primeira vez que a gente começou a estudar, assim, até as diretora tinha problema com nós, dizia: “tá vindo menino da Estrutural, expulsa tudo logo, caça um jeito de expulsar tudo!”*

Eu: *Mas por que isso?*

Roberto: *Porque era discriminado, mora na favela é favelado, só anda sujo, não tem uma sandália pra calçar. Entrar no colégio só de sapato, não tou com condição de comprar um sapato, então não entro no meu colégio: “Vai ficar aí fora!”. Se a pessoa não tinha condição, que nem nossos pais, já passou alguma necessidade, minha mãe tá com dinheiro ali, mas pra comprar comida, não tá tendo podendo comprar um tênis pra nós, aí chega no colégio de sandália: “Tu não vai entrar, tu vai ficar do lado de fora! Não veio de sapato..”*

Mas a pobreza, mais uma vez não explica tudo dessas relações, morar perto do lixo também aparece como um fator de explicação que une diversas experiências e, nesse caso, sentimentos de desvalorização e baixa estima social. Marcelo continua explicando:

A primeira coisa que as pessoas falam é: ‘Você mora na Estrutural? Você mora perto do Lixão’. Nessas situações dava tristeza, você mora num lugar que você gosta pra caramba e chega lá a pessoa vem falar bosta, véi! É muito desanimador, assim, pelo menos antigamente. Pô o bicho tá falando da minha cidade e eu não posso falar nada porque já tá cheio dos playboy, os playboy tá tudo em volta falando da Estrutural e só tá você lá aí não adiantava falar nada, eu ficava na minha, de cabeça baixa, e ficava triste. Hoje eu não ligo não, mas antes era muito desagradável.

E Roberto completa:

As pessoas lembram muito do Lixão também: “Você mora na Estrutural, você mora no Lixão! Você mora na Estrutural? Ah! trabalha no Lixão! Lixeiro!” Como se fosse a coisa pior do mundo, quando vê você tá ganhando mais do que eles e eles tá te chamando de lixeiro! Hoje eu não ligo, não tou nem aí, mas quando eu era criança, qualquer discriminação era pancada.

Na mesma época que fazia oficina comigo, Roberto, dos roubos de bicicleta, passou a fazer outros tipos de assalto, o mais ousado deles a um mercado no Guará, pelo qual foi apreendido pela primeira vez:

Eu roubei o Pão-de-açúcar do Guará (...) roubava dinheiro, peguei o cano do oitão e botei na boca da mulher e peguei só um balcão, era um monte e eu fiquei só em um, o do canto que era mais fácil de correr. Quando eu tava saindo eu vi a mulher conversando no

telefone, fui lá de trouxa e bati a mão no telefone dela e levei. Quando eu cheguei em casa, não deu meia hora a oitava [8ª Delegacia de Polícia, a mais próxima da Estrutural] bateu na minha porta: “Você rodou!”, eu falei: Por que mesmo? [a polícia:] “Você roubou um celular e roubou o Pão de Açúcar” [Robson:] O celular eu roubei o Pão de Açúcar não! , mas de qualquer jeito meteram um 157 na minha ficha sem dó, sem piedade, as vítimas me reconheceram (...) foi pelo celular, era um ipodzão dos doido (...) aí além da mulher ficar com o celular dela, ainda tomei meu prejuízo.

Depois disso, encontrei Roberto e ele me disse que estava trabalhando no Lixão, saíra da escola e estava conseguindo ganhar um bom dinheiro. No dia dessa nossa última conversa, me contou que já estava com 18 anos e era pai, precisava *crescer, parar de viver favela, de ser favela.*

Estrutural era isso, lixo ou bandidagem, como disse Roberto, *era só você ligar a televisão pra você ver dizer que na Estrutural só tinha bandido, constantemente*, o que fazia com que os vizinhos pressionassem a sua saída de lá, como explica Abadia:

Depois de ter ocupado aqui, o preconceito e a resistência das pessoas pela permanência nessa cidade foi que fez todas as opressões que nós sentimos aqui, a sociedade de fora e principalmente as mais vizinhas aqui foi que fez a opressão que os governos fez com a gente, que pressionou a opressão, porque pra elas era assim: como é que nós conseguíamos? Por que é que nós que éramos pobres e que não tinha condição de ter uma casa boa ía morar nesse lugar tão próximo, tão legal? que isso daqui era pra família deles.

Quando Jeruza veio pra Estrutural, Abadia trabalhava como costureira e morava de aluguel no Sudoeste, região administrativa de classe média alta do DF, ela ainda não tinha lote aqui, mas vinha aos fins de semana, fazia isso porque precisava trabalhar e na Estrutural, como boa costureira que é, não conseguiria ser bem remunerada pelo seu trabalho e ajudar as irmãs, que morando na Estrutural, não conseguiriam emprego. Estando lá fora, Abadia conseguia perceber as impressões que tinham suas clientes sobre a cidade e, por vezes, preferia esconder que sua família vivia lá. Abadia explica que o preconceito que sentia era o mesmo que não permitia que suas irmãs arranjassem emprego, e o mesmo que transparecia nos olhares dos moradores de outras satélites, dentro dos ônibus, às vezes com a mesma condição social que eles, como se existisse uma ideia compartilhada fora daqui sobre o que era a cidade e as pessoas que moravam nela:

Claramente eu sentia o preconceito das minhas clientes, tanto é que, pra muitas delas, eu não dizia que minha família morava aqui até o momento. A outra situação, que todo mundo vai falar, que é a questão do trabalho, a gente não conseguia trabalho, as meninas que moravam aqui nunca conseguiam trabalho, nisso as famílias [de fora] ficavam mantendo, né? A outra questão é o transporte, se você quisesse ir pra algum lugar, você tinha que ir andando, porque nessa Via Estrutural todinha aqui, até a Cidade do Automóvel, ninguém tomava ônibus não, os caras não paravam. Eu tenho uma amiga, uma conhecida, de fato, que um dia, onze horas da noite, debaixo de chuva, o motorista de ônibus deixou ela lá no posto de polícia. Deixava mães com criança, todo mundo pra não pegar aqui, aí quando você entrava dentro dos ônibus dos nossos iguais, que tava vindo de Brazlândia, de pessoas pobres também, da nossa própria classe, nós sofriamos preconceito, olhava pras nossas roupas, olhavam pros nossos pés, porque eram sujos, porque eram empoeirados os sapatos, porque não tinha... como era lama, tinha o estado de sítio aqui, a cidade tava toda sitiada, você tinha que dar volta, você tinha que andar.

Essa ideia sobre a cidade era construída, como ela diz e os estudantes confirmam, da poeira que traziam no corpo e da qual não conseguiam se limpar, *não tinha como*, que denunciava a clandestinidade da vida que levavam, reforçando a imagem construída na mídia, sendo a prova do não reconhecimento do direito pelo qual lutavam, o direito de morar ali. Mas junto com isso, e para que se possa de fato entender como os *iguais*, que também lutaram pelo mesmo direito e que também viviam em ambientes precários, pudessem também não se identificar e dar menos valor a quem era da Estrutural, é preciso voltar ao lixo:

É uma coisa que foi plantada na cabeça dos nossos iguais que essa cidade aqui não era pra nós, que nós éramos lixeiros, que morávamos perto do Lixão, o entendimento é esse, porque como é que eu vou justificar que uma pessoa que é pobre que também morou numa cidade que talvez foi ocupada, tivesse preconceito com a gente? num é? é uma coisa muito profunda pra mim explicar, o que eu posso te dizer é que havia, você entrava dentro do ônibus tinha uma pessoa igual a mim trabalhador que vinha de uma cidade de pessoas trabalhadoras e elas também sofreram preconceito.

Como Abadia, a revolta de Nenéu com relação ao preconceito dos colegas, ou às coisas que não se explicam muito bem, também encontra resposta no lixo:

Um lugar tão discriminado. Às vezes eu tou lá no serviço lá, eu trabalho no prédio da administração do Banco do Brasil, eu faço a segurança lá, e lá tem os meus colega que são segurança também igual a mim, e lá tem meu amigo que mora no Núcleo Bandeirante, pensa, cidade maravilhosa daquela, às vezes ele vê uma notícia no jornal, na televisão e ele fala: Ó a cidade do Manel! Deus me livre! Nunca quero nem passar ali! Eu falei: se você passar lá, eu faço questão de passar todos os catadores que tem lá pra te linchar! Eu fico revoltado, sinceramente!

E a tudo isso se somava, como disseram Abadia e Roberto, a imagem da cidade propagada pela mídia associando-a à criminalidade, que também teve suas consequências:

Pra mim, os jornais, o que elas viam na televisão, as informações que elas obtinham faziam com elas tivessem preconceito de nós, pensava que todo mundo era ladrão que todo mundo ia assaltar, que todo mundo era prostituta.(...) Ainda depois teve aquela questão de ter muitos assaltos nessa parada, porque também eu acho que, com essas revoltas, os meninos que assaltava resolveu falar: 'então vamo assaltar mesmo, já que tá todo mundo achando que somos, né?', e tinha muitos assaltos mesmo, a gente não pode negar.

O sentimento de injustiça, expresso nas falas, com o pouco valor dado ao trabalho no Lixão ou à luta pela cidade, advém, sobretudo, do entendimento e vivência diferenciados que têm em relação a quem não é dali e não conhece aquela realidade, da percepção, como a de Nenéu, de que, se talvez as pessoas compreendessem o sofrimento de um catador e a importância do que ele faz, eles não precisariam ser tratados dessa forma, enfim, do não reconhecimento:

Nenéu: Eu queria ter tido uma filmadora pra poder mostrar todo sofrimento que a gente passa dentro daquele lixo.

Carol: Mas por que você acha importante os outros saberem disso?

Nenéu: Porque eu acho assim, ao invés deles querer só vir pra cá na época de política, ganhar votos em cima dos catadores, e tirar as famílias, pensar numa solução melhor, num salário melhor pras famílias que dependem disso aí, entendeu? Era isso que eu queria, ao invés de dizer que aquilo é um bando de vagabundo, um bando de marginal, não vê que ali tem um bando de pai de família, de mãe de família. Eu queria ter página por página pra mostrar pras pessoas que estudaram, que são tudo formado e tudo, mas não sabem o que é a vivência de uma pessoa dentro do lixo, a situação e o que faz a pessoa viver numa situação dessa aí. Porque pra maioria das pessoas é fácil criticar: 'Ah! o cara vai prali ganha 600, 700, uns vagabundos desses pra fumar maconha pra isso, praquilo'. Não, não é assim não, a pessoa que vive ali dentro tem a sua família, tem as suas responsabilidades, entendeu? Então vai lutar por aquilo ali, porque não tem condição de ter algo melhor. O governo não vai querer dar um emprego lá num órgão dele pra um lixeiro desse aí pra ganhar 3, 4 mil reais? ou 600, 700 reais por semana? sem ter estudo? [Fátima: Pobre não tem condições nem de ir lá pedir esse emprego!] Eu mesmo já ouvi o comentário aí fora: 'Aquele pessoal ali, não sei como ainda tem gente que encosta num pessoal daquele, aquele pessoal já é contaminado'. Cé vai num hospital desse aí, cê vê, o cara olha e fala: 'É lá da Estrutural, lá do Lixão da Estrutural, e muitas vezes o cara enfia a mão na luva, que é obrigação, enfia a mão na luva pra poder mexer com aquela [pessoa].

Mesmo que tenha suas compensações e alegrias, o trabalho no lixo é penoso e degradante, e trabalhar lá ou ser valorizado por isso, no entendimento de Creuza, vai muito além de um discurso ou de viver perto, já que o “nojo” dos catadores foi inclusive o motivo das divisões dentro da própria cidade:

Eu, Cleuza, há duas semanas atrás eu fui pro Lixão porque eu tava desempregada e eu voltei pro Lixão. A situação é degradante, eu chorei muito porque é terrível, eu abri uma sacola e tinha um monte de fezes, abri outra tinha um monte de bicho. Uma pessoa como eu, que nasci no Lixão, eu, não conseguiria mais viver como uma catadora, imagina uma pessoa que vive numa sociedade diferente? jamais se uniria a um catador, não se une, por mais que as pessoas falem que não tem orgulho, que tá aqui pra lutar por uma sociedade, se juntaria, se sentaria à mesa com um catador. Eu Creuza, naquele Lixão, tenho consciência disso [choro]. Porque quando eu abri aquela sacola, que aquele papel higiênico veio cheio de fezes pra cima das minhas mãos, eu pedi pra Deus: Eu volto a trabalhar de doméstica, mas não quero ganhar 600 reais por semana, cê tá entendendo? é condições que as pessoas se impõe porque não tem condição de vida. É bom ser catador, ganhar muito dinheiro, é bom, mas é um dinheiro que não te deixa você ter conhecimento. [Muitos] não teriam coragem, gente, eu tenho certeza, de chegar na casa de um catador e vê ali um monte de roupa suja, um monte de criança suja com catarro escorrendo com os pesinhos no chão, tomar água, não tomaria, não tou dizendo que não tenha pessoas entre vocês [grupo do Ponto de Memória] que seja humilde, que são bom. Mas por que essa sociedade, Vila Nova e Vila Velha, não se misturavam? por causa de ser um choque: catador é considerado como um lixo, como pobre, como degradante, como se fosse um rato entrando na sua casa, então essa falta de união de aprendizado, de socialismo, que não tem na Estrutural, faz a diferença de estrutura. Então, assim, por mais que tenha cursos aqui dentro, a Fátima dá curso, “n” curso entra aqui dentro, as pessoas jamais vai deixar de ser um catador pra fazer um curso de bolsa de caixinha de leite pra ganhar 500 reais por mês, vocês estão me entendendo? Assim, por mais que a gente tente, dá uma consciência governamental mesmo de estrutura, não adianta (...). Aí as pessoas pensam assim: ‘Ah! Mas é muito fácil pro catador!’. Não é fácil. Há quinze dias atrás eu cheguei em casa desesperada, eu tirei a minha roupa, coloquei numa sacola e falei pras minhas filhas: Nunca mais, passando dificuldade, tá, mas nunca mais eu subo ali, não porque eu tenha, assim, não é orgulho, é porque eu tomei consciência, eu mesma tomei consciência: Meu Deus, disse aqui eu já saí, agora é caminhar pra frente! E muitas pessoas estão focalizadas em que? que o governo do Rio deu 15 mil reais pra cada um catador e eles continuam ali pra ver se essa renda vai sair e se não sair? Vão continuar sendo catador? vão continuar sendo uma sociedade tratada como pessoas excluídas, inferiores, então é muito difícil!

Para Creuza é quase impossível continuar sendo catador e ter algum valor reconhecido, ao contrário disso, significa ser tratado como *uma sociedade de pessoas excluídas*, como *inferiores*, sem igual valor, num processo que Honneth (2003) classificaria como degradação cultural, “quando a privação de direitos ou a exclusão social não representam somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também

a sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro de interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade” (HONNETH, 2003, p.217).

As consequências da “vexação”, da “vergonha social”, como chama Honneth, na Estrutural acompanha várias gerações, filhos, pais e avós, as marcas da vida no lixo ultrapassam o sentimento individual, mas fazem parte de um sofrimento coletivo. Sofrimento que por todos os lados deixa sequelas e sequelados, dentre eles a mãe de Fátima:

Com a minha mãe acontecia isso que aconteceu com a Creuza, mas pra melhorar ela e as colegas dela faziam assim: ‘A gente leva uma pinga! Pra trabalhar, vamo levar uma pinga!’ E isso foi o que ela fez a vida inteira, toda vez que ela subia lá para o Lixão pra trabalhar ela levava uma pinga, e com isso ela se tornou alcoólatra. E não foi só ela, eles se tornaram alcoólatras, porque se não fosse bêbado ou drogado não consegue trabalhar. É uma história triste que vem se arrastando lá dentro.

Somente depois que cheguei à cidade foram cerca de cinco mortes por atropelamento dentro do Lixão. Lembro-me de uma menina, uma mulher e um homem e a mesma situação: o caminhão despeja o lixo, as pessoas se aproximam e qualquer escorregão do catador ou distração do motorista se transforma em fatalidade. Além disso, as mortes podem acontecer como a do filho de Dona Rita, que num desses choques com as máquinas, sofreu uma fratura e não foi socorrido imediatamente, a ferida infeccionou e o levou à morte. As histórias de vergonha, nesse caso, ganham o peso da dor, do lamento e às vezes da revolta, Dona Rita, por exemplo, nunca mais voltou ao Lixão, e denuncia: *a gente vê que todas as pessoas que perderam filho ali o governo não faz nada, não ajuda em nada... pra eles esquece, mas pra nós que somos família... eu mesma não esqueço do meu filho nenhum minuto.*

Todos esses sentimentos relacionados ao Lixão, às condições de trabalho e às formas de vida das pessoas que moram à cerca do lixo, como a alegria, a gratidão, o apego, a solidariedade, ou a vergonha, a raiva e a revolta, são resultado de uma história que ou se vive, ou se compartilha, mas não apenas isso, são resultado, como venho entendendo, também do olhar e discurso dos outros, dos “de fora”, dos que são iguais, dos que são diferentes e mesmo de alguns funcionários do governo. No período em que estávamos discutindo a mudança dos moradores da Quadra 12 para as casinhas próximas ao Lixão, muitas vezes alguém de alguma secretaria ou da universidade

questionava: *mas eles já moram tão mal e já passam o dia no lixo? não vão nem sentir se mudarem para cá!* Chega a ser incompreensível para alguns, entender como pessoas que se apegam tanto ao lixo, que veem nele tanto valor a ponto de gastarem uma vida inteira com esse trabalho, se importem em viver mais perto ou mais longe dele.

O lixo é sujo e mal cheiroso, na Estrutural, muitas pessoas sabem disso, o trabalho, do jeito que é feito, é difícil e perigoso, elas sabem disso também, mas sabem que não fazem esse trabalho apenas porque querem, ele é necessário, sabem que não foram elas quem criou o Lixão, e sabem que não são apenas elas quem o alimenta todos os dias, sabem que casas ao lado do lixo desvalorizam e cheiram mal e, por isso, podem se recusar a morar ali, sabem que não deveriam ser tratadas como se fossem elas o próprio lixo e é isso que não querem para seus filhos. Apesar disso, sabem que o Lixão foi importante para a vida naquela cidade, que dele muita riqueza pode ser reaproveitada, sabem da importância ambiental do que fazem, e sabem que talvez o Lixão da Estrutural seja um dos motivos para ainda estarem ali.

Intrigou-me o fato de Creuza não desejar que suas filhas trabalhem com a reciclagem, mesmo que considerando que se possa ganhar e viver bem como catador - como podiam coexistir sentimentos tão contrários com relação ao lixo, como o de gratidão e ressentimento? Resolvi conversar com Abadia sobre a questão. Abadia diz que a cidade e o Lixão, as duas coisas juntas, provocam sentimentos dentro e fora da cidade. Fora da cidade o efeito é o que ela denomina “preconceito” e “inveja”, o primeiro serve para dizer o que as pessoas da Estrutural são ou não são, e o segundo para dizer o que elas podem ter. Segundo ela, é muito comum a admiração de alguém de fora que vem à cidade e se espanta com o que o morador da cidade pode ter: *Mas é catador e tem carro novo?*, como se apontasse uma incongruência. Isso seria o sentimento imediato da inveja que, segundo Abadia, não se conforma com o fato da cidade pertencer àquelas pessoas: *Meus filhos é que deveriam morar aqui!*

Esse olhar de fora, provocaria não apenas efeitos políticos, mas também muito sofrimento para quem vive na cidade, ao que Abadia chama de “estigma”. Mesmo que Cidinha e Jerusa não trabalhem dentro do Lixão e não sejam consideradas por muitos como catadoras, elas sofrem preconceito do mesmo jeito, ela explica. Ainda que o catador tenha uma ascensão financeira isso não serve para que ele seja tratado com importância. Por essa razão, segundo ela, muita gente na cidade gostaria de fazer um

curso na universidade para, enfim, provar que tem valor, para dizer “eu posso!”, de outra forma também poder dizer: *catador também pode morar aqui ou estudar ali*.

Mas muitas pessoas, como ela mesma, não se sentem sem valor, ela diz, e isso não tem a ver com o fato dela já ter participado de muitas formações políticas nos movimentos em que participou, suas irmãs também veem valor social e ambiental no trabalho que fazem e, segundo ela, muitos outros catadores. Contribuiu para isso, ela diz, a política do ex-presidente Lula, que abraçou um catador em um evento transmitido nacionalmente e criou programas que o reconheciam como um profissional, depois disso, mais gente começou a participar de congressos de catadores e a se sentir mais confiante. Mas mesmo antes, muita gente já sabia: ser da cidade não é ser apenas catador - e catador, ela chama a atenção, não é de lixo, porque o que se cata não é lixo -, mas ser catador, junto com outras coisas, faz com que aquela cidade deva ter um papel especial reconhecido por Brasília.

Esse conflito que se dá em torno da relação Lixão-Estrutural-Brasília constrói também os significados de uma luta, pela cidade e para se conquistar a aceitação e o valor social, travada cotidianamente não apenas por catadores, mas por toda a cidade. E a memória, como veremos, é parte desse campo de disputas.

A Cidade não é Lixo! : valorização, expulsão e memória.

Apesar do menosprezo que dizem sentir por viverem na Estrutural, seus moradores também percebem um valor dado à cidade, as facilidades que oferece por ser bem localizada, cercada de lugares caros, e como isso a faz cobiçada. O fato do lixo ainda estar lá talvez seja um dos motivos para que ainda não tenham sido, de vez, arrancados dali. Como diz Creuza, o lugar é de rico, mas por enquanto os ricos não saberiam lidar com essa proximidade do Lixão, porque não é essa a história deles, ainda que seja essa a direção da *política do governo*:

Porque eu trabalho numa casa num conjunto acima do meu, porque a minha patroa morava na Asa Norte, entre aspas, vendeu uma casa no Norte e está moradora da Estrutural. Uma pessoa se desloca da Asa Norte pra morar na Estrutural, por quê? Ela sabe que nos pormenores da política isso aqui é cidade pra rico. É igual eu falei, vão tirar cada um que é catador e vão incluir o rico. Assim, as pessoas não conhecem a

história aí vão chega... Igual, ela tava no sábado: 'Ai quanto mosquito, vai vir um pessoal aqui, ai Creuza, o que que eu faço?' Eu trabalho de doméstica na casa dela ganho 622 reais por mês, eu sou doméstica de uma pessoa que veio de fora e é moradora da Estrutural, é agora moradora da Estrutural. Então, assim, é igual vocês tão falando, se a luta não continuar pra preservar as raízes, daqui uns dias não vai ter um veterano pra dizer: 'Eu cheguei aqui na Estrutural, por exemplo, por 80, em 95', não vai ter... Por que ela quer deixar a Asa Norte pra morar na Estrutural? é uma cidade que vai ficar muito bonita, uma cidade que em cinco minutos você tá em Taguatinga, no Plano, no Guará, no SIA, dois minutos, e é uma cidade que você olha lá do alto e vê que é muito lindo, isso aqui chama a atenção, é uma cidade que tá chamando a atenção, chama a atenção de governo, né? governo entra assim com a política... é uma cidade bonita, que as pessoas olham e falam assim: Ainda tem catador, ainda tem barraco de madeirite, mas é uma cidade valorizada...

Junto com os rumores do fechamento do Lixão e a regularização da cidade, observei que aumentou muito o número de interessados em comprar imóveis na Estrutural. Na minha chegada, tive muita dificuldade de encontrar um lugar para alugar, depois de três meses de procura, encontrei uma quitinete em um prédio com outras oito moradias como essa, cujo proprietário era um investidor de imóveis que nunca havia morado na cidade. Existiam outros prédios assim, exclusivos para aluguel, mas não eram tantos quanto agora.

A cidade está tomada de placas de venda de casas e ao mesmo tempo de construções de cômodos para aluguel, muitas casas são construídas com pelo menos um andar exclusivo para isso. Não significa necessariamente que as pessoas estejam indo embora, muita gente vende a casa e continua morando aqui de aluguel, e outras da própria cidade compram vários desses imóveis. Ou necessariamente que sejam pessoas de outros lugares chegando à cidade, já que muitos que vivem de aluguel são apenas novas famílias da própria cidade. Para saber ao certo o que está acontecendo, valeria uma pesquisa com Viana, o mais conhecido corretor de imóveis da cidade, e com essas famílias que alugam casas e quitinetes. Mas a questão aqui é: as pessoas têm associado essa movimentação exagerada do comércio de imóveis como parte de um processo que é de expulsão dos moradores da cidade que a construíram e conquistaram, apontados, geralmente, como aqueles moradores mais antigos.

Junto com essa percepção, que, como observo, não é só dela, Creuza fala de uma luta para *preservar as raízes* como sendo contrária a esse movimento de saída da cidade, como resistência a um movimento que se sente acontecer também com a compra e venda de lotes na cidade. Essa luta pela preservação das raízes se faz, segundo

Abadia, há muito tempo e está presente desde o dia-a-dia do catador até na disputa política para contar a história da cidade.

Em muitas conversas que fiz na cidade ficava muito clara a importância dada ao fato de contar e guardar de forma mais fidedigna possível as experiências vividas. Existe inclusive um receio prévio com pesquisadores universitários que aparecem querendo fazer da cidade objeto de estudo, segundo Abadia, principalmente porque, por diversas vezes, essas histórias foram contadas, mas nem sempre se tinha retorno dessas pesquisas, ou ainda porque muitas vezes as pessoas não se sentiram identificadas com o que era contado a respeito delas.

Tão clara é essa preocupação em preservar essas memórias, que em 1998, o então deputado distrital José Edmar, organizou um acervo com vídeos, fotografias, cartuchos de balas e bombas que haviam sido guardados da Operação Tornado, e reuniu esse material numa casa que comprou na cidade e deu o nome de “Museu do Sangue”. O museu, mesmo que fosse um museu particular e que hoje já esteja fechado, se tornou e ainda é muito conhecido na cidade.

Abadia explica que não é porque a história retratada no museu seja toda a história da cidade, ou a mais importante, ou ainda a versão verdadeira dos fatos, que o Museu do Sangue tenha ganhado esse reconhecimento dos moradores da Estrutural, mas é porque na Estrutural entende-se a importância de contar o que se vive ou viveu, ainda que não se tenha toda clareza dos efeitos disso. Outro motivo, ela diz, é que o Museu do Sangue naquele momento fazia parte dos conflitos políticos da cidade, *ele representava a versão da história de um grupo, mesmo que liderado por Zé Edmar, um grupo da cidade*, o que o fazia conhecido e referência inclusive para os seus adversários. Era reconhecido porque disputar a memória na Estrutural era também parte da política da cidade.

Ainda no final da década de 90, Deuzani e Telma, que faziam parte do Círculo Operário do Cruzeiro⁸⁶, iniciaram um treinamento de alfabetizadores na cidade baseado no método de Paulo Freire. De acordo com essa metodologia, como atividade final do processo de alfabetização, os educandos deveriam escrever suas próprias histórias de vida. Do grupo formado, muitas turmas foram iniciadas e muitas histórias escritas,

⁸⁶ O Círculo Operário do Cruzeiro - COC é uma organização ligada à Confederação Brasileira de Trabalhadores Circulistas, que, por sua vez, é uma derivação da Confederação Nacional dos Operários Católicos – CNOC, fundada em novembro de 1937. O COC fica localizado no Cruzeiro, cidade vizinha à Estrutural, e realiza atividades culturais e políticas principalmente nas duas cidades.

orientadas desta vez por Antônio Francisco, Vanda e Nana, dentre outros moradores da cidade, agora também educadores. Alguns anos depois, Abadia, que já estava acompanhada de outras educadoras populares, acabou encontrando parte desse grupo e se juntando a ele, e em 2008 fundaram o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural - MECE.

Em 2009, Deuzani foi contatada pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, que estava dando início ao programa “Pontos de Memória” e queria consultar o MECE sobre a possibilidade de ter na Estrutural um projeto piloto do programa. A proposta do Ibram era escolher doze cidades ou bairros da periferia das grandes metrópoles para, junto com grupos locais organizados, incentivar a criação de museus comunitários⁸⁷. O MECE mobilizou alguns grupos da cidade para uma reunião com o Ibram para apresentação da proposta, entre eles a Associação VIVER e a Prefeitura Regional Comunitária, duas organizações que eu participava de forma mais direta. Depois de bem recebida a proposta, o grupo inicial formado pelo MECE, pela Associação VIVER e pela PRECES, resolve executar o projeto na cidade e mobilizar outros moradores para participar do processo de construção do Ponto de Memória da Estrutural.

Abadia, Alessandra e Fernanda, que participavam desse primeiro grupo, nessa época faziam parte também do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD e da Marcha Mundial das Mulheres - MMM⁸⁸ e junto com o Ponto de Memória e o MECE, resolveram cotizar o aluguel da casa do irmão de Abadia que passaria a se chamar “Casa dos Movimentos”. O Ponto de Memória, apoiado por uma série de parceiros, realizou ali várias atividades de formação em museologia, organizou duas grandes exposições, algumas “Rodas de Memória”⁸⁹, cursos de arte para jovens e adultos, dentre outras atividades, e tem colecionado um acervo com depoimentos, documentos, fotos e objetos coletados entre os moradores e considerados representativos sobre as histórias da cidade.

⁸⁷ Segundo Hughes de Varine (2009), “uma boa definição de museu comunitário foi dada por um habitante de Santa Cruz: um instrumento de integração das comunidades, utilizando o diálogo entre essas comunidades através de elementos patrimoniais e, sobretudo, objetos e exposições” (p.2).

⁸⁸ “A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. (...) Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais.” (disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>)

⁸⁹ Lanches ou cafés organizados com moradores da cidade e convidados para falar sobre a história da cidade no formato de uma roda de conversas.

A partir das atividades do Ponto de Memória e do MECE foram criados outros três projetos: o Banco Comunitário da Estrutural, que criou uma moeda social a “Conquista”, com valor monetário apenas dentro da cidade; a Editora Popular Abadia Catadora, que produziu vários livros com capas feitas de papelão reaproveitado e coloridas artesanalmente; e está para ser reinaugurada a Biblioteca Comunitária, que funcionará no térreo da casa de Abadia com os livros que sua família recolhe do Lixão desde 1993.

Depois que o Museu do Sangue foi fechado, principalmente por causa do afastamento de Zé Edmar da cidade, o Ponto de Memória se tornou a principal organização voltada para o objetivo reunir as memórias coletivas e individuais da cidade. Como não poderia deixar de ser, pela natureza do trabalho que se propõe fazer, o Ponto de Memória já foi motivo de muitos debates políticos. Por ser apoiado, inclusive financeiramente, pelo governo federal, comandado nesse período pelo Partido dos Trabalhadores, o Ponto de Memória foi apontado por alguns como sendo uma estratégia do PT para “apagar” os atos de violência cometidos pela polícia durante o governo Cristovam Buarque, também desse partido. Por outro lado, mesmo depois que o governo PT voltou a assumir o governo do DF, a nova administradora regional, Socorro Torquato, indicada por esse governo, também levantou uma série de suspeitas, em algumas falas em reuniões, sobre a proposta do Ponto, sobretudo por achar que o projeto representasse uma oposição ao governo, já que também tratava em suas exposições e outras atividades, dos acontecimentos no governo Cristovam.

De qualquer forma, por esses e outros debates que ainda provoca na cidade, a “verdade” sobre o que foi e é a história da Estrutural ainda é objeto de conflito político, e essa pode ser uma das provas que a cidade ainda está em processo de conquista: não está de uma vez encerrado o processo de remoção ou expulsão de seus primeiros moradores, como muitos alertam; nem também é irreversível esse processo diante da especulação imobiliária que chega de maneira assombrosa, como lamentam outros. Isso porque, só há disputas e conflitos sobre o passado porque, de alguma forma, o presente e mais ainda o futuro não são dados em definitivo, pois como explica Santos, M.S. (2009): “A memória cristaliza-se quando seu objeto já não existe mais. É sempre uma recriação desse objeto e, como tal, guarda continuidades e diferenças em relação ao passado vivenciado a que se reporta. (...) O acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da história, das relações de poder” (p.234).

Contar essas histórias na Estrutural é também uma forma de dizer de quem é aquele lugar, mas não apenas isso, de dizer porque é ou porque deve ser. Ao mesmo tempo em que contar é estratégia para ficar, ficar é motivo para contar, porque, como defende Jacira, também do Ponto de Memória, a importância do lugar está em sua história: *se todos nós moradores antigos vender nossos lote e sair, a nossa história de luta, de guerra e de conquista morre, porque quem abre a boca e conta o que não viveu, conta de uma forma, quem viveu que sabe os detalhes, quem passou pelo sofrimento que realmente sabe o quanto é importante isso que nós temos aqui hoje.*

Desta forma, na Estrutural se faz política também ao se “eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável” e, diante das sempre presentes ameaças de expulsão, aqui também se entende que “preservar é ver antes o perigo de destruição, valorizar o que está em perigo e tentar evitar que ele se manifeste como acontecimento fatal” (CHAGAS, 2009, p.165).

Ainda que se questione que o projeto Ponto de Memória tenha sido criado a partir de uma iniciativa do governo, não se pode esvaziar o sentido político que a proposta de preservação ganhou, ou já tinha, na cidade⁹⁰. Além disso, esse sentido de defesa e preservação da cidade é, como diz Abadia, parte da vida de cada catador que todo dia traz para casa objetos, nem sempre em razão de uma utilidade imediata, mas às vezes como parte de uma coleção do que foi e é a Estrutural. O lixo ao mesmo tempo que é o motivo apontado para o desrespeito ao valor especial que tem a cidade, também se torna o orgulho e uma dimensão de uma luta por reconhecimento de memórias e de um papel social distinto que só foi feito na Estrutural.

Os moradores da Estrutural, ao terem que lidar com as dificuldades do trabalho no Lixão, com as discriminações fora da cidade por causa desse trabalho e da vida perto do lixo, encontraram na memória um ato intelectual de dotação de sentido. Para Abadia o Ponto de Memória *é a possibilidade de contar de forma crítica essa história, é a possibilidade de olhar para o que se viveu e poder fazer interpretações e avaliações.* O Lixão e os sofrimentos vividos na Estrutural por um processo político de uso da

⁹⁰ Sobre a questão da possibilidade de cooperação entre Estado e movimentos sociais Von Bulow e Abers (2011) esclarecem “que não só é relevante teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (p.17). Segundo as autoras, os vínculos baseados em identidades e em ações são dinâmicos e podem cruzar as fronteiras entre sociedade e Estado, por essa razão, não se podem excluir quando se fala de militantes de movimentos sociais, os atores estatais de forma automática, ainda que se reconheçam as limitações desses atores.

memória vão se tornando motivos de um tipo de orgulho por uma qualidade específica desse lugar, pelo que se exige reconhecimento.

CONCLUSÃO

A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes ao invés de como somos semelhantes.

Chimamanda Adichie, “O perigo de uma única história”, disponível em:

<http://vimeo.com/69114055>

Como tenho dito desde o início, a construção desse trabalho, mais do que propriamente um processo de aprofundamento do domínio de conceitos e métodos sociológicos, como aconteceu na escrita da minha dissertação, teve que começar pela desconstrução do meu jeito de ver o mundo e as pessoas com as quais eu estava convivendo. Já com mais de um ano morando na Estrutural, Marcelo, meu orientador, me pediu que escrevesse um texto apresentando a cidade, com tudo que considerasse importante falar sobre ela. Escrevi o seguinte:

Os moradores da comunidade são, em sua maioria, oriundos de áreas rurais dos estados da Região Norte e Nordeste e também de Minas Gerais e Goiás. Muitos vieram para a capital federal, na perspectiva de obter emprego e melhores condições de vida. Contudo, sem a devida capacitação profissional, foram obrigados a se submeterem tanto ao subemprego quanto ao trabalho braçal. Muitos destes têm como principal fonte de renda a coleta seletiva no lixão de Brasília e sofrem com a falta de condições mínimas de segurança e assistência, já que trabalham a céu aberto e sem equipamentos de proteção. Entretanto, ainda que os catadores representem cerca de 4.000 trabalhadores da cidade (sendo 1900 o número dos que estão associados em cooperativas), existem ainda muitas empregadas domésticas, trabalhadores de construção civil, garis, marceneiros, serralheiros e trabalhadores terceirizados no ramo da limpeza.

Para completar a situação de vulnerabilidade, a Estrutural cresceu com precárias estruturas de atendimentos públicos (hospitais, escolas, entre outros) e também de estrutura para moradia, saneamento básico e afins.

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal – PED/DF 2007, realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – Sedest, 15,3 mil pessoas residentes na Cidade Estrutural estão escritas no cadastro único de beneficiários de programas de transferência de renda e segurança alimentar, sendo que 11,5 mil estão abaixo da linha de indigência, e, deste total, 6,5 mil são crianças e adolescentes de 5 a 19 anos. Além disso, os dados da pesquisa revelam que além da baixa escolaridade a baixa qualificação profissional é um grande problema que enfrentam as famílias da cidade que, por esse quadro, e pela proximidade do lixão da Estrutural, acabam tendo a atividade de reciclagem como única alternativa, caminho esse que tem sido seguido por crianças e adolescentes da cidade.

Estima-se que da população de cerca de 40 mil pessoas da cidade, pelo menos 40% sejam crianças e adolescentes, ou seja, um número de aproximadamente 16 mil. Apesar do número elevado de crianças e adolescentes, ainda hoje existem poucas atividades sócio-educativas públicas às crianças no horário em que as mesmas estão fora da

escola. Isso faz com que muitas famílias tenham que deixar as crianças sozinhas em casa ou levá-las para o trabalho, condições obviamente não ideais para elas. Pouco se pode dizer, ainda, sobre atividades artístico-culturais ou profissionalizantes oferecidas aos jovens em idade de preparação para o mundo do trabalho, uma vez que são raros e esporádicos os projetos organizados com este objetivo. Por causa disso, os adolescentes no momento em que precisam entrar no mercado de trabalho, têm, em muitos dos casos, como única opção o trabalho precarizado ou o crime.

Depois de ler a descrição com outros dados alarmantes e experiências assustadoras, Marcelo me questionou: *Mas eu pedi pra você me falar das coisas que têm na Estrutural e você só me falou do que não tem! Não é isso que você me conta sobre a cidade e que a faz tão interessante para você...* De fato, as histórias que eu vivia na cidade para mim não cabiam num texto acadêmico, não era sobre isso que se devia falar nesse espaço.

Observei que o texto que escrevi para Marcelo se assemelhava muito com os que escrevia para os editais de fomento a projetos para os quais se candidatava a ONG que eu acompanhava, a Viver. A ideia na época era tentar convencer, no caso da ONG, da necessidade de se investir dinheiro naquele lugar, era preciso comover o detentor dos recursos da condição de carência daquelas pessoas. No caso da pesquisa acadêmica, a lógica era quase a mesma: tentar alertar meus interlocutores dos atrasos da nossa política expressos na manipulação ideológica e na exclusão socioeconômica, das quais a Estrutural representaria um extremo. Por ter resumido o curso de doutorado a essa tarefa específica, naturalmente e sem perceber, fui me envolvendo com muito mais entusiasmo na vida política da cidade do que com as preocupações disciplinares requeridas academicamente, como se fossem coisas muito distantes.

O estímulo, acompanhado do quase desespero de um orientador diante de uma orientanda completamente confusa ante suas experiências caminhando a passos lentos, fizeram com que eu repensasse muitas vezes meus objetivos como pesquisadora na Estrutural. Contou para que eu pudesse fazer essas observações que apresentei aqui, o caminho feito por outros pesquisadores antes de mim, dentre eles Marcelo, abrindo possibilidades para que essas histórias, minhas e dos meus conhecidos na Estrutural, pudessem ter relevância também na Sociologia.

Bem recentemente, a última conversa que fiz sobre a pesquisa na Estrutural foi com Jerusa e Rui, que moram há muitos anos na cidade, trabalham com reciclagem de madeira e queriam acrescentar alguns detalhes ao trabalho. Em uma de suas falas,

Jerusa se mostrou indignada com a forma com que alguns projetos sociais exaltam seus resultados. Os filhos do casal fazem parte há alguns anos de um projeto ligado à Universidade de Brasília que ensina música clássica à adolescentes. O grupo forma uma banda que se apresenta em eventos fora e dentro da cidade, vez ou outra aparecem na televisão em reportagens que mostram iniciativas que são consideradas exemplares na Estrutural. Na última dessas reportagens, a qual se refere Jerusa, a pessoa responsável pelo projeto e que representa a universidade, teria dito que um dos benefícios do projeto é que ele teria livrado os adolescentes do mundo das drogas. E a indignação de Jerusa era: *Meus filhos nunca foram das drogas! Eu criei eles com muito cuidado, Carol!* Não era justificável para ela que, para demonstrar a importância e relevância de um trabalho, se precisasse diminuir e generalizar a condição daqueles adolescentes, como sendo todos destinados ao vício das drogas, não fosse aquela alternativa.

Na conversa com Jerusa me lembrei de quantas vezes teria feito a mesma coisa e aliviada percebi como eu caminhava para entender a perversidade dessa visão. Parte desse aprendizado resultava das conversas com Marcelo e com o grupo de pesquisa que ele tinha formado com seus orientandos, o *Laboratório de Sociologia Não-Exemplar*. Outra parte vinha das resistências que para mim pareciam injustificáveis de Abadia. Ela muitas vezes era arredia e desconfiada com pessoas que vinham de fora da cidade, principalmente se trazidas por outras pessoas e não por ela mesma, sempre tinha questões a considerar e demorava a se convencer. Na nossa relação, às vezes se afastava de mim e outras se aproximava. Um dos motivos que eu conhecia para que agisse assim era porque, diante do que observava acontecer na cidade, entendia que existia uma prática comum de não valorização associada a um uso utilitário da cidade por parte do governo, entidades assistenciais de fora e universidade.

Abadia dizia estar cansada de ver projetos pensados fora da cidade que prometiam contribuir com propostas de trabalho pretensamente inovadoras, muitas vezes repetindo o que seus moradores já faziam sem qualquer apoio financeiro do governo. Muitas vezes, segundo ela, o dinheiro para executar tais projetos era conseguido principalmente porque se fazia o trabalho ali: a Estrutural sempre virava um apelo muito forte. Quando não eram a esses projetos, a resistência de Abadia se voltava contra as pesquisas acadêmicas, isso porque também se sentiu usada algumas vezes em que colaborou com esse tipo de trabalho já que, segundo ela, não era a cidade que aparecia no final e falar da cidade trazia uma espécie de benefício do qual não se viam participando. Aos poucos

fui entendendo melhor sobre o que ela falava e o caminho delicado que ainda preciso percorrer nessa empreitada de tentar “traduzir” as linguagens dessa cidade sem diminuir seu valor.

Mas o problema de menosprezar meu campo de pesquisa para tornar mais justificáveis e adequadas as minhas questões, demonstrou-se, à medida que conheci outras experiências de pesquisa como essa, não ser uma tendência apenas minha. De onde formei essa visão das pessoas da Estrutural, dentre outros lugares, a Universidade de Brasília, também me alertam outros pesquisadores, como Carvalho (2001):

a perspectiva colonialista e imperialista de inscrição simbólica está com-prometida, na sua raiz, por uma ambivalência paradoxal que a debilita e abre portas para que seja confrontada: é que o texto do colonizador deve incorporar signos do universo do colonizado, o que transforma o seu dis-curso num texto heteróclito, com um grau incômodo de desarrumação que não é apenas estético, mas basicamente ético: não é capaz de exorcizar o impuro, o ilícito, o feio, o horroroso, o perigoso, que se instaurou no seu núcleo constitutivo, sob pena de enfraquecer-se simbolicamente e deixar de ser um bom modelo de texto eminente do colonizador como portador da pretensa moralidade universal. Em outras palavras, a obra-monumento do império sempre nasce monstruosa: não pode eliminar o rastro semiótico do grupo dominado, que deve forçosamente aparecer com o sinal negativo, de decréscimo do ser.(p.128)

Assim, diminuindo muito as minhas expectativas de explicar por mim mesma o que as pessoas da Estrutural pensam sobre as relações que têm construído, procuro entender isso junto com elas (Borges, 2009; Carvalho, 2011). De forma que, o que agora procurei apresentar não são certezas homogêneas sobre o lugar, são impressões, tentativas de interpretação e a reprodução de narrativas de pessoas que tentam dar significado ao seu passado, ao seu presente e a seu futuro diariamente, isso porque, apesar das controvérsias, considero-as relevantes para a Sociologia. Mesmo assim, pelos meus limites acadêmicos, dos quais venho falando, e pelo tempo de reflexão que isso requer, ainda sei que várias percepções importantes que carregam esses discursos ainda me passaram despercebidas.

Retomando as perguntas que fiz no início do texto sobre a luta política na Estrutural, em cada capítulo caminhei um pouco no sentido de conhecer as perspectivas e diferentes dimensões daquela luta e quais as significações que foram sendo feitas em decorrência da experiência de viver nessa cidade. Essas formas e caminhos do processo

político na Estrutural não puderam, no decorrer da pesquisa, ser enquadrados simplesmente em nenhuma teoria em particular, mas conforme previa no início, Honneth foi um dos teóricos da Sociologia com quem mais consegui dialogar.

Isso talvez tenha acontecido porque, desde o início, pelos critérios considerados por Honneth, não precisei descartar nenhuma daquelas lutas que acompanhei julgando-as pelo fato de serem ou não violentas, acontecerem de forma intencional ou não, ou de estarem em jogo interesses pessoais ou coletivos. A proposta de Honneth (2009) me deu direções para entender “como a questão do desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito” (p. 241), incluindo, portanto, as expressões de sofrimento e injustiças sociais que não estejam articuladas como movimentos sociais na esfera pública, como as lutas cotidianas de sofrimento e injustiça (SAAVEDRA, SOBOTTKA, 2009).

Procurando entender *por que e como se construiu e se constrói a luta política na Estrutural?* encontrei explicações formuladas por seus próprios moradores. Pessoas que, a partir de suas vivências, interpretavam os acontecimentos históricos da construção da cidade, considerando isso a partir de conceitos variados de direito e buscando dar razões para os conflitos que ainda enfrentam, ou seja, teorias sobre a política, direito e respeito pensadas a partir da Estrutural.

Na Estrutural, conforme os relatos aqui apresentados, os sentimentos de desrespeito a regras implícitas de reconhecimento recíproco desencadearam um processo de luta social capaz de alcançar resultados coletivos. Foi o entendimento de que ter um lugar para morar, diferente do aluguel ou de depender do favor de alguém, era justificável por ser nascido em Brasília, ou seja, ser “filho” da cidade, ou por ter passado todas as agruras de construir um lugar para morar onde não havia nada, dentre outros pressupostos normativos que se tornaram a base de uma luta pelo reconhecimento desse direito.

O próprio sentido de “conquista” dado à algumas obras públicas feitas pelo Estado e à própria regularização da cidade, remete ao entendimento de que aquele é um direito que foi “tomado à força”. A “conquista” implica em primeiro lugar que aqueles que lutaram por alguma coisa se consideravam dignos dela e, em segundo lugar, que a conseguiram como resultado de uma ação deles. Ao atribuir à regularização da cidade o título de conquista, os moradores da Estrutural se consideraram participantes do processo

político que foi a luta pela cidade. A participação política, nesse caso, independe da institucionalidade, porque está presente desde o construir e reconstruir o barraco, mas também não prescinde dela, à medida que significa também criar um CNPJ ou cumprir os formatos e protocolos formais de participação exigidos em determinadas instituições.

Desta forma, as lutas populares na Estrutural me permitiram pensar melhor sobre a complexidade das relações entre as pessoas e o Estado e abrir mão de categorias como democracia, como procedimentos para acessar a decisão pública, para pensar a participação política. Considerando a distância com que são pensados os arranjos democráticos de contextos como a Estrutural, esvaziam-se de sentido ou são resignificados, sendo essa uma das importantes formas de participação, a saber a produção de significados como uma prática política. Enfim, em diálogo ou não com as formas tomadas pelo Estado, constróem também projetos políticos e participam da disputa para vê-los executados.

Outras posições muito discutidas que essa pesquisa me fez repensar foram as derivações automáticas que se pode fazer da condição de exclusão sócioeconômica das periferias urbanas, por exemplo, a um tipo específico de comportamento político, geralmente acrítico ou associado a um modelo típico da política tradicional. Sem abrir mão desse tipo de leitura não seria possível dar espaço à fala dos agentes sociais dos quais eu tratava, não teria importância o significado que eles mesmos dão às suas ações e não seria possível entender a singularidade desse contexto, o que seria não acrescentar nada mais ao que já foi dito sobre esse tema.

Várias pesquisas sobre o processo de construção e crescimento de Brasília, algumas delas discutidas aqui, partem principalmente da comparação das Regiões Administrativas do DF com o Plano Piloto e tentam explicar o “atraso” da periferia provocado pela segregação espacial e pela distribuição desigual de recursos. Não deixa de ser verdadeiro o fato de que o projeto de urbanização elitizado da capital gere tantos problemas sociais às classes populares, mas a questão que levanto é que, se conseguirmos avançar desse ponto pacífico, podemos descobrir muitas outras lições dessa realidade, como acontece comigo.

Nos trabalhos escritos sobre a Estrutural, também observei o perigo de se “essencializar” personagens, grupos políticos, ou formas de lidar com a política. E o caminho que encontrei para problematizar o quadro de análise foi ampliar o escopo da pesquisa, não me centrando unicamente na dimensão organizativa ou representativa da

luta política na Estrutural, mas nos significados políticos constituídos partindo também das experiências cotidianas de luta de seus moradores.

Um exemplo disso que acabo de falar é que só foi possível compreender muitas decisões tomadas e, em alguns casos, não tomadas, no âmbito da prefeitura comunitária, à medida que fui me dedicando mais ao estudo da história da cidade e dos aprendizados que foram se construindo ao longo dessa história. Esse aprendizado resultou em meios de participação próprios e particulares que sintetizam vivências e que só podem ser entendidos nesse contexto. Somente entendendo como essas outras dimensões da política da cidade se relacionavam também como suas formas de se organizar, foi possível ver que, junto com a luta pela ampliação dos direitos de bem estar, como a garantia do direito à moradia, existia uma luta para elevar na sociedade o valor social dos membros daquela cidade, já que a luta era também para morar na Estrutural.

Lutar para morar na Estrutural significava ter o direito de não deixar de ser quem se é para viver naquela região. Essa luta, que se faz todos os dias nessa cidade, é alimentada constantemente pelos sentimentos que decorrem das histórias de quem já foi embora e da espera de quem resiste para não ir, constrói teorias sobre uma expulsão planejada e inevitável de uma terra destinada a ser de “rico”, mas também cria estratégias como a preservação e disputa por uma memória que possa dizer a quem pertence a cidade.

Esse imaginário é construído tanto pelas constantes remoções realizadas pelos governos, levando as pessoas para outras cidades a fim de atender modelos urbanísticos considerados melhores que os implantados ali. Mas também tem relação com o trabalho no Lixão, que representa muito dentro da cidade: fartura, vergonha e orgulho. Sentimentos, portanto, que resultam das relações que se tem com aqueles que não moram na cidade, com o governo e com a mídia. Sentimentos que servem de substrato para uma resistência diária e às vezes organizada contra a ameaça de um processo de expulsão sempre presente.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, S. E. ; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos: Novas Leituras*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 4, 2004, pp. 703 a 728.

_____, L. ; PIRES, Roberto Rocha . Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza. *Teoria & Sociedade* (UFMG), Belo Horizonte, p. 68-89, 2005.

_____. . Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *Texto para Discussão* (IPEA. Brasília), v. 1, p. 7-24, 2012a.

_____. . Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. *Opinião Pública* (UNICAMP), v. 8, p. 383-398, 2012b.

AUYERO, J. Vidas e Política das Pessoas Pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011.

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.

_____. . Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. *Maná* 11(1): 67- 93, 2005.

_____. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. In: GRIMBERG, M.; ALVAREZ, M.I.F.; ROSA, M.C. (Editores). *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos em Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009a.

_____. Explorando a noção de etnografia popular : comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropología Social* nº 29, pp. 23–42, 2009b.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1987.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria Crítica e Movimentos Sociais: Intersecções, Impasses e Alternativas. In: BRINGEL, B; GOHN, M. G. (Orgs.). *Movimentos Sociais na Era Global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BURITY, J. Caminhos sem Fim. Caminhos do Fim? In: FONTES, B. A. S. M. (org.). *Movimentos Sociais: produção e reprodução de sentido*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1999.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARVALHO, J.J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 1998.

CHAGAS, M.S.; ABREU, R.; DIAS, C. C. M. G. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHATTERJEE, P. “Colonialismo, Modernidade e Política”. EDUFBA, Salvador, 2004.

DAGNINO, Evelina. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002a.

_____. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002b, pp. 95-110.

_____. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DAHL, R. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DELLA PORTA, P; DIANI, M. *Social Movements: An Introduction*. Wiley, 2006.

FONSECA, C.; BRITES, J. G. (Orgs.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2006.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*. 1989, n.17, pp. 19-48.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao Reconhecimento – Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé. *Democracia Hoje: Novos Desafios para a teoria Democrática contemporânea*. Editora da UnB, Brasília, 2001.

_____. “Reconhecimento sem Ética?”. *Lua Nova*, São Paulo, n.70, 2007.

GOHN, M. G. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GRIMBERG, M.; ALVAREZ, M.I.F.; ROSA, M.C. (Editores). *Estado y movimientos sociales: estudios etnográficos em Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

HONNETH, A. “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”. Editora 34, São Paulo, 2003a.

_____ e FRASER, Nancy. *Redistribution or Recognition?* Verso, New York, 2003b.

IWAKAMI, L.N. Vila Paranoá: a luta desigual pela posse da terra urbana. . In: PAVIANI, A. (Org). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

JACCOUD, L. Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964. In: PAVIANI, A. (Org). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

LAMOUNIER, B. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: ROUQUIÉ, A., LAMOUNIER, B., SCHVARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAVALLE, A.G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação Política e Organizações Cívicas: Novas Instâncias de Mediação e os Desafios da Legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 21, n.60, p. 43-66, 2006.

LESSA, R.; DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

LIMONGI, F.; [FIGUEIREDO, A. M. C.](#) *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LÜCHMANN, L.H.H. A Representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, São Paulo, 70: 139-170, 2007.

MACPHERSON, C.B. *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGNANI, J.G.C. De Perto e De Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº 49, junho, 2002.

MARINUCCI, R.B. “A Luta Pelo Reconhecimento e os Direitos dos Autistas”. Texto apresentado no Simpósio Nacional Sobre Democracia e Desigualdades, disponível em: <http://www.simposiodemode.unb.br/programacao.php>

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1989a, 17, p. 49-66.

MENDONÇA, R. F. Dimensão Intersubjetiva da Auto-Realização: Em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 24 nº 70 junho/2009.

_____. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, 2012, pp. 119-146.

MCADAM, D.; TILLY, C; TARROW, S. Para Mapear o Confronto Político. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MIGUEL, L.F. “Democracia na Periferia: Receitas de Revitalização Democrática à Luz da Realidade Brasileira”. *Revista Mediações*, Londrina, v.8,n.1,2003a.

_____. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), São Paulo, v. 51, p. 123-140, 2003b.

MOUFFE, Chantal. Pensando a Democracia Moderna com e contra Carl Schmitt. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 1(2):9-20, Jul/dez., Belo Horizonte, 1994.

_____. Por um Modelo Agonístico de Democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.25, junho, 2006, p. 165 a 175.

MUNK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: Problemas conceituais do estudo dos Movimentos Sociais. *Dados*, vol.40, n°1, Rio de Janeiro, 1997.

NUNES, B.F. Cidade Viva e Cidade Planejada: Encontro da Teoria com a Pesquisa. *Revista TOMO*, São Cristóvão – SE, n° 16, 2010.

_____. Tramas da vida social: um mundo “desviante” no Distrito Federal. *Anpocs*, 2009. Disponível em : http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3627&Itemid=381

NUNES, E. Carências Urbanas, Reinvidicações Sociais e Valores Democráticos. *Lua Nova*, São Paulo, junho 1989, n°17.

OLDFIELD, S. Building Consensus and Conflict: Community Systems and Local Participatory Mechanisms in Democratising Local Governance. In: *Consolidating Developmental Local Government: Lessons from the South African Experience*. UCT Press, 2007.

_____. A Politics of Land Occupation: State Practice and Everyday Mobilization in Zille Raine Heights. Cape Town, *Journal of Asian and African Studies*, October, 2011, 46: 518-530.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.

PALMEIRA, M. 2002. Política e Tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, M. (Org.) *O Dito e o Feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAVIANI, A. A violência do desemprego. In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.C.B; BARRETO, F.F.P. (Orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

_____. Brasília a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010a.

_____. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (Org). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

_____. A metrópole terciária. In: *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010c.

PELUSO, M.L.; CIDADE, L.C.F. Dinâmica Econômica, Tensões e Conflitos

Urbanos e Movimentos Sociais. *Espaço & Geografia*, Vol.14, nº 1, 2011.
_____; _____. Sociedade Contemporânea e Conflitos Urbanos em Brasília. *Espaço & Geografia*, Vol.15, nº 2, 2012.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a teoria liberal? *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 06, Brasília, 2011.

PINTO, C.R.J. Nota Sobre a Controvérsia Fraser-Honneth Informada pelo Cenário Brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n.74, 2008.

PIZZORNO, A., KAPLAN, M, CASTELLS, M. *Participación y cambio social en la problemática contemporânea*. Texas: Ediciones Siap-Planteos, 1975.

_____. Some Other Kinds Otherness: A Critique of “Rational Choice” Theories. In: FOXLEY, A., MACPHERSON, M.S., O’DONNELL, G., HIRSCHMAN, P. *Development, democracy, and the art of trespassing: essays in honor of Albert O. Hirschman*. Helen Kellogg Institute for International Studies by University of Notre Dame Press, 1986.

REIS, F.W.; O’DONNELL, G., (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

ROSA, M.C. *Engenho dos Movimentos: reforma agrária e significação social na Zona canavieira de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ, Rio de Janeiro. 2004a.

_____. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. In: GRIMSON, A. (Org.). *La cultura em las crisis latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004b.

_____. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: GRIMBERG, M.; ALVAREZ, M.I.F.; ROSA, M.C. (Editores). *Estado y movimientos sociales: estúdios etnográficos em Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2009.

SANTOS, B.S. (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIGAUD, L., 2000. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, 2000, 58: 73-92.

SANTOS, M.S. Memória e narrativas nacionais. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; DIAS, C. C. M. G. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília. Ed. UnB, 1982.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: LOYOLA, 1996.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, T.A. *Na Luta pela Cidade: Notas Sobre o Processo de Consolidação do Espaço Urbano e Político da Cidade da Estrutural*. Monografia de Graduação. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2008.

TATAGIBA, L.; [TEIXEIRA, A. C. C.](#) Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2005.

_____; BLIKSTAD, K. Movimento de Moradia vai às urnas: Mobilização em torno da eleição para o conselho municipal de habitação de São Paulo. In: SCHERER-WARREN, I; LUCHMANN, L.H.H. (Org.). *Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, C. C.; CHAVES, C.A. Apresentação da coletânea Espaços e Tempos da Política. In: TEIXEIRA, C.C.; CHAVES, C.A. (Org.). *Espaços e Tempos da Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, v. 1, p. 7-20.

TILLY, C. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 03, Brasília, 2010.

TOURRAINE, Alain. *O que é a Democracia?* Petrópolis, Vozes, 1996.

VON BULOW, M.; ABERS, R. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias* vol.13, no.28, Porto Alegre, 2011.

WEFFORT, F. A cidadania dos trabalhadores. In: LAMOUNIER, B. WEFFORT, F., BENEVIDES, M. V. (Orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.